

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LORENA AZEVEDO DO CARMO

**QUEBRANDO OS PATRIARCADOS COM O
CONTO DA AIA: VIVÊNCIAS E
EXPERIÊNCIAS DE UMA PROFESSORA**

Rio de Janeiro

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LORENA AZEVEDO DO CARMO

**QUEBRANDO OS PATRIARCADOS COM O
CONTO DA AIA: VIVÊNCIAS E
EXPERIÊNCIAS DE UMA PROFESSORA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito
parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.
Orientadora: Maria Luiza Sussekind.

Rio de Janeiro

2024

LORENA AZEVEDO DO CARMO

**QUEBRANDO OS PATRIARCADOS COM O
CONTO DA AIA: VIVÊNCIAS E
EXPERIÊNCIAS DE UMA PROFESSORA**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Aprovada em 27 de fevereiro de 2024.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Maria Luiza Sussekind – UNIRIO (Orientadora)

Prof.^a Dra. Ana Cláudia Rodrigues – UFBP (Avaliadora Interna)

Prof.^a Dra. Miriam Fábria Alves – UFG (Avaliadora Interna)

Prof.^a Dra. Elizabeth Macedo – UERJ (Avaliadora Externa)

Prof.^a Dra. Stela Caputo – UERJ (Avaliadora Externa)

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

CQ3	Carmo, Lorena Azevedo do QUEBRANDO OS PATRIARCADOS COM O CONTO DA AIA: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE UMA PROFESSORA / Lorena Azevedo do Carmo. -- Rio de Janeiro, 2024. 204p
	Orientador: Maria Lúiza Sassekind Veríssimo. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.
	1. Currículos. 2. O conto da aia. 3. Patriarcados. I. Sassekind Veríssimo, Maria Lúiza, orient. II. Título.

Dedico esta tese à minha saudosa mãe, Marcia Azevedo, meu maior amor, quem eu gostaria que pudesse ler este trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha avó por sempre me acolher.

Ao meu pai por ter sido, de seu jeito, um apoiador de meus sonhos.

À minha incrível orientadora por todo seu carinho, amizade, (des)orientação, parceria de longa data, apoio e incentivo para que eu pudesse alcançar lugares que jamais imaginei que pudesse alcançar.

À banca pela generosidade no aceite e avaliação de minha tese.

Ao meu parceiro Kelvym Yuri que acompanhou boa parte da minha trajetória no doutorado e teve toda paciência do mundo nos momentos em que eu só sabia falar sobre os patriarcados e O conto da aia. Você fez com que eu pudesse ver a vida com outros olhos.

À Elizabeth Dutra e a Robson Francisco que se preocupavam com a minha saúde enquanto estudava.

Ao Matheus Saldanha que tem sido um apoiador dos meus estudos e um ouvido amigo nos momentos que mais preciso.

À Juliana de Souza Lima com quem venho construindo uma belíssima amizade e parceria acadêmica.

À Raquel Teixeira de Miguel que me agradeceu com sua amizade desde a graduação e desde então vem me apoiando e com quem posso contar.

Aos meus amigos Kevin Lopes, Letícia Machado, Lorrán Geraldo e Wendel Alves, amigos de infância que sempre me apoiam em minhas caminhadas.

Ao Jeferson Maske que é um grande parceiro de pesquisa e trabalhos.

À Silvia Tkotz que me acolhe e também de (des)orienta para a vida.

RESUMO

Texto de tese apresentado como requisito parcial à obtenção de título de doutor em fevereiro de 2024. O texto expõe resultados de pesquisa vinculados aos projetos CURRÍCULOS, CONVERSAS, CRIAÇÕES E RESISTÊNCIAS NOS COTIDIANOS DA DOCÊNCIA coordenado por Maria Luiza Sussekind e SOB SEUS OLHOS: NARRATIVAS E IMAGENS DO PATRIARCADO EM O CONTO DA AIA, sendo o primeiro um projeto guarda-chuva com bolsa Cientista do Nosso Estado - FAPERJ, e o segundo, projeto de pesquisa de mestrado, tendo como premissa o desenvolvimento ao longo de dois anos, no curso de doutorado, do projeto que já vinha sendo desenvolvido ao longo de vinte e dois meses no mestrado. Apresentado em formato multipaper, o texto se organiza de modo a trazer três estudos iniciais que serviram como suporte para o desenvolvimento dos artigos e comunicações já publicadas. Logo, tenho por objetivo adensar o entendimento de patriarcado como um sistema que agrupa as pessoas em relação às desigualdades, em que os privilégios se deslocam constantemente diante das territorialidades e aniquilam a outridade em relação ao padrão de heteronormatividade imposto utilizando a distopia O conto da aia como pano de fundo de uma análise social histórica que, também, se faz no tempo presente. O estudo Um (1) apresenta a distopia O conto da aia, escrita por Margareth Atwood, em 1985, a partir do entendimento da narrativa como história tempo presente para falar do momento atual. Distopia porque distorce a história e o conto focando no esgarçamento das tecnologias dos patriarcados de controle da reprodução e controle da sociedade e do corpo feminino, principalmente aqueles com útero. O estudo Dois (2) apresenta uma história dos patriarcados com apoio dos estudos feministas e decoloniais. Arrisca o deslocamento teórico de uma das principais obras de Engels, *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, para dialogar com a temática em sua teoria, história, estruturas principais, além de fazer um recorte para contemporaneidade e os avanços conservadores, entrelaçando com a duologia de *O conto da aia* de Margareth Atwood. O estudo Três (3) localiza no campo e apresenta a visão do currículo que desenvolvo a partir das provas platô, criadas por mim e Sússekind (CARMO, 2022)¹, que são registros curriculares a partir das conversas complicadas das salas de aulas, logo, coloca em perspectiva os resultados dessas provas. Sempre tendo como fio condutor a preocupação com os patriarcados. No terceiro estudo também se conta a história da exposição apelidado carinhosamente de *banherão*. O formato multipaper se realiza com apresentação de cinco produtos, sendo três deles publicados e arrolados a seguir: um capítulo de livro e dois resumos expandidos aprovados, respectivamente, na 15ª Reunião regional ANPEd Sudeste e 41ª Reunião Nacional da ANPEd, um artigo publicado pela revista *Cadernos de Educação*. O primeiro capítulo, intitulado “A perseguição às ciências: a defesa da indissociabilidade necessária entre pluralidade, liberdade e educação para uma república cidadã”, publicado no livro “GÊNERO E EDUCAÇÃO: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito humano à educação”, em 2022, traz um relato da atuação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) em defesa da liberdade de ensinar e aprender, diante das investidas neoliberais na Educação. O segundo e o terceiro trabalhos são resumos expandidos escritos como desenvolvimento parcial da pesquisa, de modo a compartilhar as ideias, referências, processo intrínseco ao ato de pesquisar. O primeiro resumo intitulado “O CONTO DA AIA: A CRISE E ANIQUILAÇÃO”, intersecciono o estudo dos currículos com a obra distopia, reafirmando a importância de se olhar a distopia como camadas do agora, em que a crise contorna discursos de aniquilação. O segundo resumo expandido citado, intitulado “QUEM TEM MEDO DA FEMINIZAÇÃO DO CURRÍCULO?: UMA CONVERSA COMPLICADA SOBRE O PATRIARCADO”, em que abordo o patriarcado, ainda no singular, a partir do estudo da historiadora Gerda Lerner,

¹ CARMO, L. A. **SOB SEUS OLHOS: NARRATIVAS E IMAGENS DO PATRIARCADO EM O CONTO DA AIA**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 139p. 2022.

adentrando o campo do currículo de modo a objetivar a defesa da impossibilidade do currículo como documento prescritivo, portanto o currículo como conversa complicada. O quarto produto, um artigo publicado, disserta que o desenvolvimento do campo da docência esbarra no processo de feminização e branqueamento da profissão. Sobretudo, neste processo de reconhecimento da presença feminina, afirmamos que quando as mulheres negras ocupam a sala de aula, o patriarcado e o branqueamento o fazem também.

Palavras-chave: Currículos; O conto da aia; Patriarcados

ABSTRACT

This abstract presented as a partial requirement for the doctoral degree in February 2024. The text exposes research findings linked to the projects CURRICULA, CONVERSATIONS, CREATIONS, AND RESISTANCES IN TEACHING DAILY LIFE coordinated by Maria Luiza Sussekind, and UNDER THEIR EYES: NARRATIVES AND IMAGES OF PATRIARCHY IN THE HANDMAID'S TALE, the former being an umbrella project with funding from the Scientist of Our State scholarship - FAPERJ, and the latter, a master's research project premised on its development over two years in the doctoral program, building upon twenty-two months of groundwork laid during the master's program. Presented in a multipaper format, the text is structured to present three initial studies that served as a foundation for the development of already published and/or pending articles and communications. Therefore, my aim is to deepen the understanding of patriarchy as a system that groups people in relation to inequalities, in which privileges constantly shift in the face of territorialities and annihilate otherness in relation to the imposed heteronormative standard using *The Handmaid's Tale* as the backdrop of a historical social analysis that also occurs in the present time. Study One (1) presents the dystopia *The Handmaid's Tale*, written by Margaret Atwood in 1985, understanding the narrative as a story of the present moment. Dystopia because it distorts history and the tale, focusing on the erosion of patriarchal technologies controlling reproduction and societal control over the female body, especially those with uteri. Study Two (2) presents a history of patriarchy with support from feminist and decolonial studies. It risks a theoretical shift from one of Engels' major works, *The Origin of the Family, Private Property and the State*, to dialogue with the theme in terms of theory, history, main structures, and contemporary context, intertwining with the duology of *The Handmaid's Tale* by Margaret Atwood. Study Three (3) locates in the field and presents the curriculum vision I develop from plateau tests, created by myself and Sússekind (CARMO, 2022)², which are curricular records from complicated classroom conversations, thus providing a perspective on the results of these tests. Always having as a guiding thread the concern with patriarchies. In the third study, the story of the affectionately nicknamed "banherão" exhibition is also told. The multipaper format is realized with the presentation of five products, three of which are published and listed as follows: a book chapter and two approved expanded abstracts, respectively, at the 15th Regional Meeting of ANPEd Southeast and the 41st National Meeting of ANPEd, an article to the journal *Cadernos de Educação*. The first chapter, titled "The Persecution of Sciences: Defending the Necessary Indissociability Between Plurality, Freedom, and Education for a Citizen Republic," published in the book *GENDER AND EDUCATION: reactionary offensives, democratic resistances, and announcements for the human right to education in 2022*, recounts the actions of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPEd) in defense of the freedom to teach and learn, in the face of neoliberal attacks on Education. The second and third works are expanded abstracts written as partial development of the research, to share ideas, references, and the intrinsic process of researching. The first expanded abstract, titled "THE HANDMAID'S TALE: CRISIS AND ANNIHILATION," intersects the study of curricula with the dystopian work, reaffirming the importance of looking at dystopia as layers of the present, where the crisis surrounds discourses of annihilation. The second mentioned expanded abstract, titled "WHO IS AFRAID OF THE FEMINIZATION OF THE CURRICULUM?: A COMPLICATED CONVERSATION ABOUT PATRIARCHY," in which I address patriarchy, still in the singular, based on the study of historian Gerda Lerner, entering the curriculum field to

² CARMO, L. A. UNDER THEIR EYES: NARRATIVES AND IMAGES OF PATRIARCHY IN THE HANDMAID'S TALE. Dissertation (Master's in Education) - Graduate Program in Education, Federal University of the State of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 139p. 2022. CARMO, L. A. UNDER THEIR EYES: NARRATIVES AND IMAGES OF PATRIARCHY IN THE HANDMAID'S TALE. Dissertation (Master's in Education) - Graduate Program in Education, Federal University of the State of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 139p. 2022.

aim for the defense of the impossibility of the curriculum as a prescriptive document, therefore the curriculum as a complicated conversation. The fourth product, an published article, argues that the development of the teaching field is hindered by the feminization and whitening of the profession. Above all, in this process of recognizing female presence, we affirm that when black women occupy the classroom, patriarchy and whitening do too.

Keywords: Curricula; The Handmaid's Tale; Patriarchies

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
ESTUDO 1 – O CONTO DA AIA.....	33
1.1. BREVE RESUMO DA SÉRIE TELEVISIVA.....	34
1.2. GILEAD PENSADA A PARTIR DO FASCISMO.....	40
1.3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM GILEAD.....	44
1.4. SERIAM AS AIAS AS MULHERES ESCRAVIZADAS?.....	51
1.5. SABERES FEMININOS E RESISTÊNCIAS FOFOQUEIRAS.....	57
1.6. RAPTO OU CASAMENTOS: os corpos domados.....	62
1.7. TEM REMÉDIO PARA O ÓDIO? É SOLIDARIEDADE?.....	67
ESTUDO 2 – PATRIARCADOS: Teorias, histórias, imagemnarrativas e o avanços conservadores na atualidade.....	77
2.1 O QUE VEIO PRIMEIRO: A PROPRIEDADE OU OS PATRIARCADOS?.....	77
2.2 PENSANDO OS PATRIARCADOS DESDE O INÍCIO?.....	87
2.3 PENSANDO O TRABALHO REPRODUTIVO DA MULHER.....	93
2.4 AVANÇOS CONSERVADORES NA ATUALIDADE.....	105
ESTUDO 3 CURRÍCULOS CRIADOS NOS COTIDIANOS.....	122
3.1 OS ESTUDOS NOS/DOS/COM OS COTIDIANOS.....	123
3.2 AS CONVERSAS COMPLICADAS NAS/COM AS PROVAS PLATÔS.....	126
3.2.1 A DINÂMICA DA PROVA PLATÔ.....	127
3.3 OFICINA O CONTO DA AIA.....	129
3.4 DIÁLOGOS COM OS ESTUDANTES NA LEITURA DA PROVA PLATÔ.....	131
3.5. MINICURSO NEM TODA MULHER É BUNDA, NEM TODA PROFESSORA É BRANCA: “Relatos que nos fazem pensar que precisamos mais desses encontros”...134	
3.6 UM NOVO BANHERÃO: AFASTA DE MIM ESSE... PAI.....	138
CONSIDERAÇÕES.....	146
ANEXO 1 - SINOPSE.....	149
ANEXO 2 - Ficha Técnica: Instalação Curricular “AFASTA DE MIM ESSE... PAI”.....	152
ANEXO 3 – LISTA DE PRODUTOS INTELECTUAIS.....	153
3.1 - Comprovantes de publicações.....	154
PRODUTO 1 – A perseguição às ciências: a defesa da indissociabilidade necessária entre pluralidade, liberdade e educação para uma república cidadã. (Capítulo de livro publicado).....	165

PRODUTO 2 - O CONTO DA AIA: A CRISE E ANIQUILAÇÃO. (RESUMO EXPANDIDO – 15 REUNIÃO REGIONAL ANPEd SUDESTE).....	172
PRODUTO 3 – QUEM TEM MEDO DA FEMINIZAÇÃO DO CURRÍCULO?: UMA CONVERSA COMPLICADA SOBRE O PATRIARCADO (RESUMO EXPANDIDO – 41ª REUNIÃO NACIONAL ANPEd).....	175
PRODUTO 4 - NEM TODA MULHER É BUNDA, NEM TODA PROFESSORA É BRANCA (PUBLICADO).....	181

Cada um de nós é o que é porque conta uma história, verdadeira ou falsa. Qualquer relação, seja de amizade, seja amorosa, só terá sentido quando qualquer um dos protagonistas contar tal história (MAFFESOLI, 2008, p. 5)

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar essa conversa falando sobre meu tema de pesquisa, contarei aqui um recorte dos movimentos que traço para chegar ao ponto em que me encontro, que não é meu ponto final. Falar da minha trajetória acadêmica e geográfica se faz necessário, porque acredito nas trocas de experiências e na “[...] necessidade de compreendermos os modos como esses conhecimentos e significações são criados nas tantas redes que formamos e que nos formam [...]” (ALVES, 2012, pp. 36-37), acredito também na revolução que vem acontecendo nos chãos das *universidadescolas*³ (SÜSSEKIND; COUBE, 2020), onde pessoas como eu deslocam cada vez mais as posições dentro da academia, porque acredito que nossos processos de formação são atravessados por nossas histórias de vida.

Defendo a importância da autoria e, em grande parte do trabalho, escrevo na primeira pessoa do singular, pois minha história não é desconectada de minha pesquisa e muito menos conseguiria ser neutra, deixando de lado minhas experiências e crenças para seguir um paradigma positivista da ciência ocidental moderna. As escolhas que fiz e faço cotidianamente, politicamente, eticamente são parte constituinte do caminhar que é fazer pesquisa. Sou uma mulher branca, pobre e periférica, perdi minha mãe muito cedo para uma doença que me fez cuidar dela até o fim. Assim, sempre tive que cuidar de casa, e dos homens que nela habitavam, e da minha avó, mesmo levando mais de 6 horas no transporte para estudar e *trabalhar* na universidade onde sou bolsista desde 2017.

Marco, nesta pesquisa, um ponto que é de suma importância para minha trajetória acadêmica, que se chocou com a seguinte frase “ – Você vai fazer uma graduação para ser assalariada?”, em referência ao meu desejo de cursar Pedagogia. Ser assalariada, nesse contexto, significava que eu me formaria após quatro anos e meio (tempo mínimo de formação estabelecido em algumas universidades) para receber um salário mínimo atuando nas escolas de Educação Básica, entre a

³Conceito criado por SÜSSEKIND e GARCIA no texto *Diálogo e Formação de Professores: Universidade-Escola*, no ano de 2011. Este conceito surgiu através de três questões: as novas epistemologias que estão formando novas formas de pesquisar e entender o que acontece nas aulas (SÜSSEKIND; COUBE, 2020), o uso da conversa complicada (SÜSSEKIND, 2014) como alternativa metodológica aos métodos abissais de pesquisa e a valorização dos conhecimentos trazidos pelos estudantes e professores para as universidades e escolas. (SÜSSEKIND, COUBE, 2020).

Educação Infantil e o Ensino Fundamental anos iniciais, enquanto pessoas sem graduação receberiam o mesmo valor. Ou seja, é um termo que reafirma a desvalorização da classe docente no Brasil, além de sinalizar um preconceito educacionista, em que inferioriza pessoas que por inúmeros motivos não completaram a escolarização básica e/ou não tem alguma formação acadêmica. Mas não, nem isso, eu não cheguei nem a ser assalariada, sou bolsista, que muitos, sequer consideram trabalho. Mas, eu pesquiso, escrevo, produzo instalações, organizo arquivos e apoio na gestão da pesquisa dos grupos GPPF (Grupo de Pesquisa: Práticas Educativas e Formação de Professores) e ConCu (Grupo de pesquisa Conversas com Currículos nos Cotidianos das Universidadescolas) há anos... E, como monitora, bolsista de mestrado e depois de doutorado, eu dou aula nas turmas de graduação da universidade. Na formação, quando há indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a gente faz de tudo nos grupos de pesquisa.

O desejo de ser professora surgiu após cursar o Ensino Médio Normal ou Formação de Professores, entre os anos de 2012 a 2014 em um CIEP (Centro Integrado de Educação Pública) em Belford Roxo, na Baixada Fluminense. A localização do CIEP é em um morro tão alto que recebeu os apelidos de Everest e Morro das cabritinhas, este último era devido ao uniforme que contava com meias que subiam até os joelhos, o que nos projetavam marcas em dias ensolarados.

Com muita determinação e apoio de uma mulher que não era acadêmica e também não conhecia Certeau, minha incrível mãe, que eu pude operar “golpe por golpe” (2020,p. 95) para desviar e/ou re-inventar caminhos possíveis para um sonho que parecia tão distante quanto o doutorado. Fiz pedagogia no ano de 2015 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, uma universidade pública, sonho de muitos e acessível para poucos. Concluí a graduação no final de 2019 e durante três anos (2017-2019) atuei como monitora, ou seja, mais da metade da minha formação, atuando majoritariamente nas disciplinas de Currículo e Didática. Em meu último ano de formação, participei do processo seletivo para o Mestrado na mesma instituição, ingressando em 2020.

Antes de abordar minha passagem pelo mestrado, abrirei uma intersecção para falar sobre meu deslocamento geográfico, que ainda consiste em passar por pelo menos cinco municípios, utilizando quase todos os transportes públicos possíveis como ônibus, trem, metrô e kombi municipal. Meu município de origem é Mesquita, ele é meu ponto de partida para montar minha tática (CERTEAU, 2020) de

deslocamento. O bairro de minha residência fica às margens da rodovia Presidente Dutra⁴, na altura onde divide os municípios Mesquita, Belford Roxo e São João de Meriti.

Organizar minha trajetória é como montar uma tática de guerra, porque preciso antecipar todos os problemas possíveis do meu deslocamento Mesquita x Urca. Meu trajeto faz parte da minha narrativa, pois observo o mundo e sou observada por ele. Da janela do ônibus ([Imagemnarrativa 1](#)) me deparo com vidas subalternizadas em meio a Avenida Brasil⁵ e questiono a maldade nas construções públicas como, por exemplo, o uso de pedras pontiagudas para que pessoas em situação de rua não se abriguem ([Imagemnarrativa 2](#)). E o que são as salas de aulas se não espaços formados por vidas também subalternizadas?

Minha viagem em direção a universidade é formativa, pois além de enxergar as violências eu também enxergo as resistências e possibilidades de TRANSformação cotidianas, que são os fios que tecem as tramas do que chamamos de vida. Da janela me desloco, e desconstruo o mundo.

Conto essa história, porque assim como eu, tenho companheiras/es/os⁶ que se deslocam de lugares tão longe quanto Mesquita e entendo esses deslocamentos como curriculares. Vejo pistas (GINZBURG, 1989) para criar outros mosaicos interpretativos da vida cotidiana. A minha história se abalroa com outras e trago como exemplo um trecho da prova platô⁷ que fala sobre a distância, sobre o deslocamento e suas dificuldades.

As vezes não sinto força de vontade para vir a faculdade pela distância e falta de acesso a um transporte público mais direto, que não demore 2 horas para chegar até aqui, mas me lembro da importância de ocupar esse espaço e da dificuldade de ingressar em uma faculdade pública. (Prova Platô, 2022.2 - vespertino, p. 23).

⁴ Rodovia federal que atravessa os estados Rio de Janeiro e São Paulo.

⁵ Uma importante via expressa que transpassa diversos bairros do município do Rio de Janeiro- RJ.

⁶ Assumo o compromisso de abordar as pessoas a partir das formas de ser e estar no mundo. Respeitando pessoas não-binárias utilizando a vogal “e” ou “u”.

⁷ A prova platô é uma forma de registro curricular coletivo e anônimo das conversas complicadas em sala de aula. A metodologia envolve que os estudantes façam registros em folhas, sem datar ou nomeá-las, durante um determinado período de tempo. Ao final deste tempo, os estudantes trocam suas folhas para que os demais colegas possam continuar seus próprios registros, seguindo seus próprios interesses (SÜSSEKIND; CARMO; NASCIMENTO, 2020).

Ressalto que transcrevo as frases como as mesmas foram escritas, respeitando, inclusive o que entendemos por erros ortográficos.

Meu processo de escrita não foi linear. Não comecei pela introdução ou finalizei na última página. Eu me movo pelo trabalho e acredito que possa ser uma sugestão de leitura. Digo isto, pois em meio ao meu texto, trarei trechos tanto da prova, quanto das narrativas de Margareth Atwood defendendo a não linearidade de explicações, de organização de ideias, de temporalidade, dentre outros pontos. Ou seja, é uma conversa que flui, que vai e volta à medida que novas ideias vão surgindo durante este processo de escrita, entendendo com Lefebvre que “O tempo não tem estrutura. A escrita agarra o mundo do desejo, e a narrativa é onírica na sua cotidianidade [...]. A narrativa dá a imagem em movimento de um dia cósmico [...]” (1991, p. 8), na árdua tarefa de ir aos fatos sem ser dominada pelos fatos. Numa breve leitura de Mills, reforçamos que uma concepção é uma ideia com conteúdo empírico. Se a ideia for grande demais para o conteúdo, você estará tendendo para a armadilha da grande teoria. Ou seja, “Se o conteúdo engole a ideia, você tende à armadilha do empirismo abstraído. O problema geral aqui envolvido é frequentemente declarado como “a necessidade de índices”, e é hoje um dos principais desafios técnicos do trabalho factual nas ciências sociais”. (MILLS, 2000 ,p. 124, tradução nossa).

Retomando minha narrativa, minha caminhada pelo mestrado ocorreu durante a pandemia de covid-19. Lembro-me bem que a quarentena iniciou no que seria minha primeira semana de aula na UNIRIO, em março de 2020. Nesse momento tudo ficou bem confuso, pois a doença se alastrava cada vez mais, o número de mortos aumentava constantemente e eram anunciados todos os dias na mídia através de programas como o Jornal Nacional⁸ e Fantástico⁹. Estávamos sob governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022) que dava declarações irresponsáveis chamando de “gripezinha”¹⁰ ou incentivando o uso de medicamentos para prevenção sem qualquer comprovação científica¹¹, de modo a ratificar o movimento anti-intelectualista que dialoga constantemente com o movimento conservadorista no Brasil.

Diante de tantas incertezas e na esperança de uma vacina, sem expectativa de retorno presencial das atividades letivas, visto que meu projeto inicial abordava o

⁸ Telejornal brasileiro exibido de segunda a sábado à noite, no considerado horário nobre, pela emissora Rede Globo.

⁹ Programa televisivo exibido aos domingos à noite pela emissora Rede Globo.

¹⁰ **2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de ‘gripezinha’, o que agora nega.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em 15 jan. 2023.

¹¹ **'Tratamento precoce': governo Bolsonaro gasta quase R\$90 milhões em remédios ineficazes, mas ainda não pagou Butantan por vacinas.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55747043>. Acesso em 07 mar. 2022.

cotidiano de uma escola pública no município de Mesquita, precisei fazer alterações para me adaptar a nova forma de estar no mundo, que em grande parte foi virtual. Todavia, foi a partir de uma fofoca (ELIAS; SCOTSON, 2000), durante uma reunião *on-line* do antigo Grupo de Pesquisa Práticas Educativas e Formação de Professores/GPPF, que me interessei pela narrativa distópica *O Conto da aia* de Margareth Atwood, publicada originalmente em formato de livro no ano de 1985. Tal narrativa ganhou uma adaptação cinematográfica em 1990, com nome traduzido para *A decadência de uma espécie*, que sofreu com duras críticas, sendo esquecida até então. Em 2017, a história de Offred¹² volta aos holofotes com a série televisiva de mesmo nome, tendo em 2023 cinco temporadas disponíveis.

Optei por me inteirar sobre o mundo de Atwood primeiramente a partir do livro. Comecei a leitura sem saber o que poderia esperar da narrativa e sem refletir muito sobre o meu entendimento de distopia na época. A história, narrada por uma personagem chamada Offred, ganhou espaço no meu cotidiano. Neste mesmo período, eu ainda enfrentava as duras consultas de tratamento contra o câncer de minha mãe. Eram horas em ônibus e outras tantas horas dentro de salas de espera em andares diferentes, com médicos de especialidades diferentes. Offred me acompanhava nesses momentos ao lado de minha mãe e sua força me alcançava para estar no INCA (Instituto Nacional de Câncer) em meio a uma pandemia.

Existem teorias quanto ao nome de Offred que, na série, inicialmente chama-se June Osborne, mas com a implementação da República de Gilead, país fictício criado por Atwood, recebe o nome patronímico de Offred, sendo Of + nome do chefe da casa, onde a aia estaria temporariamente alocada. No livro, supostamente, o nome de Offred não seria revelado, inclusive, em seu último capítulo nos é apresentado que a narrativa de Offred são gravações em fitas deixadas por ela, de modo que, os nomes citados não constam em registros oficiais, indicando que, possivelmente, a aia os alterou para se proteger caso as fitas fossem encontradas por agentes do governo. Entretanto, estudiosos da narrativa, argumentam que o último nome sussurado, seria o nome verdadeiro de Offred, ou seja, June, a partir do seguinte trecho, no primeiro capítulo do livro: “Dessa maneira trocávamos nomes, de cama em cama: Alma. Janine. Dolores. Moira. June.” (ATWOOD, 2017, p. 9).

¹² Offred é nome patronímico da narradora de *O conto da aia*, sendo ela uma aia que serve a família Waterford.

A partir do *boom* midiático da mais recente produção, Atwood publica, em 2019, um segundo livro intitulado *Os testamentos*, em que muda sua única narradora (Offred) e nos apresenta três personagens distintas, que são: Agnes/Hannah, Nicole e Tia Lydia, em um mundo Pós-Gilead. O 'pós' é devido ao *Plot Twist* no último capítulo do livro, intitulado *O décimo terceiro simpósio* que acontece no ano de 2197 e trabalha com Estudos Gileadeanos a partir dos escritos deixados por Tia Lydia e a transcrição de depoimentos de Agnes/Hannah e Nicole, num mundo em que Gilead já não mais existe.

Minha dissertação, já defendida em janeiro de 2022, em prazo previsto pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ por ter sido contemplada com a bolsa Mestrado Nota 10, abordava mais especificamente o primeiro livro *O conto da aia*, o filme e a série até a quarta temporada. Meu trabalho era dividido em cinco capítulos, contando também com introdução, considerações finais, referências e mais três anexos com subdivisões, onde constavam imagens dos slides usados nas oficinas que fiz com duas turmas de currículo em 2021, de forma remota, assim como as provas platôs oriundas das oficinas, além do planejamento e da lista de produtos intelectuais que havia publicado até então.

Os cinco capítulos que compõem meu trabalho do mestrado abordam, em sequência, o projeto da minha pesquisa, os autores com quem trabalhei, explicação do título *SOB SEUS OLHOS: NARRATIVAS E IMAGENS DO PATRIARCADO EM O CONTO DA AIA* e meus objetivos, no primeiro capítulo. No segundo capítulo adentro a história de Atwood costurando trechos de seu livro, da série e do filme enquanto abordo questões climáticas, fascismo, patriarcado e necropolítica. No terceiro capítulo, dialogo amplamente com Michel de Certeau para falar sobre as táticas, burlas, resistências cotidianas das mulheres em Gilead, juntamente com a ideia de fofoca de Nobeit Elias e John Scotson, como uma das táticas, além de abordar com Silvia Federici a história da fofoca. Já no quarto capítulo, trago o diálogo sobre a Prova Platô, seu início, teorias que a alicerçaram, metodologia e recortes de ódio e solidariedade que nela apareceram dentre os anos de 2016 a 2019, enquanto atuava como monitora. Por último, o quinto capítulo, é sobre o meu: *fazer a pesquisa no cotidiano*, em que conto sobre a exposição *Conversas na/da/com a formação: uma instalação curricular*, que foi um dos desdobramentos da pesquisa com a Prova Platô, conto também sobre a oficina *O Conto da aia* e os diálogos com os estudantes sobre a prova, realizada de modo virtual, logo após participação na oficina.

Minha tese é o seguir da minha caminhada de análise do mundo de Atwood, debruçada sob os estudos de gênero, atualmente, estou mais direcionada para um estudo sobre o(s) patriarcado(s), após passagem direta ao doutorado, com decisão da banca avaliadora durante a defesa da dissertação. A passagem direta deu-se porque no decorrer da pesquisa, reuni um grande volume de materiais em minhas 'conversas', que a duração do mestrado não me possibilitava desenvolver. Meus caminhos e possibilidades eram muitas e, no amadurecimento do escrever, pude entender que pesquisar é o seguir dessa caminhada com várias bifurcações. Percebo que enquanto escrevo estas palavras, já não tenho mais tantas certezas que acreditei que pudesse ter no início da escrita e esta reflexão é um movimento de continuação da pesquisa, do construir tecidos de crochê que partem de um fio contínuo e que minha avó paterna tanto gostava de criar e recriar, já que ela iniciava com uma ideia e seu crochê transformava-se em outra coisa durante o processo.

Este trabalho se organiza e consolida com/em formato multipaper, que segundo Rose Clér Beche (2023, p. 36-37), “[...] é oriundo do Reino Unido e tem sido, academicamente incorporado, com mais prevalência nas ciências exatas, atendendo ao crescente interesse em assegurar a disseminação dos conhecimentos produzidos por meio de publicações”. Deste modo, por compreender a importância de ampliar a divulgação e valorização das pesquisas científicas, entendendo, a partir de Wanderleya Costa (2014, p. 6):

[...] que os trabalhos multipaper estão prontos para enfrentar o desafio de alcançar um grande número de leitores, visto que, ao invés de escrever apenas para uma banca avaliadora, o trabalho será divulgado para um público muito mais amplo, que pode incluir professor, pesquisadores, bem como profissionais.

Essa proposição me possibilitou uma maior divulgação dos resultados dos estudos em andamento, alcançando e contribuindo com outras/es/os pesquisadoras/es, porque aconteceu ao longo do desenvolvimento da tese que, inclusive, foi um meio de desenvolver as ideias que estava *crocherizando*. Apresentei trabalhos em diversos eventos, escrevi para revistas, realizei oficinas, capturei entendimentos outros, falas, questionamentos, tive dúvidas, tive também as colunas do que estava montando abaladas, me questionei e vivi a pesquisa. Vivi os patriarcados e ouvi sobre eles também. Conheci pessoas que jamais imaginei conhecer, como um dos familiares das crianças assassinadas por traficantes em

Belford Roxo¹³, conheci outras realidades ou outras Gileades que por meio da violência marcaram corpos, corpes e corpos (SÜSSEKIND; GONÇALVES JUNIOR; OLIVEIRA, 2020) . Nunca estive na presença de tantas armas quanto em 2023, aliás, todos os números sugerem que o número de armas disponíveis no país aumentou muito e que isso tem relação direta também com o aumento da violência, da violência de gênero e dos feminicídios.

Neste movimento, entendi que seria importante não apenas escrever capítulos fechados para que após defesa pudesse publicar artigos que seriam recortes destes mesmos capítulos. Logo, com a intenção de escrever a tese em formato multipaper, assim como a ideia do crochê que se inicia com laços ou pontos de fios para então transformar em algo, fiz movimentos que criaram o que chamo de grandes estudos, enquanto também tecia outros trabalhos e os submetia a avaliações, como seguem os produtos ao final da tese. Ou seja, meus estudos alimentam os produtos avaliados pelos pares e de ampla circulação, mas a tese deixa mais que os “papers” para quem tiver interesse em conhecê-la na totalidade.

Neste processo, vislumbro a colaboração entre pesquisadores, visto que muitas vezes o trabalho é solitário e os campos de pesquisas e negociações de sentidos hegemônicos são lugares de intensas disputas. Tal formato também possibilita que a dissertação ou tese, neste caso como tese, seja compreendida como um processo e não mero produto final a ser avaliado. Portanto, como dito anteriormente, apresento três grandes estudos, sendo o primeiro um estudo sobre *O conto da aia*, o segundo sobre os patriarcados e o terceiro grande estudo sobre os cotidianos vividos em minha experiência durante meus anos vinculada a UNIRIO, todos os estudos contam com referências próprias, assim como a introdução, conclusão e os produtos oriundos da pesquisa.

O amadurecimento da minha pesquisa perpassa entender os limites da metodologia com que trabalho, ou seja, há pontos que me escaparão, porém meu estudo se apoia em uma perspectiva teórica *epistemicometodológica* decolonial, pós-estruturalista, portanto tem todo uma criação de sentidos com a historiografia, com imagens narrativas (FERRAÇO; ALVES, 2016), com o campo curricular e com o

¹³ **Meninos de Belford Roxo foram mortos após sessão de tortura que deu 'errado', diz polícia.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/12/meninos-de-belford-roxo-foram-mortos-apos-sessao-de-tortura-que-deu-errado-diz-policia.shtml>. Acesso em 28 jan. 2024.

campo da formação de professores. No primeiro grande estudo, pretendo abordar as narrativas (*O conto da aia e Os testamentos*) de Atwood, juntamente às imagemnarrativas (FERRAÇO; ALVES, 2016) da série para pensar a distopia como um olhar para o presente, assim como refletir sobre os patriarcados, também em sua pluralidade. Meu atual trabalho dará grande foco ao segundo livro da autora, *Os testamentos* e a quinta temporada da série televisiva, em vista de trazer mais materiais para o debate. Destaco este estudo por entender que a história de Atwood esgarça as violências patriarcais, o que me auxilia a corroborar o que venho defendendo nesta tese sobre os patriarcados.

No segundo grande estudo, visio trabalhar os patriarcados¹⁴, tensionando-os, em muitos pontos, em sua pluralidade de formas e violências, portanto, também aparecerá no plural. Os estudos de Friedrich Engels em seu livro *A origem da família, da propriedade privada e do estado* aparecerá em meu trabalho, pois faço pinceladas de autores que percebem os patriarcados de maneira diferente do entendimento que estou trabalhando, porque embora a discussão possa parecer nova, não está ausente das teorias críticas, logo, estou ajustando minha lente de pesquisa para dar foco ao que me interessa. Minha distopia tem Engels para dizer que não é o capitalismo, mas os patriarcados que nos precariza.

Já no terceiro grande estudo, trarei minhas experiências cotidianas com as Provas Platôs, as oficinas sobre O Conto da Aia realizadas durante o mestrado e doutorado, e sobre minha experiência com o minicurso intitulado *Nem toda mulher é bunda, nem toda professora é branca*, de mesmo nome de artigo no prelo em parceria com Maria Luiza Süssekind e Juliana de Souza Lima, esta última também ministrante da oficina, como já mencionei, tudo acontece no e com o grupo ConCu.

Desloco Engels a partir do esforço já empreendido por Gerda Lerner no livro *A criação do patriarcado* para, desta forma, dialogar a temática em sua teoria, história, estruturas principais, além de fazer um recorte para contemporaneidade e os avanços conservadores, entrelaçando/crocherizando com a duologia de *O conto da aia* de Margareth Atwood, enquanto ressalto a importância de romper com o binarismo passado e futuro em meios as imagensnarrativas (FERRAÇO; ALVES, 2016) que disponibilizo por hiperlink no decorrer do texto. Junto a esses dois autores trarei mais

¹⁴ O entendimento do sistema patriarcal posto neste trabalho é de uma violência relacional de dominação e subordinação pautada em uma troca de obrigações, de sujeição e até de proteção.

uma vez Silvia Federici, Maria Luiza Süsskind, bell hooks, Lélia Gonzalez, Oyèrónké Oyewùmí, Ângela Davis e Gayle Rubin, mulheres que me inspiraram firmar cada dia mais um compromisso com o que penso ser um deslocamento de práticas de ódio fortalecidas pelos patriarcados. Explico aqui que citei apenas mulheres não numa tentativa de sobrepor gêneros ou manter o binarismo homens x mulheres, mas num movimento de dar destaque a quem considero companheiras epistemológicas.

Os três grandes estudos que constroem minha narrativa não pretendem criar um conhecimento libertador às mulheres, mas outras possibilidades de conhecer, praticar e ser que rompa com um simples deslocamento de posição dentro da estrutura agressiva que são os patriarcados. Tal estrutura nos faz perpetuar deliberadamente violências, por ser algo que aprendemos como resposta possível no território onde nos encontramos. Responder ódio com ódio. Ou seja, minha proposta é ocuparmos espaços que nos foram negados e repensar nossas práticas para não perpetuarmos os mesmos ódios que nos direcionaram e ainda nos direcionam. Ao conhecer e falar sobre, aqui me refiro aos patriarcados, fazemos movimentos de mudança, desnaturalizamos nossas existências, e, também, possibilitamos novas teorias e entendimentos. Para Lerner, “dar historicidade ao sistema de dominância masculina e afirmar que suas funções e manifestações mudam ao longo do tempo é romper com a tradição oferecida” (2019, p. 66).

Proponho utilizar também como fonte de pesquisa as narrativas de Atwood, expresso que não é minha intenção aqui explicar as histórias *O conto da aia* e *Os testamentos*. Meu trabalho vislumbra uma conversa que está falando sobre o agora e traz pontos das narrativas para reafirmar meu entendimento de distopia como tempo presente, além de trazer recortes sobre os patriarcados em diálogo com meu segundo estudo. Todavia, um resumo da série escrito por mim será disponibilizado, em conjunto com as sinopses dos livros e do filme, estes últimos em anexo.

Pensar a narrativa de Atwood como uma distopia significa assumí-la, nas conversas curriculares, como uma distorção do mundo em que vivemos, dando um foco específico, radicalizando a dominação patriarcal branca heterocisnormativa não deficiente, pois com o pesquisador Hilário (2013) compreendo “o gênero da distopia, em particular, [...] como dispositivo de análise radical da sociedade.” (p. 201).

Ainda segundo Hilário, “Etimologicamente, distopia é palavra formada pelo prefixo dis (doente, anormal, dificuldade ou mal funcionamento) mais topos (lugar).” (2013, p. 205). Entendo que ‘Topos’ é lugar, um espaço-tempo, portanto, distopia é

nosso tempo olhado de um lugar diferente. Usei o tempo que Atwood escreve os livros, o tempo do filme, da série e o tempo de agora, por compreender que distopias políticas são narrativas tão importantes para cultura da sociedade quanto a literatura, isso interessa particularmente para falar do momento atual, em que a cultura das séries televisivas vem ganhando espaço em plataformas de *streaming* e o consumo de narrativas distópicas, principalmente as que esgarçam as violências cotidianas como, por exemplo, a série coreana *Round 6*, mostra-se uma força reagente. Importante ressaltar que a consulta aos materiais referentes à narrativa *O Conto da aia* e *Os testamentos* (livros, filme e série televisiva) é feita com o material dublado/traduzido oficialmente para a língua portuguesa brasileira.

Na prova platô de 2023 surgiu a seguinte frase sobre o *agora* “o maior problema é sempre nos preocuparmos com o futuro sem olhar pro hoje” (PROVA PLATÔ 2023.1-vespertino, p.21). A monocultura do tempo, da sociedade que nós vivemos, dominada pela cultura europeia ocidental, católica e capitalista trabalha com uma noção de tempo única, uma noção linear com um início, meio e um futuro, este último costuma ser o grande foco dos discursos sobre mudanças.

Uma grande questão que também surge neste estudo é a do tempo. Pensar o tempo para fora da lógica de cronologia soa como uma grande armadilha. O ir e vir, do tempo, também me remete a memória. A humanidade atualmente acredita que consegue guardar os acontecimentos com mais facilidade devido a tecnologia, em vista que a vida humana não dá conta do acúmulo dos saberes. Mas lembrar, é esquecer. Os acontecimentos, narrados diferentemente em cada período de tempo, sofrem também a performatividade da linguagem. Logo, meu ir e vir pelo tempo que detenho em minha memória pode não condizer com o costume do tempo cronológico linear. Habitarei em muitos tempos para falar sobre muitos patriarcados.

Não estou preocupada com causalidades lineares. Trabalho com associações, crochês variados e improváveis entre práticas da vida cotidiana que matam as mulheres pretas pobres, perpassando também pela formação de professores. Ou seja, não estou fazendo comparações com bases históricas, estou apontando similaridades de múltiplas opressões a partir de um trabalho de escavação, de tirar dos silêncios algumas situações que podem parecer fortuitas e forçadas como, por exemplo, o caso de policiais que brigaram na Barra da Tijuca¹⁵. O movimento da

¹⁵ **Policial federal é morto por PM em quiosque na Barra da Tijuca, no Rio.** Disponível em:

distopia é esse exercício de aproximar e afastar focando naquilo que nos ameaça e incomoda, a violência dos patriarcados, suas tecnologias, políticas, saberes e fazeres que habitam os currículos da formação de professores.

Ao usar figuras masculinas eu reitero o que defendo sobre não perpetuar a ideia de não existência do outro, porque os patriarcados também afetam os homens, apesar da ideia de ter o homem heterocisnormativo branco ocidental e não deficiente como padrão a ser seguido, sendo esta síntese impossível, porque a diferença não pode ser apagada, além de não dar conta das múltiplas existências e recortes de opressões. Os patriarcados fazem alianças e ninguém está livre das opressões que elas causam.

Logo, o mundo colapsado de Atwood não é um mundo distante do nosso como Ailton Krenak também vem nos alertando. Krenak em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019) versa sobre uma humanidade tão descolada da Terra, que vimos aniquilando a diversidade e, portanto, nos aniquilando. Numa tentativa de dissolver o tempo e reafirmar que *O conto da aia* está acontecendo há muito tempo, inclusive enquanto digito cada palavra ou enquanto você as lê, apoio-me em Federici para defender que:

[...] a destruição da vida humana em larga escala tem sido um componente estrutural do capitalismo desde a sua criação, como a contrapartida necessária da acumulação da força de trabalho, o que pressupõe, inevitavelmente, um processo violento. (2019, p. 218).

Atwood, em entrevista, já havia dito que sua narrativa foi inspirada em diversos acontecimentos históricos, assim como mencionado pela autora em algumas entrevistas, conforme a concedida ao canal *The View*¹⁶, em que a autora diz: “- eu não criei nada”, referindo-se a inspiração em acontecimentos na história da humanidade. A autora também reforça essa ideia ao falar sobre a série: “A série de televisão respeitou um dos axiomas do romance: não se permitiu nela nenhum acontecimento que não tivesse precedente na história humana.” (ATWOOD, 2019, p. 446).

Quando me vejo tratando dos deslocamentos aniquiladores, nas narrativas, a ideia de um tempo linear acaba se perdendo, por isso, defendo que *O conto da aia* e

<https://opopular.com.br/cidades/policial-federal-e-morto-por-pm-em-quiosque-na-barrada-tijuca-no-rio-1.3093365>. Acesso em 19 jan. 2024.

¹⁶ **Margaret Atwood Talks Real Life Gilead Events.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jyYLVeZlrO0>. Acesso em 01 out. 2021.

Os *testamentos* não estão no passado e nem no futuro, é uma maneira de se olhar o agora. Dilatar o presente torna as pessoas humanas no agora e é nesse olhar para o agora que pude perceber as nuances entre distopia e as violências que acessei. Os estupros, a obrigatoriedade de perpetuar a espécie humana, a heteronormatividade, os assassinatos, as mutilações, o genocídio, a racialização, dentre as tantas opressões que os patriarcados criam e recriam em seus desenvolvimentos tecnológicos de melhoria destas engrenagens de violências. Como nos romances de Atwood, nossas invenções estão aprisionadas à verossimilhança e aos registros históricos.

Neste trabalho desenvolvo uma ideia de tecnologia para refletir sobre as nuances de opressões que escorrem através do tempo no sistema patriarcal, que enclausuram e/ou aniquilam as/es/os corpos/es/os a partir de modos diferentes, diante da ideia de que as violências se sobrepõem e atravessam diferentemente cada pessoa em espaço-tempos também diferentes.

Ao longo de sua existência, por exemplo, o povo Yanomami vem lutando há centenas de anos pela própria sobrevivência. As violências que os assolam são tecnologias que se adaptam ao longo dos tempos, ora com narrativas de salvação ora com narrativas de aniquilação. Ambas, narrativas de violências, plásticas, que se modulam para alcançar o objetivo de morte. Isso mostra-se evidente no seguinte trecho da Prova Platô, “muitas pessoas não tem as mesmas oportunidades, inclusive os índios, é preciso pensar sobre essas questões com urgência.” (2022.1 – matutino, p. 4).

Doenças, há muito, também assolaram e ainda assolam os povos originários, porém acredito que foi em meio a pandemia de Covid-19 que esgarçaram-se as desigualdades de gênero, raça e classe, no país, como o Coletivo Sycorax nos conta em notas do livro *Reencantando o mundo* de Silvia Federici (2022, p. 9):

O desemprego em massa lança milhões de famílias e comunidades à própria sorte, e são particularmente as mulheres que arcam com os mais pesados ônus desta crise. Elas são a maioria das pessoas que perderam empregos – os quais já eram, em muitos casos, informais e mal remunerados. São elas também que compõem majoritariamente a linha de frente dos profissionais de saúde e dos chamados “serviços essenciais”. Por esse motivo, a maior parte da tarefa de cuidar das famílias e dos lares – em suma, de reproduzir a vida humana – é relegada às mulheres.

Com Sússekind, Merladet e d’Avignon (2022), repenso que o mundo que lutamos para mudar, tem raízes muito fortemente vincadas na estrutura patriarcal, que

defendo preceder o sistema capitalista, em que a este aliou-se de maneira a tonificar-se e encontrar-se com outros sistemas como a colonialidade, por exemplo.

E, portanto, é um mundo que não tem vergonha de ancorar no cerne do capitalismo nessa relação, salarial, contratual e escravidão do capitalismo, uma permanente exploração que é a exploração do trabalho doméstico compulsório que durante a pandemia foi amplamente ampliado. , (SÜSSEKIND; MERLADET; d'AVIGNON, 2022, p. 996).

Pretendo ainda que, no desenvolvimento da minha pesquisa, sejam feitas analogias com experiências vividas como mulher que convive com as relações de poder ao qual meu corpo e minha existência são submetidos todos os dias. Assim, minha pesquisa não se atém às narrativas e contextos criados no universo imaginado por Atwood e aos conhecimentos criados como conversas complicadas (PINAR apud SÜSSEKIND, 2014b) na formação de professores da UNIRIO, mas também integra a forma como os efeitos dessas relações hierarquizantes são tratados e vividos por mim.

Não atoa, escrevo este trecho após passar pela triste situação de ter a casa invadida pelas águas da chuva e do rio, pela segunda vez em dois anos. É como uma reflexão sobre o que vim atravessando durante o período de estudos na pós graduação no estado do Rio de Janeiro, porque eu sinto a necessidade de falar também sobre parte da minha história. Sobre começar e terminar a tese numa casa alagada.

Em primeiro lugar, preciso afirmar que as bolsas de incentivo que recebi (Mestrado Nota 10/FAPERJ e Bolsa Capes doutorado) foram de extrema importância para que eu, inclusive, pudesse não me submeter a um trabalho de professora auxiliar de cinco turmas ao mesmo tempo por um salário que não era o valor do salário mínimo. Aqui você pode se perguntar o motivo pelo qual aceitei um trabalho que não me pagasse bem, apesar de ter um diploma de mestrado, porque num mundo capitalista o dinheiro é parte fundamental dos jogos de poder. Ter dinheiro me ajudava a não ter tantas obrigações em casa, mesmo que ainda tivesse.

Ter dinheiro me permitia me locomover entre municípios em transportes que costumam dizer que não ligam nada a lugar nenhum, devido a uma grande quantidade de baldeações. Ter dinheiro, também, me permitia ter vivências que não pude ter antes, comprar livros para montar minha biblioteca de estudos pessoal, dentre outras coisas. Coisas que parecem tão pequenas, mas que sei que são grandiosas para tantas mulheres. Foi, por exemplo, no ano de 2023 que viajei de avião pela primeira vez e isto se deu porque tive meu trabalho, em formato de resumo expandido, aceito

para ser apresentado em Manaus, na 41ª Reunião Nacional da ANPEd (PRODUTO 3).

Digo tudo isso, porque me recordo de um diálogo em sala de aula com uma estudante do curso de Pedagogia na Unirio, moradora de Duque de Caxias, que afirmou nunca ter ido a um museu. São essas vivências (ou não vivências), que parecem tão banais, que demonstram o quanto algumas camadas tem pouco o quase nenhum acesso ao que outras camadas consideram básicas. Eu mesma fui pouquíssimas vezes ao teatro. Falta de vontade ou falta de transporte para acessar teatros que se encontram em outros municípios?

Esta parte do meu trabalho é para afirmar que uns são mais vulnerabilizados do que os outros, mas sempre vulneráveis, porque existem múltiplas camadas de opressões que são efeitos da normatividade, porque não fugimos dela, que engloba as questões etárias, de gênero, classe e raça como alguns exemplos. Logo, este trabalho propõem-se curricular, como conversa complicada, pois está conversando sobre muitas coisas, no/com dissenso, além de conversar com as minhas experiências e com as experiências de quem lê.

Teorizo minhas hipóteses de maneira que possibilite que as pessoas possam existir, pois entendendo que este verbo é uma forma de resistência em meio a tantas tentativas de apagamento. Sou apagada pela falta de dinheiro, pelas enchentes, pelos tiros disparados, por comer demais, por estar envelhecendo, por ser professora, por existir.

Este trabalho é mais uma criação de significações, sem intenção de legitimar meu saber como verdade absoluta. É um outro tipo de transbordamento que conta com um banzeiro de lutas. Destarte, no caminhar da leitura, será possível se deparar com algumas repetições entre os estudos, pois é exatamente essa repetição que alimenta as análises, hipóteses de trabalho de que o(s) patriarcado(s) é(são) um sistema(s) que se aliou(aliam) a colonialidade e ao capitalismo de um modo que potencializou todas as suas tecnologias de opressão.

Estudar os patriarcados por entender suas múltiplas formas, me ajuda a repensar minha prática de pesquisa e meu olhar sobre minha própria vida. Durante o período em que me encontro na escrita da tese, passei por três situações que gostaria de destacar, porém sem relatar com muitos detalhes por uma questão de segurança. Posso dizer que tudo começou em um sábado ao solicitar um carro através de um famoso aplicativo de transporte. Durante esta viagem, o motorista puxou conversa

comigo e com meu companheiro, ao voltarmos de uma festa infantil. Durante a conversa, o motorista mostrou-se apoiador do porte de armas e proferiu inúmeros discursos violentos, afirmando em seguida que após ser reprovado em concurso público para a polícia militar, decidiu por conta própria adquirir duas armas e um colete à prova de balas.

Minha reflexão sobre este ocorrido foi de que eu senti mais medo do que meu companheiro, um homem cisheteronormativo. Senti também alívio por não estar sozinha, porque estaria muito mais vulnerabilizada e pensei que este caso não era isolado e nem uma experiência exclusiva minha. No dia seguinte, domingo, com planos de comemorar um aniversário com meus amigos fui para um churrasco, lá em meio a uma conversa sobre patriarcado, violências, etc., deparei-me com um homem, convidado da aniversariante, afirmando incisivamente de que não havia um feminismo branco de classe média frente a uma mulher negra. Ainda nesta conversa, este mesmo homem disse que daria um soco em um amigo que respondeu que ele além de responder pela agressão, também responderia por crime de racismo e homofobia.

Esta conversa nos abalou, pessoas gays, bissexuais, negras e mulheres. O choro ficou entalado na minha garganta, porque senti raiva. Senti que aquela pessoa nos agredia livremente, sem culpa, sem medo e abertamente. Ali, apesar de estarmos numericamente em vantagem, éramos minoria, éramos a margem que literalmente rodeava aquele homem. Contudo, seguimos fortes, usamos as táticas que podíamos, o ignoramos, mudamos nossas expressões, pontuamos a violência.

Eram dois dias e duas situações com dois homens distintos. Dali, após o episódio e o parabéns da aniversariante, decidimos seguir para outro lugar, o famoso *after*. Nos direcionamos a um *pub* de rock indicado por um casal de amigos que estavam conosco. Assim que chegamos neste *pub*, um homem, que aparentava estar na terceira idade, abordou meu companheiro afirmando que não gostava de *punks*, em seguida o empurrou duas vezes sem muita força. Sem entender muita coisa, meu companheiro, que vou chamar de Y, não deu muita atenção ao que o senhor lhe dizia e nem aos golpes contra seu peito, se direcionou para dentro do bar.

Após essa situação, um homem aproximou-se e desculpou-se pelo senhor que ele acompanhava em outra mesa. Y aceitou as desculpas do homem e afirmou não querer confusão. Contudo, após esse momento houve um burburinho de que o senhor estaria armado. Não levamos muito a sério no momento, porque a situação já havia se encerrado. Continuamos a ouvir músicas e conversar quando ao me direcionar ao

banheiro, enquanto Y pedia petiscos, vi o senhor empunhar uma arma em sua direção no balcão. Eu estava em sua lateral, mas frente a frente com sua arma. Mais uma vez senti medo.

No desespero contornei o homem com a arma e segui em direção ao banheiro para que pudesse chamar a polícia militar com mais segurança. Fui auxiliada pelo gerente do estabelecimento, mas por conta do medo não consegui fazer a ligação, porque não conseguia lembrar o endereço do local. Sai do banheiro e me deparei com policiais adentrando o estabelecimento por pura coincidência, ou talvez outra força inexplicável. Consegui me aproximar de um dos policiais para pedir ajuda e fazer a denúncia.

O policial militar me orientou para que me escondesse atrás de uma parede enquanto ele abordava o indivíduo armado. Ao mesmo tempo, vi que ele chamava o então dono do estabelecimento para conversar. Por fim, o policial retornou e afirmou que o homem armado era um colega de serviço e que nada poderia fazer sem abertura de um boletim de ocorrência. Me recusei, pois sabia que teria que me apresentar futuramente em um audiência, ou seja, teria que me expor. Senti medo.

Em novo diálogo, o policial me garantiu que só deixaria o local caso o homem fosse embora ou caso meu grupo de amigos fossem, fazendo então nossa segurança. Quis ir embora, mas a comida estava pronta e todos queriam comer. Ao pegar os petiscos, o dono do estabelecimento me disse que o homem armado fazia parte de um grupo local muito importante na região e que por isso disse ao policial que o agressor era um colega do mesmo.

Naquele momento, aceitei ficar apenas para que todas/es/os comessem e, em questão de algumas mordidas, vi os policiais entrando na viatura e indo embora. O medo tomou conta de mim e sem pensar duas vezes solicitei um carro por aplicativo. Dei sorte ou foi a mais pura coincidência, porque o motorista rapidamente aceitou a corrida, pois estava próximo ao local. Saí às pressas apenas com Y, que era o foco do homem armado, me despedindo de meus amigos, alguns também estavam se aprontando para sair do local. Contudo, outros três permaneceram.

Dentro do carro senti raiva, impotência e medo. Cheguei em casa e chorei. Tentei me acalmar até receber uma mensagem que dizia que houve uma briga entre o homem armado e um dos amigos que permaneceu. Houve tiros. A notícia era de que o próprio homem armado havia sido baleado. Voltei a sentir medo e mal consegui dormir. Toda a cena que havia vivido repassava em *looping* em minha cabeça.

No dia seguinte a história ganhou novos rumos, mais detalhes. Por sorte, ou coincidência ou Deus e Deusas, ninguém havia sido atingido. O homem armado foi indiciado, porém estava internado sob custódia da polícia. Na terça-feira, ainda abalada pelo ocorrido, recebo vídeos e links de amigos do noticiário, o agressor fazia parte de um grupo neonazista e junto a outro colega havia agredido outra pessoa, um deficiente auditivo. O agressor foi reconhecido. Outros membros do grupo também foram presos por outros crimes violentos na mesma semana que se iniciava.

Neste final de semana, fui amarrada, amordaçada pelas cordas dos patriarcados que me deslocaram, me jogaram contra muros de ódio. Meu corpo foi intensamente fragilizado, mas não apenas o meu, os corpos que me acompanhavam também foram. Corpos de homens, mulheres, gays, héteros, brancas/os, negros/as, provando mais uma vez que a violência patriarcal nos move dentro desse sistema. O corpo do homem branco cis também foi violentado por outro corpo masculino branco cis.

Estes relatos que deixei aqui não são casos isolados, não foram as primeiras situações de violência patriarcal que vivi e sei que não serão as últimas. A cada dia que venho estudando, analisando os patriarcados me vejo cada vez mais presa em sua teia. Sou golpeada todos os dias por seu ódio.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. Currículo e pesquisas com os cotidianos. In: FERRAÇO; C. E.; CARVALHO, J. M. (Orgs.). **Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades**. Petrópolis: DP et Alii, 2012. p. 35-46.

ATWOOD, M. **Os testamento**. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.

ATWOOD, M. **O Conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes. Vol.1, 5ª reimpressão, 2020. COSTA, W. Na. G. Dissertações e teses Multipaper: uma breve revisão bibliográfica. **Anais do Seminário Sul-Mato-Grossense de Pesquisa em Educação Matemática**, v. 8, n. 1, p. 1-10, 2014. Disponível em:

FERRAÇO, C. E.; ALVES, N. AS PESQUISAS COM OS COTIDIANOS DAS ESCOLAS: pistas para se pensar a potência das imagens narrativas na invenção dos currículos e da formação. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/rec.2015.v8n3.306316>. Acesso em: 18 fev. 2023.

FEDERICI, S. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. São Paulo: Elefante, 2022.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

GINZBURG, C. SINAIS Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas e Sinais**. GINZBURG, C. São Paulo: Cia Letras, 1989. p. 143-179.

HILÁRIO, L. C. Teoria crítica e literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. **Anuário de literatura: Publicação do Curso de PósGraduação em Letras, Literatura Brasileira e Teoria Literária**, v. 18, n. 2, p. 201- 215, 2013. Disponível em: <https://www.sumarios.org/artigo/teoria-cr%C3%ADtica-eliteratura-distopia-como-ferramenta-de-an%C3%A1lise-radical-da-modernidade>. Acesso em 01 out. 2021.

LERNER, G. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

SÜSSEKIND, M. L.; COUBE, A. L. S. . UNIVERSIDADESCOLAS: deslocando linhas abissais. In: **(De)Colonialidades na relação Escola-Universidade para a formação de professoras(es) de Línguas**. MASTRELLA-DE-ANDRADE, M. R. (Org.). 01ed.Campinas: Pontes Editores, 2020, v. 01, p. 55-74.

SÜSSEKIND, M. L.; MERLADET, F. A. D.; D'AVIGNON, M. G. S. O FIM DO MUNDO DO FIM. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 47, n. 3, p. 994–1008, 2023. DOI: 10.5216/ia.v47i3.74736. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/74736>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SÜSSEKIND, M L. **Quem é William F. Pinar?**. Petrópolis: de Petrus Et Alii, 2014b.

PROVA PLATÔ. arquivo de pesquisa: turma currículo matutino. 1º semestre. 2022.

PROVA PLATÔ. arquivo de pesquisa: turma de currículo vespertino. 2º semestre. 2022

PROVA PLATÔ. arquivo de pesquisa: turma de currículo vespertino. 1º semestre. 2023.

ESTUDO 1 – O CONTO DA AIA

O presente estudo acontece porque entendo que *O conto da aia* é uma narrativa que esgarça os patriarcados em suas inúmeras nuances. A distopia escrita por Margareth Atwood, em 1985, traz acontecimentos históricos e práticas de violência que acontecem cotidianamente não apenas nas vidas das mulheres, mas na sociedade como um todo, pois os patriarcados são uma estrutura que atinge diversas camadas sociais. Atwood escreve numa sociedade que vivia conquistas de direitos, mas era permeada pelo ódio ao feminino.

É a partir do entendimento de distopia como uma criação do tempo presente, e não um futuro com possibilidades aterrorizantes, que entrelaço acontecimentos de dentro e fora da história para construir minha própria narrativa sobre os patriarcados.

Minha escolha da distopia se dá porque compreendo não se tratar de um futuro próximo e nem de uma invenção da realidade, ou seja, uma realidade paralela, destacada da nossa, em que violências extremas são meios políticos possíveis. *O conto da aia* esgarça as violências patriarcais direcionada, principalmente, contra as mulheres. É como uma lupa que amplia o que já vem acontecendo há muito tempo, que também utiliza o absurdo de sua própria condição para chocar, barbarizar.

Ao dialogar com a historiadora Isabela Parucker (2018), a mesma traz um contexto sobre os Estados Unidos em 1980, década em que Atwood escreveu *O conto da aia*. A autora nos conta que neste período havia um intenso movimento feminista que denunciava as desigualdades de gênero e, desta forma, acarretou, também, no fortalecimento de movimentos políticos de grupos reacionários, como uma direita conservadora, assim como um antifeminismo.

Wendel Buchweitz (2020, p. 45), também nos ajuda a entender este período, ao dizer que “quando o ex-ator de Hollywood Reagan assumiu a presidência, havia uma baixa taxa de natalidade e um aumento na expectativa de vida. Além disso, uma ‘nova direita’ surgiu e, com esta, movimentos conservadores.”

Nos EUA, por exemplo, foram criadas redes de televisão cristãs cujo foco da programação eram os “valores familiares tradicionais.” Posicionavam-se contra o aborto, a libertação sexual das mulheres, o divórcio, o feminismo, a homossexualidade. Sob a égide desses valores, ativistas políticos que se diziam “a favor da família” atacavam movimentos feministas, alegando que a emancipação das mulheres estaria libertando-as da liderança de seus maridos e destruindo a família tradicional. Neste contexto, muito se dizia sobre um suposto “papel da mulher” e uma necessidade de preservação de valores tradicionais da família, bem como da natureza das relações entre

homens e mulheres. (PARUCKER, 2018, p. 67).

A história de Atwood recebeu uma adaptação cinematográfica em 1990, com nome traduzido no Brasil para “A decadência de uma espécie”. O filme recebeu duras críticas e logo caiu no limbo do esquecimento. Anos depois, mais especificamente em 2016, é produzida a série de mesmo nome, e é sobre ela que, também, quero falar.

1.1. BREVE RESUMO DA SÉRIE TELEVISIVA.

No que entende-se por um mundo desfocado ou um futuro próximo criou-se Gilead. Uma sociedade distópica, patriarcal e fundamentalista, em que as taxas de natalidade estão em declínio e a humanidade encontra-se a beira da extinção, o pano de fundo é a mutação climática (Latour, 2020) do planeta e consequente destruição, devido a algum cataclisma, guerras, poluições, doenças dentre outras mazelas. É em meio as incertezas da humanidade que discursos escatológicos e fascistas ganham força e as promessas de solução entram em evidência, em vista dos discursos sobre a ira de Deus estar causando todos os males.

A partir de uma ideologia cristã fundamentada no Antigo Testamento, um grupo de homens, fundam um grupo chamado filhos de Jacó com o intuito de tomarem o poder político e fundarem a então República de Gilead, através de uma série de ataques aos principais órgãos e símbolos da democracia estadunidense. Com premissa de suspensão da Constituição de maneira temporária para cuidar do país, que supostamente vinha sofrendo com ataques terroristas, os filhos de Jacó fundamentam medidas extremas até a consolidação do novo estado teocrático, posteriormente os filhos de Jacó dão espaço para uma nova classe social, os Comandantes.

Atualmente a série televisiva conta com cinco temporadas. A primeira inicia com Gilead instituída e a apresentação de Offred. Nossa narradora, que no período anterior se chamava June Osborne, era casada com Luke e com ele tinha uma filha de nome Hannah. Seu casamento foi fruto de uma relação extraconjugal entre os dois, visto que Luke já era casado. Com o decorrer da série, vemos que Luke divorcia-se para casar com June que logo engravida. Quando Gilead é instituída a relação entre os dois é vista como pecaminosa, o que faz com que June seja capturada e transformada em aia, já que ela era fértil em um mundo onde a fertilidade era escassa.

Após ser capturada, June é levada ao centro vermelho para receber os

ensinamentos, a partir das Tias, que eram mulheres mais velhas sem filhos e/ou maridos. Estas eram as únicas mulheres a terem um cargo no novo governo, assim como a permissão para lerem e escreverem. No centro vermelho, que antes era um ginásio, as mulheres tornadas aias aprendem como devem se comportar, como fazer a cerimônia mensal, que é seu próprio estupro por um Comandante durante seu período fértil. Quando está alocada em uma casa, aprendem também passagens da bíblia, saudações típicas, dentre outras coisas, assim como são punidas e aprendem as punições que seus atos de resistência podem causar. Elas aprendem a ser aias nesse novo regime.

Antes de Gilead, June tinha uma grande amiga, Moira, uma mulher negra e lésbica. Moira também é capturada e levada ao centro vermelho, de modo que ficaram juntas durante o período de ensinamentos, já que Moira é identificada como uma mulher fértil. Lá elas conhecem outras mulheres, Janine, Alma, Dolores, dentre outras. Elas criam laços entre si, apesar das amizades femininas não serem incentivadas.

No decorrer da série, vemos que Moira e June fugiram do centro vermelho usando roupas de Tias, contudo, tudo ao seu redor estava completamente mudado. Não haviam mais placas com nomes dos lugares, por exemplo, e os guardiões estavam por todos os cantos. Guardiões eram os homens que faziam o serviço de policiamento do país. June é recapturada e punida, porém o futuro de Moira torna-se incerto até elas se reencontrarem na casa de Jezebel, um lugar onde mulheres que não se encaixaram em nenhum lugar e não foram enviadas as colônias para morrerem limpando um solo radioativo, são alocadas para servirem sexualmente os Comandantes, enquanto usam roupas e maquiagens do período anterior. A própria Moira conta a June que preferiu a casa de Jezebel a ir para as colônias. Não é preciso dizer que a casa de Jezebel era um lugar à parte dos princípios bíblicos de Gilead.

No decorrer da primeira temporada, observamos June, agora Offred após ser alocada para a casa do Comandante Fred Waterford e sua esposa Serena Joy, ser violentada de diversas formas pelo casal. Além de June/Offred há uma Martha, que são mulheres que realizam todo o trabalho reprodutivo da casa, ou seja, elas limpam, cozinham, cuidam e sofrem violências deferidas pelas esposas.

As aias têm um período determinado para servirem uma família. Caso não engravidem, podem ser realocadas ou enviadas às colônias. Com seu tempo esgotando na casa dos Waterfords, Serena Joy obriga June/Offred a ter relações sexuais com Nick Blane, motorista da família e também um Olho, nomeclatura dos

agentes infiltrados que fazem espionagem para o próprio governo, para que a aia engravide.

Ponto interessante é que as aias não ficam confinadas o tempo inteiro nas casas. Elas vão em duplas ao mercado, por exemplo, para que façam caminhadas. É um momento de troca, mas também de receio de falar com alguma aia que seja devota a Gilead. No caso de June, ela faz amizade com outra aia, Emily, e descobre que ela era casada com uma mulher com quem tinha um filho. Emily era professora universitária. Sua família conseguiu fugir para o Canadá devido a dupla nacionalidade de sua esposa. Emily participava do movimento de resistência a Gilead chamado *Mayday*. Durante a série, é presa por ter um caso com uma martha, sendo punida com mutilação genital.

Ao retornar a função de aia, Emily, agora nomeada por Ofsteven, por ter sido realocada para outra família, após punição, em um ato de fúria, rouba um carro e dá inúmeras voltas até atropelar e matar um dos guardiões durante uma feira ao ar livre. Emily é detida e levada por outros guardiões, agora sua punição é ser enviada às colônias para limpar o solo radioativo até a morte.

No final da primeira temporada Janine, uma aia, ao ser alocada a casa dos Putnams e ter um bebê, Ângela, em um ato de desespero pega sua filha e foge, contudo, ela é capturada o que faz com que as demais aias sejam obrigadas a punirem Janine com o apedrejamento. Elas se negam e retornam às casas que servem. Entretanto, são presas durante a noite e levadas a um ginásio que serve como local para enforcamento coletivo. Após serem submetidas a este terror, Tia Lydia, revela que tudo havia sido armado para darem uma lição nas aias desobedientes, mas que não será apenas uma lição na próxima vez. As aias não foram enforcadas, pois Gilead não poderia se dar ao luxo de perder tantos úteros férteis ao mesmo tempo.

Na segunda temporada, vemos que Janine e Emily, por suas ações desobedientes, são enviadas às colônias, lá elas veem outras mulheres definhando devido a radiação presente no ambiente. Aos poucos cada uma delas vai adoecendo também. No decorrer da temporada, descobrimos como Serena Joy teve forte participação na constituição de Gilead mesmo que não tenha recebido créditos por isso. A mesma escreveu um livro que defendia a posição das mulheres como cuidadoras do lar que tem como missão divina e biológica terem filhos.

Ainda na segunda temporada, há um atentado feito por uma aia, orquestrado junto a *mayday* em um grande centro que reunia comandantes e aias, o que faz com

que Janine e Emily retornem à posição de aias, visto a escassez de mulheres férteis. Offred/June, agora grávida, em vários momentos utilizou-se de táticas para rever sua filha Hannah, agora renomeada como Agnes, que foi levada e enviada a outra família em Gilead. Em um dos encontros as escondidas com sua filha Hannah/Agnes, June/Offred consegue se esconder e fugir, todavia, ela entra em trabalho de parto sozinha e as condições climáticas não eram favoráveis. Com medo por si e seu bebê, June/Offred retorna a casa dos Waterfords.

Na terceira temporada, June/Offred consegue manter-se próxima a sua bebê, Nicole, mas logo organiza um plano, inclusive com a ajuda de Serena Joy, para que ela seja enviada para o Canadá. O Comandante Lawrence, um dos fundadores da República de Gilead, ajuda June/Offred nesta empreitada com também auxílio de Emily que tornou-se sua nova aia. Com o plano em andamento, June/Offred desiste de fugir com Nicole e pede para que Emily fuja com sua filha. Elas conseguem chegar ao Canadá.

Serena, arrependida, une-se a Fred Waterford para resgatar a bebê Nicole do Canadá. Eles fazem várias incursões envolvendo a mídia internacional, enquanto fazem apelo pelo retorno da bebê. Para isto, eles obrigam June/Offred a ajudarem no apelo por sua filha. No decorrer da temporada June/Offred é realocada para a casa do Comandante Lawrence¹⁷.

Mais uma vez June/Offred planeja reencontrar com sua filha Hannah, contudo, ela é denunciada por outra aia, Offmathew/Natalie, que estava grávida. Tal denúncia faz com que a Martha que cuidava da Hannah/Agnes e estava prestes a ajudar June/Offred, fosse capturada e punida com enforcamento. June/Offred, revoltada com a traição da outra aia, faz com que a mesma seja punida por outras aias com o silêncio, isso faz com que Offmathew/Natalie surte durante a ida ao mercado e leve um tiro de um guardião, mesmo carregando um bebê.

Offmathew/Natalie é internada de modo que mantenha seu bebê vivo e, como castigo por ter incentivado outras aias a tratarem Offmathew/Natalie mal, June/Offred fica confinada ao hospital para que reze todos os dias pelo bebê. Ao retornar para a casa do Comandante Lawrence, por ser a aia substitua da anterior, June/Offred planeja junto a aias e marthas uma grande fuga, que contava inclusive com a retirada de

¹⁷ Vou optar por manter o substantivo Offred para June para que não haja confusão com a mudança dos nomes patronímicos, em vista de servir a outro comandante.

crianças da república de Gilead.

O plano de June/Offred sofre com vários obstáculos, porém ela e outras aias, Janine, Alma e Dolores, conseguem distrair os guardiões e fazer com que um avião decole de Gilead para o Canadá com os refugiados. Contudo, durante o processo, ao fugir dos guardiões, June leva um tiro. Enquanto a fuga acontecia, Serena Joy e Fred Waterford são detidos no Canadá por terem atravessado a fronteira ao tentarem se encontrar com Mark Tuello, um representante do antigo governo democrático Estados Unidos da América.

Na quarta temporada, baleada, June/Offred é levada até uma fazenda por suas amigas aias. Elas se abrigam nesta fazenda com a ajuda de Esther, uma jovem esposa que havia sofrido inúmeros abusos por seu marido que queria um bebê, o que fazia com que ele oferecesse Esther para ser estuprada por outros comandantes e guardiões. Esther diante de tanta violência começa a paulatinamente envenenar seu marido, fazendo com que ele torne-se débil.

June/Offred enquanto se recupera do tiro, arma um plano de vingança contra comandantes na casa de Jezebel. Seu plano dá certo, porém, ela acaba sendo capturada por Gilead. Ela é torturada. Nick, que agora também é um comandante, com a ajuda do importante comandante Lawrence, tenta proteger June/Offred para que ela não seja assassinada por seus feitos contra Gilead.

Ainda no decorrer da quarta temporada, June/Offred e Janine, que também havia sido capturada por Gilead, conseguem mais uma vez escapar, desta vez, elas fogem e vão para a Zona de Guerra de Chicago, lugar que Gilead não conseguiu conquistar em sua totalidade. Lá elas encontram um grupo de rebeldes sobreviventes. June/Offred e Janine seguem o plano de fugir de Gilead para o Canadá. Todavia, durante a trajetória, Gilead bombardeia a Zona de Guerra de Chicago. Moira, que fugiu da casa de Jezebel, como socorrista voluntária do Canadá, encontra June/Offred ferida entre os escombros, enquanto o destino de Janine é desconhecido.

Moira convence June a partir para o Canadá no navio com os trabalhadores humanitários. Ao chegar ao Canadá, June/Offred solicita asilo no país. Luke, que fugiu de Gilead para o Canadá enquanto os guardiões capturavam June/Offred e sua filha Hannah, leva June para sua casa, onde morava com Moira, para que ela reúna-se com Emily, Nicole e Rita, que a informam que Serena Joy está grávida.

June¹⁸ presta depoimento contra os Waterfords no Tribunal Penal Internacional e denuncia todas as violências e abusos sofridos. Enquanto os Waterfords se preparam para o próximo dia de julgamento, eles são recebidos por um grande contingente de apoiadores pró-Gilead. Nesse meio tempo, Janine é encontrada e levada até Tia Lydia. Esther é transformada em aia, após descobrirem que ela foi cúmplice das aias fugitivas.

Ao saber que não receberá perdão de Gilead, Fred Waterford, faz um acordo com o diplomata Mark Tuello em troca de imunidade e proteção. Quando descobre que Fred e Serena sairão impunes de seus crimes, June planeja uma troca entre Canadá e Gilead, em que vinte e duas mulheres seriam libertadas e enviadas ao Canadá em troca de Fred. Após o acordo ser firmado, Fred é entregue a June na Terra de Ninguém, território sem demarcação de um Estado. June, Emily e outras ex-aias perseguem Fred pela floresta, batem nele até a morte e o enforcam em uma parede.

Na quinta e, até o presente, última temporada, June empreende várias tentativas de encontrar e retirar sua filha Hannah/Agnes de Gilead, junto a Luke, Moira e Mark Tuello, enquanto Serena Joy, viúva e grávida, busca uma posição política em Gilead. Ambas lidam com o crescente apoio de Gilead no Canadá.

Serena torna-se uma figura de Gilead entre o povo canadense, contudo, essa posição não dura muito quando ela se vê diante dos riscos de permanecer no país. Ela então é enviada à família Wheelers para ser abrigada até ter seu bebê, entretanto, é tratada indiretamente como aia pela família apoiadora dos ideais de Gilead. A ex-esposa consegue fugir e ir em busca de June, que havia sido capturada na Terra de Ninguém enquanto, junto a Luke, buscava informações sobre Hannah/Agnes.

June ajuda Serena que entra em trabalho de parto e leva ambos ao hospital no Canadá para receberem os devidos cuidados, mas Luke, em um ato de vingança, denuncia Serena por não ter documentação. Serena é presa e separada do filho que é alocado com a família Wheelers. Ela pede para retornar a casa dos Wheelers para ficar com seu bebê, Noah, até conseguir fugir com ele.

Durante a quinta temporada fica visível o quanto o apoio a Gilead aumenta entre a população canadense, ao ponto em que June é atropelada por uma caminhonete com adesivo de Gilead, em frente a sua casa. Quando o motorista

¹⁸ A partir deste ponto da escrita opto por manter apenas June neste subcapítulo, em vista da liberdade da personagem. Neste subcapítulo também a emancipação de Gilead.

engata a ré do carro para atropelá-la novamente, Luke consegue intervir e salvar June, contudo, ele bate no motorista até matá-lo.

A morte do agressor de June faz com que Luke seja procurado pela polícia. Em casa, após atendimento médico, June diz a Luke que eles precisam fugir, porque o Canadá já não é mais seguro. Ela continua dizendo que eles esperaram demais para fugir enquanto a República de Gilead se consolidava nos Estados Unidos da América. No final do último episódio da quinta temporada, June e Luke arrumam seus pertences para fugir com a bebê Nicole. Mark Tuello conta ao casal sobre um trem que está levando outros refugiados para fora do Canadá. Todavia, apenas June e Nicole embarcam no trem, visto que Luke era procurado pela polícia canadense. Dentro do trem, June encontra Serena Joy fugindo com seu filho Noah em direção ao Havaí.

1.2. GILEAD PENSADA A PARTIR DO FASCISMO

Entendo o fascismo a partir da conceituação de Jason Stanley em seu livro *Como funciona o fascismo* (2020), em que ele compreende como sendo qualquer ultranacionalismo, seja religioso, étnico e/ou cultural, na qual a sociedade é representada por um líder autoritário. Ele explica que na política fascista há uma divisão do 'nós' e do 'eles', em que desumaniza a outridade. Todavia, utilizarei sua ideia para abordar a sociedade gileadeana que é comandada por um grupo de homens, os comandantes.

Os políticos fascistas justificam suas ideias ao aniquilar um senso comum de história, criando um passado mítico para respaldar sua visão do presente. Eles reescrevem a compreensão geral da população sobre a realidade distorcendo a linguagem da idealização por meio da propaganda e promovendo o anti-intelectualismo, atacando universidades e sistemas educacionais que poderiam contestar suas ideias. Depois de um tempo, com essas técnicas, a política fascista acaba por criar um estado de irrealidade, em que as teorias da conspiração e as notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado. (STANLEY, 2020, p. 16).

Stanley nos conta que as políticas fascistas classificam e dividem os grupos sociais (nós e eles), o que acarreta em um sentimento de vitimização em relação às minorias, ou seja, nós produzimos e eles são parasitas. São ideias que aparecem nas conversas que abordam as cotas raciais como privilégio de pessoas negras, por exemplo. Na série, especialmente na quinta temporada, grupos de canadenses começam a protestar contra a estadia dos refugiados de Gilead.

De acordo com Schwarcz (2019, Pp. 35-36), “uma sociedade acostumada com hierarquias de mando [...] usa de uma determinada história mítica do passado para justificar o presente, e que lida muito mal com a ideia da igualdade na divisão de deveres mas dos direitos também.” Tal organização hierárquica pode oferecer interessantes termos para pensarmos as marcas da desigualdade, das múltiplas formas de violência e opressão, inclusive gênero.

Quando classificações e divisões sociais se solidificam, o medo substitui a compreensão entre os grupos. Qualquer progresso para um grupo minoritário estimula sentimentos de vitimização na população dominante. Política da lei e da ordem tem apelo de massa, lançando “nós” como cidadãos legítimos e “eles”, em contraste, como criminosos sem lei, cujo comportamento representa uma ameaça existencial à masculinidade da nação. (STANLEY, 2020, p. 16).

Logo,

O objetivo estratégico dessas construções hierárquicas da história é deslocar a verdade, e a invenção de um passado glorioso inclui o apagamento de realidades inconvenientes. Enquanto a política fascista fetichiza o passado, nunca é o passado real que é fetichizado. Essas histórias inventadas também diminuem ou extinguem completamente os pecados passados da nação. (STANLEY, 2020, p. 16).

No caso de Gilead, sua instituição se deu a partir de inúmeros ataques pontuais à democracia estadunidense. Posterior aos ataques e conseqüentemente ao golpe, o mundo tinha como pano de fundo a morte. A natureza estava morrendo, devido aos atos inconseqüentes de desmatamento e poluição, assim como a vida humana que estava caminhando para a extinção, visto que a fertilidade, nascimento e sobrevivência de bebês se tornou cada vez mais raro.

Com baixa taxa de natalidade, discursos fascistas de cunho religioso começaram a ganhar força. As mazelas da sociedade começaram a ser vistas como ‘castigo de Deus’. A punição seria a aniquilação da humanidade se elas não se curvassem ao Senhor e seguissem seus mandamentos bíblicos, mais especificamente o Antigo Testamento. A medida que esse discurso ganhava força, os filhos de Jacó se mobilizaram para orquestrar a queda dos Estados Unidos da América sob pretexto de ataques terroristas.

Fui presa pouco depois que os Filhos de Jacob liquidaram o Congresso. No início, nos disseram que tinham sido terroristas islâmicos: declarou-se Estado de Emergência em todo o país, mas nos disseram para continuar como sempre, que a Constituição logo seria restabelecida, e que o estado de emergência logo chegaria ao fim. Isso era verdade, mas não da forma como pensávamos. (ATWOOD, 2019, p. 77).

Foi dado um golpe aqui nos Estado Unidos, assim como já houve tantos em tantos outros países. Toda mudança de governo pela força é seguida de um movimento para esmagar a oposição. A oposição é liderada por pessoas instruídas, logo quem tem instrução é eliminado primeiro. Você é juíza, logo você, goste ou não, é instruída. Eles não vão querer você por perto (ATWOOD, 2019, pp. 130-131)

Gilead estando em um sistema socioeconômico capitalista, para ‘sobreviver’ é necessário a produção de um tipo particular de trabalhador – e, portanto, de um tipo particular de família, sexualidade e procriação. Para Federici (2019a) é:

Nesse contexto é que as políticas que proíbem o aborto podem ser decodificadas como dispositivos para a regulação da oferta de mão de obra, e o colapso da taxa de natalidade e o aumento do número de divórcios podem ser lidos como instâncias de resistência à disciplina capitalista do trabalho (p. 205).

Acredito que o entendimento de um dos maiores ataques a organização heteronormativa se dava pela simples existência da comunidade LGBTQIA+, já que a procriação era entendida como função básica da humanidade, pelos apoiadores de Gilead, por isso o castigo da infertilidade. Federici, ao retomar a historiografia, nos conta que “[...] por meio da caça às bruxas, que literalmente demonizou qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não procriativa, ao mesmo tempo que acusava as mulheres de sacrificar crianças para o demônio.” (2017, p. 174). O que corrobora com o que Federicinos diz, em outro estudo, sobre relacionamento entre mulheres, pois “[...] o contato sexual com mulheres é proibido porque, na moral burguesa, tudo o que não é reprodutivo é obsceno, antinatural, pervertido. (2019a, p. 57).

Dentro do cenário de incertezas, do mundo de Atwood, o medo e o ressentimento também mobilizaram os cidadãos uns contra os outros. Os grupos minoritários e, principalmente, as mulheres foram apontadas como ameaça. A história da humanidade já nos mostrou que em períodos de medo em relação à procriação, a sexualidade feminina é aprisionada por homens.

[...] quando o crescimento populacional se tornou uma preocupação social fundamental durante a profunda crise demográfica e com a escassez de trabalhadores no final do século XIV, a heresia passou a ser associada aos crimes reprodutivos, especialmente à “sodomia”, ao infanticídio e ao aborto (FEDERICI, 2017, p. 79).

Como tal, Gilead é o local que se vale da Necropolítica (MBEMBE,2016), dos controles e das garantias de suas próprias leis, tornando-se uma zona, onde a

violência do estado de exceção alegadamente atua a serviço da civilização quase em extinção. Mbembe diz que “a soberania é a capacidade de definir quem não é importante, quem é “descartável” e quem não é.” (2016, p 135), e é sobre este poder que Gilead se funda.

Nesse sentido, trago a percepção de que, entendendo a Necropolítica, a partir de Mbembe, estamos falando da construção de modelos de “ estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar.” (2016, p. 128). Práticas políticas e culturais, além de uma associação entre estado, ideologia e burocracia, baseadas num profundo divisionismo, abissal, que se alimenta da permissão de desumanizar e acabar com as vidas de populações inteiras.

As condições de uma ideologia extremista é aceita a partir do que Stanley entende por *normalização*. “O que a normalização faz é transformar o que é moralmente extraordinário em ordinário. Isso nos torna capazes de tolerar o que antes era intolerável, fazendo parecer que é assim que as coisas sempre foram.” (STANLEY, 2020, p. 181).

Normalizar a aniquilação da outridade está intrinsecamente ligada a vitimização de grupos com grande status, logo, a política fascista se alimenta deste ressentimento que cria uma ideia de perda, de injustiça que, geralmente, refere-se a movimentos de promoção de equidade social. Portanto, é dentro desse discurso de vitimização que a política fascista prospera, porque torna-se cada vez mais difícil defender uma superioridade ou normalidade religiosa, étnica e de gênero. Para Stanley (2020, p. 99), “a exploração do sentimento de vitimização de grupos dominantes frente à perspectiva de ter que dividir cidadania e poder com grupos minoritários é um elemento universal da política fascista internacional contemporânea.”.

Todavia, as políticas fascistas e suas soluções, como no caso de Gilead, de impedir a extinção da humanidade através da obediência religiosa, não sustenta os alicerces que constroem, pois propõe a morte, o que não atinge apenas as minorias, porque vulnerabiliza o que já está vulnerabilizado, toda a humanidade, uns mais que os outros.

Atwood ao refletir sobre a queda de Gilead diz que:

Totalitarismos podem desmoronar de dentro para fora, à medida que deixam de cumprir as promessas que os levaram ao poder; ou podem ser atacados de fora para dentro; ou ambas as coisas. Não há fórmulas infalíveis, já que muito pouca coisa na história é inevitável. (ATWOOD, 2019, p. 445).

1.3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM GILEAD

A organização social de opressão das mulheres e das minorias sociais se dá a partir do que Rubin entende por *sistema de sexo/gênero* que “[...] é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.” (2012, p. 3). Ainda de acordo com Rubin, existem outras denominações para sistema sexo/gênero, como patriarcado e modo de reprodução. Neste trabalho, usarei majoritariamente a palavra patriarcados, no plural.

Rubin defende que o termo sistema sexo/gênero é neutro e que o conceito patriarcado esconde as distinções entre a capacidade e a necessidade humana de criar um mundo sexual e as formas de opressão que foram organizadas. Entretanto, discordo da existência de neutralidade em um conceito e entendo que ambos, sistema sexo/gênero e patriarcado, abordam o poder sobre a vida e morte das pessoas. Para Oyewùmí:

A lógica cultural das categorias sociais ocidentais é baseada em uma ideologia do determinismo biológico: a concepção de que a biologia provê a racionalidade para a organização do mundo social. Assim, essa lógica cultural é na verdade um “bio-lógica”. Categorias sociais como “mulher” são baseadas no corpo e são construídas em relação e em oposição a outra categoria: “homem”; a presença ou ausência de certos órgãos determina [nesse caso] a posição social. (2018, p.297).

Nessa direção, fazer uma análise da renomeação das aias se faz necessário para refletir a necropolítica (MBEMBE, 2016) e o genocídio que a diáspora e a escravização das pessoas acarreta, sendo o apagamento das histórias, destruição das famílias, silenciamento das línguas e renomeação do que já tem nome. Este último ato, renomear, entendo, a partir de Lerner, como “[...] um ato poderoso; um símbolo de soberania” (2019, p. 227), porque marca o poder do outro sobre o pertencimento de si.

Em *O conto da aia*, na série, antes de receberem um nome patronímico (Of + nome do chefe da casa), as aias são identificadas por números, assim como as marthas de maneira explicitada no terceiro episódio da primeira temporada da série (THE HANDMAID’S TALE, 2017), em que Ofglen/Emily ao ser julgada por ter um caso

com uma martha, é chamada pelo número 8967. Ao refletir sobre o nome Offred, noto que a sonoridade é bem semelhante à palavra em inglês Offered, que também traz o sentido dúbio de oferenda em sua tradução.

Ou seja, não são apenas os corpos que são roubados das aias, mas também seus nomes que remetem às suas identidades. Gilead, desta maneira, retira-lhes suas identidades as desumanizando e objetificando, já que a cada realocação as aias mudam de nome. Suas existências, desta forma, são apagadas, porque ao longo do tempo as aias recebem muitos nomes patronímicos, por servirem muitas casas, logo suas identidades se desbotam na história ao ponto de não serem mais vistas individualmente.

Alguns meses após o casamento de Paula com meu pai, nossa casa recebeu uma Aia. O nome dela era Ofkyle, já que o nome do meu pai era Comandante Kyle.

- O nome dela deve ter sido outro antes – disse Shunammite. – De algum outro homem. Elas ficam passando de mão em mão até terem um bebê. São todas vadias, mesmo, não precisam de nomes de verdade. Shunammite disse que vadia era uma mulher que tinha ficado com mais homens do que seu marido. Ainda que não soubéssemos direito o que “ficar com” queria dizer. (ATWOOD, 2019, p. 93).

A questão da mudança de nomes em Gilead, além de ser uma violência praticada contra as aias, pode ser, também, utilizada por elas como tática de proteção quando utilizam-se da arte do fraco (CERTEAU, 2020) para esconder suas identidades ao serem investigadas por Gilead. No primeiro livro, em seu último capítulo, ao analisar as fitas deixadas por Offred, o professor Pieixoto constata que os nomes Serena Joy e Fred Waterford não aparecem em outros registros, por isso supõe-se que Offred/June alterou as identidades dos Waterfords para se proteger, logo, também alterou o seu para que não fosse descoberta caso as fitas fossem encontradas. A proteção pelo nome não era algo exclusivo a Offred, como fica explícito no segundo livro em relação aos nomes dos comandantes:

Seu nome era Comandante Judd, ainda que eu não saiba se essa informação vá lhes ser útil caso estejam tentando estabelecer a verdadeira identidade dele, já que os líderes dos Filhos de Jacob trocavam de nome com frequência durante os estágios secretos de planejamento de Gilead. (ATWOOD, 2019, p. 240).

Ao analisar as mulheres de Gilead, destaco que são estratificadas e separadas por cores em: aias que usam vestido vermelho, esposas, casadas com homens do alto escalão, usam vestidos azuis, marthas, escravizadas, responsáveis por todo o

trabalho doméstico, usam vestidos verdes e as Econoesposas que usam vestidos com as três cores, já que acumulam as três primeiras funções citadas. Também existem as Tias que são as únicas mulheres a ocuparem um cargo no governo, elas usam vestidos de cor marrom, as Não-mulheres um grupo constituído por mulheres inférteis, membros na comunidade LGBTQI+, ativistas, acadêmicas e religiosas de outras vertentes que devido a sua posição são mortas ou enviadas às colônias, nas colônias usam roupas gastas e cor envelhecida de difícil identificação e por último as Jezebéis, que apesar de não reconhecidas oficialmente pelo governo, ocupam o lugar de prostitutas usando roupas e fantasias do período anterior. Os homens se distinguem se forem ou não comandantes ou que tenham uma posição de soldados do governo, assim como os anjos, guardas e/ou olhos, estes últimos agentes infiltrados cuja identidade é secreta.

O estudo de Federici (2019) me auxilia a refletir as classes sociais da distopia de Atwood, em vista de que a organização social descrita pela pesquisadora italiana, de períodos em que a escravização era legal, assemelha-se as classes sociais em Gilead, inclusive em relação as amarras dos patriarcados que dá e tira privilégios em decorrência das relações com homens. A citação a seguir, de Federici, corrobora a ideia de que Atwood utiliza a história da humanidade em sua narrativa, de maneira a esgarçar as violências ao concentrá-las em Gilead em um único período de tempo. Nada é novo e as mulheres estão há muito tempo lutando para sobreviverem da maneira que conseguem.

Na base, ficavam as mulheres escravas, cuja sexualidade era usada por homens poderosos como se fosse uma mercadoria; no meio, ficava a escrava-concubina, cujo desempenho sexual poderia resultar em sua ascensão social, na concessão de alguns privilégios e no direito à herança para os filhos, no topo ficava a esposa, cuja servidão sexual a um homem dava-lhe direitos legais e de propriedade. Em algum lugar além da esposa estavam as mulheres excepcionais, que, em razão da virgindade e da função religiosa, gozavam de direitos de outro modo reservados apenas aos homens. (FEDERICI, 2019a, p. 134).

As mulheres, em Gilead, são estratificadas desde a infância ([imagemnarrativa 9](#)), sendo também divididas por cores, em que cada cor simbolizava uma etapa em sua vida, como explicado na citação a seguir:

Os vestidos em rosa, branco e violeta eram a norma para meninas especiais como nós. Meninas comuns das Econofamílias usavam a mesma coisa o tempo todo – as listras multicoloridas feias e os hábitos de cor cinza, iguais às roupas de suas mães. Elas nem sequer aprendiam a bordar em *petit point* ou a fazer crochê, faziam apenas a costura ordinária, a confecção de flores de papel e outras tarefas parecidas. Não eram pré-selecionadas para se

casar com os melhores homens – os Filhos de Jacob e os outros Comandantes ou seus filhos – como nós; embora pudessem ser escolhidas quando mais velhas, se fossem bonitas o bastante. (ATWOOD, 2019, p. 19).

É pelo olhar que identificam as mulheres passíveis de violências ampla e abertamente e as mulheres que merecem algum tipo de proteção, salvo se obedecerem os homens, e as meninas especiais, que aparecem na citação anterior. Ou seja, é o olhar que distingue as mulheres, porque elas são marcadas, assim como as bruxas, os hereges e os Judeus eram marcados pelas vestimentas.

Dialogando com a historiografia, é possível pensarmos em testes e desenvolvimento de diferentes tecnologias de dominação, do que entende-se neste trabalho por patriarcados, para subjugar os corpos, corpas e corpes (SÜSSEKIND; GONÇALVES JÚNIOR; OLIVEIRA, 2020) há muito tempo na história da humanidade. São corpos, inclusive, corpos masculinos feminizados que fazem com que os chãos dos patriarcados tremam, ao que Pinar (2001), nos conta que os homens homossexuais, nas prisões dos Estados Unidos, por exemplo, são marcados com a letra D de ‘degenerado’ e como outro exemplo das tecnologias de dominação, de acordo com o site *Enciclopédia do holocausto*¹⁹, os judeus eram obrigados a usarem distintivos para ser identificados entre 1939 e 1945. Logo, são corpos demarcados como territórios impróprios, tóxicos tal como as Colônias em *O conto da aia*.

São várias as incursões violentas contra as mulheres, ou melhor, contra o feminizado, sejam elas de qualquer categoria social dentro e fora do novo Estado. Em Gilead, Serena Joy, por exemplo, apanha de Fred por ter chamado uma Martha, que antes de Gilead era médica, para que esta salvasse a bebê de Janine/Ofwarren. A Esposa teve também seu dedo mindinho amputado por ter lido a Bíblia diante de vários comandantes em um ato de reivindicar a permissão para leitura.

Emily/Ofglen, após ser denunciada por ter um relacionamento afetivo com uma martha é capturada e detida, como já mencionado. Ela é obrigada a assistir sua companheira ser enforcada, logo após ela sofre uma mutilação em sua genitália, como pena de redenção por ser uma traidora de gênero, tendo seu clitóris removido, pois segundo Tia Lydia “ - As coisas vão ser bem mais fáceis para você agora. Você não vai querer aquilo que não pode ter.” ([imagemnarrativa 10](#)), no episódio 03 da 1ª

¹⁹ **O distintivo judaico: durante a época nazista.** Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/jewish-badge-during-the-nazi-era>. Acesso em: 10 jan. 2024.

temporada é (THE HANDMAID'S TALE, 2017).

A responsabilidade conjunta, em que mulheres monitoram e vigiam umas às outras constantemente leva à uma “proliferação de tecnologias disciplinadoras” (FEDERICI, 2022, p. 124). Exemplo disto, é quando Offred tem medo de conversar sobre o passado com Ofglen/Emily, visto que ela temia que a companheira de caminhada a denunciasse. Na Prova Platô, sobre a organização social em Gilead, aparece o seguinte entendimento: “No conto da aia noto que o sistema coloca as mulheres uma contra as outras, o que lembra o que era feito com os escravizados e capitães do mato.” (Prova Platô, 2022.1 – matutino, p. 6). Ou seja, os patriarcados se valem da vigilância e das punições para continuar expandindo suas raízes. Entretanto, vigilância e punições não bastam para controlar as desobediências. Cotidianamente as vidas, em Gilead, escapam pelas rachaduras dos muros de morte²⁰, recriando, reinventando, burlando as expectativas e normas do regime autoritário, onde destaco, por exemplo, June guardando manteiga oferecida em suas refeições para utilizar como hidratante corporal, já que Gilead não permite o uso e/ou a produção de cosméticos, em repúdio ao pecado da vaidade, tanto no livro, quanto na série.

Faz-se importante ressaltar a existência de uma hierarquia CISnormativa dentro da organização social e também feminina, em que as esposas, por exemplo, podem infligir punições contra as aias, seja de forma física ou psicológica, como quando Serena Joy, esposa de Fred Waterford, no terceiro episódio da primeira temporada da série (THE HANDMAID'S TALE, 2017), mantém Offred isolada em seu quarto por três semanas por ter menstruado, não concebendo de imediato após cerimônia mensal. Existe, portanto, “[...] cooperação voluntária das esposas em um sistema que lhes oferece benefícios de classe em troca de sua subordinação em questões sexuais.” (LERNER, 2019, p. 152).

A relação entre Serena Joy e Offred e June é desigual apesar de ambas serem mulheres e oprimidas por um sistema misógino. Se o lugar das mulheres na hierarquia Cisnormativa é medido pelo status do homem ao qual ela estava relacionado, para Lerner,

A principal diferença de classe entre uma esposa que vivia sob a dominância/proteção patriarcal do marido e uma escrava que vivia sob a

²⁰ O Muro é um local usado para exibir os corpos das pessoas assassinadas por Gilead, em que a cabeça de suas vítimas é coberta por um capuz que contém um símbolo que demonstre qual o motivo de sua punição como, por exemplo, uma cruz invertida para demarcar a pessoa como traidora religiosa.

dominância/proteção de seu senhor era que a esposa poderia ser dona de escravo, homem ou mulher, e de outras propriedades. A escrava não podia sequer ser dona de si mesma. (2019, p. 134)

Apesar de parecer imutável, a organização social de Gilead pode ser móvel no sentido de perda de *status*. Serena Joy, após a morte de Fred Waterford durante sua gravidez, perdeu seu posto de esposa, em que seus privilégios estavam ligados a posição do marido. Ao retornar ao Canadá como ‘embaixadora’ sob ordens de Gilead e o prédio onde estava alocada ser atacado, Serena Joy refugia-se na casa da família Wheeler, que segue as premissas bíblicas de Gilead. Por estar grávida, Serena Joy acaba tornando-se indiretamente uma aia, sendo confinada na casa. Será que Serena só foi protegida por Gilead, no Canadá, pela gravidez independente do *status* de seu falecido marido?

Na história de Atwood, mais especificamente na série televisiva, Serena Joy, antes da instituição de Gilead, atuava em movimentos que defendiam o dever feminino de procriar, cuidar do lar, além de ter escrito um livro sobre o assunto, algo contraditório em vista da proibição que viria ser feita por Gilead às mulheres leitoras. Os Patriarcados precisam da adesão de outras mulheres para consolidar sua força e para isto lhes são oferecidos privilégios e proteções, ou seja, Serena Joy ocupava um lugar menos oprimido que June/Offred e para não garanti-lo, ela precisa agir de maneira que violentasse outras mulheres, dobrando-as através de opressões.

[...] o sistema patriarcal só funciona com a cooperação das mulheres, adquirida por intermédio da doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam. (LERNER, 2019, p.21).

Na quinta temporada de *O conto da aia*, mais especificamente no segundo episódio, viúva, Serena em um ato de destreza entra na sala onde os comandantes se reúnem para agradecer e solicitar que o velório de Fred seja um evento transmitido ao mundo como estratégia de mostrar que Gilead é civilizada por enterrar e honrar seus mortos, além de demonstrar solidariedade e humanidade em relação ao sentimento de perda. Mais tarde Comandante Lawrence diz a Serena que fez com que os outros comandantes aceitassem sua proposta. Ela pergunta como ele conseguiu ao que o comandante diz “- não sendo mulher.” (THE HANDMAID’S TALE, 2022).

Os patriarcados só não contam com as alianças subversivas que surgem no meio do caminho como, por exemplo, na série, Serena Joy unindo-se a June/Offred

para enviar a bebê Nicole escondida ao Canadá, visando sua proteção de Gilead. Ou seja, quando agem em aliança June/Offred e Serena Joy atacam mais forte os patriarcados. Assim como quando, também na série, as Marthas e as aias se aliam, mais forte ainda elas atacam Gilead de modo a subtrair seus bens mais preciosos, que são as crianças.

De forma resumida, entre os personagens principais, temos: Offred, já citada, Serena Joy esposa de Fred Waterford, sendo este último um comandante. Temos Rita, uma Martha que apenas no livro e no filme é assistida por outra Martha chamada Cora. Há Nick, motorista dos Waterford. Outras aias chamadas: Moira, Janine, Emily, Alma, Natalie que ao decorrer da história acabam alterando seu nome patronímico por serem realocadas e por último, mas não menos importante em nossa narrativa, temos a Tia Lydia que atua na educação e realocação das aias.

Em relação as Tias, nota-se que eram as únicas a terem alguns privilégios sem estarem de fato casadas com algum homem, porém, seu *status* dependia de um homem, um comandante, que lhe desse ordens e controlasse suas atividades de ensinamentos e punições direcionadas, principalmente, as aias. “Tias não eram casadas; não podiam se casar. Era por isso que podiam escrever e ler livros.” (ATWOOD, 2019, p. 18).

Eu começava a me perguntar como uma mulher passava a ser Tia. Tia Estée certa vez dissera que você precisava ser chamada por Deus a ajudar todas as mulheres em vez de a uma só família; mas como é que as Tias haviam recebido esse chamado? Como haviam recebido sua força? Será que tinham cérebros especiais, nem fêmeos nem machos? Será que sob seus uniformes eram mesmo mulheres? Será que poderiam ser homens disfarçados? (ATWOOD, 2019, p. 174).

É assustador como o sistema gileadeando usa as mulheres para manter o próprio poder masculino. Os comandantes têm a palavra final, mas são as mulheres, em suas posições de aias e Tias, por exemplo, que possibilitam Gilead ser o que é. As aias, estupradas, geram bebês, as Tias, únicas mulheres com certos poderes, são responsáveis por organizar as linhagens, arranjar casamentos, docilizar os corpos femininos. As tias aparecem em vários âmbitos da história, elas aparecem no ambiente doméstico, nas salas dos comandantes, nas escolas para aias e filhas dos comandantes e aparecem também nas colônias para organizarem o trabalho das mulheres até a morte.

É possível humanizar Tia Lydia, principalmente, a partir do livro *Os testamentos*, onde ela pode contar sua história antes da fundação da República de Gilead. Sua narrativa beira a conveniência pela sobrevivência. Ela é a responsável

pela derrocada de Gilead, após acumular anos de provas contra o país e enviar através de Nicole em um micropono escondido em uma tatuagem em seu braço.

A conveniência é *grosso modo* comparável ao sistema de “caixinha” (ou “vaquinha”): representa, no nível dos comportamentos, um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse “preço a pagar” (saber “comportar-se”, ser “conveniente”), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana. (CERTEAU, 2021, p. 37).

As Pérolas, já citadas neste trabalho para representar uma ideia de Tia Lydia que foi redirecionada ao comandante Judd, devido ao fato de que mulheres eram consideradas incapazes de pensarem e organizarem para além do trabalho doméstico, “eram as moças de vestido comprido e prateado e chapéu branco que se identificavam como as Pérolas, e diziam ser missionárias a serviço de Deus por Gilead.” (ATWOOD, 2019, p. 52).

1.4. SERIAM AS AIAS AS MULHERES ESCRAVIZADAS?

Talvez seja possível pensar as aias como escravas de Gilead, em que sua escravidão se dava por preceitos do Antigo Testamento bíblico que condenavam mulheres férteis que eram mães solo, divorciadas, amantes e/ou estivessem em um segundo casamento, como no caso de Offred/June. As mulheres tornadas aias eram estupradas, durante as cerimônias, e, de acordo com Lerner (2019), o estupro é um meio de se escravizar corpos femininos. Despossuídas de si mesmas, participam de cerimônias de concepção que ocorrem mensalmente durante o período fértil, a partir do seguinte pressuposto bíblico:

Vendo pois Raquel que não dava filhos a Jacó, teve Raquel inveja de sua irmã, e disse a Jacó, Dá-me filhos, ou senão morro. Então se acendeu a ira de Jacó contra Raquel, e disse: Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto de teu ventre? E ela disse: Eis aqui minha serva Bilha: entra a ela, para que tenha filhos sobre os meus joelhos, e eu assim receba filhos por ela (Gênesis 30.1-3 In: BÍBLIA SAGRADA, 1969).

No período feudal, segundo Federici (2017), quando as mulheres eram estupradas tinham suas reputações destruídas. Isso fazia com que tivessem que abandonar a cidade onde viviam ou se dedicarem a prostituição, já que estavam

desonradas.

A legalização do estupro criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe. Também insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria nesse mesmo período. (FEDERICI, 2017, p. 104).

Em Gilead, a obediência é explicada e ratificada pela religião de um deus que pune mau comportamento. Essa punição para mulheres pode ser o estupro. Rubin (2012) conta que no Vale Amazonas, por exemplo, as mulheres tornam-se subservientes através do estupro praticado por um bando. Essa prática ainda se mostra presente nas realidades dos povos originários, mais especificamente, em relação ao genocídio dos povos Yanomami brasileiros²¹.

– Quando muitos homens cometem luxúria com uma mulher de uma vez só, ela morre – disse Tia Vidala. – Com essa história, Deus quer nos dizer que devemos nos contentar com nosso destino e não nos rebelar contra ele. A mulher deveria honrar o homem que tem direito sobre ela, ela acrescentou. Se não, esse era o resultado. Deus sempre dava o castigo adequado ao crime. (ATWOOD, 2019, p. 91).

Na série, mais especificamente no sexto episódio da quinta temporada, Tia Lydia ao descobrir que Esther está grávida de três semanas, pergunta a ela se quando ficou sozinha com o comandante Putnam comportou-se, mesmo que inconscientemente, de uma forma que tenha chamado a atenção dele. Esther responde que não fez nada e que ele a estuprou. Ela continua falando que todos eles (comandantes) estupram as mulheres e que Tia Lydia sabe, e por isso não pode ‘sentir muito’.

Comandante Putnam é levado e condenado à morte por estupro de Esther. Sua morte não é por justiça, mas sim uma eliminação de uma peça indesejável no grande tabuleiro que é Gilead, sendo o estupro uma prática comum dentro desse sistema de coisificação das mulheres em propriedade. Putnam pergunta o que fez e o comandante Lawrence responde dizendo que ele estuprou propriedade alheia, no caso a aia.

O estupro é uma tecnologia de dominação que aterroriza as mulheres e aparece mais de uma vez na narrativa de Atwood. Para Davis, o estupro “era uma

²¹ **Menina indígena Yanomami de 12 anos é estuprada e morta por garimpeiros em RR.** Disponível em: <https://mst.org.br/2022/05/05/menina-indigena-yanomami-de-12-anos-e-estuprada-e-morta-por-garimpeiros-em-rr/>. Acessos em 15 jan. 2023.

arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir [...]” (2016, p. 36). O estupro também vem carregado pela culpabilização das vítimas, em que é possível ouvir perguntas como as que Tia Lydia fez a Esther.

O mundo estava infestado de homens que com certeza achariam tentadora uma menina desencaminhada: essas meninas seriam vistas como mulheres de moral dúbia. Talvez eu não chegasse nem ao outro quarteirão antes de ser esfaqueada, conspurcada e reduzida a uma pilha de pétalas verdes murchas. (ATWOOD, 2019, p. 242).

Retomando o questionamento sobre as aias serem as mulheres escravizadas das colônias, ajudamos Federici e Mbembe na busca do que é similar ao que era vivido pelas mulheres “negras nas plantations coloniais americanas, que, especialmente depois do fim do tráfico de escravos, em 1807, foram forçadas por seus senhores e se tornar criadoras de novos trabalhadores.” (FEDERICI, 2017, p. 178), principalmente, por “sofrer a agonia de ver seus filhos levados embora e vendidos em leilão.” (FEDERICI, 2017, p.178).

Relevante dizer aqui que Offred/June já tinha uma filha que foi capturada e enviada a outra família por Gilead. Esta situação é semelhante ao dilema da mãe escravizada que era separada de seus filhos durante o período de escravização e diáspora africana. Tanto na série, quanto no livro essa separação ocorre. Na série Offred/June consegue unir forças com Serena Joy para tirar a bebê Nicole, sua filha com Nick, motorista dos Waterford, após relação forçada pela própria Esposa, de Gilead, e mandá-la para o Canadá. Em outro momento na série, June/Offred consegue fugir e reencontrar seu marido, Luke, e sua filha Nicole no Canadá, porém sua primeira filha, Hannah/Agnes, permanece em Gilead.

Lerner entende que:

Escravos eram sempre pessoas que haviam sido desonradas de forma generalizada. [...]. O escravo não podia ter honra por causa da origem de seu *status*, da indignidade e da totalidade de sua dívida, da ausência de qualquer existência social independente, mas, acima de tudo, porque ele não tinha poder, a não ser por intermédio do outro. (LERNER, 2019, p. 115).

A hipótese de Lerner (2019) é que a dominância e hierarquia masculina, iniciou-se a partir da prática com mulheres de seu próprio grupo. Os homens compreenderam que os seres humanos poderiam, portanto, tolerar a escravização, assim como as mulheres toleraram inicialmente. Logo, eles desenvolveram cada vez mais técnicas, o que compreendo por tecnologias. Para Davis (2016) as mulheres escravizadas

sofrem muito mais com os castigos uma vez que elas não apenas eram açoitadas, mas também estupradas.

Da mesma forma que o estupro era um elemento institucionalizado de agressão ao povo vietnamita, concebido com a intenção de intimidar e aterrorizar as mulheres, os proprietários de escravos encorajavam seu uso terrorista para colocar as mulheres negras em seu lugar. Se elas conseguissem perceber a própria força e o forte desejo de resistir, os violentos abusos sexuais – é o que os proprietários devem ter raciocinado – fariam com que elas se lembrassem de sua essencial e inalterável condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p. 37).

Entende-se que as mulheres eram coagidas com mais facilidade através do estupro. Pois, “uma vez casadas ou mães, seriam leais aos filhos e aos parentes dos filhos, e assim criariam laços fortes com a tribo de afiliação.” (LERNER, 2019, p.78). Além do estupro, outra forma de punição extrema era a morte, que de acordo com Certeau (2020), é um meio de inscrever as normas aos corpos. A seguir, cito uma canção retirada do livro *Os testamentos*, que demonstra o que acontece, em Gilead, com uma mulher que não obedece.

Olhem só a Tirza! Lá vai ela,
 Mechas ao léu, se achando bela;
 Passa pela rua como quem desfila,
 Toda soberba, a cabeça altiva.
 Chama a atenção de um Guardião,
 Fazendo-o cair em tentação.
 Ela não quer mudar seu jeito,
 Ela não ora, nem dobra o joelho!
 Logo em pecada ela cairá
 E no Muro com a vida pagará.
 (ATWOOD, 2019, p. 314).

Há similaridade entre a Santa Inquisição e a perseguição a todas as pessoas que não convergiam com as normas impostas por Gilead. De acordo com Federici (2017), foi por volta da metade do século XV, em meio a epidemias, revoltas e a própria crise feudal, que deram-se os primeiros julgamentos de bruxas e as primeiras descrições do sabá. Gilead utiliza um pano de fundo similar para erguer-se e fazer valer suas leis, para isto também persegue aqueles que vão contra seus preceitos, esticando o olhar, são também as bruxas, bruxes e bruxos.

Falar sobre *O conto da aia* é falar, também, sobre a caça às bruxas que impactou, principalmente, as mulheres, tal como no país fictício de Atwood (2017), todavia, não só as mulheres são punidas, aqueles que, em algum momento, não seguem as normas e são descobertos, são punidos, geralmente, com mortes cruéis.

Assim como na distopia e no tempo presente, passamos cotidianamente por bruxas, bruxes e bruxo, seja pela noticiário, seja pelo observar do corpo que jaz na esquina de nossas casas.

Süssekind e Bichalho (1991), ajudam-me também a pensar Gilead a partir da história de uma aldeia de camponeses localizada no sul França, em 1580, cercada por muralhas com habitante franceses que não falavam francês. Vivia na floresta próxima a aldeia, uma bruxa descrita como “uma velha e sábia mulher que conhecia como ninguém os segredos das plantas, dos animais, dos ventos, da floresta, da vida e da morte [...]. Uns tinham medo dela [...] . Outros a consideravam uma benfeitora” (SÜSSEKIND; BICALHO, 1991, p. 15-16). A bruxa chamava-se Memória, ela defendia outros entendimentos da vida, de modo que quando o inquisidor que chegou a aldeia soube de seus saberes/poderes a acusou de bruxaria a condenando a fogueira.

Bruxas, bruxes e bruxos são as pessoas que subvertem as normas e, também, tem outros entendimentos de vida, com Federici retomo a caça às bruxas, pois ainda existem “[...] aspectos estruturais importantes na caça às bruxas” (2019a, p. 40) para continuar pensando sobre os patriarcados, em vista de como “a caça às bruxas se coloca na encruzilhada de um aglomerado de processos” (FEDERICI, 2019a, p.40).

[...] torna-se possível uma compreensão histórica diferente, segundo a qual a população africana escravizada, as comunidades camponesas expropriadas na África e na América Latina e os povos indígenas massacrados na América do Norte seriam parentes próximos das bruxas europeias dos séculos XVI e XVII – estas, assim como esses grupos, tiveram suas terras comuns confiscadas, vivenciaram a fome produzida pela mudança para a agricultura comercial e viram sua resistência ser perseguida como sinal de um pacto diabólico (FEDERICI, 2019a, p. 41).

Durante a pesquisa, através da dissertação de Bonezi (2022), soube que Atwood dedica seu livro (*O conto da aia*) para sua ancestral Mary Webster que, durante o século XVII, foi acusada e enforcada por acusação de bruxaria, e, apesar disso, Mary sobreviveu após passar uma noite pendurada em uma árvore.

Se considerarmos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura. A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. (FEDERICI, 2017, p. 305-306).

De acordo com Federici (2017) até os hereges foram queimados na fogueira como traidores da verdadeira religião, foram acusados de sodomia, infanticídio e adoração aos animais. Em Gilead houve movimento similar. “[...] sendo catolicismo considerado uma heresia e praticamente irmão do vodu...” (ATWOOD, 2019, p. 44).

Os patriarcados não pouparam esforços na sua tentativa de tomar das mulheres o controle de seu próprio útero. Como resultado, elas foram forçadas a procriar, muitas vezes contra sua vontade, experimentaram, portanto, uma alienação de seu próprio corpo como acontece com as aias em Gilead. Afinal, “Toda mulher quer ter um bebê, segundo a Tia Estée. Toda mulher que não fosse Tia, nem Martha. Porque, se você não fosse nem Tia nem Martha, disse Tia Vidala, que utilidade você tinha no mundo se não tivesse um filho?” (ATWOOD, 2019, p. 93). O controle do corpo é condição fundamental de integridade física e psicológica, Gilead degrada a maternidade à condição de trabalho forçado sob a ideia de função biológica. Historicamente tecnologizou-se:

[...] a escravização das mulheres à procriação. Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista. (FEDERICI, 2017, p. 178).

Na série, após o estupro da jovem aia Esther, no quarto episódio da quinta temporada, Tia Lydia propõe um novo sistema de aias ao comandante Lawrence, em que todas as aias ficarão sob os cuidados dela, e as esposas e comandantes visitariam toda vez quando fosse a hora de fazer a cerimônia, como se fossem gado. Comandante Lawrence compara a ideia a um bordel e completa dizendo que os comandantes não concordariam, pois “ - eles querem as garotas na casa deles, acessíveis a qualquer hora, para eles sentirem o cheiro delas quando elas passam [...]. São homens devotos, precisam de uma sacanagem.” (THE HANDMAID’S TALE, 2022).

Oyewùmí (2021) ao abordar a questão da construção das mulheres como um grupo homogeneizado e subordinado, se equivoca ao defender que existe um paradoxo em que as mulheres de elite sofrem mais com os efeitos negativos da dominação masculina. A autora comete um erro ao quantificar a opressão feminina. Como seria possível medir quem sofre mais ou menos diante de inúmeras opressões?

1.5. SABERES FEMININOS E RESISTÊNCIAS FOFOQUEIRAS

As mulheres de Gilead estão em situações de opressões diferenciadas, elas (re)criam, burlam e usam táticas para sobreviverem em cotidianos em que as violências se sobrepõem. Como nos explica Certeau (2020, p. 95), sobre a arte do fraco,

Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.

Posso dar inúmeros exemplos de atos de resistência e burla como a fuga de Moira e Offred/June, no livro e na série, que trocam de roupa com uma das tias, ou quando June/Offred que, na série, usa roupa de Martha para acessar uma parte da cidade proibida as aias. Neste meio há também os conhecimentos sobre fazendas e outras mulheres que atuam contra Gilead dentro e fora do país. As mensagens escondidas em comidas, armários, dos gestos, olhares e até silêncios que falam mais do que palavras. São essas ações, esses golpes astutos que trazem pequenas vitórias cotidianas.

Esses conhecimentos, formas de fazer e estar, são saberes femininos aprendidos e compartilhados entre essas mulheres, como forma de sobreviver, visto que o governo fascista de Gilead adota “formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror.” (MBEMBE, 2016, p. 146).

Rita, a martha dos Waterford, também exemplifica uma das possibilidades de se utilizar das táticas quando cozinha, de modo a ser percebido por Offred, no livro, “A coxa uma galinha, cozida demais. É melhor que sangrenta, que é a outra maneira como ela faz. Rita tem maneiras de fazer seu ressentimento ser sentido. Uma batata cozida, ervilhas verdes, salada.” (ATWOOD, 2017, p.66). Dialogando com Certeau:

Aqui se teriam duas variantes de uma “maneira de fazer” a teoria das práticas. Como, por exemplo, uma maneira de cozinhar, ela pode exercer-se em circunstâncias e com interesses heterogêneos; e, ela também variou seus lances e seus bons ou maus jogadores; permite também que se deem golpes (2020, p.124).

Offred/June, assim como as marthas e sua rede de liderança, atua conforme

enxerga oportunidades de golpear Gilead, em sua fraqueza, aproveita, inclusive, momentos em que apenas ela sabe de sua pequena vitória contra Gilead como na seguinte situação do livro:

E ela tem razão, sei disso agora enquanto estou ajoelhada neste chão inegavelmente duro, ouvindo a cerimônia monótona continuar. Há algo de poderoso em sussurrar obscenidades sobre aqueles que estão no poder. Há algo de delicioso nisso, algo de malicioso, secreto, proibido, estimulante. É como uma espécie de feitiço. Isso os esvazia, os reduz ao denominador comum onde se pode lidar com eles (ATWOOD, 2017, p.206).

A personagem Esther Keyes, já citada, aparece pela primeira vez na quarta temporada, foi uma Esposa casada com o comandante Keyes. Seu marido, por não conseguir ter relações, mas almejar a glória de ter um filho, obrigou a esposa a ser estuprada por guardiões, olhos e até outros comandantes. Isso fez com que ela o envenenasse gradualmente até que o tornasse débil. Ela abrigava aias fugitivas em sua fazenda e com isso acabou sendo punida ao se tornar aia.

Na quinta temporada, segundo episódio, durante uma recepção para enterro de Fred Waterford na casa dos Putnam, Esther é levada para ser avaliada como possível aia para a família e é obrigada a ficar sozinha com o comandante Putnam que a estupra. Esther diz a Janine que não quer ficar no posto. Janine responde que ela deve fazer com que o comandante Putnam goste dela para que engravide mais rápido, ao que Esther pergunta “ – você acha mesmo que engravidar vai me proteger?”, então Janine diz que é a única proteção da aia (THE HANDMAID’S TALE, 2022).

Esther, em outra cena, convida Janine para comer um chocolate que roubou da casa dos Putnam, ela subverte sua existência em uma tentativa de suicídio por envenenamento dos doces, de modo que também envenena Janine, enquanto esta diz que estava tentando ajudá-la a sobreviver em Gilead como aia.

Para percebermos as pistas que essas mulheres nos deixam, como migalhas no chão a serem seguidas, precisamos nos valer dos vestígios, pois “é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis.” (GINZBURG, 1989, p.144). Venho propondo também uma arqueologia das invisibilidades (SÜSSEKIND, 2007), porque *O conto da aia*, como distopia, me permite ajustar minha lente de pesquisa para os exageros que permeiam a história e perceber que as pessoas se utilizam de táticas para sobreviver e vencer nos pequenos golpes que operam (CERTÉAU, 2020), ou seja, eu escavo as histórias e revelo indícios para investigar as formas de domínio dos patriarcados, suas opressões.

Em meio às opressões que as mulheres enfrentam, elas também criam alianças que, para além das fronteiras coloniais e de cores, podem surgir a partir de uma experiência comum e de seu interesse em compartilhar saberes femininos, que são saberes subversivos de sobrevivência. O mercado, por exemplo, é tido em inúmeras bibliografias como local de troca entre elas.

De maneira a consolidar um lugar 'seguro', o mercado torna-se um lugar de encontro, assim como nos diz Certeau no segundo volume do livro *A Invenção do Cotidiano* (2021), "os mercados são lugares onde o ambiente social é muito pouco controlável por causa da extrema complexidade das relações aleatórias que aí se entre mesclam" (p.61). Ainda em diálogo com o autor:

[...] o pequeno estabelecimento comercial desempenha o papel de uma "casa de mulheres" onde aquilo que se convencionou chamar de "feminino" encontra o lugar de seu exercício: um bom bate-papo, notícias familiares, conversas sobre a gastronomia, a educação dos filhos etc. (CERTEAU, 2021, p.55).

Em consonância, revisito o estudo de Oyewùmí para reafirmar que "além disso, os mercados não eram apenas para negociação; eles também foram pontos de encontro para pessoas de todas as esferas da vida." (2021, p.116-117). É neste estabelecimento onde as diferenças se encontram e onde as mulheres constroem relações e trocam informações, me sinto confortável para afirmar que é algo que acontece para fora da série, pois faz parte da minha vivência encontrar pessoas e saber sobre quem faleceu, quem se mudou, quem traiu, quem casou e etc.

As aias em meio à opressão e subjugo de seus corpos criam redes de solidariedade, conseqüentemente resistência, em seus cotidianos, analisando suas diferentes táticas e formas de compartilhar saberes no que entendo como fofoca. Não só a elas pertencem a tática da fofoca como também às Marthas que construíram uma rede de troca de informações.

Marthas ouviam às escondidas e angariavam informações que depois vendiam; ocorreram misteriosas intoxicações alimentares, bebês haviam trocado de mão, passando de Esposa para Esposa, devido a boatos escandalosos que no entanto eram infundados. Esposas haviam sido enforcadas por adultérios inexistentes porque um Comandante desejava outra Esposa, mais jovem. (ATWOOD, 2019, p. 327).

Contudo, essa rede não era apenas de marthas entre as marthas, elas aconteciam também entre marthas e aias. Essas redes criam, burlam e inventam usos-fazeres que são múltiplos em suas possibilidades (CERTEAU, 2020).

Como as Marthas sabiam quem estava onde? Não lhes permitiam usar Compu-fones nem receber cartas. Deviam ter descoberto por outras Marthas, ainda que também podia ter sido via Tias, e algumas Esposas. Tias, Marthas,

Esposas: apesar de viverem cheias de inveja e rancor, apesar de talvez até odiarem umas às outras, as notícias corriam entre elas como se conduzidas por uma teia invisível. (ATWOOD, 2019, p. 250).

June Osborne (Offred) conseguiu, junto ao grupo de resistência Mayday que contava também com Marthas, transportar dezenas de crianças e mulheres de Gilead para o Canadá em um avião de carga, na série. Tal proeza me faz recordar do grande ato de resistência de Harriet Tubman, citado por Angela Davis (2016), em que conduziu “[...] mais de trezentas pessoas pelas rotas da chamada *Underground Railroad*” (DAVIS, 2016, p. 35). Em Gilead, as mulheres também fugiam por Rotas Clandestina feminina. Faço essas relações a partir das escavações e análises do que encontro pelo caminho, porque compreendo que existir já é um ato de resistência diante de tantas opressões.

A fofoca reaparece em minha pesquisa mantendo minha intenção de subverter a conotação negativa que vem ganhando ao longo do tempo e a correlação com uma prática exclusivamente feminina. “Tal como vivenciamos no nosso dia a dia, o patriarcado desvaloriza as experiências das mulheres. Nosso conhecimento não passa de ‘intuição’, nossas conversas são meras ‘fofocas’.” (LERNER, 2019, p. 25). Além de utilizar essa prática como sobrevivência a partir da criação de alianças cotidianas que atacam mais forte os patriarcados.

A fofoca devia ter passado de boca em boca, de ouvido em ouvido – partido da minha madrastra Paula, passando pelas nossas Marthas, que percebiam tudo, e delas para as outras Marthas, que encontravam quando iam às compras, e dessas Marthas às Esposas de outras casas, e dessas Esposas a suas filhas, minhas colegas” (ATWOOD, 2019, pp.95-96).

Aqui abordo a fofoca a partir do entendimento com Certeau (2020), que as mulheres, em sua ordinariedade, podem subverter por meio desta prática e torná-la meio de resistência e luta contra Gilead, como uma possibilidade curricular, uma conversa complicada que se encontra em “um fluxo constante [...] para manter o moinho em funcionamento.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 95). Certamente, as fofocas e sussurros garantiram que muitas palavras, ideias, penteados, histórias, canções, receitas e conhecimentos tivessem longa duração. Defendo que a fofoca, como troca, nos une e nos ensina saberes essenciais. Através da fofoca com amigas, podemos relatar e até descobrir/entender abusos e violências que nos acometem na proteção do lar.

Passaram-se os meses e os anos, e Becka e eu nos tornamos amigas próximas, e nos contamos muitas coisas sobre nós mesmas e nossas famílias

que nunca contaríamos a mais ninguém. Eu confessei o ódio que sentida da minha madrasta, Paula, ainda que tivessem empenhado para abandonar aquele sentimento. Descrevi a trágica morte de nossa Aia, Crystal, e o quanto eu tinha ficado abalada. E ela me contou do dr. Grove e do que ele lhe fizera, e eu lhe contei minha história com ele, o que a fez ficar abalada por minha causa. Conversamos sobre nossas verdadeiras mães e como queríamos saber quem tinham sido. Talvez não devêssemos ter revelado tantas coisas uma à outra, mas foi muito reconfortante. (ATWOOD, 2019, p. 321).

Elias e Scotson (2000) que fizeram uma das clássicas investigações sociológicas sobre problemas comunitários, num povoado industrial na Inglaterra no final dos anos 50, constatam que, entre *proud and blame gossip*, ou seja, fofocas elogiosas e estigmatizantes constroem-se dois mundos sociais diferentes que partilham de modo profundamente desigual as opressões e o assassinato entre estabelecidos e outsiders.

De acordo com Federici (2019b), o termo gossip, que traduzido para o português significa fofoca, era aludido como “amiga próxima” e diante de uma série de perseguições misóginas acabou se transformando em “um termo que significa uma conversa fútil, maledicente [...] uma conversa que semearia a discórdia.” (p 75), ou seja, transformou-se negativamente em “fofoca”, em um crescente sentimento de ódio ao feminino.

[...] as amigadas femininas tornaram-se objeto de suspeita, denunciadas no púlpito como uma subversão da aliança entre marido e mulher, da mesma maneira que as relações entre mulheres foram demonizadas pelos acusadores das bruxas, que as forçavam a delatar umas às outras como cúmplices do crime. Foi também neste período que, como vimos, a palavra gossip [fofoca], que na Idade Média significava “amiga”, mudou de significado, adquirindo uma conotação depreciativa: mais um sinal do grau a que foram solapados o poder das mulheres e os laços comunais. (FEDERICI, 2017, p. 334- 335).

Foi no período de caça às bruxas que cercearam as práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de troca de conhecimentos que haviam sido a base do poder das mulheres. A língua feminina tornou-se o principal instrumento de insubordinação.

A partir desta derrota, surgiu um novo modelo de feminilidade: a mulher e esposa ideal — passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas. Esta mudança começou no final do século xvii, depois de as mulheres terem sido submetidas a mais de dois séculos de terrorismo de Estado. (FEDERICI, 2017, p. 205).

Apesar do ódio patriarcal à fofoca como algo feminizado, logo negativo, reitero

um meme que ganhou grande notoriedade que é “A fofoca edifica²²”. A fofoca também salva, pois quando cochichamos sobre uma mulher que possivelmente está sofrendo violência doméstica nós chamamos atenção para mais uma vítima dos patriarcados de maneira a buscar meios de ajudá-la. É através da fofoca que também descobrimos estarmos passando por situações de violência, descobrimos que sexo para agradar também é abuso. Quem tem medo da fofoca?

Era isso que as Tias faziam, foi o que aprendi. Elas registravam. Aguardavam. Usavam suas informações para atingir objetivos que somente elas conheciam. Suas armas eram segredos poderosos, mas que as contaminavam, como as Marthas sempre diziam. Segredos, mentiras, astúcias, logro – mas os segredos, as mentiras, a astúcia e o logro dos outros, assim como os delas. (ATWOOD, 2019, p. 329).

1.6. RAPTOS OU CASAMENTOS: os corpos domados

Em *O conto da aia*, Offred/June é levada por Fred Waterford à casa de Jezebel, tanto na série quanto no livro e no filme. Além de poder ter relações sexuais não consentidas (entendo o não consentimento, pois na posição de aia não há como negar a relação durante a cerimônia) com a aia, o comandante tem a possibilidade de frequentar um lugar que fere os princípios do matrimônio cristão e monogâmico, aproveitando-se da luxúria de um lugar habitado por mulheres que não se encaixaram em papéis oficiais dentro da sociedade de Gilead. De acordo com Engels, as relações extraconjugais entendem-se por heterismo, sendo:

[...] uma instituição social como outra qualquer e mantém a antiga liberdade sexual...em proveito dos homens [...]. E essa reprovação, na realidade, nunca se dirige contra os homens que o praticam, e sim somente contra as mulheres, que são desprezadas e repudiadas, para que se proclame uma vez mais, como lei fundamental da sociedade, a supremacia absoluta do homem sobre o sexo feminino. (ENGELS, 2021, p. 81).

A Casa de Jezebel também é uma opção para não serem enviadas às colônias. A partir de Federici (2019a, p. 217), entendo as colônias como um lugar para desacumular trabalhadores indesejados, além de minar a resistência e reduzir os custos da produção de trabalho, visto a escravização das mulheres nas colônias.

²² **A fofoca edifica? Mariana Uhlmann diz que parou de falar da vida alheia por causa do marido, Felipe Simas, e post viraliza.** Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/gente/noticia/2021/05/a-fofoca-edifica-mariana-uhlmann-diz-que-parou-de-falar-da-vida-alheia-por-causa-do-marido-felipe-simas-e-post-viraliza-ckp4au6bz004h0180gr8smefv.html>. Acesso em 21 jan. 2024.

Em conversa com June/Offred, na Casa de Jezebel, Moira, sua amiga desde antes do regime de Gilead, ainda na primeira temporada, em referência a sua captura após uma fuga diz: “- Disseram que eu seria uma influência corruptora. Eu tinha a minha escolha, isto aqui ou as Colônias. Bem, merda, ninguém exceto uma freira escolheria as Colônias” (THE HANDMAID’S TALE, 2017, T01E08). Moira, um mulher negra e lésbica, como já dito anteriormente, em relação à June/Offred, vai ocupar o extremo oposto da descartabilidade.

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática. (GONZALEZ, 2020, p. 83).

Moira, na série, é representada como uma mulher negra, como explicitado acima, enquanto no filme o elenco é majoritariamente, atrevo-me a dizer exclusivamente, branco como fica aparente na [imagemnarrativa 11](#). No livro não há a descrição de nenhum personagem negro. A palavra “negro ” aparece no livro para elucidar o mercado clandestino dentro de Gilead como no seguinte trecho “Livros, escritos, objetos do mercado negro. Todas as coisas que não devemos ter” (ATWOOD, 2017, p 148). O racismo que emana do livro e da série atravessam o campo do não dito, pois não citados, personagens negros são aniquilados.

Quando Gilead tem suas normas instituídas, o rapto das mulheres férteis se dá a partir da seleção das mulheres cisnormativas que viviam ‘em pecado’, ou seja, que eram mães solo, estavam em um segundo casamento e/ou haviam sido amantes (como o caso da personagem June/Offred na série), como já dito antes. A vida em pecado, na narrativa, afeta somente as mulheres, determinando sua posição dentro da nova sociedade, tendo sobre elas o direito de vida e de morte.

Sobre o rapto de mulheres, Tia Lydia relembra o passado e a forma como foi tratada pelo novo governo instituído. “Uma vez em terra firme de novo, Anita e eu fomos sendo tocadas para o lado direito até nos juntarmos a uma manada de outras mulheres: a descrição parece de gado porque estávamos sendo tratadas como tal.” (ATWOOD, 2019, p. 129). Ela continua contando que: “Eles estavam nos reduzindo a bichos – bichos de cativeiro -, à nossa natureza animal. Estavam esfregando a nossa natureza animal na nossa cara. Para que nos considerássemos sub-humanas.” (ATWOOD, 2019, p. 159).

De acordo com Rubin (2012), ao analisar o rapto de mulheres a partir do estudo

de Lévi-Strauss, na medida em que os homens trocam as mulheres, são eles que são beneficiários do produto das trocas. “Nesse sentido, a troca de mulheres revela uma percepção profunda de um sistema no qual as mulheres não têm direitos plenos sobre si mesmas.” (RUBIN, 2012, p. 25).

Nesta mesma direção, a troca de mulheres é a primeira forma de comércio, na qual mulheres são transformadas em mercadoria e coisificadas. Na narrativa distópica, as mulheres além de serem raptadas pelo novo Estado de Gilead, são também, trocadas em casamentos arranjados pelas Tias e seus pais, demonstrando que o casamento é uma organização para formar e/ou fortalecer alianças e poderes.

- Nós, e seus pais e suas mães, vamos escolher seus maridos para vocês com toda sabedoria quando chegar a hora – dizia tia Estée. – Então não tenham medo. Basta fazer seus deveres e confiar na sabedoria dos mais velhos, e tudo vai acontecer naturalmente. Eu vou orar por isso. (ATWOOD, 2019, p. 18).

Em relação a organização de Gilead, podemos afirmar que além das mulheres, as crianças também eram usadas nas trocas para fortalecer as alianças e reafirmar o poder das famílias. Segundo Lerner, “é provável que a prática do comércio de mulheres tenha começado assim. Crianças de ambos os sexos eram comercializadas e, na maturidade, casavam-se na nova tribo.” (2019, p. 78).

Em Gilead uma mulher, com exceção das aias e das Tias, não tem a opção de se manter viúva. Ela precisa se casar para manter seus privilégios e *status*, como fica evidente no nono episódio da quinta temporada, no seguinte diálogo:

Naomi Putnem: - Isso foi um pedido de casamento?

Comandante Lawrence: - É. O que você me diz?

Naomi: - Eu tenho escolha?

Tia Lydia: - Senhora Putnam, a mulher está ligada ao marido enquanto ele vive, mas se falecer o marido, ela fica livre para se casar com quem ela quiser, contanto que seja no senhor. Primeira coríntios. (THE HANDMAID'S TALE, 2022).

A privação da liberdade afeta todas as mulheres em Gilead, inclusive as filhas de comandantes do alto escalão, visto que elas não tinham o direito de escolha sobre seus futuros maridos. Em vários momentos no livro *Os testamentos*, a narradora Agnes/Hannah nos conta que até o suicídio era uma opção para fugir do casamento arranjado. Ela inclusive diz ter medo de casar-se com um “bode em fúria” (ATWOOD, 2019, p.19). Ainda sobre a aversão ao casamento arranjado nossa narradora Hannah/Agnes nos conta que:

Estava claro que eu seria casada com o Comandante Judd quisesse eu ou não. Odiasse eu ou não. Mas guardei para mim minha aversão e fingi estar me decidindo. [...] eu ponderava que outras atitudes poderia tomar. Havia o

podão de estilo francês para arranjos florais, como aquele que Becka utilizara – Paula tinha um idêntico –, mas estava na casa de ferramentas, que estava trancada. Eu ouvira falar de uma menina que se enforcara com a faixa do roupão para não casar (ATWOOD, 2019, Pp. 242-243).

Em Gilead, os corpos femininos eram uma grande ameaça à ordem social. Eram desviantes e por isso precisavam estar constantemente cobertos e protegidos. Tais corpos são desnaturalizados, tornados um problema para quem os veste, principalmente, quando menstrua e vai tornando-se um corpo possível a ser fecundado.

Eu podia me preparar para o sangue que logo escorreria dentre minhas pernas: isso já acontecera com muitas meninas na escola. Deus não podia ter arrumado as coisas de outro jeito? Mas Ele tinha grande interesse em sangue, o que sabíamos pelos versículos das Escrituras que haviam sido lidos para nós: sangue, purificação, mais sangue, mais purificação, sangue para purificação dos impuros, ainda que não fosse para você tocá-lo com as mãos. O sangue sujo, em especial quando vinha de mulheres, mas antigamente Deus gostava de recebê-lo em Seus altares. Porém, Ele havia abandonado essa prática – disse a Tia Estée – passando a preferir frutas, verduras, sofrimento sem queixas e boas obras. (ATWOOD, 2019, Pp. 94-95).

Os corpos desviantes que não haviam sido aniquilados, visto que não há travestis e/ou pessoas trans em Gilead, eram tratados como culpados e cerceados independente da idade. Os homens eram tidos como animais incapazes de controlar seus instintos sexuais, logo, as mulheres deveriam seguir as normas como nos seguintes trechos do livro *Os testamentos*:

Braços cobertos, cabelos cobertos, saias até o joelho antes dos cinco anos e no máximo dois dedos acima da canela a partir de então, porque os impulsos dos homens eram terríveis e esses impulsos precisavam ser coibidos. Os olhos dos homens estavam sempre rondando e perscrutando feito olhos de tigre, aqueles olhos de refletor, precisavam ser protegidos do poder tentador e ofuscante que nós detínhamos. (ATWOOD, 2019, p. 17).

Havia balanços nos parques, mas, por causa de nossas saias, que podiam ser levantadas pelo vento e permitir a visão de seu interior, não podíamos nem pensar em tomar a liberdade de andar de balanço. Só os meninos podiam desfrutar dessa liberdade; só eles podiam ascender e arremeter; só eles tinham direito ao voo. (ATWOOD, 2019, p. 24).

Éden, personagem que aparece na série televisiva, segunda temporada, é uma jovem de quinze anos, cujos pais negociam para que se case com Nick, agora um comandante. Contudo, a jovem se apaixona por um guardião e acaba fugindo com o mesmo, sua fuga faz com que haja uma investigação que acarreta em sua captura, prisão e sentenciamento a morte junto a seu amado. Durante a investigação descobrem que Éden não apenas tinha uma bíblia, como fazia sua leitura e anotações

na mesma. Lerner conta que “o primeiro papel social da mulher definido pelo gênero foi ser trocada em transações de casamento.” (2019, p. 263), visto que as mulheres eram vendidas em casamento para benefício de suas famílias. Porém Engels, é implacável ao dizer:

[...] esse matrimônio de conveniência se converte, com frequência, na mais vil das prostituições, às vezes por parte de ambos os cônjuges, porém, muito mais habitualmente, por parte da mulher; esta só se diferencia da cortesã habitual pelo fato de que não aluga o seu corpo por hora, como uma assalariada, e sim que o vende de uma vez para sempre, como uma escrava. (ENGELS, 2021, p. 86).

Talvez Engels, como homem, não entendesse que as mulheres não tinham grandes escolhas, na verdade elas escolhiam pela sobrevivência. Chamá-la de prostituta e escrava é anular toda sua força e agilidade em se manter viva em um mundo que a violenta de inúmeras formas. O corpo da mulher foi transformado em instrumento, um meio, para expansão da força de trabalho.

A história de Éden nos diz muitas coisas. Primeiro que ela foi trocada/negociada como mercadoria para benefício de sua família, assim como os outros personagens que se beneficiariam com o acordo, visto que Nick havia ascendido dentro de Gilead, tornando-se um comandante. Para as Tias era vantajoso consolidar uma união que agradasse e desse certo.

Segundo que por mais que ela tenha nascido, socializado e sido instruída em Gilead sob suas normas, ela subverteu seus ensinamentos quando apropriou-se de uma bíblia e fez sua leitura, algo proibido às mulheres que não podiam ler e/ou escrever, e muito menos eram instruídas para isso, com exceção das Tias. A instrução das mulheres em Gilead era voltada para trabalho ou organização doméstica, pois a mesma, como Esposa, poderia ter uma Martha que se ocuparia de todas as tarefas.

Mil maneiras de *jogar/fazer o jogo do outro*, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que “fazer com”. Nessas estratégias de combatentes existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor. Destreza tática e alegria de uma tecnicidade. (CERTEAU, 2020, p. 74)

A vigilância, principalmente, relacionada aos corpos não é algo novo e Atwood já sabia disso. Ela traz *Os Olhos* como vigilantes anônimos que servem a Gilead, de modo a observar e levar a julgamento aqueles que forem pegos, entendendo que a burla acontece, principalmente, entre os mais poderosos que apropriam-se de sua

posição e frequentam antigos prostíbulos, renomeados para Casa de Jezebel, por exemplo. A sentença dada a qualquer infrator varia entre violência física até a morte, de maneira cruel, como no caso da jovem Éden, assassinada por afogamento ao ser jogada em uma piscina presa a um bloco de concreto.

Os Olhos são sediados em uma grandiosa ex-biblioteca. Agora os únicos livros que ela abriga são os deles, sendo que o conteúdo original ou foi queimando ou, caso fosse valioso, acrescentado às coleções particulares de diversos Comandantes de mão leve. (ATWOOD, 2019, pp. 72-73).

Reaver a historiografia me traz possíveis reflexões quando encontro em Engels a seguinte frase: “[...] para vigiar as mulheres, havia eunucos – que, desde os tempos de Heródoto, eram fabricados em Quios para ser comercializados, e não serviam apenas aos bárbaros.” (2021, p. 77). Atwood pode não ter lido o referido livro de Engels, contudo, em entrevista, como visto anteriormente, a própria autora conta que não inventou nada do que aparece em sua história. Até os aspectos mais chocantes de sua narrativa foram retirados de contextos históricos que já aconteceram ou estão acontecendo na história da humanidade. Eu diria que qualquer semelhança não é simples coincidência.

Mas existem outros três motivos para minha longevidade política. Em primeiro lugar, o regime precisa de mim. Eu controlo o lado feminino do empreendimento deles com um punho de ferro dentro de uma luva de couro sob uma luva de tricô, e mantenho tudo em ordem: feito um eunuco num harém, estou em posição única para fazê-lo. Em segundo, sei demais sobre líderes – sujeira demais - e eles não sabem muito bem o que eu posso ter feito a partir disso em matéria de documentação. [...] Em terceiro lugar, eu sou discreta. Cada um destes homens eminentes sempre sentiu que seus segredos estão a salvo comigo. (ATWOOD, 2019, p. 72).

1.7. TEM REMÉDIO PARA O ÓDIO? É SOLIDARIEDADE?

As políticas que confluem com o ódio, em sua tentativa de homogeneizar os diferentes conhecimentos, produzem como inexistentes as criações cotidianas e alimentam o que Sússekind (2018) chama de tsunami neoliberal conservador. O tsunami, um fenômeno natural caracterizado por uma onda gigante, ganha outro entendimento epistemológico que possibilita pensar, as dimensões dos acontecimentos que nos atravessam, assim nos dizem Sússekind e Oliveira,

Identificamos no *tsunami neoliberal conservador*, que não tem nada de natural, outro modo como viemos nomeando o que se passa na atualidade, um deslocamento de tipo paradigmático de uma modernidade que transfigura a igualdade em desigualdade crescente, a liberdade em opressão e a fraternidade em competição e meritocracia. (2019, p.6).

Na tentativa de resistir ao ódio, busco outras perspectivas e possibilidades que nos direcionem a solidariedade para não apenas sobreviver, mas, viver, em tempos em que a diferença tem sido perseguida por movimentos ultraconservadores.

Um ódio narcísico, que abomina a pessoa *outra*, diferente – judias, mulheres, travestis, negras, pobres, pessoas LGBTIs, comunistas, professoras que formam crianças viadas (MOURA, SALLES, 2018), professoras incompetentes, marajás, mulheres que ousam exercer cargos na política, corruptas, putas e, ainda, às professoras *em geral* (PENNA, 2015). (SÜSSEKIND; GONÇALVES JÚNIOR; OLIVEIRA, 2020, p. 114).

É interessante observar que o não dito também se transforma em um discurso de ódio possível de ser declamado e aceito por uma maioria esmagadora, vimos então o aparecimento de manifestações mundiais de ódio evocando racismo, misoginia, entre outros, que levam milhares de pessoas às ruas, na Alemanha, para protestarem contra a extrema-direita²³, por exemplo. Contudo, essas manifestações de ódio não são novas, porém sua aceitação nos assusta e permanece nos assustando. Gallo (2008) explana que:

[...] quando odeio o outro, condensei nesse ódio minha aversão a todos os outros que não eu: o desejo de suprimir o outro é o desejo de eliminar todos os outros, de forma que eu possa ser suprema e plenamente livre, sem nada nem ninguém que possa limitar meus desejos e minhas ações. (p. 235).

Vimos aparecer nos debates curriculares fake news, negacionismos, extinção do programa Bolsa Família, aumento da pobreza, fome, violências, dentre tantas mazelas que estamos enfrentando e vimos também dentro das universidades o rancor pelas mudanças e acolhimentos nos corpos docentes e discentes, ou melhor, vimos outras existências adentrar a universidade, vimos cabelos cacheados, peles retintas, moradores da Baixada Fluminense, religiosos de matrizes africanas, dentre tantos outros exemplos. “A educação, portanto, representa uma grave ameaça ao fascismo ou se torna um pilar de apoio para a nação mítica.” (STANLEY, 2020, p. 48).

Em *O conto da aia*, o ódio aparece além das práticas violentas direcionadas, principalmente, as mulheres. Aparece também fora dele, direcionado a outridade que são aqueles que vivem em Gilead, assim como aparece no seguinte trecho:

²³ **“Somos a barreira de proteção”. Dezenas de milhares protestam na Alemanha contra extrema-direita.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/somos-a-barreira-de-protecao-dezenas-de-milhares-protestam-na-alemanha-contra-extrema-direita/>. Acesso em: 04 fev. 2024.

– Você não é nada excepcional. A vida não é fácil para ninguém. Mas talvez Deus tenha ferrado sua vida, nas suas palavras, por algum motivo.

- Porra, mal posso esperar pra descobrir qual é – falei. A dor no meu braço estava me irritando demais. Eu não devia ter sido tão sarcástica, nem devia ter falado palavrão na frente dela.

- Mas pensei que você compreendia o verdadeiro teor da nossa missão – disse ela. – Salvar Gilead. Purificá-lo. Renová-lo. É por isso.

- Você acha que tem como salvar aquela merda putrefata? – falei. – Por mim podia só tocar fogo em tudo!

- Por que você quer ferir tanta gente assim? – perguntou ela com docilidade. – É o meu país. Foi onde cresci. Os líderes estão acabando com ele. Eu quero que melhore. (ATWOOD, 2019, p. 405).

Ao falar sobre atear fogo em tudo, essa frase me remete ao ‘fogo nos racistas’. Entendo que o racismo possa causar sentimentos controversos nas pessoas, porém tacar fogo nos racistas também faz parte de práticas de ódio, todavia, entendo que é uma prática difícil, em vista de tantas injustiças e sentimentos que beiram a vingança. Entretanto, a vingança não consolida e fortalece o primeiro ato? A monstruosidade, de acordo com Sússekind, Gonçalves Júnior e Oliveira (2020), faz parte da própria dinâmica da sociedade.

Não existe apenas violência e ódio dentro de Gilead. Essa visão anula outras existências e formas de resistências. Não podemos dividir o mundo entre bem e mal. Nada pode ser apenas mal o tempo todo. Agnes, nos conta que: “Imagino que você esteja esperando apenas horrores, mas a verdade é que muitas crianças eram amadas e queridas, assim em Gilead como em todo lugar, e muitos adultos eram bondosos, mas falíveis, assim em Gilead como em todo lugar.” (ATWOOD, 2019, p. 17).

Em uma cultura de dominação, todo mundo é socializado para enxergar violência como meio aceitável de controle social. Grupos dominantes mantêm poder através da ameaça (aceita ou não) de que castigo abusivo, físico ou psicológico, será usado sempre que estruturas hierárquicas em exercício forem ameaçadas, quer seja em um relacionamento homem-mulher, quer seja na conexão entre pais ou mães e crianças. (hooks, 2020, p. 99).

Não podemos simplesmente combater a violência com mais violência, porque fomos socializados assim. Precisamos, como seres humanos, desviar dessa falsa norma e nos colocarmos na posição de outridade também, para refletirmos sobre nossas formas de conhecer e viver ao ocuparmos lugares que antes nos eram negados. Quando lutamos para existir, não podemos perpetuar a não existência de

outras pessoas como no exemplo do livro, em que os canadenses praticam xenofobia e pedem que a fronteira seja fechada.

Então nosso grupo do colégio começou a gritar coisas e levantar nossos cartazes bem alto, e outras pessoas exibiam cartazes diferentes: ABAIXO OS FASCISTAS DE GILEASNO! REFÚGIO PARA REFUGIADOS! Bem nesse momento, alguns manifestantes contrários apareceram com outros tipos de cartazes: FECEM A FRONTEIRA! GILEAD, FIQUE COM SUAS VADIAS E PIRRALHOS, AQUI JÁ TEMOS DEMAIS! FORA, INVASORES! XÔ, BEBÊS DE PUNHETA! Entre eles havia um grupo de Pérolas com seus vestidos prateados e pérolas – com cartazes dizendo MORTE A LADRÕES DE CRIANÇAS e DEVOLVAM A BEBÊ NICOLE. Pessoas do nosso lado jogavam ovos nelas e davam vivas quando algum acertava, mas as Pérolas só mantinham seu sorriso glacial de sempre. (ATWOOD, 2019, pp. 59-60).

Assim, tema delicado é o ‘salvamento’²⁴ que June/Offred realiza com outras mulheres. Ela assassina Fred Waterford com suas próprias mãos no último episódio da quarta temporada. June/Offred, neste caso, se vale da vingança e não simplesmente do ódio. A violência é patriarcal, assim como a vingança e a punição. Ela reage a partir das opções que tem em suas mãos, contudo, quem se vale de suas mãos sujas são homens em posições de poder como, por exemplo, Comandante Lawrence e Comandante Nick Blaine. A morte de Fred Waterford só acontece porque ele deixou de ser valioso e tornou-se uma ameaça para Gilead e as relações internacionais, logo, ele é trocado por outras vinte duas mulheres a serem enviadas ao Canadá.

Apesar de citar trechos da bíblia, Offred/June não é a mocinha da narrativa. Após assassinar Fred, Offred/June deixa sua assinatura quando além de escrever “nolite te bastardes carborundorum”, decepa o dedo anelar esquerdo e envia para Serena Joy que está presa no Canadá. A personagem encontra-se nos limites da dicotomia bem e mal, porque é humana. No primeiro episódio da quinta temporada, ela confessa seu crime à polícia canadense, e ao revelar seu motivo diz “ – ele era um monstro. Merecia morrer.” (THE HANDMAID’S TALE, 2022). Offred/June é liberada porque seu crime aconteceu fora do território canadense, porém foi multada por ter transportado o dedo de sua vítima dentro do país. Sobre o assassinato de Fred Waterford, Mark Tuello parabeniza e diz a Offred/June que ela fez algo terrível que precisava ser feito.

Essa crença em códigos binários tem a capacidade de dividir o mundo a partir de ladainhas que só funcionam à custa do exercício contínuo de narrativas,

²⁴ Execução, realizada por um grupo de aias, de homens condenados por estuprar ou cometer violência contra aias.

igualmente, binárias: honestos ou corruptos, o bem versus os mal, grupos familiares opostos a indivíduos degenerados, aqueles que se identificam com a religião contra os agnósticos e destituídos de crenças, o novo que contradiz o velho. O funcionamento dessas polaridades produz, por seu turno, uma lógica de ódios e afetos que contamina não só a compreensão e a avaliação das instituições públicas, mas também o dia a dia das relações pessoais. (SCHWARCZ, 2019, p. 212).

Ainda no início da quinta temporada, ao ir reconhecer o corpo do marido, Serena Joy, em sua saída, depara-se com uma vigília. Pessoas segurando velas e dizendo que estão orando por ela e desejando que Deus a acompanhe, enquanto ela retorna para sua detenção. Serena, na frente de todos, diz que vai garantir que Fred tenha um enterro adequado na nação que fundou, de modo a apelar por um enterro falando sobre civilidade e dignidade.

Gilead está em todos os lugares, assim como está no Canadá que abriga os refugiados estadunidenses. No decorrer da quinta temporada há um avanço nas manifestações violentas contra os refugiados. O ódio se mostra em vários episódios com declarações contrárias à permanência dos refugiados no Canadá como parasitas sustentados pelo governo.

No sétimo episódio da quinta temporada, Serena entra em trabalho de parto após fugir da casa dos Wheelers. Ela foge de encontro a Offred/June com o intuito de se salvar, visto que a ex-aia também havia sido capturada pela mesma família onde Serena era mantida. June/Offred ajuda Serena e diz que a salvará, porque ela é humana e não está em Gilead, além de afirmar não ser como a ex Esposa do comandante Waterford.

June/Offred leva Serena e o bebê para um hospital e acaba por ligar para Moira. Luke, seu marido, aparece no hospital e denuncia Serena Joy por estar no Canadá sem documentação, desta forma, ela e seu bebê são separados. Serena não tem direito a advogado pela falta de documentos. Ela é levada ao centro de detenção sem o seu bebê, já que não há uma ala infantil. Seu bebê, Noah, logo é levado para ficar sob os cuidados da família Wheeler. Luke apesar de sofrer com a separação de sua filha se prevalece da vingança ao denunciar Serena. Como homem, Luke entende a violência de separar uma mãe de um filho enquanto o amamenta?

No décimo e último episódio da quinta temporada, Offred/June é atropelada na rua de sua residência, por um carro adesivado com o símbolo de Gilead. Assim que o carro ameaça voltar de ré para mais uma vez feri-la, Luke consegue parar o motorista e agredi-lo, neste ato acaba assassinando o motorista que estava armado. Contudo,

após prestar depoimento, Luke é avisado por Rita que ele será preso a qualquer momento pelo assassinato. Ao ouvir a conversa June diz que eles precisam fugir, no diálogo que acontece a seguir:

Offred/June: - A gente tem que fugir.

Luke: - O que?

Offred/June: - A gente esperou da última vez e a gente esperou demais. A gente não viu o quanto nos odiavam. Eu perdi você e depois perdi a Hannah.

Luke: - A gente vai esquecer ela agora?

Offred/June: - A gente nunca, jamais vai esquecer a Hannah, mas não dá pra ajudar ela se a gente morrer. Tá tudo mudando, Luke. Esse país está mudando.

Luke: - Mas o Canadá não é Gilead.

Offred/June: - Os Estados Unidos também não eram, mas passaram a ser. E aí já era tarde demais. Luke, a gente tem que ir. A gente tem que fugir agora. (THE HANDMAID'S TALE, 2022).

Na contramão da impunidade está Luke que assassinou o motorista, um homem branco canadense, pró-Gilead, logo, sua morte precisa de punição, de justiça. Questiono: Fora do *O conto da aia*, todos os assassinatos são punidos? Existe 'justiça' pelas vidas das crianças pretas periféricas assassinadas?

REFERÊNCIAS

ATWOOD, M. **O Conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

ATWOOD, M. **Os Testamentos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969

BONEZI, Aline Gevezier. *The Handmaid's Tale: opressão e resistência*. 2022. 164 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2022.

BUCHWEITZ, W. W. *Sob o olho d'Ele(s): o legado das vozes femininas em O Conto da Aia e Os Testamentos, de Margaret Atwood*. Orientador: Eduardo Marks de Marques. 2020. 96 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020..

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Tradução: Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 12. Ed. 8ª reimpressão. Petrópolis: Vozes, 2021.
 CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes. Vol.1, 5ª reimpressão, 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo : Boitempo, 2016

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução:Leandro Konder; Aparecida Maria Abranches. 10ª Edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2021.

FEDERICI, S. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019a.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019b.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GALLO, Sílvio. Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença. In: Anais do II Congresso Internacional Cotidiano: **Diálogos sobre Diálogos**. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2008. p. 1-16.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: BhuvilLibanio. 13ªed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

LATOURE, Bruno. **Onde aterrar?: como se orientar politicamente no antropoceno**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

MBEMBE, A. Biopoder soberania estado de exceção política da morte. *Arte & Ensaios. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em 20 abr. 2021.

OLIVEIRA, I. B.; SÜSSEKIND, M. L. Tsunami Conservador e Resistência: a CONAPE em defesa da educação pública. **Educação & Realidade**, v. 44, p. e84868, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/w4Pq6Yrn3c8RXXQWBvvXXTk/>. Acesso 18 out. 2023.

OYEWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OYEWÙMÍ, O; FREITAS NETO, L.; PINHO, O. Visualizando o corpo: Teorias ocidentais e sujeitos africanos. **Novos Olhares Sociais**, v. 1, n. 2, p. 294-317, 2018. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/ojs/index.php/novosolharessociais/article/view/452>. Acesso

em 18 Jun. 2020.

PARUCKER, I. G. “Vivíamos nas lacunas entre as histórias”: ficção, história e experiência feminina em *The Handmaid’s Tale*, de Margaret Atwood. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

PINAR, W. F. It’s a Man’s World. In: **The Gender of Racial Politics and Violence in America: lynching, prison rape, & crisis of masculinity**. Vol. 163. New York: Lneg Publishing, Inc., 2001. p. 981-1031.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos. Recife: SOS Corpo, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Editora Companhia das Letras, 2019.

STANLEY, J. **COMO FUNCIONA O FASCISMO**: A política do “nós” e do “eles” Tradução: Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2020.

SÜSSEKIND, M. L.; MERLADET, F. A. D.; D’AVIGNON, M. G. S. O FIM DO MUNDO DO FIM. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 47, n. 3, p. 994–1008, 2023. DOI: 10.5216/ia.v47i3.74736. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/74736>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SÜSSEKIND, M. L.; GONÇALVES JUNIOR, S. W. P.; OLIVEIRA, L. T. A. MONSTRAS E CURRÍCULO DE GÊNERO AO SUL DE MAPLE ST. In: RODRIGUES, Alexandro; CAETANO, Marcio; SOARES, Maria da Conceição Silva (ORGs). **Queer(i)zando Currículo e Educação**: narrativas do encontro. 1ª Edição. Salvador: Editora Devires, 2020. p. 109-128.

SÜSSEKIND, M. L. “Educação em pauta”. **Revista da ADCPII** [online], ano V, n. 1, ago. 2018. Disponível em: http://adcpii.com.br/wpcontent/uploads/2018/07/ebook_revista_6.pdf. Acesso em 20 ago. 2019.

SÜSSEKIND; M. L.; BICALHO, M. F. **Feiticeiras e inquisidores**. Rio de Janeiro: ACCESS Editora, 1991.

THE HANDMAID'S TALE. Direção: Reed Morano, Mike Barker et al. Produção: Margaret Atwood, Bruce Miller, Dorothy Fortenberry et al. Toronto: Daniel Wilson Productions Inc et al. 2017-2022. 5 temporadas (47- 60min), son., color., 35 mm.

ESTUDO 2 – PATRIARCADOS: Teorias, histórias, imagemnarrativas e o avanços conservadores na atualidade.

Para pensar os patriarcados em sua multiplicidade de formas/políticas/práticas/narrativas, reflito diferentes usos dos tempos, também no plural para deslocar o entendimento de linearidade. Desafiando a causalidade linear ocidental, ou seja, em alguns momentos, faço viagens no tempo para tensionar as violências que atravessam as/es/os corpos/es/os (SÜSSEKIND, GONÇALVES JUNIOR, OLIVEIRA, 2020). Utilizo para corroborar minhas hipóteses o estudo historiográfico de Gerda Lerner (2019) com intenção de deslocar teoricamente a ideia de Federich Engels (2021), de que a propriedade privada precede o patriarcado, fazendo uso (CERTEAU, 2020) de outras teorias que aglutinam teorias sobre o domínio do trabalho reprodutivo como fundamento do sistema patriarcal de classes, por exemplo, Silvia Federici (2017, 2019, 2022), Maria Luiza Sússekind (2018;2007), Gayle Rubin (2012) e Oyeronke Oyewumi (2021).

Perpassando uma construção histórica sobre o patriarcado, com Lerner (2019), transito com a autora pelo período paleolítico até sua experiência no século XXI com oficinas para trabalhar sobre os patriarcados com outras mulheres. Nesta mesma caminhada em que tensiono as duas obras, vou de encontro com minhas experiências e com as narrativas de Atwood (2017;2019).

2.1 O QUE VEIO PRIMEIRO: A PROPRIEDADE OU OS PATRIARCADOS?

Entendendo a importância da obra *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (ENGELS, 2021) na discussão sobre os patriarcados que venho propor, apesar de já muito analisado, não vejo em meu trabalho uma repetição, mas a realização de uma pesquisa com autores tão complexos quanto Engels, entendendo sua temporalidade.

Federich Engels reforça uma organização evolutiva e linear da pré-história da humanidade proposta inicialmente por Lewis H. Morgan, porém reconhece que a história pode ser revista a partir de novos descobrimentos e formulações teóricas. Engels, portanto, corrobora três estágios principais que são os estados: selvagem, barbárie e civilização. De acordo com Engels (2021, p. 27):

A razão dessa subdivisão, segundo Morgan, é “a superioridade e o domínio do homem sobre a natureza, por causa de sua habilidade de produzir aquilo

que precisa para viver: o homem é, de todos os seres, o único que obteve controle quase absoluto da produção de alimentos. Todo progresso da humanidade coincide, de modo mais ou menos direto, com as épocas em que se ampliam as fontes de existência”.

A falsa ideia de superioridade dos seres humanos em decorrência de seu domínio sobre a natureza, relaciona-se diretamente com os patriarcados e a exploração do *trabalho reprodutivo feminino* (FEDERICI, 2019), assim como o controle dos corpos femininos e sua aniquilação. Entretanto, deixemos essa conversa para mais adiante.

De forma resumida, tais estágios citados, também, se subdividem. Dentro do estágio selvagem encontram-se três fases, sendo a primeira a fase inferior, em que o principal progresso é a formação da linguagem articulada, a segunda é a fase média, em que começa o consumo dos peixes devido o uso do fogo e por último a terceira que corresponde a fase superior, em que inventaram o arco e a flecha, regularizando os alimentos obtidos através da caça.

A barbárie também subdivide-se em três fases. Fase inferior, que se inicia com a introdução da cerâmica, a fase média que começa com a domesticação de animais e cultivo de hortaliças em algumas regiões e, por último, a fase superior, em que se inicia com a fundição do minério de ferro, passando à fase da civilização a partir da invenção da escrita e registros literários.

Engels continua a dialogar com Morgan para falar sobre a formação da família, também subdividindo as possíveis organizações em inferior e superior. Contudo, entendo que o erro de Engels é generalizar as construções familiares. Ele utiliza-se do estudo e análise de determinados povos (havaianos e iroqueses, por exemplo) para justificar as formações familiares de seu tempo. Não à toa afirma em seu livro que há um “[...] fiel paralelo na organização dos indígenas americanos.” (ENGELS, 2021, p. 102).

Contudo, pelo sistema de parentesco que chegou historicamente até os nossos dias, podemos concluir que existiu uma forma de família a ele correspondente e hoje extinta, e podemos tirar essa conclusão com a mesma segurança com que Cuvier, pelos ossos do esqueleto de um animal achados perto de Paris, pôde concluir que pertenciam a um marsupial e que os marsupiais, agora extintos, ali viveram antigamente. (ENGELS, 2021, p. 37).

Portanto, para dialogar com Engels, ou melhor, para deslocar Engels, trago Gerda Lerner que além de discutir o livro *A origem da Família, da propriedade privada e do estado*, faz todo um trabalho voltando para historicizar a escravização das mulheres pelos homens, ou seja, ela se empenha em escrever uma história das

mulheres que não se preocupe com o que a mesma chama de *História Compensatória* (LERNER, 2019), em que pesquisadoras “procuram com atenção mulheres que haviam feito o que os homens fizeram.” (LERNER, 2019, p.39).

Em outro ponto de croche, tomando a série *O conto da aia* para análise, no terceiro episódio da quinta temporada, em diálogo com Lili, uma das mulheres que participam da rede da mayday²⁵, June/Offred diz que teve sorte ao conseguir tirar mulheres e crianças de Gilead em um avião. Lili responde: “- mulheres dizem isso quando fazem algo extraordinário.” (THE HANDMAID’S TALE, 2022).

Ao falar sobre a criação do patriarcado, Lola Aronovich, ao escrever o prefácio do livro de Lerner (2019), reitera a ideia da autora de que a história das mulheres é uma história de exclusão e apagamentos, pois elas foram excluídas da criação de ciência, símbolos, filosofias e etc. A historiografia consistiu em grande parte na documentação de grandes eventos e/ou grandes homens.

A História das Mulheres é uma história de exclusão, de apagamentos, de sabotagens, de desvalorização. Para se atacar a luta das mulheres, que historicamente leva o nome de feminismo, é preciso que nosso protagonismo seja negado. É preciso fingir que nunca lutamos. Por isso é tão relevante conhecer a nossa história (LERNER, 2019, p. 22).

Aronovich prossegue:

Assim, o registro gravado e interpretado do passado da espécie humana é apenas um registro parcial, uma vez que omite o passado de metade dos seres humanos, sendo portanto distorcido, além de contar a história apenas do ponto de vista da metade masculina da humanidade.” (LERNER, 2019, pp. 28-29).

Lola Aronovich é uma ativista feminista que há anos tornou-se alvo de ódios destilados majoritariamente por homens, porém não devemos nos enganar, mulheres também destilam ódios contra outras mulheres, é isto que os patriarcados nos pedem em troca de **privilégios, proteção** (LERNER, 2019). Com hooks aprendi que “ser membro de um grupo explorado não torna ninguém mais inclinado a resistir. Se assim fosse, todas as mulheres [...] teriam tido vontade de participar do movimento e mulheres” (2020, p. 137-138) ou que “até mesmo resistir a ele não significa que entendemos porque ele existe ou como mudá-lo” (hooks, 2020, p. 44).

Mesmo quando resistimos ou quando apoiamos os enredos dos patriarcados cotidianos, as existências não-masculinas brancas eurocêntricas cisnormativas e não

²⁵ Grupo de resistência que visa derrubar a República de Gilead. Seus membros são desconhecidos para preservar suas identidades em caso de captura e/ou retaliação.

deficientes são tornadas inexistentes. Contudo, defendo que essa tentativa não dá conta de apagar os escapes. As existências subversivas e o próprio subversivo se encontram nas rachaduras, nas fissuras do concreto.

Assim como Lerner, a socióloga iorubá Oyèrónké Oyewùmí (2021), afirma que as personagens femininas são tornadas inexistentes, quando não tornam-se exceção. Não à toa as mulheres, na historiografia, devido aos patriarcados, foram confundidas com homens e/ou suas realizações foram redirecionadas a algum homem poderoso. O mesmo ocorre no livro *Os testamentos*, como nos conta a personagem Tia Lydia:

As Pérolas tinham sido ideia minha, originalmente – outras religiões tinham missionários, então por que não a nossa? E outros missionários haviam conseguido converter pessoas, então por que não os nossos? E outros missionários haviam recolhido informação a ser utilizada em espionagem, então por que não os nossos? [...] deixei que o Comandante Judd levasse o crédito pelo plano. Oficialmente, as Pérolas só se reportam a mim, pois seria malvisto um Comandante se envolver nos detalhes do que é essencialmente um trabalho de mulher (ATWOOD, 2019, p. 74).

Portanto, faço um deslocamento/inversão da teoria, principalmente, com Gerda Lerner, porque, como dito anteriormente, entendo que a divisão de classes que Engels sugere não dá conta de explicar a linha fluída que são os patriarcados. Não são apenas pessoas pobres ou mulheres que sofrem com as engrenagens de violência desse sistema. Mulheres de classe média ou rica também são vítimas. As opressões são múltiplas, de tal forma que é impossível qualificar ou quantificar, logo, este trabalho propõe refletir sobre esta multiplicidade e sobre o que podemos encontrar nas fissuras de ódio e violência. Posso exemplificar com casos como o de Tatiane Spitzner²⁶ ou de Ângela Diniz²⁷, mulheres de classe média assassinadas por seus respectivos companheiros, ou até mesmo posso citar o recente caso de Ana Hickmann²⁸ que também foi agredida por seu companheiro. Violência doméstica não é algo direcionado apenas as mulheres pobres. Violência não é “coisa de pobre”.

²⁶ **Luis Felipe Manvailer é condenado a 31 anos de prisão por matar Tatiane Spitzner.** Disponível em: <https://istoe.com.br/luis-felipe-manvailer-e-condenado-a-31-anos-de-prisao-por-matar-tatiane-spitzner/>. Acesso em 15 jan. 2024.

²⁷ **Ângela Diniz: como foi o crime e o que aconteceu com Doca Street...** Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2023/09/05/angela-diniz-doca-street-assassinato.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 18 dez. 2023.

²⁸ **Boletim de ocorrência: Ana Hickmann foi agredida pelo marido e teve braço imobilizado.** Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/boletim-de-ocorrencia-ana-hickmann-foi-agredida-pelo-marido-e-teve-braco-imobilizado,188c3a7cadd449610862442b0cb819800x42kh87.html?utm_source=clipboard. Acesso em 20 dez. 2023.

Junto a Tatiane Spitzner, Ângela Diniz e Ana Hickmann, aqui citadas, existem as Marias, as Joanas, as Anas, as Carlas e tantas outras milhares de mulheres que sofrem não apenas com a violência física, mas a verbal, psicológica e financeira. Dou maior destaque as mulheres, porque é a dor que mais sinto, porém não pretendo aqui diminuir ou anular outras dores, dores também de homens que nascem e crescem em lares violentos e precisam ser “Homens” com H maiúsculo. Estamos todos atravessados, no campo das opressões, e é muito difícil não cair na armadilha de perpetuar tanto ódio e ressentimento.

Em meio a reflexão sobre os patriarcados, também se faz necessário pontuar que a violência não tem ator ou atores certos, porque a violência também pode ser praticada por mulheres e posso exemplificar a partir do caso da deputada federal Carla Zambelli que armada perseguiu e coagiu um homem negro, em São Paulo²⁹ ([ver imagemnarrativa 3](#)). A deputada faz parte de um sistema que precisa constantemente ser reafirmado e para tal concede privilégio para que mulheres também se aliem aos patriarcados. De acordo com Lerner, “a possibilidade de compartilhar poder político e econômico com homens de sua classe ou posição tem sido privilégio de algumas mulheres de classe alta, o que as restringiu ainda mais ao patriarcado.” (2019, p. 59), logo, o corpo da deputada está protegido em relação ao corpo de sua vítima, um homem, isso se dá, pois a mesma coopera com os patriarcados.

Exponho também o caso de Zambelli a partir do que entendo ser o uso de *imagensnarrativas* ou *narrativasimagens* (FERRAÇO; ALVES, 2016), visto que a imagem é também uma narrativa e como tal seus *usos* são múltiplos (CERTEAU, 2020). Apresento sugestões de imagens em *hiperlinks* no decorrer do texto como possibilidade de problematizar os cotidianos a partir de uma arqueologia das invisibilidades (SÜSSEKIND, 2007), e dos estudos nos/dos/com os cotidianos, ou seja, eu tenho o trabalho de expor *imagensnarrativas* que possibilitem apreender desigualdades e violências axiomáticas no que entendo por patriarcados.

[...] as *imagensnarrativas* não descrevem algo que já está dado a priori, mas inscrevem sentidos nos acontecimentos vividos, envolvendo, nessa produção, diferentes tempos/espaços praticados e, ainda, diferentes fazeressaberes dos narradores praticantes. (FERRAÇO; ALVES, 2016, p. 312).

²⁹ **STF abre inquérito contra Carla Zambelli por perseguição armada em São Paulo.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-abre-inquerito-contra-carla-zambelli-por-perseguido-armada-em-sao-paulo/>. Acesso em 15 jan. 2023.

Senti a necessidade de usar imagens como *espaçotempo*, compreendendo que o mesmo “ [...] pode ajudar no trabalho teórico-epistemológico no/sobre/do cotidiano” (ALVES, 2001, p. 10), pois suas significações partem das experiências e dos saberes de cada indivíduo para entendê-lo. Aqui eu faço minhas significações que são crocherizadas a partir de minhas múltiplas vivências enquanto (re)penso, vejo e vivo os patriarcados.

Ver não é somente olhar. O ver necessita estar e não apenas passar pelos espaços. Ver é tecer um lugar no não-lugar. Ver é observar a realidade que se apresenta de forma complexa e inteira diante do seu olhar. Ver não é se colocar como espectador de um mundo ilusório criado por outros olhares. É a possibilidade de sentir antolhos e girar o rosto para inviabilizar sua ação, de não se imobilizar diante do que se vê. Ver é tornar-se capaz de perceber as alternativas e complexidades presentes no cotidiano, mesmo quando não queremos vê-las (MONTEIRO, 2001, p. 28)

Eu tenho meu entendimento da imagem, não à toa a coloco a partir de uma construção de pensamento que faço, porém não a explico como fonte, pois tenho a intenção de ampliar os entendimentos e questionamentos. Tudo o que crio tem explicações profundas em minhas considerações, contudo, minhas visões, meus recortes podem ter outros olhares e possibilidades. Minha pesquisa não se esgota em si.

Em alguns momentos, o assunto se impõe tão fortemente que tudo parece ficar em câmera lenta e o tempo se torna diferente aos nossos olhos. Fotografamos, sem a máquina fotográfica, imagens que se sobrepõem ao longo de um dia. Se piscarmos lentamente a imagem é gravada e essa escrita de luz fotográfica vai acontecendo em nosso corpo onde quer que estejamos. (CAPUTO, 2006, p. 26)

2.1.1. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O CORPO

Lerner ao analisar a obra de Engels nos conta que “A descrição da divisão sexual do trabalho primitiva feita por Engels é curiosamente semelhante à descrição de lares de camponeses europeus na Pré-História.”(2019, p. 48). Engels compara diferentes sociedades e padroniza as relações de subordinação a partir da ideia de divisão de classes, o que invisibiliza a luta das mulheres em situação de vulnerabilidade independente de sua classe. Desta forma, Rubin (2012) reforça a ideia de Lerner afirmando que o marxismo não se ocupa da questão do sexo ao focar na divisão social por classes. Portanto:

Engels e seus seguidores acham que a propriedade privada veio antes, *causando* “a grande derrota histórica do sexo feminino”. Lévi-Strauss e Claude Meillassoux acreditam que foi pelo comércio de mulheres que a propriedade privada acabou sendo criada. Meillassoux oferece uma descrição detalhada do estágio de transição. (LERNER, 2019, p. 79).

A origem da Família, da propriedade privada e do Estado, aborda uma fórmula e/ou padrão para a divisão sexual do trabalho. Tal afirmação é errônea dada a incapacidade de organizar todas as sociedades em uma divisão binária, em que um trabalho específico feito por homens seria sempre feito por essa categoria em qualquer lugar no mundo.

Para Oyewùmí (2021) a fisicalidade está intrinsecamente presente na cultura ocidental. A socióloga chama atenção para a armadilha do olhar ocidentalizante e genereficante, que suprime outras formas de ser e estar no mundo. O corpo, segundo a pesquisadora, é o alicerce sobre o qual a sociedade ocidental é fundada. A compreensão do corpo é visual, a partir do “olhar de gênero” (OYEWÙMÍ, 2021, p. 176), porque “as hierarquias sociais ocidentais, como gênero e raça, são uma função do privilégio visual sobre outros sentidos na cultura ocidental.” (OYEWÙMÍ, 2021, p. 66).

A “ausência do corpo” tem sido uma precondição do pensamento racional. Mulheres, povos primitivos, judeus, africanos, pobres e todas aquelas pessoas que foram qualificadas com o rótulo de “diferente”, em épocas históricas variadas, foram consideradas como corporizadas, dominadas, portanto pelo instinto e pelo afeto, estando a razão longe delas. Elas são o Outro, e o Outro é um corpo. (OYEWÙMÍ, 2021, Pp. 29-30).

Na Prova Platô o corpo aparece no seguinte trecho:

Pensando na ocidentalidade da qual estamos impregnados, me recordei de uma conversa que escutei quando estava a caminho da universidade. Duas pessoas estavam rindo de uma notícia que falava sobre uma mulher gorda que não conseguiu se acomodar no acento do avião. Falas como: “A culpa não é do avião, ela que comeu demais” recheavam a conversa. Isso me fez pensar no quanto a padronização dos corpos ainda é uma questão na nossa sociedade. O olhar que parte de um lugar que é hétero, branco, magro e entre outras (Prova Platô 2022.1 – vespertino, p. 1).

Apesar das críticas feitas ao trabalho de Engels, especificamente sobre o livro citado nesta tese, Lerner reconhece os pontos importantes que o autor trouxe para o debate. Dessa forma, vejo e defendo a importância de sua obra, seja nos pontos que foram refutados, seja nos pontos que me auxiliam a bordar fragmentos de pensamentos machistas que excluem toda a luta das mulheres. Lerner, ressalta que:

(1) Ele apontou a ligação entre mudanças estruturais nas relações de parentesco, e mudanças na divisão do trabalho, por um lado, e a posição das mulheres na sociedade, por outro. (2) Mostrou a conexão entre instituição da

propriedade privada, casamento monogâmico e prostituição. (3) Apresentou a relação entre a dominação política e econômica pelos homens e seu controle sobre a sexualidade feminina. (4) Determinando “a grande derrota histórica do sexo feminino” no período da formação de estados arcaicos, com base na dominação das elites donas das propriedades, deu historicidade ao evento. (2019, p. 50).

Assim como Lerner reconhece os pontos positivos da pesquisa de Engels, reitero aqui a importância de sua obra. Por mais que a divisão de classes não me ajude a entender ou formular meu estudo sobre patriarcados por si só, ressalto que Engels foi sábio ao dizer que:

Desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é ao mesmo tempo um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para a outra. (ENGELS, 2021, p. 218).

Existe um desnível nas concessões dos patriarcados assim como um ditado popular “a mesma mão que dá, tira”. Da mesma forma que concede privilégios e proteções o faz conforme lhe é favorável para manutenção do sistema e, para que um grupo seja detentor de privilégios, outro, conseqüentemente, precisa que seus direitos sejam inexistentes. Logo, entre Engels e Lerner é possível alinhar a ideia de que as linhas fluídas que traçam os lugares, posicionam as pessoas dentro do sistema e atravessam os corpos se deslocam, sejam elas referentes às propriedades ou aos privilégios que os patriarcados oferecem. Engels diz que “até hoje, todas as revoluções têm sido contra um tipo de propriedade e em favor de outro; um tipo de propriedade não pode ser protegido sem que se lese outro.” (2021, p. 139) e Lerner diz que “para as mulheres, a classe é medida por meio de seus vínculos sexuais com um homem, que então lhes proporciona acesso a recursos materiais.” (2019, p.34). Ou seja, enquanto uma mulher é protegida outra encontra-se vulnerável, assim como uma mulher torna-se aia e outra Esposa, em Gilead.

É através do homem que as mulheres recebem ou perdem acesso aos meios de produção e a recursos. É por meio de seu comportamento sexual que ganham acesso à classe. “Mulheres respeitáveis” ganham acesso à classe por meio de pais e maridos. (LERNER, 2019, p. 265).

Trouxe o acontecimento citado anteriormente por evidenciar que Carla Zambelli faz parte de uma classe social dominante em comparação com a vítima, um homem negro e periférico. Ou seja, os patriarcados são violentos por si só, o que significa que nem sempre a violência partirá de um homem. Portanto, os privilégios se deslocam de acordo com as trocas de obrigações, sujeições e proteção, alinhando as pessoas

em lugares onde seus corpos estão ou não protegidos.. As “[...] linhas são o heteropatriarcalismo, o colonialismo, o capitalismo e os fundamentalismos que produz constantes epistemicídios, desautoriza aquelas pessoas de humanidade e autoriza também a sua morte e aniquilação.” (SÜSSEKIND; MERLADET; d’AVIGNON, 2022, p. 998). Desta forma, as linhas que delimitam e posicionam as pessoas dentro dos patriarcados estão sempre em movimento. Não há como medir ou definir de modo estático onde as pessoas se encontram em meio às opressões ou sociabilidades cotidianas dentro do sistema.

Outros dois exemplos que posso trazer têm relação com a diferença com que determinados crimes ou supostos crimes são tratados. O primeiro exemplo é o da estudante de medicina que roubou quase 1 milhão de reais do fundo de formatura de sua turma³⁰, ela teve seu pedido de prisão preventiva negado pela justiça. Já o segundo exemplo é o de um homem não identificado, preso por ser acusado de roubar um supermercado. O homem teve seus pés e mãos amarrados com corda por policiais militares em São Paulo³¹. Temos aqui [imagensnarrativas 4 e 5](#) do tratamento diferenciado entre duas pessoas.

Acredito que não se faz necessário descrever as características físicas de cada um ou até mesmo discorrer sobre suas respectivas classes econômicas. Porque para González, “o privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra” (2020, p. 46).

As distintas formas de tratamento pelo Estado e justiça brasileiros são palpáveis. É possível trazer casos cotidianamente para corroborar o que venho defendendo em meu trabalho, que é o deslocamento territorial das opressões que infligem os corpos. Mais um caso que posso trazer aqui é o de Sandra Mathias Correia de Sá (pesquisei seu nome completo) que chicoteou um entregador de *delivery*. Em pleno ano de 2023, com conversas sobre a não existência de racismo, nos deparamos com uma pessoa, mulher, branca e moradora da zona sul do Rio de Janeiro, sentindo-

³⁰ **Aluna da USP que desviou dinheiro de formandos tranca curso de medicina.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/02/15/aluna-da-usp-que-desviou-dinheiro-de-formandos-tranca-curso-de-medicina.ghtml>. Acesso em 18 ago. 2023.

³¹ **Homem negro é amarrado pelos pés e mãos e carregado por policiais em São Paulo.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/homem-negro-e-amarrado-pelos-pes-e-maos-e-carregado-por-policiais-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em 15 set. 2023.

se privilegiada e protegida o suficiente para agredir e humilhar outro ser humano. Para Oliveira (2002), os racismos e preconceitos fundamentam-se no entendimento da diferença/diversidade como desigualdade.

Antes de mais nada, importa caracterizar o racismo como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam (GONZALEZ, 2020, p. 55).

Me ajuda Sússekind (2023)³², pensar que é possível fazer muitos recortes para refletir as diferentes maneiras pelos quais os patriarcados se empoderaram para nos alocar entre as violências, ao que a autora cita as agressões que mulheres, que habitam territórios de importância dentro da política brasileira, sofrem ou sofreram como, por exemplo, a ex-presidente Dilma, mulher branca, que mesmo diante de uma série de ataques ainda tem sua vida protegida ao que a vereadora Marielle Franco, mulher lésbica negra, foi brutalmente assassinada a tiros. Já a deputada Carla Zambelli a partir de suas conveniências e associações, pode empunhar uma arma e ameaçar uma pessoa que não apresentava nenhuma ameaça. Três mulheres que, dentro dos patriarcados, encontravam-se em posições completamente diferentes.

Ponto que citar esses casos não é um simples ato comparativo. É fazer uma arqueologia das invisibilidades, em que exponho determinadas situações para refletir sobre as tecnologias das quais os patriarcados se utilizaram e se utilizam ao longo de muitas existências, de maneira a não esvaziar os acontecimentos.

Ao querer capturar uma fibra da minha verdade pessoal a partir de pistas indiciárias (GINZBURG, 1989) fortaleço minha narrativa com os exemplos expostos aqui, cujo conhecimento obtive a partir da mídia televisiva, para pensar também que esses mesmos casos ganharam notoriedade enquanto tantos outros ficam invisibilizados, o que significa que eles continuam ali, acontecendo diariamente, mas longe do conhecimento e denúncia de muitos.

³² Fala oriunda da live Casa das Manas - Feminismos, Novo Ensino Médio e Rita Lee, transmitida pela TV 247. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rK2LrmDFHk8&t=161s>. Acesso em 20 dez. 2023.

2.2 PENSANDO OS PATRIARCADOS DESDE O INÍCIO?

De acordo com Lerner (2019), a subordinação das mulheres é mais antiga do que a própria civilização. A autora pontua que a *criação do patriarcado* não foi um evento histórico, mas um grande processo de mais de 2.500 anos que ocorreu em diferentes sociedades e ritmos.

Lerner nos conta também que a apropriação da função sexual e reprodutiva das mulheres pelos homens ocorreu *antes* da formação da propriedade privada e da sociedade de classes (2019), sendo os estados arcaicos organizados no formato do patriarcado, ou seja, a subordinação feminina foi institucionalizada através de códigos e imposta pelo poder do Estado. Por consequência, a primeira apropriação de propriedade privada é a apropriação do trabalho reprodutivo feminino.

Neste mesmo trabalho, a autora também pontua que o primeiro teste de escravização foi feito por homens contra mulheres de sua própria tribo, sendo o estupro uma tecnologia desenvolvida para mantê-las sob domínio, entendendo também que se as mesmas engravidassem, o desejo de fugir se tornaria mais fraco dado o novo laço criado. Ou seja, a dominância e hierarquia masculina, iniciou-se a partir da prática com mulheres de seu próprio grupo, para assim escravizar mulheres de outros grupos e só então apreender técnicas para escravizar outros homens, em grande parte sobreviventes de guerra com outras tribos.

Somente depois que os homens aprenderam como escravizar as mulheres dos grupos que podiam ser definidos como estranhos é que eles aprenderam a escravizar os homens desses grupos e, em seguida, grupos subordinados de suas próprias sociedades. (LERNER, 2019, p.262).

Historicamente, o período em que Lerner determina como ponto de partida de sua pesquisa, Paleolítico, podemos presumir que era absolutamente necessário para a sobrevivência do grupo que a maioria das mulheres dedicassem suas vidas a engravidar, ter filhos e alimentá-los. Para as mulheres a ligação entre ter e criar filhos é determinada culturalmente e sujeita à manipulação social.

Os alimentos devem ser preparados, as roupas precisam ser lavadas, as camas precisam ser arrumadas, a lenha cortada etc. O trabalho doméstico, portanto, é um elemento crucial no processo de reprodução do trabalhador, de quem se tira a mais-valia [...]. Pode-se acrescentar também que, como não se paga um salário para o trabalho doméstico, o trabalho das mulheres na casa contribui para o volume final de mais-valia obtido pelo capitalista.

(RUBIN, 2012, p. 7).

Os estudos historiográficos, em maior destaque o de Gerda Lerner (2019), auxiliaram-me a pensar na hipótese de que o acúmulo de pessoas seria um ponto importantíssimo para que os grupos passados pudessem explorar e conquistar. Em períodos em que a higiene é considerada algo precário, além da possibilidade de enfermidades ou feridas impossíveis de curar, perpassando dados de estudos de fósseis, mapeando a idade dos restos mortais encontrados. Mãos de obras, no plural, são necessárias para que se perpetue um grupo, novos nascimentos, sua maturação para que seja “útil” se faz um ponto a ser reconhecido como de extrema necessidade.

A suposta cooperação das mulheres ao sistema se dava de várias formas, devido a hábitos e instituições construídos culturalmente como, por exemplo, através da força bruta, da dependência econômica de um homem, privilégios que só seriam concedidos às mulheres obedientes e pela divisão de status entre elas em respeitáveis e não respeitáveis. É o vínculo (ou não) com um homem que vai determinar a posição das mulheres.

Usando mais uma vez a narrativa de Atwood para pensar o *agora*, é possível afirmar que as mulheres em Gilead também são estratificadas de acordo com a tutela ou não de um homem, ou seja, elas podem ser esposas de comandantes e por isso respeitadas, ou elas podem ser aias quando mães solo ou em um segundo casamento, por exemplo.

2.2.1 GUARDAR-SE PARA O CASAMENTO.

Logo, para Silvia Federici a instituição casamento, para mulheres, poderia ser visto como um meio de adquirir recursos, propriedades, privilégios e proteção. Casar-se poderia e ainda pode ser um contrato, um meio de sobrevivência. Muitas mulheres permanecem casadas por terem medo de perderem suas casas, quando não temem também por suas próprias vidas. Também se casam para fugir das amarras de seus familiares masculinos, casam-se por pressão, por negociação de terceiros, para consolidar acordos, apazigar ânimos, adquirir bens, dentre tantos motivos, menos por burrice, assim como manter-se em um casamento.

O casamento era visto como a verdadeira carreira para uma mulher, e a incapacidade das mulheres de sobreviverem sozinhas era algo dado como tão certo que, quando uma mulher solteira tentava se assentar em um vilarejo, era expulsa, mesmo se ganhasse um salário. (FEDERICI, 2017, p. 184).

Se uma mulher encontra-se em uma posição de dominância, segundo Gerda Lerner (2019), esse local é devido a relação que ela tem com outro homem, isto dito por uma pesquisadora de seu tempo, o tempo de escrita de Lerner é de 1986. Contudo, não estamos tão distantes das experiências e análises da autora. Até Engels concorda que “[...] as mulheres foram obrigadas a aceitar essa infidelidade masculina habitual – a preocupação pela própria subsistência e, ainda mais, pelo futuro dos filhos [...]” (ENGELS, 2021, p. 99). Neste caso, as mulheres em casamentos monogâmicos aceitam traições por questão de sobrevivência, para continuar tendo um lar e poder alimentar seus filhos, caso tenha, porque “o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis.” (LERNER, 2019, p. 21).

A dependência das mulheres em relação aos homens na comunidade servil estava limitada pelo fato de que, sobre a autoridade de seus maridos e de seus pais, prevalecia a autoridade dos senhores, que se declaravam em posse das pessoas e da propriedade dos servos e tentavam controlar cada aspecto de suas vidas, desde o trabalho até o casamento e a conduta sexual. (FEDERICI, 2017, p. 52).

Quando casadas, temos medo de perdemos nossos lares em divórcios, assim como temos medo de não poder financiar uma casa por sermos solteiras, divorciadas e até viúvas. Nosso medo é tão real que se tornou projeto de lei³³, que visa priorizar a mulher no financiamento para compra da moradia sendo, desta forma, pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

[...] os casamentos, antes como agora, permaneceram atos de conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Os gregos proclamavam abertamente que os únicos objetivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos legítimos para herdar os bens deles. (ENGELS, 2021, p. 78).

Engels utiliza-se da ideia de família oriunda de Lewis H. Morgan e mais uma vez categoriza em formas superiores e inferiores, em decorrência do que entende por evolução da sociedade. De acordo com Engels, há três formas de matrimônio que correspondem aos três estágios de desenvolvimento da evolução humana. “Ao estado selvagem corresponde o matrimônio por grupos, à barárie, o matrimônio sindiásmico e à civilização corresponde a monogamia com seus complementos: o adultério e a prostituição.” (ENGELS, 2021, p. 90).

³³ **Projeto dá prioridade a mulheres em financiamento habitacional.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/09/projeto-da-prioridade-a-mulheres-em-financiamento-habitacional>. Acesso em 10 fev. 2023.

Ao resumir o que levou a humanidade ao casamento monogâmico³⁴, em diálogo com Engels, diria que o homem em sua ganância de acumular propriedades, não satisfeito em morrer e não poder levar consigo na morte, racionalizou que deveria direcionar seu acúmulo para seu(s) filho(s), e com isso, sua prole acumular cada vez mais bens. A necessidade de herança em decorrência do acúmulo atravessa a necessidade egoísta de deter poder, o que também pode ser entendido como deter o máximo de bens possíveis. Ou seja, perpassamos o acúmulo de mãos de obra para esbarrarmos em outra necessidade, a hereditariedade.

A necessidade de não entregar suas riquezas a quem ele não reconhece como importante, fortaleceu a necessidade de ter laços comprovados pela paternidade. Portanto, para Engels (2021, p.91) “a monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos – as de um homem – e do desejo de transmitir essas riquezas, por herança, ao filhos desse homem, excluídos os filhos de qualquer outro.”

A importância da paternidade se dá pela intenção de ter-se certeza do pai, em relação a gravidez da mulher. Ou seja, em períodos distantes, onde não havia possibilidade de teste de DNA, a maternidade era visual, no sentido de que não havia dúvidas de quem seria a mãe do bebê, visto que a gravidez acontece no corpo feminino. Já em relação a paternidade apenas se houvesse a privação da mulher a outros parceiros é que seria possível, sem contabilizar os adultérios, identificar o pai, para assim possibilitar a sistematização de heranças. A paternidade também mostrou-se tão importante que rege a organização das linhas genealógicas em Gilead.

Arquivos das Linhagens Genealógicas [...]. Elas estavam organizadas nas prateleiras segundo a patente, apenas dos homens: Econo-homens, Guardiões, Anjos, Olhos, Comandantes [...]. As mulheres estavam dentro das pastas dos homens. As Tias não possuíam pastas; não se registravam suas Linhagens porque elas não teriam filhos. (ATWOOD, 2019, p. 350).

A preocupação se estende, portanto, para a proteção da virgindade. A virgindade da mulher, exclusivamente, se tornou material de compra e venda e motivo para desonrá-la, o que acarretava em uma divisão de mulheres respeitáveis ou não. Desta forma, a opressão e exploração feminina também baseiam-se na transformação da sexualidade em mercadoria, o que faz com seu poder reprodutivo seja uma aquisição de recursos e pessoas como mão de obra. Para Federici, “[...] o trabalho

³⁴ Diante do material utilizado, utilizarei como exemplo generalizante em meu discurso os casamentos heterossexuais. Contudo, sem o intuito de excluir outras formas de casamento e principalmente, sexualidade.

doméstico não é uma atividade livre. É a produção e reprodução do meio de produção mais indispensável ao capitalista: o próprio trabalhador” (2019,p. 209).

Engels retoma a virgindade como questão econômica ao dizer:

[...] uma geração de mulheres que nunca tenha se entregue a um homem em virtude de outras considerações que não um amor real nem tenha recusado os seus amados com receio das consequências econômicas que isso lhes pudesse trazer. (ENGELS, 2021, p. 100).

Em Gilead a virgindade era vista como algo muito valioso como demonstrado no seguinte trecho retirado do livro *Os testamentos*.

Devíamos zelar pelo tesouro invisível de valor incalculável que residia em nosso íntimo; éramos flores valiosas que precisavam ser guardadas dentro de estufas bem seguras, ou seríamos atacadas e nossas pétalas arrancadas e nosso tesouro pilhado e seríamos estripadas e pisoteadas pelos homens vorazes que podiam estar à espreita em qualquer esquina, no mundo lá fora, assolado pelo pecado e com arestas pontiagudas. (ATWOOD, 2019, p.18).

Não há muitos anos, especificamente no ano de 2016, ano em que a ex-presidente Dilma Rousseff foi deposta da presidência através de um golpe, vimos estampar manchetes uma ideia de mulher respeitável para estar diante da sociedade brasileira, que seria Marcela Temer, esposa do na época vice-presidente Michel Temer. A manchete dizia que Marcela era bela, recatada e do lar ([imagemnarrativa 6](#)), algo que escapava a Dilma, já que não era do lar, mas da presidência. Nesta posição Dilma encontrava-se desumanizada, violentada no sentido de ter sua imagem em posição sexual, a partir de montagem fotográfica, colada em tanques de gasolina de carros como maneira de desmoralizá-la em relação a insatisfação com o preço dos combustíveis ([Imagemnarrativa 7](#)).

2.2.2. O(S) SABER(ES) E O LUGAR (INFERIOR) DA MULHER.

Lerner nos conta que “quando o argumento religioso perdeu a força no século XIX, a explicação tradicionalista da inferioridade das mulheres tornou-se científica.”. (2019, p. 45). Portanto, a inferiorização das mulheres ganha novos contornos e se faz presente em outras áreas. Em Gilead, o cérebro das mulheres é tido como inferior ao dos homens, logo, elas não podem ocupar posições de poder.

Dizia-se que o que meu pai estava fazendo ali era muito importante – as coisas importantes que os homens faziam, importantes demais para mulheres se meterem porque possuíam cérebros menores, incapazes de formar pensamentos mais amplos, segundo Tia Vidala, que nos ensinava Religião. (ATWOOD, 2019, p. 23).

Na história da humanidade a ciência mostrou-se um recurso para justificar atrocidades contra algumas camadas da população. Entre os anos de 1904 e 1908 a Alemanha utilizou pela primeira vez campos de concentração como tecnologia de extermínio contra os povos Herero e Nama, onde hoje se localiza a Namíbia. De acordo com pesquisadores o fato citado foi compreendido como “a semente do holocausto”³⁵, ou seja, foi uma etapa de desenvolvimento para o que se compreende por nazismo. Mais uma faceta das tecnologias de morte que aprimoram-se.

No centro do problema está a maneira pela qual os negócios são conduzidos nas instituições produtoras de conhecimento; o modo como as questões fundamentais que informam a pesquisa são geradas no Ocidente; o modo como teorias e conceitos são gerados a partir da experiências ocidentais; e a maneira pela qual quem se dedica à academia tem que trabalhar no interior das disciplinas, muitas das quais foram construídas para estabelecer o domínio sobre a África e têm lógicas próprias, distintas das questões sobre a identidade social de quem realiza as pesquisas. (OYEWUMÍ, 2021, p. 55).

Retomando sobre a ciência e os discursos de autoridade, Certeau nos diz que “O privilégio filosófico ou científico se perde no ordinário. Essa perda tem como corolário a invalidação das verdades.” (2020, p. 68) e que “[...] toda cientificidade exige delimitação e simplificação de seus objetos” (2020, p. 77). Ou seja:

A ciência eurocêntrica não tem potencial para resolver os problemas que são vivenciados no século XXI. De acordo com Fanon, as pessoas do novo mundo foram dissecadas por olhos brancos que eram os únicos reais (1967, p. 87) e Lélia Gonzalez lembra que isso é uma supressão de humanidade (GONZALEZ, 2011, p. 14). São políticas e, por isso, necropolíticas, que negam os direitos de ser sujeitos do próprio discurso das pessoas negras, das pessoas das culturas originais e tradicionais. (SÚSSEKIND; MERLADET; d’AVIGNON, 2022, p. 995).

Ao falar sobre racismo, Lilia Schwarcz, em seu livro *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), reafirma que a ciência é um campo de disputas, em que teorias e conceitos ‘vencedores’ podem agir em prol de interesses de grupos dominantes, como no caso das justificativas para a escravização.

Esse “saber sobre as raças” visava justificar, com o aval das teorias da época, o domínio “natural” dos senhores brancos sobre as demais populações. Visava, ainda, substituir a desigualdade criada pela escravidão por outra, agora justificada pela biologia. (SCHWARCZ, 2019, p. 30)

O conhecimento científico não dá conta de explicar as realidades, pois são sempre mais complexas do que nossos meios de representá-la. Todavia, ainda não é muito difícil nos depararmos com a misoginia sendo perpetuada, inclusive

³⁵ **O genocídio 'esquecido' da Alemanha na Namíbia, reconhecido após mais de um século.** Disponível em: [youtube.com/watch?v=PlvjGGsLE3Y](https://www.youtube.com/watch?v=PlvjGGsLE3Y). Acesso 01 nov. 2021.

dentro das universidades. Em caso recente, um trote de estudantes do curso de medicina consistia em ficar nú e masturbar-se durante um jogo de vôlei feminino³⁶.

[...] as outras culturas e os outros modos de ser, viver, sentir e estar no mundo basicamente tiveram que renunciar a si mesmos para se enquadrar na lógica do pensamento ocidental e que “ao definir os termos do conflito [...], procedeu a uma redistribuição brutal do passado, do presente e do futuro dos povos e culturas na zona de contato” (p. 84), roubando-lhes a “capacidade de produzir futuros alternativos”, o que se configurou e vem se perpetuando como uma injustiça não apenas social, mas histórica. (SÜSSEKIND; OLIVEIRA; MASKE, 2022 ,p. 5)

Foi a partir da organização do conhecimento científico, muito difundido pelas universidades, na idade média, que ideias como a de que mulheres pudessem ser queimadas em fogueiras, assim como povos inteiros poderiam ser dizimados de forma justificada pela busca de novos territórios para colonizadores, por exemplo.

Mas foram os juristas, os magistrados e os demonólogos, frequentemente encarnados na mesma pessoa, os que mais contribuíram na perseguição: eles sistematizaram os argumentos, responderam aos críticos e aperfeiçoaram a maquinaria legal que, por volta do final do século XVI, deu um formato padronizado, quase burocrático, aos julgamentos, o que explica as semelhanças entre as confissões para além das fronteiras nacionais. (FEDERICI, 2017, p. 299)

Os patriarcados encontram maneiras de aperfeiçoar-se para continuar co-existindo com outros sistemas, retroalimentando-se e vincando cada vez mais suas raízes de modo que torne-se invisível a olho nú. Raízes de uma semente disseminada por agentes não identificados. Não sabemos quem plantou os patriarcados, mas podemos observar suas imensas raízes.

2.3 PENSANDO O TRABALHO REPRODUTIVO DA MULHER

A primeira divisão do trabalho é a que se faz entre homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas [...] o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. (ENGELS, 2021, p. 79).

Para Lerner (2019), a escravidão é a primeira forma *institucionalizada* de dominação hierárquica na história da humanidade, porém é a opressão de mulheres do próprio grupo que precede a escravidão e a torna viável. Em vista da sexualidade

³⁶ **Nudez na quadra: alunos de medicina dizem que foram expulsos sem direito de defesa.** Disponível em: Acesso em 04 de jan. 2024.

e capacidade reprodutiva, as mulheres se tornaram mercadorias a serem comercializadas para servir às famílias. Desta forma, é possível classificar as aias, em *O conto da aia*, como escravas de um Estado teocrático totalitário?

A “invenção da escravidão” baseou-se na ideia de que um grupo de pessoas pode ser classificado como um grupo externo, marcado a ferro como escravizável, forçado ao trabalho e à subordinação – e de que esse estigma de ser escravizável, combinado com a realidade de seu *status*, faria o grupo aceitar isso como fato. Além disso, era necessário que essa escravização não apenas durasse a vida inteira do escravo, mas que também o *status* de escravo pudesse ser fixado de modo permanente ao grupo dessas pessoas, antes livres, e a seus descendentes. (LERNER, 2019, p. 112).

A situação das mulheres, na distopia, relaciona-se com as vivências femininas em nosso país durante a escravização dos corpos negros. De acordo com Schwarcz (2019), as mulheres escravizadas sofriam inúmeras violências, eram estupradas, acumulavam funções domésticas e muitas vezes eram obrigadas a se separarem de seus filhos. Ainda segundo a historiadora, isso faz parte do que conhecemos por *Misoginia*, o que entende-se por ódio às mulheres. Para Schwarcz, “A misoginia é, aliás, a principal responsável por grande parte dos feminicídios no Brasil, os quais têm adquirido múltiplas formas” (2019, p. 197).

Outras autoras, assim como Angela Davis em seu livro *Mulheres, raça e classe* (2016), abordam a questão da escravização das mulheres, neste livro, mais especificamente, a escravização das mulheres negras no período colonial no então Estados Unidos da América. Davis, em seu estudo, aponta que as mulheres negras escravizadas sofriam de forma diferente em comparação ao homem negro escravizado, porque ao contrário deles, as mulheres eram vítimas de abuso sexual, assim:

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua posição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p. 19).

O que Davis traz não é apenas uma comparação ou nivelamento de opressões, mas um dado extremamente importante para considerarmos em relação à exploração do corpo feminino. Nesta pesquisa não nego ou anulo que exista abuso sexual contra corpos masculinos negros, todavia trabalho a ideia de que a violência contra os corpos femininos foi primordial para a estruturação dos patriarcados, que dialogam muito bem com outras estruturas como colonialismo, capitalismo, fascismos etc.

O abuso do corpo negro feminino se faz de diferentes formas, segundo Davis

(2016). Ora eram tratadas como mulher para que sua capacidade reprodutiva fosse usurpada, ora eram tratadas como força de trabalho nas lavouras.

Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela) [...] Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas. (DAVIS, 2016, p. 19-20).

De acordo com Davis (2016), durante o período da pré Guerra Civil, desenvolveu-se o que ela chama de “ideologia da feminilidade” (DAVIS, 2016, p. 24) que reforçou uma ideia de inferioridade feminina, em que a mulheridade transformou-se em sinônimo de mãe e dona de casa, contudo, a autora pontua que esse pensamento era direcionado as mulheres brancas, visto que os arranjos econômicos da escravidão não condiziam com o sistema sexo/gênero. A autora reforça a ideia de que mulheres negras escravizadas se locomoviam dentro do sistema binário de gêneros quando afirma que:

As mulheres grávidas não apenas eram obrigadas a realizar o trabalho agrícola usual como também estavam sujeitas às chicotadas que trabalhadoras e trabalhadores normalmente recebiam se deixassem de cumprir a cota diária ou se protestassem com “insolência” ontra o tratamento recebido (DAVIS, 2016, p. 22).

Vale repetir: as mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. (DAVIS, 2016, p. 35)

Silvia Federici chama os territórios coloniais de centro estratégico da acumulação primitiva (2019, p.214), entendendo como local de escravização e das *plantations*, um local que é o coração do sistema capitalista, porque a reestruturação desses locais “foi a condição base e a precondição para a reorganização global da produção e do mercado de trabalho mundial” (2019, p. 2014-2015).

Ao falar sobre Brasil, Lélia Gonzalez (2020) afirma que antes mesmo de seu início oficial, em 1550, o tráfico negreiro já ocorria no país, por conseguinte, a população da colônia era constituída em sua maioria por escravos, já no final do século XVI. Ainda segundo a autora, sobre as mulheres negra escravizadas, “ninguém melhor do que a mulher para estimular seus companheiros para a fuga ou a revolta – trabalhando de sol a sol, subalimentada e, muitas vezes, cometendo suicídio para que

o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela” (GONZALEZ, 2020, p. 53)

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes [...]. Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. Quase mortes de fome e de cansaço (GONZALEZ, 2020, p. 53).

Ainda dialogando com a autora, a mesma afirma “ora, na medida que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo) [...]” (GONZALEZ, 2020, p. 56).

Não se trata de quantificar as opressões, com a proposta de escavar as histórias, revelo indícios para investigar e trabalhar a hipótese de que há muito todas/es/os nós estamos sendo violentados de inúmeras formas a partir de: “uma modernidade que glocalizou seu projeto de ocidentalização narcísico e abissal, não se importando com as nefastas consequências deste sobre milhões de pessoas planeta a fora.” (OLIVEIRA; SÜSSEKIND, 2019, p. 6 Apud SÜSSEKIND; MERLADET, 2022, p. 205).

Entendendo o glocal a partir de Sússekind e Merladet (2022) como a aglutinação entre as palavras *global* e *local*, de modo que expressa “possibilidades de diálogo, aprendizagem e articulação entre experiências locais de resistência em um dado território e lutas globais pela defesa de direitos [...]” (SÜSSEKIND; MERLADET, 2022, p. 206). Ou seja, ao mesmo tempo que tange à diversidade, também tange a hierarquização, por exemplo.

Portanto, é no glocal (SÜSSEKIND, MERLADET, 2022) que as contradições se sobrepõem, no sentido de ser onde as linhas de opressões globais se manifestam e onde, localmente, nós também resistimos e sobrevivemos. Em outras palavras, opressões e resistências estão indissociavelmente entrelaçadas. Assim, “a *glocalização* é simultaneamente o referente da mobilidade e da desigualdade no mundo, da diversidade e das hierarquias, da afirmação e da negação da própria diversidade, da imposição, da indiferenciação e da resistência diferenciadora” (SÜSSEKIND, MERLADET, 2022, p. 211).

Não posso deixar de falar que assim como as mulheres, as crianças também foram reificadas como mercadorias. Ambas eram vendidas ou entregues para sanar

as dívidas do homem chefe da família. Para Engels, “a venda dos filhos pelo pai foi, pois, o primeiro fruto do direito paterno e da monogamia” (2021, p.135) ao que Lerner também sinaliza que “[...] crianças de ambos os sexos, tenham sido usadas como fantoches a fim de assegurar a paz entre as tribos” (2019, p. 78). Já para Rubin (2012), a tecnologia dos patriarcados de trocar um em detrimento do outro começa com o sequestro e a escolha dos filhos. Contudo, ressalto que meu foco, neste trabalho, é referente às mulheres. Mas para exemplificar, trago o seguinte trecho:

Hoje, o que as feministas descreveram como “tráfico internacional de crianças” espalhou-se também pelos antigos países socialistas, sobretudo a Polônia e a Rússia, onde a descoberta de agências especializadas na venda de crianças provocou um escândalo nacional – em 1994, mais de 1.500 foram exportadas para os Estados Unidos. Também assistimos ao desenvolvimento de “fazenda de bebês”, voltadas especificamente para a exportação, e o emprego crescente de “mulheres do Terceiro Mundo” como mães de aluguel. A barriga de aluguel, tal como a adoção, permite às mulheres dos países capitalistas “avançados” ter um filho sem interromper sua carreira ou arriscar sua saúde. Por sua vez, os governos do “Terceiro Mundo” se beneficiam do fato de que a venda de crianças traz moeda estrangeira para seus cofres; e o Banco Mundial e o FMI aprovam tacitamente a prática, posto que esse comércio serve para corrigir “excessos demográficos” e está de acordo com o princípio de que as nações endividadas devem exportar todos os seus recursos, desde florestas a seres humanos. (FEDERICI, 2019, p. 154- 155).

Assumo as mulheres como objeto principal de minha pesquisa, porque entendo e defendo neste trabalho que é a capacidade de gerar mão de obra exploratória e explorada que sucedeu na subordinação feminina. Relacionando as duas principais autoras com quem mais dialogo, Silvia Federici e Gerda Lerner, argumento que a partir do que surgiu por necessidade de colonização exigia-se um aumento da população. Aqui explano a colonização não apenas de povos, mas a colonização da terra, dos animais, das plantas, rios e etc.

A busca pelo aumento demográfico da população fez com que as mulheres grávidas, por exemplo, fossem mais protegidas e relegadas ao âmbito doméstico. “Além disso, a agricultura de arado a princípio exigia a força de homens, e com certeza não era uma ocupação que mulheres grávidas ou lactantes teriam escolhido, exceto de forma auxiliar” (LERNER, 2019, p. 81). Mulheres grávidas também não eram a melhor opção para passarem dias na floresta caçando.

Mesmo que as crianças fossem reificadas como mercadorias, eram as mulheres a chave de engrenagem que iniciava na lógica de acumulação e exploração de pessoas. Entendendo também que elas não apenas geram como também são as responsáveis por aquele ser humano frágil.

Em sua obra citada, Engels assume que a alimentação era sempre uma responsabilidade masculina e seus instrumentos eram confeccionados e tornavam-se sua propriedade. A mulher, em sua teoria, participava apenas consumindo tudo aquilo que o homem produzia, portanto, essa relação entre os indivíduos era uma divisão desigual, em que o homem detinha todo o poder. Segundo o autor, “a divisão do trabalho na família havia sido a base para a distribuição da propriedade entre o homem e a mulher.” (ENGELS, 2021, p. 197). Todavia, Lerner refuta essa teoria ao nos contar que “na maioria dessas sociedades, a caça de grandes animais é uma atividade auxiliar, enquanto o fornecimento dos principais alimentos vem de atividades de coleta e caça de pequenos animais que mulheres e crianças executam.” (2019, p.44).

A grande ideia difundida de que homens são melhores caçadores, mais fortes e mais necessários para garantir o sustento das famílias e povos, é uma construção falaciosa, que serve para a perpetuação de um discurso de supremacia e hegemonia masculina que perdura até os dias de hoje. Não à toa, nos deparamos com ‘piadas’ e questionamentos acerca da atuação de mulheres como construtoras civis e uma certa necessidade de carregar pesos, como saco de cimento, por exemplo. Uma boa resposta é a de que a humanidade descobriu a roda e criou o carrinho de mão para facilitar o trabalho.

[...] os tradicionalistas esperam que as mulheres tenham os mesmo papéis e ocupações que eram funcionais e essenciais à espécie no Período Neolítico. Aceitam as mudanças culturais pelas quais os homens se libertaram da necessidade biológica. A substituição do trabalho físico pelo trabalho de máquinas é considerada progresso; apenas as mulheres, sob o ponto de vista deles, estão condenadas pela eternidade a servir à espécie por meio de sua biologia. (LERNER, 2019, p. 47).

Fomos alocadas como pertencentes ao ambiente doméstico, utilizaram o determinismo biológico para nos relegarem a criação dos filhos. Para Lerner, “Tradicionalistas, seja trabalhando sob uma óptica religiosa ou ‘científica’, consideraram a submissão das mulheres como algo universal, determinado por Deus ou natural, portanto, imutável.” (2019, p. 42). Em suma, defendo que é devido aos patriarcados que estabeleceu-se que o trabalho reprodutivo realizado por mulheres não deveria ser remunerado ou sequer reconhecido como um trabalho.

O fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade. (LERNER, 2019, Pp. 47-48).

A resposta converge com a defesa de Lerner de que as determinações biológicas, dados os avanços tecnológicos, não fazem sentido para encarcerar as mulheres ao trabalho doméstico ou justificar sua desvalorização. Desta forma, a antiga divisão sexual do trabalho (mulheres no ambiente doméstico e homens caçadores) era funcional e compatível com as necessidades da época, em que expor mulheres grávidas e crianças significava um risco de perda para a tribo, como exposto anteriormente.

[...] a atribuição de determinada tarefa a um ou a outro sexo varia enormemente. Em alguns grupos, a agricultura é trabalho para as mulheres, em outros, para os homens. Existem até exemplos de mulheres caçadoras e guerreiras, e de homens encarregados de cuidar das crianças. (RUBIN, 2012, Pp. 25-26).

Assim como a culpabilização e inferiorização das mulheres com útero por menstruarem e engravidarem, e, portanto, não serem aptas a realizarem atividades, faz parte desse mesmo discurso. Lerner me ajuda ao afirmar que “menstruação, menopausa e até gravidez eram vistas como debilitante, doenças ou condições anormais, que incapacitavam as mulheres e as tornavam de fato inferiores.” (2019, p. 45), o que faz com que eu relembre um episódio específico, que foi uma fala do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022) no programa de televisão Superpop³⁷ que disse: “- a mulher tem um direito trabalhista a mais, no caso a licença maternidade”³⁸ e por isso prejudicaria o empregador. Posso trazer, também, como exemplo o caso da senadora queniana que foi impedida de ficar no parlamento por ter calça manchada de sangue ([imagemnarrativa 8](#)).

Pelo que eu entendia, o corpo da fêmea adulta era uma grande arapuca. Se houvesse um buraco, com certeza algo seria enfiado nele e depois outra coisa sairia dele, e isso valia para qualquer tipo de buraco: um buraco na parede, um buraco na montanha, um buraco na terra. Havia tanta coisa que poderia ser feita com ele ou dar errado com ele, com este corpo feminino alto, que eu acabei sentindo que estaria melhor sem ele. Passou pela minha cabeça me tornar menor deixando de comer, e tentei fazer isso por um dia, mas senti tanta fome que não consegui persistir na ideia, e fui à cozinha no meio da noite e comi restos de frango da panela de sopa. (ATWOOD, 2019, p. 95).

³⁷ Programa televisivo da emissora RedeTv apresentado às quartas-feiras no período noturno.

³⁸ **Bolsonaro diz que não pagaria a mulheres o mesmo salário dos homens.** Disponível em: <https://www.redetv.uol.com.br/superpop/videos/ultimos-programas/bolsonaro-diz-que-nao-pagaria-a-mulheres-o-mesmo-salario-dos-homens>. Acesso em 24 jan. 2023.

Lerner (2019), contradiz Engels ao nos dizer que a apropriação da função sexual e reprodutiva das mulheres ocorreu antes da consolidação da propriedade privada e da organização da sociedade em classes. Porém, “[...] a primeira apropriação de propriedade privada é a apropriação do trabalho de mulheres como reprodutoras.” (p.83). Na mesma direção deste diálogo, Federici nos conta que:

[...] a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres”. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio. (FEDERICI, 2017, p. 145).

O trabalho feminino, em grande parte, foi definido como ‘tarefa doméstica’, e até mesmo quando é feito fora de casa a remuneração costuma ser menor do que o trabalho masculino, fora a falta ou a demora na consolidação de direitos trabalhistas a esse tipo de trabalho. Federici explica que “[...] a discriminação sofrida pelas mulheres como mão de obra remunerada esteve diretamente relacionada à sua função como trabalhadoras não assalariadas no lar.” (2017, p. 188).

[...] a separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam tão despossuídas como os homens, mas que, diferentemente deles, quase não tinham acesso aos salários. Em uma sociedade que estava cada vez mais monetizada, acabaram sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras. (FEDERICI, 2017, p. 146).

Ao ser definido como não trabalho e, desta forma, considerado intrínseco à biologia feminina, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, o que para Federici (2017, p. 191), “esta foi uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada.”.

Expulso da esfera do “privado”, do “pessoal” e, sobretudo, do “feminino”, excluído da acumulação capitalista, o trabalho reprodutivo foi invisibilizado como trabalho, e sua exploração foi naturalizada [...]. Esse fenômeno também representou a base da instituição de uma nova divisão sexual do trabalho e de uma nova organização familiar, subordinando as mulheres aos homens e até mesmo diferenciando homens e mulheres do ponto de vista social e psicológico. Ao mesmo tempo, a apropriação estatal do corpo das mulheres e de sua capacidade reprodutiva foi o começo da regulação dos “recursos humanos”, a primeira intervenção “biopolítica” do Estado, no sentido foucaultiano do termo, e, de certo modo, sua contribuição para a acumulação do capital, uma vez que se trata essencialmente da multiplicação do proletariado (FEDERICI, 2022, p. 50)

Ao ser naturalizado e sexualizado, o trabalho doméstico tornou-se um atributo feminino fazendo com que fossemos caracterizadas por ele, além disto a ausência de um salário tem sido fator poderoso na construção desse papel e, principalmente, para esconder nosso trabalho. Paira no ar a ideia de que o trabalho doméstico é natural às mulheres, ou seja, genético, nato, possuímos essa competência/vocação/aptidão e os homens são capazes de aceitar e se beneficiar de nossos serviços, porque entendem que o trabalho doméstico é uma tarefa fácil e que o fazemos por amor. Para hooks, “quando as mulheres, em casa, dedicam todo o tempo a atender às necessidades dos outros, o lar é local de trabalho para ela, não é local de relaxamento, conforto e prazer.” (2020, p.84).

Em um vídeo que viralizou em uma rede social, um grupo perguntou, separadamente, a homens e mulheres o que eles faziam quando chegam em casa após um dia de trabalho. Todos os homens que apareceram no vídeo responderam que ao chegarem em casa tomavam banho, jantavam e descansavam. Ao que as mulheres respondiam que realizavam uma série de tarefas domésticas como fazer o jantar e colocar a roupa para lavar. Ou seja, as mulheres não encerram suas jornadas de trabalho ao chegarem em casa, sobretudo as mulheres pretas, elas continuam trabalhando.

É importante reconhecer que, quando falamos em trabalho doméstico, não estamos tratando de um trabalho como os outros, mas sim, da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora (FEDERICI, 2019, p.42).

A luta das mulheres brancas para o trabalho fora de casa, que se alinhava às correntes liberais, equiparavam a libertação da mulher à igualdade de oportunidades no sistema econômico existente, isso fez com que as mulheres fossem duplamente exploradas, fora e dentro de casa em jornadas abusivas. Este pedido, oriundo da classe média, ignorou completamente que as mulheres negras trabalhavam há muito tempo fora de casa. O trabalho de cuidado na forma de trabalho não remunerado, tratado como assunto privado, apesar de em algumas circunstâncias ser tratado como mercado, faz com que as mulheres enfrentem o capital e o Estado com menos poder do que os homens, em condições de extrema vulnerabilidade social e econômica, beirando a exaustão.

O segundo trabalho não só aumenta nossa exploração como também reproduz simplesmente o nosso papel de diversas formas [...] Não apenas nos tornamos enfermeiras, empregadas domésticas, professoras, secretárias

– todas as funções para as quais fomos treinadas dentro de casa –, mas estamos no mesmo tipo de relação que dificulta a nossa luta dentro de casa: isolamento, o fato de que a vida de outras pessoas depende de nós, a impossibilidade de enxergar onde começa o nosso trabalho e onde ele termina, onde nosso trabalho termina e onde começam nossos desejos. (FEDERICI, 2019, p. 50).

Em suma, ao conseguir um segundo emprego, ficamos tão presas à exploração quanto antes, pois “ter dois empregos apenas significou para as mulheres possuir ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos” (FEDERICI, 2019, p. 69). Portanto, se no passado esperavam que cuidássemos de crianças e das tarefas domésticas, agora esperam que tenhamos um trabalho remunerado com o bônus do cuidado com o lar, além de satisfazermos sexualmente de inúmeras formas os homens.

[...] produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista a força de trabalho. O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia [...] por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas. (FEDERICI, 2019, p. 68).

Nós mulheres estamos constantemente em uma posição vulnerável, porque nós somos responsáveis por cuidar das crianças, cuidar dos idosos, trabalhar e cuidar do lar. Mesmo em países considerados mais desenvolvidos, o trabalho doméstico não teve uma redução significativa. Logo ele foi comercializado e redistribuído, principalmente, para as mulheres imigrantes do “Sul” e dos antigos países socialistas. Ou seja, muitas mulheres saem de seus países em direção ao Norte em busca de empregos como babás, por exemplo, para sustentarem suas famílias, como o caso das *au pairs* que é um programa que agencia jovens mulheres para trabalharem em outros países como babá, muitas moram com a família que as recebem para a tarefa.

Uma prova da guerra que as agências internacionais travam contra as mulheres, especialmente no “Sul”, é o fato de tantas terem sido forçadas a sair de seu país e migrar para o “Norte”, onde o único emprego que elas normalmente encontram é o trabalho doméstico (FEDERICI, 2019, p. 187).

O cuidar tem muitos desdobramentos, o cuidado com os idosos também é um produto a ser incluído no cálculo do trabalho reprodutivo. São nesses desdobramentos que vimos também uma geração que cuida dos filhos e dos pais se tornar estressada, sobrecarregada. Como se o cuidar fosse uma penalização justamente pelo próprio

trabalho que muitas vezes é solitário. Cuidar também é trabalho e Federici afirma que “é necessária uma transformação na divisão social/sexual do trabalho e, acima de tudo, o reconhecimento do trabalho reprodutivo como trabalho, dando aos que o desempenham o direito à remuneração” (2019, p. 273).

Quando membros da família cuidam dos mais velhos, as tarefas recaem principalmente sobre os ombros das mulheres, que, por meses, às vezes anos, vivem à beira da exaustão física e nervosa, consumidas pelo trabalho e pela responsabilidade de ter que oferecer cuidado e muitas vezes realizar procedimentos para os quais elas normalmente não estão preparadas (p. 261).

A desvalorização do trabalho reprodutivo no capitalismo também afeta os idosos, pois estes não são considerados pessoas reprodutivas. Ao contrário, tornaram-se alvo de um discurso que as posicionam como “gastos” para o Estado e a sociedade como um todo, sendo suas reservas para velhice (aposentadoria e outras formas de seguridade social) como uma bomba-relógio econômica.

A globalização, de acordo com Federici (2019), é especialmente catastrófica para as mulheres devido aos objetivos que pretende alcançar, que é dar o controle completo sobre o trabalho e os recursos naturais, de maneira que exproprie dos trabalhadores qualquer meio que lhes permita resistir à exploração. Ou seja, “[...] a globalização gera não só crises alimentares recorrentes mas também uma necessidade de exploração ilimitada do trabalho e do meio ambiente” (FEDERICI, 2022, p. 57). E as mulheres estão particularmente exauridas.

[...] acumulação primitiva tenha se tornado um processo global e, ao que tudo indica, permanente (werlhof,2000, p. 728-47), com crises econômicas, guerras e expropriações massivas que hoje surgem em todas as partes do planeta como condições para a organização da produção e da acumulação em escala mundial (FEDERICI, 2022, p.48).

As mulheres, portanto, foram submetidas a um intenso processo de destruição de suas posições na sociedade. Elas foram completamente desvalorizadas enquanto trabalhadoras e principalmente, dentro de seus lares. Para Engels, “A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais.” (2021, p.89).

Nenhuma análise da reprodução da força de trabalho sob o capitalismo pode explicar a prática de enfaixar os pés, o uso de cintos de castidade e a inacreditável série de indignidades de caráter fetichista, bizantino, para não falar das mais comuns que se infligiram às mulheres em várias épocas e lugares. (RUBIN,2012, p. 8).

Os direitos das mulheres foram paulatinamente cerceados, ou melhor, os

direitos sociais, sobretudo femininos, sofrem uma série de cercamentos, que de acordo com Federici (2017, p. 133) “[...] era um termo técnico que indicava o conjunto de estratégias usadas pelos lordes ingleses e pelos fazendeiros ricos para eliminar o uso comum da terra e expandir suas propriedades”.

Os antigos cercamentos foram um processo contrarrevolucionário, mobilizado, após um século de altos salários e o colapso da autoridade feudal iniciado no final dos anos 1400, por oficiais do Estado e grandes proprietários que expropriaram as terras dos agricultores na Inglaterra. Eles foram transformados em indigentes, vagabundos e mendigos, e, mais tarde, em trabalhadores assalariados, enquanto a terra era trabalhada para alimentar o incipiente mercado internacional de commodities agrícolas (FEDERICI, 2022, p. 62).

No caso das mulheres, na narrativa de Atwood, elas têm seus direitos e suas existências múltiplas cercadas a partir de um conjunto de medidas que confisca, inicialmente, seus bens monetários nos bancos transferindo-os para um homem que os tutele, logo em seguida, elas são demitidas de seus empregos, sendo obrigadas a ficarem em casa.

Aos poucos, as mulheres são cercadas pela nova configuração de Estado, de maneira que percam suas autonomias e não muito depois são criminalizadas por motivos relacionados à sua subjetividade e livre arbítrio. Todavia, os muros dessas cercas são pretextos para abduzir essas mulheres e as transformarem em mão de obra reprodutiva, de modo que não apenas gerem bebês para a nova nação de Gilead, mas que sirvam aos homens em todos os âmbitos possíveis, limpando, cozinhando, domesticando outras mulheres e até mesmo fazendo o trabalho de limpar um solo radioativo até a morte como punição em lugares tóxicos conhecidos como Colônias.

A esses desenvolvimentos estruturais, dei o nome de “novos cercamentos”, pois seus efeitos foram tão devastadores quanto os da colonização e expulsão dos camponeses das terras comunais – processos que, como sabemos, estabeleceram as condições para o avanço capitalista na Europa do século XVI e no chamado Novo Mundo (FEDERICI, 2022. p.44)

Existiu um período da vida das mulheres em que ela era “[...] excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado.” (ENGELS, 2021, p. 198). Porém, com o desenvolvimento de tecnologias capitalistas, a entrada das mulheres no mercado de trabalho só fez com que ela trabalhasse muito mais que os homens em jornadas duplas e até triplas.

Como anos e anos de trabalho feminino fora de casa têm demonstrado, conseguir um segundo trabalho não muda esse papel. O segundo trabalho não só aumenta nossa exploração como também reproduz simplesmente o nosso papel de diversas formas. Para onde quer que olhemos, podemos observar que os trabalhos executados por mulheres são meras extensões da condição de donas de casa em todas as suas facetas. Não apenas nos

tornamos enfermeiras, empregadas domésticas, professoras, secretárias — todas as funções para as quais fomos treinadas dentro de casa —, mas estamos no mesmo tipo de relação que dificulta a nossa luta dentro de casa: isolamento, o fato de que a vida de outras pessoas depende de nós, a impossibilidade de enxergar onde começa o nosso trabalho e onde ele termina, onde nosso trabalho termina e onde começam nossos desejos. (FEDERICI, 2019, p. 50).

Dialogando com a pesquisadora Ângela Davis, proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016)

Para Federici (2019, p. 308), “a acumulação capitalista é estruturalmente dependente da livre apropriação de imensas áreas de trabalho e recursos que precisam aparecer para o mercado como externalidades, como trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres [...]”. Ainda segundo a autora, a acumulação primitiva não está confinada às origens do capitalismo, ou seja, não é um evento histórico único, é um fenômeno constitutivo das relações capitalistas de todos os tempos revelando a conexão entre desvalorização do trabalho reprodutivo e a desvalorização da posição social das mulheres.

2.4 AVANÇOS CONSERVADORES NA ATUALIDADE

Longe de buscar traçar um discurso futurístico e fatalístico ou procurar paralelos, assumo que Gilead, como distopia, apresenta práticas sociais não distantes das nossas. Na direção dos exageros da nova nação, tenho estudado um tsunami neoliberal global de tendências conservadoras que se formou “[...] na fenda de um relevo muito antigo: um Brasil-colonial-escravista-heteropatriarcal.” (SÜSSEKIND, 2018, p.7) que nos inundou em suas redes de misoginia, racismo e fundamentalismos, alimentos das necropolíticas (MBEMBE, 2016) do Estado.

No momento em que vivemos, assumo mais uma vez que fomos inundados pelo tsunami neoliberal conservador (SÜSSEKIND, 2018), mas sem deixar de reconhecer que outras existências se criam nos excessos (PINAR, 2009) hegemônicos como resposta e (re)afirmação da alteridade. Encontramos nesse conservadorismo uma masculinidade performática no ódio, na aniquilação, como exemplificam a morte de aias, punições contra esposas desobedientes, violência contra marthas³⁹, em um processo de eliminação e domesticação dessas mulheres em uma tentativa de controle

O processo histórico pelo qual os patriarcados se estabeleceram, manifestaram-se através da organização familiar monogâmica, como visto anteriormente, de instituições religiosas, em que houve a supremacia de divindades masculinas, ou seja, um Deus macho, centralizador, patriarcal, vingativo que teve todo seu trabalho destruído pela primeira mulher.

Na Prova Platô relatos de abusos e violências contra mulheres também se faz presente, como aparece no seguinte trecho: “Quando estava na quarta série, tive um profº Padre que me colocava no colo na hora do recreio, não só eu, mas várias meninas ‘inocentes’.” (2022.1 – matutino, p. 7). Infelizmente este relato ratifica o que venho defendendo sobre distopia. Gilead está em todos os lugares, em todos os tempos. Outros dois relatos aparecem em outra turma, ainda no primeiro semestre de 2022, sendo denúncias de assédio:

Uma vez estava na van voltando para casa do trabalho c/ o meu grupo de amigos, quando um segurança do trabalho que também estava na van atrás de mim começou a fazer gestos obscenos e uma amiga teve que intervir dizendo que minha calça estava suja, para que o mesmo “se toca-se”, até que eu pudesse sair da visão dele. (Prova Platô 2022.1 – vespertino, p. 22).

Agora meu relato, uma vez estava andando na rua quando um homem do nada apertou o meu seio quando passou do meu lado. Na hora eu não tive reação pois ele rapidamente foi embora. Sempre é uma história, sempre é só uma notícia, sempre há uma opinião, até acontecer com você. (Prova Platô 2022.1 – vespertino, p. 22).

A misoginia não é exclusiva de Gilead. Recentemente, venho me deparando cotidianamente com discursos ou homens autodeclarados *Red Pills*, que seria uma analogia à pílula do conhecimento libertador da *Matrix*⁴⁰, em redes sociais. Entendo o

³⁹ Nome atribuído às mulheres que fazem todas as tarefas domésticas em *O conto da aia*.

⁴⁰ Ideia surge no filme *Matrix*, em que o personagem Neo, interpretado por Keanu Reeves, precisa escolher entre a pílula azul e a pílula vermelha, sendo, respectivamente, pílulas que mantêm a ‘ignorância’ e que dá o conhecimento libertador.

Red Pill como um movimento extremamente machista que busca ‘ensinar’ aos homens cisheteronormativos como supostamente não ‘favorecer’ mulheres. Eles as dividem em mulheres de qualidade e mulheres sem qualidade para se relacionar ou ter algum relacionamento duradouro. Lerner pontua bem o pensamento dos *Red Pills* ao dizer que:

[...] ainda se vende a ideia de que o ambiente doméstico é onde a mulher está protegida. E de que lutar contra essa proteção só pode ser coisa de feminista, essa mulheres mal-amadas que querem acabar com a família tradicional e com o sistema patriarcal, tão benéfico para as mulheres. (LERNER, 2019, p. 22).

Na Prova Platô, mais uma vez, aparece um relato que pode ser entendido também como um pedido de socorro de alguma estudante, que nos revela que: “NÃO ME SENTIA SEGURA EM CASA HOJE TENTO ME PROTEGER, JÁ QUE NINGUÉM”. (2022.1 - vespertino, p. 7) A estudante riscou o final de sua frase incompleta. Por conta do anonimato da prova, não sabemos quem escreveu o trecho. E isso é bom, pois não queremos aqui julgar essa pessoa, monstrualizá-la, mas capturar os vestígios das opressões nas conversas de sala de aula, essa escrita na prova coletiva, sem pudor.

Outro movimento é o dos *incels*, que praticam celibato voluntário, ao contrário dos *Red Pills*, e declaram abertamente seu ódio às mulheres, de acordo com a BNCC⁴¹, a expressão vem da junção das palavras "*involuntary celibates*". Ambos os movimentos entendem que as mulheres de modo generalista são manipuladoras, promíscuas e têm somente interesse em ganhos materiais.

Dão preferência a mulheres submissas e àquelas que se encaixam com perfeição na descrição da vaga. Homens punem, por meio de ridicularização e exclusão, qualquer mulher que se ache no direito de interpretar o próprio papel ou – o pior dos pecados – reescrever o roteiro. (LERNER, 2019, p.38).

São essas conversas que validam que o seguinte trecho apareça em uma das provas platô: “O traço de um homem é mais firme e muito melhor do que um feito por uma mulher” (Prova Platô, 2022.2 - vespertino, p. 25). Não são falas ou escritas soltas, descoladas das nossas vivências cotidianas. Também não surgiu com o governo Bolsonaro ou está relegado a Gilead. São construções históricas que se perpetuam e se modificam no decorrer do tempo, porque as práticas opressoras são tecnologias

⁴¹**O mundo sombrio dos *incels*, celibatários involuntários que odeiam mulheres.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58300599>. Acesso em 08 jan. 2023.

para manter as mulheres em posições de subordinação.

É a cartografia das linhas conservadoras dos patriarcados, do capitalismo, do negacionismo que vem aprofundando os ataques à Educação. No Brasil são essas mesmas forças, acrescidas do colonialismo, que formaram no Brasil um capitalismo escravizante/escravocrata baseado na exploração do trabalho escravo, do trabalho feminino compulsório, do trabalho infantil e da violência contra a criança.

2.4.1. A ETERNA CRISE DA MASCULINIDADE BRANCA

No início do século XX, de acordo com Pinar (2020), houve o que se compreende como crise da masculinidade branca. O medo da feminização, em relação aos meninos brancos, a homofobia presente nas práticas cotidianas, tornou-se uma preocupação que orientou currículos estadunidenses e políticas de controle sobre a docência, reafirmando a ideia de um documento prescritivo capaz de preservar e fazer a manutenção dos papéis de gênero tradicionais. Portanto, torna-se difícil não aniquilar tudo aquilo que não converge com a norma, ou, nesta pesquisa, com a heterossexualidade, assim como ocorre em Gilead que assassina e expõe os traidores de gênero.

As práticas de aniquilação, punição são tecnologias que se desenvolvem com o decorrer do tempo. Tomando a história da humanidade como algo não linear, apesar da grande tendência ocidental de organização a partir de uma cronologia judaico-cristã, observo movimentos abstratos, mas com lógicas genuínas de construção de narrativas, tendências ou até mesmo que contribuem para o sumiço das mesmas. Questiono, por exemplo: Quem determinou que cores são relacionadas aos gêneros?

A partir de Oyewùmí (2021), o gênero é definido como um discurso sobre duas categorias sociais divididas de forma binária, oposta e hierárquica. Sendo o homem o tipo de humano original no qual outras existências são medidas. A autora continua seu raciocínio dizendo que “ [...] no Ocidente, mulheres/fêmeas são o Outro, sendo definidas em antítese a homens/machos, que representam a norma.” (OYEWÙMÍ, 2021, p. 71).

Como demonstrei repetidamente antes, nos discursos ocidentais, o gênero é concebido, antes de mais nada, como uma categoria biológica dicotômica que é então usada como base para a construção de hierarquias sociais. O corpo é usado como chave para situar as pessoas no sistema social ocidental, na medida em que a posse ou a ausência de certas partes do corpo inscreve diferentes privilégios e desvantagens sociais. O gênero masculino é o gênero

privilegiado. (OYEWÙMÍ, 2021, p.130).

Em diálogo com Butler (2019), entendo também que apenas a dicotomia homem x mulher, não nos ajuda a entender os processos de opressão.

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. (BUTLER, 2019, p. 21).

Logo,

Nesse sentido, o *gênero* não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser *performativo* no interior do discurso herdado da metafísica da substância [...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados. (BUTLER, 2019, p. 56).

Na Prova Platô o gênero é questionado e a abolição seria a solução como aparece a seguir:

A melhor forma de questionar como os esteriótipos de gênero são nocivos para todos é pensar em abolir o gênero. E todas as camadas de opressão que estão imbuídas nos esteriótipos. Maquiagem, corpos malhados, depilação obrigatória, agressividade masculina, cabelos perfeitos, unhas decoradas, salto alto, roupas apertadas, hipersexualização constante, arquétipos materiais, coisificação do existir. Tudo isso é necessário? Ser homem ou mulher é uma construção social. (Prova Platô 2022.1 – vespertino, p. 14).

Apesar de não ter citado, o trecho retirado da prova, poderia dialogar com o *Manifesto contrassexual*, de Paul Preciado (2014), que entende a contrassexualidade como o fim da ‘natureza’ que sujeita certos corpos a outros, sendo as práticas contrassexuais tecnologias de resistência. Para Preciado (2014) o sexo:

[...] é uma tecnologia de dominação heterossocial que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/ masculino), fazendo coincidir certos afectos com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas (p.25).

Em discordância com Butler, Preciado (2014) defende que o gênero não é performativo, para ele, “o gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico.” (PRECIADO, 2014, p. 29).

[...] é a performance da drag queen que permite a Butler concluir que a heterossexualidade é uma paródia de gênero sem originalidade na qual as posições de gênero que acreditamos naturais (masculino/feminino) são

resultados de imitações submetidos a regulações, repetições e sanções constantes. (PRECIADO, 2014, p. 92).

Ao pensar sobre o corpo, no mesmo livro, Preciado (2014) o aborda como uma construção biopolítica, assim como um lugar de opressão e ao mesmo tempo de resistência, portanto, afirma que deveríamos desterritorializar o sexo.

Em relação aos papéis de gênero, hooks (2020) diz que as crianças do sexo masculino são as que mais sofrem violências “ [...] quando seu comportamento não está em conformidade com noções sexistas de masculinidade. Eles são frequentemente humilhados por adultos sexistas [...] e outras crianças.” (p. 113). O masculino odeia tudo aquilo que não se parece com ele, logo é uma ilusão.

2.4.2. O PAI DA RAÇA: GÊNEROS

Retomando mais um estudo de Pinar (2008), o autor aborda a história bíblica da maldição que Noé coloca em seu neto Canaã, filho de Cam, por este último ter feito tão mal a seu pai, que este não pode perdoo-lo. O pesquisador ao levantar o questionamento sobre o que teria acontecido na tenda, enquanto Noé estava embriagado e nu, retoma tal fato usado como uma das justificativas para a escravização dos povos negros, pois, segundo ele, “Cam (equivocadamente) tenha a conotação de ‘escuro’ no hebreu antigo.” (PINAR, 2008, p.36) e a maldição remetia a escravização eterna de seus descendentes.

O pai repudiou o desejo de seu filho [...] porque ele violentou seu Status como “homem”, uma categoria que na sua formação patriarcal, requer aqueles que pediram isso, no sentido de afirmar uma ação, um poder, uma posse. Como um objeto de desejo do filho masculino [...], o edifício patriarcal ameaça ruir. (PINAR, 2008, p. 37).

Ainda de acordo com o autor, “convertida em maldição, essa falta negada tornou-se alteridade, primeiramente generificada, mais tarde racializada. Nessa sequência, o gênero é o pai da raça,” (2008, p. 37), de maneira a afirmar que foi a racionalização da alteridade de gênero que viabilizou a organização do comércio de escravos (PINAR, 2008). Estas afirmações dialogam com as explicações de Lerner (2019), sugerindo que o primeiro teste de escravização foi feito por homens contra mulheres de sua própria tribo, para depois os discursos de raça ganharem formas e força.

Aquela forma socialmente viciosa é a Maldição – não só a de Cam, mas a outra maldição: a servidão desses filhos que sublimam (que não olham, que fingem que ele -Noé – não está nu) e são recompensados com o Reino de

Deus, aquele sistema patriarcal racializado em que não só as mulheres constituem “unidades de moeda corrente” em submissão “cortês” para homens que se imaginam brancos. (PINAR, 2008, p. 40).

O ódio ao feminino também tem outros contornos. A caça às bruxas foi um aperfeiçoamento da caça aos hereges, sendo a caça aos judeus, também presente nesta mesma época e, em tempos anteriores e posteriores. Pinar (2008, p. 38) acerca da perseguição dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial aponta que “[...] em contraste com a hipermasculinização euro-americana do corpo masculino afro-americano, europeus feminizaram os judeus.”. Os judeus, de acordo com Federici (2017), eram obrigados a usar vestimentas de maneira a serem reconhecidos e humilhados desde muito antes, assim como a distinção das mulheres em Gilead.

Ao refletir a partir do estudo de Joseph Fishman sobre homossexualidade nas prisões estadunidenses, Pinar (2001), aborda o fenômeno sob a perspectiva da racialização do sexo, mostrando que a atração homossexual inter-racial foi usada para justificar, inclusive, a segregação racial nas prisões. Ainda a partir do que Pinar explana em seu estudo, os funcionários penitenciários concluíram que as prisões estavam cheias de criminosos que eram monstros sexuais, pretos. Logo, a prisão era um perigo para os jovens homens heterossexuais brancos, pois eram mais frágeis.

É o corpo do homem afro-americano constantemente tomado como ameaçador e por isso domado/controlado e vulnerabilizado nos Estudos Unidos, de acordo com Pinar (2001), ele é sempre culpado de violar os corpos dos homens e mulheres brancas. “Esse sentimento não desapareceu com a Grande Depressão. Talvez a heterossexualidade não seja “gravada em pedra”, talvez a identidade sexual seja mais mutável do que se imaginava.” (PINAR, 2001, p.1018. Tradução nossa).

Na Europa do fim do século XIX, era um falo circuncidado que alimentava o fetiche das fantasias brancas de vulnerabilidade, desejo e castração. Estas foram fixadas ao corpo judeu (infelizmente, o corpo judeu não escapou à atenção dos euro-americanos, como o linchamento de Leo Frank prova). Em contraste com a hipermasculinização euro-americana do corpo masculino do afro-americano, europeus feminizaram os judeus. Da mesma forma que os afro-americanos, os judeus foram imaginados como uma raça à parte: sexualmente vorazes, eticamente nefastos, culturalmente contagiosos. Como eles fizeram na versão estadunidense (vide Pinar, 2001, capítulo 6), misoginia e pânico homossexual (eles são inter-relacionados, é claro) estruturaram a crise de masculinidade européia, uma crise que inspirou estratégias criativas de artistas como Frank Wedekind, Thomas Mann e Wassily Kandinsky (Izenberg, 2000).

Diante do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e reclame de direitos civis após a primeira guerra, Pinar (2001) aponta uma série de aspectos que sugerem percepções e narrativas sobre a fragilidade da masculinidade,

durante a década 1930.

2.4.3 INIMIGAS DA MASCULINIDADE: MULHERES EDUCADORAS.

Assumir que a masculinidade estaria desaparecendo, principalmente no final do século XIX com a ‘descoberta’ da homossexualidade, significaria reconhecer que o poder patriarcal estaria fadado a ruína (PINAR, 2020). E uma maneira de se manter o poder é atacar mais forte seus inimigos, para que assim se preserve a virilidade.

Em suas pesquisas sobre linchamento e estupro prisional como alegorias da crise da masculinidade inscrita na própria construção do Homem ocidental, Pinar (1994) sugere (2001) que a violência racial é, ao mesmo tempo, uma violência de gênero e que intersecciona lugares sociais, sendo necessária para garantir que os *negros fiquem em seu lugar* (PINAR, 2001, p. 435). Para ele, com os “corpos negros pendurados ao léu, os homens brancos reforçaram a ideia de que eram ainda” (PINAR, 2016, p.119; 2007) patriarcas, proprietários, protetores e justos, quando trata dos linchamentos, enforcamentos e *justiçamentos* no Sul. (SÜSSEKIND; REIS; PEREIRA, 2020, p. 3).

Pinar, em texto mais recente, retoma o medo da feminização por parte das mães ao educarem seus filhos homens, o que acarretou na recomendação da presença paterna na educação das crianças e na instituição dos currículos nacionais e políticas de controle sobre a docência. Vários projetos foram pensados para valorização da família como meio de formação plena de um cidadão e base da nação moderna capitalista. Não à toa, facilmente, encontramos falas direcionadas as mães quando algo de ruim acontece com um menor de idade. Vejo esse ódio ir mais pesado quando direcionado a mães solo, marcadas como fracassadas no quesito educação.

[...] na crise da masculinidade branca no final do século XIX, engendrada por um medo racializado (ou desejo) pela potência fálica do homem negro e o pânico homofóbico relacionado, publicamente focado do medo da feminilização associado com a primazia das mães na criação e escolarização dos filhos. Nos anos 1920, tal medo foi centrado na alegada (mesmo que inadvertidamente) sabotagem das mães sobre a masculinidade dos meninos (particularmente os brancos) (PINAR, 2020, p. 84).

Se faz necessário problematizar a heteronormatividade, de modo a compreender sua conexão com os modos de organizações sociais. Essa normatização constrói as bases dos discursos entre “barbárie, civilização e perversão.” (PASSOS, 2022, p.13). Desta forma, “A normalidade social coloca limites ao saber e transforma o que não tolera em problemas de minorias e de interesse de conhecimento apenas para esse grupos ditos minoritários.” (PASSOS, 2022, p. 15).

Essa situação não somente produz a lógica dicotômica e complementar entre os sexos; em torno dela também são construídas as redes de significados

que buscam degradar socialmente as performances sexuais que a subvertem [...] a invenção do paradigma que determina que o sexo estabelece o gênero serve para controlar, oprimir e reduzir as pessoas a dois tipos: macho e as fêmeas. (CAETANO; SILVA JUNIOR; GOULART, 2017, p.72)

Pinar (1981) faz um trabalho voltado para entender as relações biológicas entre os pais e o filho e as narrativas que permeiam essas relações para alertar os perigos da 'homossexualidade' e das 'teorias feministas', a partir de autores como Grumet e Dinnerstein que defendem uma participação igualitária entre pai e mãe. Ao tratar os estudos de gênero, no mesmo trabalho, Pinar (1981) cita Guy Hocquenghem e seu entendimento de Freud sobre a repressão homossexual como essencial para a manutenção e o desenvolvimento da civilização. "Nesse sentido, o capitalismo e o totalitarismo são simbolizações complexas das relações homem-homem, relações caracterizadas pela repressão homossexual e misoginia." (PINAR, 1981, p. 310. Tradução nossa).

O autor continua seu entendimento ressaltando que o desejo homossexual masculino ataca a autoridade política, a competição econômica e a misoginia (PINAR, 1981), neste caso, ao abordar o currículo o entende como um texto de gênero (idem) que arrisca a falácia da representação heteronormativa. Essa discussão me faz questionar sobre os corpos, corpas e corpes (SÜSSEKIND; GONÇALVES JUNIOR; OLIVEIRA, 2020) e, para isso, reescrevo aqui um trecho da Prova Platô:

Corpo? Metade da mãe metade do pai, ou não, alguns não sabem onde ou quem lhes gerou seus corpos, com essa ideia já somos condicionado a um pertencimento, alguns também lembram da ideia do criador, de que os corpos tiveram um corpo original de onde descenderam todos os corpos, a ideia de pertencimento ou de dono (a) nos traz um poder parcial sobre os nossos próprios corpos, já que é difícil de entender o fato de o corpo ser seu e o corpo ser meu e a ideia do outro nesse corpo mandar. Afinal, a quem pertence o corpo? Aos meus pais? Ao meu país? Os meus filhos? Ao meu marido? A minha esposa? Aos meus companheiros? As minhas companheiras? (Prova Platô 2022.1 – vespertino, p. 27).

O domínio da heteronormatividade e dos patriarcados, ainda que problematizados, no contexto escolar, tenta sufocar e/ou aniquilar tudo aquilo que não se enquadra nos padrões hegemônicos das performances de gênero, utilizando-se de múltiplas opressões machistas, misóginas, homofóbicas, lesbofóbicas e transfóbicas, principalmente, se analisarmos a atuação de setores ultraconservadores que vem cada vez mais buscando regular a escola como, por exemplo, o Escola Sem Partido que cria pânico moral, principalmente, em responsáveis cristãos e conservadores.

Principal instrumento de agitação política em favor desta pauta, o chamado Movimento Escola Sem Partido (MESP) é, na verdade, um grupo de lobby

que orbita em torno de seu fundador, o advogado Miguel Nagib, e um punhado de outros ativistas. Em seu website, o movimento se apresenta como uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (Escola, s.d. a) 1 , mas o mito de origem que ele próprio divulga contradiz esta afirmação. (MIGUEL; OLIVEIRA, 2020, p. 261)

Esses setores ultraconservadores pressupõe uma *ideologia de gênero* presentes nas escolas, tal termo não tem fundamento científico (SÜSSEKIND; CARMO; SANTOS, 2022, p.122), e criam, também, a existência de materiais didáticos como a mamadeira de piroc* a ser entregue nas escolas de Educação Infantil, por exemplo. Logo, “A ‘ideologia de gênero’ é uma caricatura monstruosa. Ela sexualiza as crianças, promove a pedofilia, enfraquece a heterossexualidade e destrói a família.” (MIGUEL; OLIVEIRA, 2022, p. 269). Tal discurso reproduz, retroalimenta e reforça os valores da família tradicional brasileira que abomina qualquer atuação voltada para a igualdade de gênero, sendo, portanto, um grupo que prevê a manutenção de um padrão e de uma ordem hierárquica sexual, além de racial e classe.

Mas a campanha pela “Escola Sem Partido” só ganhou alguma presença no debate público quando, cerca de dez anos depois, incorporou e deu destaque a outra vertente da agenda conservadora: a luta contra as políticas de promoção da igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual. Políticas de combate ao sexismo e à homofobia nas escolas tornaram-se o principal estandarte da agitação política da direita , que as apresentava como demonstração inequívoca de que a pauta da esquerda era a destruição da família e a universalização da homossexualidade. (MIGUEL; OLIVEIRA,2022, p.261)

Para Stanley,

Sempre que o fascismo ameaça, seus representantes e facilitadores denunciam as universidades e escolas como fontes de “doutrinação marxista”, o bicho-papão clássico da política fascista. Usada normalmente sem qualquer conexão com Marx ou com marxismo, a expressão é empregada na política fascista como uma maneira de dfamar a igualdade. (STANLEY, 2020, Pp. 53-54).

Entendendo que a escola não se insere em um mundo paralelo ao nosso, ou no que chamam nas séries televisivas de mundo invertido, é preciso reconhecer que é um local onde pode haver a perpetuação de práticas e conversas preconceituosas que reforçam a ideia da existência de dois únicos gêneros, assim como a existência de banheiros separados entre meninos e meninas, além de terem cores específicas que dialogam com o discurso da ex-ministra da mulher, família e Direitos Humanos,

Dameres Alves, em 2019, que disse “ – Menino veste azul e menina veste rosa”⁴². Esta fala faz parte de “visões normalizadoras e homogeneizadoras responsáveis pela construção de pensamentos essencializados acerca de família, raça, masculinidade e sexualidade.” (CAETANO; SILVA JUNIOR; GOULART, 2017, p. 77).

A ideia de uma normalidade que se produz e reproduz no cotidiano escolar é sustentada por um binarismo pedagógico que se manteve sem questionar, mesmo nas pedagogias críticas, expresso no binômio *conhecimento/ignorância* [...]. A característica principal da construção binária é ser exaustiva – os dois pares do binômio constroem a totalidade – e excludente – ou se está de um lado ou de outro; não há a possibilidade de trânsito. (PASSOS, 2022, p. 14).

A fala citada de Dameres é um dos exemplos possíveis para demonstrar parte das criações do conservadorismo para reafirmar os patriarcados sobre determinismos contemporâneos, assim como a distinção de vestimenta para homens e mulheres ou até mesmo o uso de peruca e maquiagem. Em Gilead a divisão aparece em relação a existência da aia e suas cores. “Será que algum dia as aias já tinham sido como nós, brancas, rosas e violetas? Será que se descuidaram, deixando alguma parte tentadora delas de fora?” (ATWOOD, 2019, p. 24).

A lógica patriarcal aprisiona nossos corpos, e perpetua uma lógica que exclui e torna inexistente aqueles que não se enquadram nos papéis previstos. Maria Clara Araújo do Passos, em seu livro *Pedagogias das travestilidades*, manifesta que: “Eu existo! Nós existimos! As violências por conta de minha identidade sempre trouxeram retaliações em salas, corredores e banheiros durante toda minha permanência na escola.” (2022, p. 22).

Na sala de aula, entram corpos que não têm desejo, que não pensam em sexo ou que são, especialmente, dessexualizados para adentrar esse recinto, como se corpo e mente existissem isoladamente um do outro ou como se os significados, constitutivos do que somos, aprendemos ou sabemos, existissem separados dos nossos desejos. (LOPES, 2008, p. 126 apud CAETANO; SILVA JUNIOR; GOULART, 2017, p. 76).

Acredito que precisamos ajustar as lentes de nossas pesquisas, câmeras, celulares e, principalmente, aguçarmos nossos olhares para analisar os cotidianos e acrescentarmos ‘filtros’, edições, montagens para re(criar) o que vemos. Dos “ [...] currículos reais, tecidos não a partir das câmeras profissionais dos especialistas do poder instituído, mas sim das pequenas câmeras locais, que valorizariam suas cenas e seus cenários cotidianos locais.” (OLIVEIRA, SGARBI, 2002, p. 12).

⁴² Dameres Alves diz que ‘menino veste azul e menina veste rosa’. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q6X3-nXjmv4>. Acesso em 02 nov. 2021.

Na Prova Platô aparece o seguinte relato que me ajuda ajustar minha lente em direção às lutas das existências trans e travestis. “Conheço uma amiga trans que trabalha em uma universidade e ela sempre busca somente utilizar o banheiro masculino no andar mais vazio no horário mais vazio por medo de ser demitida, ironicamente isto é no EUA tal do país da ‘liberdade’” (Prova Platô 2022.1 – vespertino, p. 4).

A distopia, como dito anteriormente, nesta pesquisa, ganha o sentido de ‘olhar para o agora’ através de outras camadas. Camadas de exagero que em *O conto da aia*, enxergamos a escravização, aniquilação do feminino como um todo. Digo feminino por compreender a misoginia presente em inúmeras formas de preconceito e até de ataques como ‘você corre como uma menina’. Ataques ao ‘viadinho’ por apresentar trejeitos femininos, porque tudo o que remete ao não-homem, em sua dicotomia ocidental, é monstruoso (SÜSSEKIND; GONÇALVES JUNIOR; OLIVEIRA, 2020), portanto possível de aniquilação.

A escola para todos/as/es não pode ser uma escola para todos, menos aqueles que “não têm jeito”; ou todos, menos os que “atrapalham”. Isso inclui infâncias e juventudes socialmente periféricas, originais, tradicionais, mas também homossexuais e transsexuais; negros, indígenas e estrangeiros, aqui incluídos refugiados; pessoas com quaisquer deficiências. (SUSSEKIND; OLIVEIRA; MASKE , 2022, p. 4).

REFERÊNCIAS

- ALVES, N. Imagens da Escola. In: ALVES, N.; SGARBI, P. (Orgs.). **Espaços e imagens na Escola**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001. p.7-18
- ATWOOD, M. **Os testamentos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 18 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CAETANO, M.; SILVA JUNIOR, P. M.; GOULART, T. E. S. Quando os arranjos familiares e as masculinidades entram em questão na escola. IN: Anselmo Peres Alós (org.). **Poéticas da masculinidade em ruínas: o amor em tempos de Aids**. Santa Maria: UFSM, PPGL, 2017, p. 71-88
- CAPUTO, S. G. **Sobre entrevistas**. Teoria, prática e experiências. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes. Vol.1, 5ª reimpressão, 2020.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo : Boitempo, 2016
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro Konder; Aparecida Maria Abranches. 10ª Edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2021.
- FEDERICI, S. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. São Paulo: Elefante, 2022
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERRAÇO, C. E.; ALVES, N. AS PESQUISAS COM OS COTIDIANOS DAS ESCOLAS: pistas para se pensar a potência das imagens narrativas na invenção dos currículos e da formação. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2016. DOI: 10.15687/rec.v8i3.27465. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/rec.2015.v8n3.306316>. Acesso em: 18 fev. 2023.

GINZBURG, C. SINAIS Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas e Sinais**. GINZBURG, C. São Paulo: Cia Letras, 1989. p. 143-179

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução: BhuviLibanio. 13ªed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

LERNER, G. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MBEMBE, A. Biopoder soberania estado de exceção política da morte. Arte & Ensaios. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em 20 abr. 2021.

MIGUEL, L. F.; OLIVEIRA, M. Pânico Moral e Ódio à Diferença: a estratégia discursiva do “Escola Sem Partido”. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 6, n. 2, p. 261-278, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15210/rsulacp.v6i2.19100>. Acesso em 15 jan. 2023.

MONTEIRO, S. C. F. Aprendendo a ver: as escolas da/na escola. In: ALVES, N.; SGARBI, P. **Espaços e imagens na Escola**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001. p.27-40.

OYEWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OLIVEIRA, I. B.; SGARBI, P. Da diversidade nós gostamos, já que toda unanimidade é burra. In: OLIVEIRA, I. B.; SGARBI, P. (Orgs.). **Redes culturais, diversidades e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 7-18.

PASSOS, M. C. A. **Pedagogias das travestilidades**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PINAR, W. PUNK' In: **Queer(i)zando currículos e educação**. RODRIGUES, Alexsandro; CAETANO, Marcio; SOARES, Maria da Conceição Silva (Orgs). 1ª Ed. Salvador: Editora Devires, 2020. p. 62-92.

PINAR, W. Multiculturalismo malicioso. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 149-168, 2009. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2009/vol9/no2/9.pdf>. Acesso em 03 mai. 2021.

PINAR, W. O corpo do pai e a raça do filho: Noé, Schreber e a maldição do pacto. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n. 37, p. 35-44, 2008. Disponível em . Acesso em 03 mai. 2021.

PINAR, W. F. It's a Man's World. In: **The Gender of Racial Politics and Violence in America: lynching, prison rape, & crisis of masculinity**. Vol. 163. New York: Lmag Publishing, Inc., 2001. p. 981-1031.

PINAR, W. F. GENDER, SEXUALITY AND CURRICULUM STUDIES: THE BEGINNING OF THE DEBATE. **McGill Journal of Education / Revue Des Sciences De l'éducation De McGill**, vol. 16, n. 003, p.304-316, 1981. Disponível em: <https://mje.mcgill.ca/article/view/7421>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PRECIADO, P. B. **Manifesto Contrassexual: Políticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PROVA PLATÔ. arquivo de pesquisa: turma de currículo - vespertino. 1º semestre. 2022.

PROVA PLATÔ. arquivo de pesquisa: turma de currículo - vespertino. 2º semestre. 2022.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos. Recife: SOS Corpo, 2012.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Editora Companhia das Letras, 2019.

STANLEY, J. **COMO FUNCIONA O FASCISMO: A política do "nós" e do "eles"** Tradução: Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2020.

SÜSSEKIND, M. L. "Educação em pauta". **Revista da ADCPII** [online], ano V, n. 1, ago. 2018. Disponível em:

http://adcpil.com.br/wpcontent/uploads/2018/07/ebook_revista_6.pdf. Acesso em 20 ago. 2019.

SÜSSEKIND, M. L.; MERLADET, F. A. D.; D'AVIGNON, M. G. S. O FIM DO MUNDO DO FIM. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 47, n. 3, p. 994–1008, 2023. DOI: 10.5216/ia.v47i3.74736. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/74736>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SÜSSEKIND, M.L.; OLIVEIRA, I. B.; MASKE, J. A escola é nossa e o currículo é favelado. **Revista Currículo sem fronteiras**, [S.], v. 22, e2186, p. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v22.2186>. Disponível em: Acesso em: 31 jan. 2023.

SÜSSEKIND, M. L.; REIS, G. R. F. S.; PEREIRA, F. Parasita (s), contaminados, invisíveis, abissais. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n. 2, p. 487-509, 2020. Disponível em: <https://seer.furg.br/remea/article/view/11331>. Acesso em 30 mar. 2021.

SÜSSEKIND, M. L.; GONÇALVES JUNIOR, S. W. P.; OLIVEIRA, L. T. A. MONSTRAS E CURRÍCULO DE GÊNERO AO SUL DE MAPLE ST. In: **Queer(i)zando Currículo e Educação: narrativas do encontro**. RODRIGUES, Alexandro; CAETANO, Marcio; SOARES, Maria da Conceição Silva (ORGs). 1ª Edição. Salvador: Editora Devires, 2020. p. 109-128.

SÜSSEKIND, M. L.; CARMO, L. A.; OLIVEIRA, J. V. A PERSEGUIÇÃO ÀS CIÊNCIAS: A DEFESA NA INDISSOCIABILIDADE NECESSÁRIA ENTRE PLURALIDADE, LIBERDADE E EDUCAÇÃO PARA UMA REPÚBLICA CIDADÃ. In: **GÊNERO E EDUCAÇÃO: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito humano à educação**. CARREIRA, D; LOPES, B. (Orgs.). São Paulo: Ação Educativa, 2022. p. 116-123.

SÜSSEKIND, M. L.; MERLADET, F. A. D. Glocalidade. In: REIS, G.; OLIVEIRA, I. B.; BARONI, P. **Dicionário de pesquisa narrativa**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2022. p. 205-213.

SÜSSEKIND, M. L. Teatro de Ações: arqueologia dos estudos nos/dos/com os cotidianos – relatos de práticas pedagógicas emancipatórias, 235f. Tese, UERJ, RJ,

2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp093504.pdf>. Acesso em: 10 Ago. 2021.

THE HANDMAID'S TALE. Direção: Reed Morano, Mike Barker et al. Produção: Margaret Atwood, Bruce Miller, Dorothy Fortenberry et al. Toronto: Daniel Wilson Productions Inc et al. 2022. 5 temporadas (47- 60min), son., color., 35 mm.

ESTUDO 3 CURRÍCULOS CRIADOS NOS COTIDIANOS

Talvez este estudo seja um ponto de esperança dentro dessas páginas de esgarçamento das violências, das vidas saturadas, porque entendo que escapamos de Gilead em nossos cotidianos quando continuamos vivos. Respirar é ser subversivo quando nos deparamos com tantas formas de nos aniquilarem. São guarda-chuvas que se tornam fuzis, são furadeiras que se tornam pistolas, são arrastões que nos fazem deitar nos chãos dos ônibus em meio a linha vermelha, são homens socando outros homens e mulheres.

Não muito tempo atrás estava saindo de uma rua, à noite, quando foram feitos disparos de dentro de um carro. Não pude ver a direção, só pude ouvir o barulho e tentar me proteger. Não foi um assalto. Foram os patriarcados. Talvez eu nunca saiba o que de fato houve naquele dia, porém mais uma vez tive a certeza de que estar viva era um ato de bravura. Cada vez mais que eu estudo os patriarcados, mais eu escavo em meio as narrativas e vivências violentas que mais parecem um terreno lamacento que tenta engolir a vida.

Entendo que em grande parte deste trabalho minha escrita soe como um discurso pessimista, pronto para desistir e classificar o mundo como horroroso e incapaz de existir, porém existimos. Traçamos rotas diferentes quando não nos permitimos aniquilar e não desistimos. Me coloco como exemplo quando escrevo sobre as coisas que me aconteceram e trago, também, como exemplo, as pessoas que sobrevivem comigo e cruzam cidades inteiras para estudar.

Será que o ano de 2023 foi o ano mais violento que vivi? Será que os relacionamentos abusivos pelos quais passei não foram tão nocivos quantos as armas que vi? Por que como mulher precisei me adaptar a tantas violências? Estou aqui para escrever sobre outras possibilidades que venho praticando quando proponho e/ou participo de oficinas. Quando entro em sala de aula e referencio os estudantes como criadores de conhecimentos, eu chamo as existências subversivas para a conversa complicada que é o currículo.

Aqui entendo o Currículo a partir do conceito de conversa complicada de William Pinar, que dialogando com Sússekind (2014b, p. 31) nos explica que:

É uma conversa porque as pessoas estão falando umas com as outras. E porque os professores falam não só com seus estudantes, mas com seus próprios mentores, suas próprias experiências e com seus conteúdos, pois os conteúdos em si mesmo são conversas.

Disse anteriormente que minha intenção neste trabalho não é criar um conhecimento libertador capaz de superar o sistema patriarcal, muito menos capaz de salvar o mundo, entretanto, venho buscando outras formas de diálogo e de se fazer pesquisa capaz de valorizar os saberes que não são pontuados como essenciais em documentos normativos oficiais, pois estes buscam apagar as diferenças quando tentam homogeneizar tantas vidas. Cotidiano, trocas corriqueiras sobre como resistir, burlar e criar é sobreviver.

Entendendo com Sússekind (2014a) a impossibilidade de homogeneizar os currículos, as conversas e com isso as vidas, defendo que as existências não desaparecem das salas de aulas, nem mesmo quando os mecanismos de controle dos patriarcados tentam apagá-las. Entendo, também, que a produção científica é historicamente localizada e passa sempre pelas histórias de vida e experiências singulares e coletivas da gente. Numa abordagem cotidianista, analiso as conversas complicadas registradas nas provas platô, na oficina *O conto da aia*, no minicurso *Nem toda mulher é bunda, nem toda professora é branca* e, também, a instalação curricular *Afasta de mim esse...pai*.

3.1 OS ESTUDOS NOS/DOS/COM OS COTIDIANOS

Os estudos nos/dos/com os cotidianos se fazem importante nesta pesquisa por eu entender que os chãos das salas de aula, onde venho praticando os currículos como conversa complicada (Sússekind 2014b), são extremamente importantes para entender os saberes ali tecidos, além de refletir e trocar com seus praticantes. Minhas vivências com cada turma são únicas para falar de tudo o que venho escrevendo aqui. Ou seja, esta pesquisa é uma extensão, uma reflexão das conversas, das trocas que venho fazendo com meus colegas, meus professores, minha orientadora, os estudantes com quem divido minha pesquisa e as oficinas. Concordo com Sílvio Gallo quando diz que a “Educação é encontro de singularidades” (2010, p.231).

Não defino os estudos, porque entendo que “não há como definir o que é pesquisa nos/dos/com os cotidianos uma vez que sua potência está na diversidade de possibilidades que se apresentam em meio às redes tecidas durante sua realização [...]” (FERRAÇO; PEREZ; OLIVEIRA, 2008, p.17). Minha ideia é construir um saber “derivado do mergulho” (OLIVEIRA, 2008, p. 105) que venho fazendo em minhas próprias experiências, escavando as diferentes formas de existir em ambientes que

tentam ser tnormalizados e normalizadores.

O saber que proponho é rizomático, oriundo da pluralidade, pois “a pluralidade que aqui se faz presente é a da vida cotidiana, que não cabe em um único referencial, em uma única teoria, em uma única verdade; nem em uma única prática metodológica ou cotidiana” (FERRAÇO; PEREZ; OLIVEIRA, 2008, p.16). Rizomático porque, de acordo com Janete Magalhães Carvalho (2008, p.127), ele “substitui a lógica binária e hierárquica por uma atenção especial ao espaço [...], ao passo que o tempo não pode ser homogêneo [...]”. É mais uma possibilidade de escavar as existências para além das linhas de opressão.

Os cotidianos também me auxiliam em relação às *imagensnarrativas* como “fonte privilegiada de informações sobre as realidades cotidianas das escolas e dos seus sujeitos [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 106), visto as possibilidades de usos das *imagensnarrativas* na pesquisa, já que ainda pensando em Deleuze, através de Carvalho (2008, p. 128), “o acontecimento não é ‘o que se passa’ aqui e agora, pois não se esgota no seu existir atual”.

Ainda dialogando com Carvalho (2008), penso que seja importante trazer com a pesquisadora a ideia que explana sobre a pesquisa cartográfica, entendendo que:

Cumpra destacar que a pesquisa cartográfica se constitui de modo participativo, assim como toda pesquisa envolve intervenção e, nesse sentido, a pesquisa cartográfica busca uma abertura para a pesquisa de acompanhamento de processos, baseada numa perspectiva menos unitária e estrutural e mais heterotópica.

Postulamos, entretanto, que qualquer pesquisa e qualquer intervenção não significam, por si, garantia de emancipação, visto que a desigualdade é determinada por “regimes de verdade” nos quais estamos inscritos. (CARVALHO, 2008, p.131).

A cartografia, portanto, faz com que o/a/e pesquisador/a/e do cotidiano investigue o processo de criação de subjetividades sem estabelecer um caminho linear para atingir um fim. Logo, não se coleta dados, mas crocheriza as criações, em vista de estar em um território existencial, sem separação de sujeito-objeto. Contudo, qualquer fim que olhamos, precisamos nos acostumar a ver as marcas dos patriarcados que deixam cicatrizes em seus sobreviventes.

Existe, para além das políticas curriculares, vida cotidiana, em que há maneiras de fazer, de criar, de linguagens, etc., que historicamente criam novas formas de ser/estar em oposição ao que está posto, sendo a coesão uma tentativa de apagamento das diferenças. Ou seja, é preciso respeitar “[...] que, no cotidiano das escolas, os traços socioculturais dos professores, dos alunos e da comunidade estão

interagindo, e que as diversas culturas [...] fazem-se presentes neste cotidiano” (GARCIA; LOBO, 2002, p. 61).

Os diversos conhecimentos se fazem presentes nos cotidianos, entretanto, eles são negados pelas ciências como válidos. Logo, o campo da Educação é uma resposta à alteridade, sendo o respeito as diferenças uma possibilidade de ser outra coisa, porque até mesmo as normas criam fugas.

Adotamos o estudo do cotidiano entendendo-o como local onde as alternativas, discussões e as reais possibilidades de se pensar e agir em educação são de fato tecidas e postas em prática.

Para compreendermos efetivamente as realidades escolares em sua complexidade, faz-se necessário recorrer ao estudo das práticas cotidianas, buscando não o que as torna similares, mas suas especificidades, tecidas e construídas histórica, cultural e socialmente pelos sujeitos reais (em sua subjetividade) que formam estas realidades concretas (GARCIA; LOBO, 2002, p. 62).

É pensando a partir da tese de Sússekind (2007) e seu mergulho nos estudos nos/dos/com que refleti sobre a existência da disciplina currículo em sua pluralidade, currículos, e suas criações e invenções, porque “a cada relato eu descobria que o “rebelde cotidiano” havia sido capturado, caçado, desembrulhado a partir do uso de diversas metodologias” (SÜSSEKIND, 2007, p. 21). Diversas metodologias que precisam ser criadas e re-criadas a todo tempo, porque capturar até mesmo uma fibra do cotidiano se faz necessário movimentos de criação.

É, também, em diálogo com a autora que chamo os estudos do cotidiano de campo, logo entendo o campo como rota de conhecimento (SÜSSEKIND, 2007).

Ao eleger um foco de um estudo geralmente usa-se a palavra campo que se refere ao conceito introduzido por Bourdieu (1975) - campo de estudo - isto é, domínio estudado por uma ciência, como uma comunidade ou uma instituição. Seja qual escolha que façamos como pesquisadores, o campo não deixa imune o pesquisador da influência das regras que o rege. Segundo Bourdieu, as regras definem o funcionamento de todo campo: regras impostas aos estranhos àquela realidade, regras de aceitação, de legitimidade e de reconhecimento pelos pares, regras éticas, hierarquias diversas e também as resistências da comunidade para reconhecer e legitimar abordagens inovadoras [...] (SÜSSEKIND, 2007, p. 39).

Cada escola e cada sala de aula são únicas, assim como os saberes, os gestos e os posicionamentos de cada indivíduo, em que se resignificam em seu ineditismo cotidiano. Minha escrita é criação de currículos, em uma busca por um outro fazer da

pesquisa que valorize os diferentes saberes e modos de ser e estar no mundo estando a esperança na força de trabalho, nos projetos e oficinas, nos espaços que crio coletivamente na universidade.

A cotidianidade é impossível de ser capturada como objeto representativo de uma realidade única, contudo é preciso “apostar que os estudos nos/dos/com os cotidianos [...] se estrutura em redes e que, portanto pode ser explicada assim e não hierarquicamente, linearmente ou cronologicamente” (SÜSSEKIND, 2007, p. 43).

São os estudos nos/dos/com que me auxiliam, também, a fazer a arqueologia das invisibilidades (SÜSSEKIND, 2007) em busca de um novo paradigma, o que por si só é um tensionamento do que estamos construindo, “[...] pois estamos segurando um fruto podre da árvore da ciência. Desde sempre as elites fazem do saber a sua justificação” (LEFEBVRE, 1991, p. 87). Compartilhar minha vulnerabilidade e relacionar com os traços e lutas de existências nas oficinas, nas provas platôs, por exemplo, reitera a impossibilidade de contenção da vida e deixa de florear as desigualdades com falas de “fulano conseguiu” para esgarçar que até a opressões são distribuídas de forma desigual na sociedade, porque a força dos patriarcados é a sua plasticidade e as alianças que forma com o colonialismo, racismo, misoginia, etc.

Os estudos nos/dos/com os cotidianos em educação geram conhecimentos que deixam rotas para outros conhecimentos. São trabalhos em rede não só por costurarem vários saberes das redes dos pesquisadores e sujeitos da pesquisa e vários trabalhos de outros autores, mas também por permitirem e sugerirem outras costuras e outras buscas, novas rotas, pistas para as próximas invenções. (SÜSSEKIND, 2007, p. 146)

3.2 AS CONVERSAS COMPLICADAS NAS/COM AS PROVAS PLATÔS

Neste trabalho percebo a Prova Platô como tema já trabalhado e difundido em inúmeras escritas como, por exemplo, artigos, capítulos de livros, minha dissertação e etc. Portanto, retorno a conversa sobre a prova platô, que já não é mais inédita, entendendo a criação do homem ordinário (CERTEAU, 2020) e a conversa complicada que permeiam os chãos das turmas de Pedagogia/Licenciaturas da

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro nos dois semestres de 2022, às segundas-feiras e às sextas-feiras, nos turnos vespertino e matutino, respectivamente.

Assumindo que os estudantes são pessoas ordinárias, conforme nos diz Certeau (2020), que burlam, criam e recriam, por exemplo, e fazem múltiplos usos, em mundos de permanente e contínua invenção, que é o cotidiano, em sua riqueza e desobediência, a prova oferece às pessoas ordinárias a possibilidade de inverter, subverter, reverter e criar suas práticas e táticas. Ou seja, os estudantes, como pessoas comuns, ordinárias (CERTEAU, 2020), em minhas observações, têm visto nessas provas uma oportunidade de expor anonimamente suas angústias, incômodos, ressentimentos, solidariedades e tudo o que naquele momento lhes aflora.

As conversas presentes nas provas são atravessadas, emboladas, nem sempre translúcidas e complicadas. Como cotidianista (SÜSSEKIND, 2007; 2012), valorizo o compromisso de fazer com os praticantes (CERTEAU, 2020), nos e dos chãos das salas de aulas e suas condições de protagonismo e autonomia na criação curricular. Percorrer as provas, como metodologia de pesquisa, é apostar em valorizar também os indícios (GINZBURG, 1989) dos conhecimentos conversados por escrito entre estudantes, suas biografias, narrativas e criações.

As conversas são complicadas, porque estamos inseridos em um espaço rico de dissensos, está falando sobre nossas experiências e as experiências das outras pessoas. Desse modo, seja na pesquisa ou nas aulas, a ideia é enfrentar os silêncios que se mostram, em sua maioria, ensurdecadores. Na busca por ultrapassar as formas invisibilizadoras de pesquisar, assumo os currículos como criação cotidiana, de maneira a buscar o reconhecimento das múltiplas existências. Assim, “o conhecimento curricular que se deseja democrático é deslocamento e conversa, é resistência permanente ao pensamento único, homogêneo, unívoco, uníssono, não é comum, é diferença e é dissenso.” (SÜSSEKIND, 2019, p.92).

3.2.1 A DINÂMICA DA PROVA PLATÔ

Como acontece a Prova Platô? De forma resumida, geralmente, ao final do curso, em sala de aula, os estudantes escrevem sobre um assunto de seu interesse em um determinado período de tempo que vamos alterando durante os registros. Quando o tempo se esgota eles, logo em seguida, trocam suas escritas passando

suas folhas para o lado esquerdo a fim de que o outro possa continuar escrevendo, porém, a próxima escrita não deve ser de maneira que busque completar a escrita anterior, mas sim seguindo os interesses que cada um teve durante as conversas e leituras, formando platôs.

A realização a cada final de semestre da Prova Platô tem nos proporcionado ler diferentes comentários dos estudantes, sendo eles tanto voltados para a solidariedade quanto para o ódio. Diante das possibilidades que as provas vêm nos proporcionando, nós a realizamos, também, na oficina *Nem toda mulher é bunda, nem toda professora é branca*.

O ódio mostrou-se bem evidente no segundo semestre de 2018, em período eleitoral que elegeu Jair Messias Bolsonaro. O rancor apareceu sem timidez. Tais currículos de ódio vêm sendo tecidos através de experiências e interações contínuas entre sujeitos/atores cotidianos e “cada narrativa no seu encontro com o outro torna-se um devir, ou seja, não há como prever de que forma os relatos interferem nas redes.” (SÜSSEKIND; REIS, 2015, p. 616).

A Prova Platô também possibilita aprendermos com os estudantes através de suas escritas livres, onde eles se sentem confortáveis para escrever da sua maneira, sem um julgamento prévio. Nossos estudantes sabem que tal avaliação tem como objetivo valorizar suas aprendizagens e não julgá-las em certas ou erradas. Acreditamos que seja de suma importância proporcionar aos mesmos, atividades mais democráticas, tendo a diferença como princípio enquanto se tecem platôs de conversas e escritas praticadas ao Sul.

Como já mencionado, o material da Prova Platô nos possibilitou desdobramentos na pesquisa como a primeira exposição intitulada *Conversas nas/das/com a formação: uma instalação curricular*, que carinhosamente apelidamos de ‘Banheirão’ e que percorreu o Brasil. A exposição contava com banners expondo recortes de ódio e solidariedades oriundos das mais de mil páginas das Provas Platôs.

Recentemente, em 2023, pensamos em uma nova exposição curricular que tivesse como foco os estudos sobre os patriarcados. Nossa exposição recebeu o nome de “Afasta de mim esse... pai” ([imagemnarrativa 12](#)) em referência a música *Cálice* de Chico Buarque de Holanda lançada em 1978. Além da exposição, a seguir, abordo a oficina intitulada “oficina O Conto da aia” que nos possibilitou recortes mais aprofundados sobre os patriarcados, já que foi um dos temas discutidos durante a oficina, além da narrativa de Atwood, que tinha em seu planejamento a realização da

Prova Platô pelos estudantes, de maneira a dar destaque aos recortes feitos por eles. Ou seja, a prática das oficinas foi um mecanismo de refletir sobre o que venho estudando e a maneira como as opressões se fazem presentes nos currículos de cada turma.

Em 2021, a prática das oficinas ocorreu de forma remota diante da pandemia de Covid-19, período este que realizava o mestrado. Já em 2022, com a vacinação em massa da população, paulatinamente, as atividades foram retornando para o modo presencial. Desta forma, estive presente em sala de aula com os estudantes e pude ver a realização da prova platô, juntamente as suas reações ao participarem. Eles riam, reclamavam de um tempo mais curto para participarem, dentre outras reações. Ao final da oficina recolhi o material da prova para ler posteriormente e, assim, buscar entender os currículos criados por cada turma.

3.3 OFICINA O CONTO DA AIA

Defendo a dinâmica da oficina como atividade curricular que traz mais uma condição de compartilhar a presente pesquisa, juntamente a prova platô, ambas proporcionam a organização de uma material de pesquisa com escritas que perpassam os estudos aqui propostos, mostrando-nos mais uma vez que os patriarcados, o conto da aia e o currículos são temas presentes nos cotidianos, possibilitando conexões teórico-epistemológicas.

Narradores de suas vidas no exercício da prova platô, as/os/es estudantes nos permitem investigar as marcas dos patriarcados, colonialismo, mas também texturiza o debate teórico sustentado pelo campo com o cotidiano (ALVES; FERRAÇO; SOARES, 2018), fazendo, também, parte das *imagensnarrativas* do agora que venho trabalhando ao longo da pesquisa.

Iniciei a realização da oficina “O conto da aia”, ainda no mestrado, no primeiro semestre letivo de 2021, que ocorreu de forma remota de junho a outubro devido ao período pandêmico, como já mencionado. A oficina foi elaborada para ocorrer em dois dias para cada uma das duas turmas de formação de professores da UNIRIO, juntamente a minha orientadora Maria Luiza Sússekind e as convidadas que viriam a participar da atividade, de maneira que disponibilizamos os mesmos materiais da narrativa que utilizamos nessa pesquisa (livro, filme e série), além de uma unidade de estudos sobre currículos de gênero que contou com inúmeros autores como, por

exemplo William Pinar, Marcio Caetano, Sara Wagner York, esta última foi uma das convidadas na oficina, mais precisamente no segundo dia em que conversamos sobre existências trans/travestis em um 'Cistema' heteropatriarcal.

Levando a ideia para meu trabalho no doutorado mantive a organização da oficina em diálogo com os estudantes, porém em apenas um dia e agora a partir de uma apresentação inicial de imagens que relatei com a narrativa de Atwood, ou seja, eram imagens narrativas (FERRAÇO; ALVES, 2016) oriundas da série, capturas de tela do celular com alguma notícia, charges, vídeos com cenas também recortadas da série, dentre outras, com o objetivo de chocar, esgarçar as violências que aparecem tanto na distopia quanto nos cotidianos fora dela. Todo esse trabalho foi realizado durante os dois semestres de 2022, de modo presencial, já que as atividades acadêmicas retornaram aos campus.

Atualmente, meu material oriundo da atividade da oficina é físico, ou seja, as provas platôs foram feitas em sala de aula, após exposição das imagens e diálogos sobre minha pesquisa em andamento, juntamente com as questões e ideias que os/as/es estudantes levavam. Alguns não conheciam a narrativa, algo que não se fazia fundamental a minha oficina, pois defendo que Gilead está acontecendo em nosso presente, logo é possível destacar diversos relatos que surgiram na prova que faziam denúncias e comparações com a série, livro, filme e a vida cotidiana, como já tecido em outros capítulos.

Sobre a partilha de conhecimentos, principalmente, femininos, entendo com Lerner a importância de falarmos sobre nossas Gileads diárias. Porque "até mesmo uma breve exposição às experiências vivenciadas por mulheres do passado, como em oficinas e seminários, tem profundo efeito psicológico nas participantes." (LERNER, 2019, p. 27). Não acredito que seja um conhecimento libertador, mas falar sobre os patriarcados traz a tona muitas vivências que antes não eram vistas como pertinentes ao sistema patriarcal. Ou seja, eu tensiono a criação de significações sobre os conhecimentos crochizados em salas de aulas.

É durante a realização das oficinas e, principalmente, das provas platôs que capturo indícios que consolidam minhas hipóteses de que os patriarcados, conforme vão se modificando (tecnologias) mais tornam-se efetivos. Adaptam-se. Os efeitos também são plásticos e modificam-se. Logo, ao ler relatos sobre as diferentes camadas de violências que atravessam os estudos, identifico a força dos patriarcados.

Foi uma das oficinas, em meu mestrado, que tive o prazer de conhecer a

estudante Ayend que foi brutalmente assassinada por seu ex-companheiro⁴³. Ayend Cristine Nascimento Hammad foi uma estudante que participou do diálogo sobre os patriarcados, sobre a violência contra as mulheres dentro e fora do mundo de Atwood. Na prova platô ela deixou assinado a seguinte escrita:

Gostei muito do conteúdo da matéria, mas até a aula retrasada confesso que apesar de amar os debates que tivemos, tive muito problema em relacionar o conteúdo do semestre com a matéria Currículo. Nas duas últimas aulas eu consegui entender que temos que estar abertos pois os currículos tradicionais que são bem mais fechados precisam ser revistos, precisamos falar sobre muitas coisas que os currículos atuais não abordam. Achei riquíssimo e de uma grandeza trazer a Sara para expor a sua visão e o trabalho de tanto estudo, afinal de contas precisamos escutar todas as vozes que queiram falar. Assim como achei muito bom a indicação do livro “O conto da AIA”, já haviam me indicado a série, mas o primeiro capítulo não me prendeu e eu acabei não dando continuidade, já depois de iniciar o livro eu fiquei mais curiosa e consegui iniciar a série! É um show de feminismo do início ao fim, é a força da mulher que não se deixa mais ser colocada de lado, é a força da mulher que vem sempre sendo subjugada pelo homem, pela sociedade machista e o patriarcado, este que vem caindo cada vez mais. Não nos calamos mais. Nós por nós. Ayend Hammad. (PROVA PLATÔ 2021.1 – vespertino, p. 11-12).

Foi a partir das oficinas e das provas, onde eu tensionei os conhecimentos sobre patriarcados, capitalismo, racismos, misoginia, etc., que pude escavar as violências, as existências resistentes. Apareceram denúncias que falavam sobre a falta de segurança dentro de casa e também dos assédios nas ruas. Dos racismos que subjulgavam os corpos.

Eu objetivava falar sobre as violências na distopia e fazer relações com a vida cotidiana e adentrei em tantas vivências singulares e coletivas. A conversa é complicada por isso mesmo.... Vivências que talvez estivessem em segredo devido a dor que causavam, ou devido a vergonha que causavam. Os patriarcados também nos violentam com a vergonha. Temos vergonha e medo quando alguém nos oprime. Eu já senti vergonha por ser violentada e você ?

3.4 DIÁLOGOS COM OS ESTUDANTES NA LEITURA DA PROVA PLATÔ

Neste subcapítulo, pretendo continuar a abordar as escritas das Provas Platô e relacionar com diálogos durante a oficina. Compreendo que no fazer da pesquisa,

⁴³Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/mulher-assassinada-no-rio-ja-chamava-marido-que-nao-aceitava-divorcio-de-ex-1-25497086>. Acesso 18 out. 2022

criam-se currículos e os resultados, até onde espero, cruzam fronteiras e deslocam modos paradigmáticos de pesquisar. Pesquiso buscando tessituras de redes de conhecimentos e solidariedades enredadas pelos usos e táticas das pessoas ordinárias em suas maneiras de fazer, dizer, conversar, focar nas possibilidades e usos que as circunstâncias oferecem (CERTEAU, 2020). Teço conversas sobre gênero, raça, ódios, entre outras questões, enredando *práticas teóricas práticas* de resistência. Tais conversas, juntamente às escritas, fazem, portanto, parte dos resultados esperados para a investigação, tendo como perspectivas iniciais as subversões e potência do cotidiano defendendo o poder da criação da pessoa comum (CERTEAU, 2020).

Como dito anteriormente, a prova precisou ser adaptada para o formato remoto durante a pandemia, sendo realizada através da ferramenta gratuita *Google Docs*, contando com um conteúdo riquíssimo de imagens e escritas. Agora, após retorno presencial, utilizo o material que armazenei como fonte de pesquisa e, a partir da leitura posterior a realização da oficina, destaco uma série de trechos que evidenciam os rizomas, onde os múltiplos singulares se encontram, porque nos rendem narrativas como:

Li o artigo pela manhã no metrô e fiquei um pouco confusa com tantas informações, mas ao assistir a explicação da Lorena, sobre “O Conto da Aia”, ao qual já tinha ouvido falar como uma série. Após ver as imagens, fiquei muito mexida e incomodada com as fotos, pois são feridas expostas de formas bem impactantes. (Prova Platô 2022.2 – vespertino, p. 13).

Os currículos são gasosos⁴⁴ (MASKE, 2021), dada a impossibilidade de sua captura por completo, mas é possível admirá-lo e se sentir preenchido com sentimentos de esperança, em que “Para todas as flores que (com carinho – inclusão com seta) ainda não se reconhecem como tal. A amargura do mundo não tira de você tudo aquilo que você é por dentro e nem tudo que significa para quem te ama.” (Prova Platô 2022.2 – vespertino, p.9).

Essa tese é a continuação do esforço para dialogar com esses currículos, que muitas vezes emergem como práticas de solidariedade, de responsabilidade coletiva, de reconhecimento de outras práticas culturais e outros saberes.

O conto de Aia me fez ter medo, medo de que os poucos privilégios que nós mulheres temos conquistado através de toda a luta através de todos esses anos, seja destruído em 1 só dia, medo de nosso maior medo se realizar, o

⁴⁴ Termo pensado pelo pesquisador Jeferson Maske a partir do conceito de *fundo* de Gustavo Coelho (2018), que entende o currículo no estado gasoso, pois se esvai. Não tem forma ou volume, logo impossível de se obter controle (MASKE, 2021).

medo de vivenciar todas as torturas que nossas antepassadas sofreram, para que nós hoje, pudessemos estar no lugar que estamos e desejando e lutando para que possamos conquistar ainda mais direitos, pensando nas nossas mulheres do amanhã. (Prova Platô 2022.2 – vespertino. p. 10)

Mexo, remexo na inquisição
 Só quem já morreu na fogueira
 Sabe o que é ser carvão
 Eu sou pau pra toda obra,
 Deus dá asas à minha cobra
 Minha força não é bruta,
 Não sou freira nem sou puta
 Porque nem toda feiticeira é corcunda
 Nem toda brasileira é bunda...” (Prova Platô 2022.2 – vespertino, p. 11).

O investimento *políticoepistemológico* no (re)conhecimento do trabalho docente como criação intelectual e no direito do estudante a aprender na e com a diferença, impôs a pensar os conhecimentos no plural, considerando sua cotidianidade e possibilidade de usos (CERTEAU, 2020), na busca por práticas mais democráticas e solidárias com o outro nas múltiplas redes de sociabilidade.

Outras lógicas, outros modos de fazer, de falar, de pensar, de escrever, de curricular sempre existiram e sempre existem por mais estreitos que sejam os controles. Por mais cruéis, arrogantes e preguiçosas (SÜSSEKIND, 2019) sejam as políticas de currículo, sempre vai haver desobediência e criação (OLIVEIRA, 2016), pois os conhecimentos são sempre plurais, coletivos e singulares. É deslocamento e polifonia, portanto é mais que um e menos que o dobro (MASKE, 2021). É híbrido, misturado, é resistência e enfrentamento (SÜSSEKIND, 2014). (SÜSSEKIND; OLIVEIRA; MASKE, 2022, pp. 5-6)

Aparecem vários trechos na Prova Platô do primeiro semestre de 2022, sobre os currículos, como também culpabilização dos professores por desempenhos ruins em provas. “ A prova não prova nada, somente que o aluno tem uma capacidade de memorização boa, já que para responder ele precisa memorizar. Mas e o professor? Ele sim deveria se autoavaliar com as notas de seus alunos.” (Prova Platô, 2022.1 – vespertino, p. 9). Talvez seja importante questionar o motivo do professor estar aplicando uma prova. É uma demanda obrigatória que lhe é exigida? Existem punições para não aplicação de uma prova? Não podemos reduzir as vivências e tensioná-las entre o bem e o mal.

Vejo outro trecho que poderia responder o trecho anterior, em relação ao estudante apenas memorizar, porque as pessoas são muitas coisas, para além de ter boa memória.

A escola faz parte da sociedade, então o currículo precisa ter as discussões pertinentes. A escola é formada de pessoas, que não são folhas em branco, elas tem dúvidas, gênero, sexualidade, religião e muita opinião, querer que alunos se encaixem num padrão idealizado por pessoas que são na realidade desconhecidos, chega a ser uma violência. Cada um tem seu livro interno,

suas bagagens e uma biblioteca própria onde coleciona diversos saberes, vivências, histórias, opiniões, etc. (Prova Platô 2022.1 – vespertino, p.17).

Percorrer as provas, como metodologia de pesquisa, é apostar em valorizar a ordinariade dos estudantes, a partir dos diálogos que nelas são tecidos, dos conhecimentos confessados, conversas entre os estudantes, entre os diálogos das oficinas, entre suas biografias, criações e narrativas. São estes diálogos que nos evidenciam o dissenso e as diferenças que são inerentes à sociedade, que nos mostram que mesmo alguns estando às margens, eles também nos cercam.

A Prova Platô é um meio de capturar conhecimentos que estão e sempre estiveram presentes. A existência humana diante das estruturas sociais se desloca e desobedece, diante dos patriarcados, por exemplo, há resistências, porque sobreviver também é desobedecer. Ao mesmo tempo que enxergo esses currículos de resistências, enxergo também currículos patriarcais, colonizadores, além, de enxergar os muitos deslocamentos que criam outras existências, narrativas e possibilidades.

Estamos diante de normas que são inalcançáveis o tempo inteiro, são também “cansáveis” no sentido de cansaço. Exaurem nossa energia para nos moldar em formatos irreais. Corpos magros, gordos, trans, negros, com ou sem útero, deformados, violados, corpos flúidos em sua solidez determinante. Ora sou mulher, ora sou o que quando não outridade? As violências que me atravessam se modificam quando em território outro. Quem os patriarcados me fazem ser? Quem os patriarcados nos fazem ser em nossos trajetos cotidianos? Ora mulher privilegiada pela branquitude, ora apenas mulher passível de abusos. Me exponho e me proponho a ser muitas coisas nestas linhas não lineares em contraposição e contradição para entender, flexionar, tensionar os patriarcados. Este último conivente com inúmeras mazelas da sociedade.

3.5. MINICURSO NEM TODA MULHER É BUNDA, NEM TODA PROFESSORA É BRANCA: “Relatos que nos fazem pensar que precisamos mais desses encontros”.

O minicurso decorreu a partir de uma proposta aprovada na Semana de Integração Acadêmica (SIA)⁴⁵, no ano de 2023. Desenvolvido em parceria com Juliana

⁴⁵ Semana de Integração Acadêmica (SIA), evento onde ocorrem diversas atividades como, por exemplo, apresentações de trabalhos oriundos, em grande parte, das bolsas de pesquisa, extensão e monitoria da universidade, assim como conta com propostas de minicursos propostos por estudantes dos programas de pós-graduação.

de Souza Lima, estudante do mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, uma mulher jovem preta, moradora de Japeri, município da Baixada Fluminense, destaco essas intersecções, pois compreendo que sua trajetória para chegar a universidade é tão revolucionária e extenuante quanto a minha.

Sendo realizado durante a SIA, o minicurso atendia estudantes de diferentes cursos de graduação, se caracterizando pela diversidade de estudantes. Propusemos, uma conversa complicada nasdocom as docências, começando pela apresentação de/sobre nossas pesquisas ressaltando que abordam a precarização do trabalho docente, os atravessamentos da formação pelos racismos e pelos patriarcados, além de expormos, também, as imagensnarrativas (FERRAÇO; ALVES, 2016) que vimos trabalhando em nossas pesquisas. Ao fim, propusemos realizar a Prova Platô, a fim de entendermos os currículos que estavam sendo criados-tecidos com o grupo. Nesta oficina, optei por falar do patriarcado sem *O conto da aia*.

Nosso objetivo com o minicurso era discutir os currículos da formação e da docência com o textos de gênero e raça, trabalhando a hipótese de que quando as mulheres negras ocupam a docência, os patriarcados e o branqueamento reagem violentamente na defesa de seus privilégios e territórios. Para falar sobre justiça social torna-se incontornável falar sobre os patriarcados e as formas como este sistema cerceia as existências não normativas, principalmente, na criação e na ocupação de espaços de criação científica.

A escolha por essa temática não é desinteressada, diante de um mundo que esmaga as vidas por elas não darem contas de existências inalcançáveis, entendendo, também, que escrever sobre o fazer científico atravessado pelo existir se constitui como posição política.

Quando eu vi o nome do minicurso achei que era uma coisa muito abstrata, não conseguia conectar isso à vida real. Mas com a apresentação das professoras e a explicação do por quê, percebi que é uma discussão extremamente importante, principalmente para alunos do primeiro período. (PROVA PLATÔ, 2023.2, p. 33– MINICURSO).

Durante a conversa com os estudantes, ouvimos muitos relatos sobre não terem estudado com professores negros, principalmente dentro da universidade, o que corrobora com a ideia de que a docência é também território de privilégios. A

precarização é distribuída de modo a funcionar como controle social, em vista de ser desigual, em vista que uns são mais vulnerabilizados do que os outros.

Ao ler a prova platô criada pelo grupo do minicurso, deparei-me com os relatos transcritos a seguir: “No 8º período de pedagogia eu só conheci 2 professoras negras” (PROVA PLATÔ 2023.2, p.3 – MINICURSO) e “Mesmo estando no 7º período, apenas tive 1 professor negro, e ele é considerado por vários outros alunos como o mais assustador e que mais cobra, mesmo sendo um dos melhores (se não o melhor) a dar o conteúdo e um dos mais receptivos” (PROVA PLATÔ 2023.2, p.3 – MINICURSO), que tem como complemento a seguinte frase: “As pessoas acreditam que a natureza dele assusta” (PROVA PLATÔ 2023.2, p.3 – MINICURSO).

Esse não-lugar da docência está entrelaçado com os outros relatos a seguir: “Antes de entrar na faculdade, me diziam que eu nunca conseguiria por ser filha de doméstica. O curso me abriu os olhos de que eu estou no meu lugar, pois ainda me sentia insegura e incapaz de estar aqui” (PROVA PLATÔ 2023.2, p.1 – MINICURSO) e “Comigo foi a mesma sensação, porém não achava que iria conseguir por morar na baixada. Lá mesmo escutamos que as federais são muito distantes e deveríamos...” (PROVA PLATÔ 2023.2, p.1 – MINICURSO). Para corroborar com a ideia de diferentes camadas de opressões existentes e que a divisão de classes não pode ser o único aspecto a ser considerado segue mais um forte relato oriundo da prova:

Mesmo sendo uma negra ‘privilegiada’ por pertencer a classe média eu sempre sofri racismo nas escolas que frequentei, sempre fui a burra que não ia ser ninguém. Quando disse que queria ser professora de história fui desensentivada quase 3 anos depois... (me chamavam de bruxa do 71). (PROVA PLATÔ 2023.2, p.1 – MINICURSO).

Historicamente, grosso modo, especialmente numa sociedade com marcas tão presentes da escravização doméstica como a nossa, a luta feminina, sobretudo das mulheres de elite brancas pela entrada no mercado de trabalho fez com que territórios diferentes ao da esfera doméstica lhes fossem apresentados como possibilidades: a música, a costura, a docência, as artes em geral. Assim, quando a docência deixa de ser lugar privilegiado e habitado apenas pelos homens, mais nobres dos intelectuais europeus, este espaço de trabalho, a docência – vista como um trabalho mais dócil e intelectual, mas ainda minimamente legitimado; se transforma de um não-lugar para um lugar contingencialmente construído como opção para as mulheres - nos locais de maior prestígio, esse lugar se reservava para as mulheres brancas. Para Pinar (2008), são elas o alvo das políticas curriculares de controle e preservação da masculinidade

branca.

Nessa direção, feminilizada, a docência, de modo geral, tem sido alvo de grande desvalorização, que pode ser visto na seguinte frase: “Minha família sempre me elogiou por ser ‘muito inteligente’, porém quando decidi que queria fazer pedagogia” (PROVA PLATÔ, 2023.2, p.2 – MINICURSO). São muitos sentimentos que alimentam e se chocam com os patriarcados. Sentimentos de não pertencimento ao ambiente acadêmico, assim como sentimentos de esperança que afirmam: “É necessário se formar, ocupar os espaços e lutar pela melhoria deles” (PROVA PLATÔ, 2023.2, p.17 – MINICURSO). Porém até onde precisamos entrar nos jogos de poder?

Existem outras respostas: “As vezes sinto que poderia fazer mais para lutar por uma mudança nessa questão, mas acabo caindo na falta de tempo” (PROVA PLATÔ, 2023.2, p.20 – MINICURSO) e a “Falta de tempo e cansaço da rotina intensa e as vezes algumas discussões sendo tarde da noite” (PROVA PLATÔ, 2023.2, p.20 – MINICURSO).

Em alguns momentos nos vemos na obrigação de permanência para ocuparmos lugares de privilégios que não querem que ocupemos, com o ideal de chegarmos em algum lugar de poder para assim termos a esperança de fazermos diferente do que fizeram conosco. Porém, a grande questão é que até chegarmos lá, no meio do caminho, estamos perdendo muitas pessoas.

É através do meu trabalho que *esperanço* fazer diferente, no agora, nos lugares que ocupo cotidianamente, ao ouvir/ler/sentir sobre a dor das pessoas que também são minhas dores, que tão estão sendo violentadas. Fazer diferente é muito difícil, assim como ter empatia e se solidarizar com os monstros da rua maple⁴⁶.

[...] comunidade branca, classe média, heterossexual, da rua Maple, é o macabro ambiente de um dos episódios da série *Twilight Zone* [...]. A pacata rua Maple, habitada por famílias brancas cis-heteropatriarcais americanas, sem textura de classe, espelha uma comunidade padrão, desejável, sendo, por isso mesmo, campo de experiência para alienígenas invasores (SÜSSEKIND; GONÇALVES JUNIOR; OLIVEIRA, 2020, p. 110).

Porém, é quando leio os seguintes relatos que me *esperanço* e sinto que em meio aos patriarcados o controle é IM-possível (Süssekind, 2014a) e estou fazendo algo diferente: “Se todas as aulas que temos fossem assim, conseguiríamos nos identificar mais com os assuntos, conseguindo debater as vivências”. Logo, aproveito para questionar: Que professores estamos formando, em vista da não identificação

⁴⁶ Referência ao episódio *O monstro da rua Maple* da série *Twilight Zone* (1960).

dos estudantes com seus estudos no currículo de formação? Quais currículos estamos debatendo?

3.6 UM NOVO BANHERÃO: AFASTA DE MIM ESSE... PAI

Tensionando os patriarcados, proferimos “- afasta de mim esse...pai!” Esse pai que xinga, grita, cala, empurra, humilha, bate, corta, penetra, rasga, sangra, **mata**. Mais uma vez durante a XII Semana de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, em junho de 2023, ocupamos o banheiro masculino do quarto andar do prédio Centro de Ciências Humanas e Sociais, CCH, partindo da mesma ideia de ambiente hostil aqueles que não assumem os padrões desejados de uma masculinidade heteronormativa, sendo o banheiro novamente **transformado**.

Desta vez, não utilizamos banners para apresentar nossos recortes, optamos por imprimí-los de modo a espalhá-los por todo o espaço, pelo chão e pelas paredes ([imagemnarrativa 13](#)) para fazer com que as/os/es visitantes se deslocassem e se posicionassem de diferentes formas no ambiente, se ajoelhando ou abaixando a cabeça, por exemplo. Incomodamos os/es/as corpos/es/as de diversas maneiras, pois os fizemos se movimentar por um local estigmatizado como sujo.

Os banheiros públicos, por exemplo, instituições burguesas espalhadas pelas cidades europeias a partir do séc. 19, foram inicialmente pensados como espaços de gestão do lixo corporal nas cidades e converteram-se, progressivamente, em locais de policiamento de gênero (PRECIADO, 2019, n.p.).

Reafirmamos nossa hipótese de que os patriarcados compõem uma estrutura que caminha lado a lado com outras formas de opressões, inclusive com o capitalismo quando refletimos sobre acumulação primitiva e aquisição/acumulação de mão de obra, em vista de que as mulheres cis férteis com útero geram, cuidam e ensinam os novos trabalhadores do amanhã.

Inúmeras são as investidas violentas contra, principalmente, as mulheres, primeiro alvo, segundo Lerner (2019), do sistema patriarcal. Então, tecendo e pondo em prática nossas ideias, discussões e hipóteses, praticamos curricularmente a elaboração de uma nova exposição intitulada “afasta de mim esse...pai”. Escolhemos recortes de violência que apareceram na prova platô, na narrativa *O conto da aia*, em seu formato de série, que é um de nossos objetos de pesquisa e nos proporcionou um material riquíssimo para pensarmos sobre a violência patriarcal, juntamente a imagens

de violências cotidianas como, por exemplo, uma imagem de Eloá e seu sequestrador⁴⁷.

Em meios as folhas com escritas, cenas da série e manchetes de jornais online, dispomos, também, um áudio que era reproduzido em *looping* que contava com uma adaptação da música Cálice de Chico Buarque, em que era cantado “afasta de mim esse... pai”, além de trechos de ligações feitas por mulheres e/ou crianças ao 190 para denunciar violência doméstica, trechos de outras músicas que tem em sua letra frases misóginas, racistas dentre outras violências.

Outra parte estética de nossa exposição foi o uso de uma calça militar para vestir um mictório que continha um dildo para reflexão do fálico, do masculino, dos poderes patriarcais, entre outras possibilidades. Usamos cálices vermelhos cheios de hóstias próximo as imagens e escritas no chão e parede para refletir sobre o corpo, o corpo do pai.

Dentro de uma das duas cabines do banheiro, utilizamos como artifício sensorial, “o cheiro do patriarcado”. Um pote pintado com a cor preta para que seu interior não fosse visto. Havia furos na tampa do pote para que as/es/os visitantes sentissem o cheiro putrefato dos patriarcados, mas para tal era necessário agachar-se, pois os patriarcados vislumbram a submissão. Na segunda cabine, havia um totem medindo aproximadamente um metro e meio de altura de uma aia⁴⁸, mais especificamente Offred/June, que ao mesmo tempo que é vigiada, também vigia.

Sobre os cálices, um fato interessante a citar é que um deles, que estava posicionado na janela, chamou tanta atenção ao ponto de fazer uma pessoa sair do prédio vizinho para descobrir o que era o artefato vermelho. De modo geral, a exposição incomoda aqueles que se deparam com imagens do ódio como, por exemplo, uma foto da Eloá ou da Marielle Franco⁴⁹.

Não são apenas notícias, são fragmentos de nossas próprias vivências. São relacionamentos afetivos, parentais, com colegas de trabalho que são abusivos e nos violentam nas minúcias, quando nos questionam sobre tarefas domésticas, sobre a roupa que estamos vestindo, sobre os agrados que devemos fazer por algo ou o

⁴⁷ **Caso Eloá: relembre a morte que chocou o país em 2008.** Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/caso-elo-a-relembre-a-morte-que-chocou-o-pais-em-2008,029e24a98a6f8bfefadd5f5711e2fb2f3731k0cp.html>. Acesso em 18 jan. 2024.

⁴⁸ Mulher fértil sequestrada pelo governo para servir como barriga de aluguel compulsória de famílias de alto escalão.

⁴⁹ Política e ativista brasileira assassinada no Rio de Janeiro em 2018.

silêncio sobre assédios diários.

Além de registros fotográficos da exposição, contamos com uma equipe para a produção de um vídeo que a explicasse, em que gravamos pequenos vídeos falando sobre nossas reflexões, as provas platôs, as imagens etc. O vídeo, em sua versão final explicativa, foi enviado à 41ª Reunião Nacional da ANPEd⁵⁰ (ANEXO 2).

⁵⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V1iHoyGLdAU&t=1s>. Acesso em 14 jan. 2024.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação (2018). Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC. Disponível

em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 23 jul. 2022.

CARVALHO, J. M. Cartografia e cotidiano escolar. In: FERRAÇO, C. E.; PEREZ, C. L. V.; OLIVEIRA, I. B. **Aprendizagens cotidianas com a pesquisa**: novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas. Petrópolis: DP et Alii, 2008. p. 121-136.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes. Vol.1, 5ª reimpressão, 2020.

EZPELETA, J; ROCWELL, E. **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERRAÇO, C. E.; PEREZ, C. L. V.; OLIVEIRA, I. B. Diferentes abordagens, temas e modos de ser da pesquisa nos/dos com os cotidianos. In: FERRAÇO, C. E.; PEREZ, C. L. V.; OLIVEIRA, I. B. **Aprendizagens cotidianas com a pesquisa**: novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas. Petrópolis: DP et Alii, 2008. p. 15-22.

FERRAÇO, C. E.; SOARES, M. C. S.; ALVES, N.. **Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FERRAÇO, C. E.; ALVES, N. AS PESQUISAS COM OS COTIDIANOS DAS ESCOLAS: pistas para se pensar a potência das imagens narrativas na invenção dos currículos e da formação. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2016. DOI: 10.15687/rec.v8i3.27465. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/rec.2015.v8n3.306316>. Acesso em: 18 fev. 2023.

FEDERICI, S. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos avançados**, v. 32, p. 25-42, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 20 jan. 2023.

GALLO, S. Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença. In: GARCIA, R. L. (Org.). **Diálogos Cotidianos**. Petrópolis: DP et Alii, 2010. p231-246.

GARCIA, A.; LOBO, R. A. Currículos oficiais e currículos praticados: a diversidade vai à escola? In: OLIVEIRA, I. B.; SGARBI, P. (Orgs.) **Redes culturais: diversidade e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.57-70.

GESSER, V. A evolução histórica do currículo: dos primórdios à atualidade. **Revista Contrapontos**, v. 2, n. 1, p. 69-81, 2002. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/135>. Acesso em 14 jan. 2023.

GINZBURG, C. SINAIS Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas e Sinais**. GINZBURG, C. São Paulo: Cia Letras, p. 143-179, 1989.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOPES, A. C. Teorias pós-críticas, política e currículo. **Educação, sociedade & culturas**, n. 39, p. 7-23, 2013. Disponível em: <https://ojs.up.pt/index.php/esc-ciie/article/view/311>. Acesso em: 25 fev. 2023.

MACEDO, E. A educação e a urgência de “desbarbarizar” o mundo. **Revista e-curriculum**, v. 17, n. 3, p. 1101-1122, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-38762019000301101&script=sci_arttext. Acesso em: 14 set. 2023.

MACEDO, E. A noção de crise e a legitimação de discursos curriculares. **Currículo sem fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 436-450, 2013. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/emacedo.pdf>. Acesso em 20 jan. 2022

MASKE, J. Currículos favelados: um relato de hibridismo e criação curricular na, da e com a favela. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2021. 83p.

MOREIRA, A. F. B. O campo do currículo no Brasil: construção no contexto da ANPED. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 81-101, 2002. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S010015742002000300005&script=sci_abstract. Acesso em: 15 dez. 2022.

OLIVEIRA, I. B. Aprendizagens culturais cotidianas, cidadania e educação. In: OLIVEIRA, I. B.; SGARBI, P. (Orgs.). **Redes culturais: diversidade e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 37-56.

OLIVEIRA, I. B. Currículos praticados, emancipação social e democracia no cotidiano da escola: um relato de pesquisa. In: FERRAÇO, C. E.; PEREZ, C. L. V.; OLIVEIRA, I. B. **Aprendizagens cotidianas com pesquisa: novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas**. Petrópolis: DP et Alii, 2008. p.105- 120.

OLIVEIRA, I B.; SÜSSEKIND, M. L. Das teorias críticas às críticas das teorias: um estudo indiciário sobre a conformação dos debates no campo curricular no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mBppqxPsNVcPQskdzhNmdJP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2018.

PINAR, W. A equivocada educação do público nos Estados Unidos. In.: GARCIA, RL; MOREIRA, AFB (Org.). *Currículo na contemporaneidade*, 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2008.pp. 139-157.

PRECIADO, P. Ser trans é cruzar uma fronteira política. *El País*. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/09/cultura/1554804743_132497.html. Acesso em 10 abr. 2020.

PROVA PLATÔ. Arquivo de pesquisa: turma de currículo - vespertino. 1º semestre. 2021.

PROVA PLATÔ. Arquivo de pesquisa: turma de currículo - vespertino.1º semestre. 2022.

PROVA PLATÔ. Arquivo de pesquisa: turma de currículo - vespertino. 2º semestre. 2022.

PROVA PLATÔ. arquivo de pesquisa: turma do Minicurso: Nem toda mulher é bunda, nem toda professora é branca. 2023.

SILVA, T. T. **DOCUMENTOS DE IDENTIDADE**: Uma introdução às teorias do currículo. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

STANLEY, J. **COMO FUNCIONA O FASCISMO**: A política do “nós” e do “eles” Tradução: Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2020.

SÜSSEKIND, M. L.; MERLADET, F. A. D.; D’AVIGNON, M. G. S. O FIM DO MUNDO DO FIM. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 47, n. 3, p. 994–1008, 2023. DOI: 10.5216/ia.v47i3.74736. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/74736>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SÜSSEKIND, M.L.; OLIVEIRA, I. B.; MASKE, J. A escola é nossa e o currículo é favelado. **Revista Currículo sem fronteiras**, [S.l.], v. 22, e2186, p. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v22.2186>. Disponível em: Acesso em: 31 jan. 2023.

SÜSSEKIND, M. L. A BNCC e o “novo” Ensino Médio: reformas arrogantes, indolentes e malévolas. **Retratos da Escola**, 2019, v.13, n. 25: 91-107. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/980/pdf>. Acesso em 20 de out. 2019.

SÜSSEKIND, M. L. “Educação em pauta”. **Revista da ADCPII** [online], ano V, n. 1, ago. 2018. Disponível em: http://adcpii.com.br/wpcontent/uploads/2018/07/ebook_revista_6.pdf. Acesso em 20 ago. 2019.

SÜSSEKIND, M. L.; CARMO, L. A.; OLIVEIRA, J. V. A PERSEGUIÇÃO ÀS CIÊNCIAS: A DEFESA NA INDISSOCIABILIDADE NECESSÁRIA ENTRE PLURALIDADE, LIBERDADE E EDUCAÇÃO PARA UMA REPÚBLICA CIDADÃ. In: CARREIRA, D; LOPES, B. (Orgs.). **GÊNERO E EDUCAÇÃO**: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito humano à educação. São Paulo: Ação Educativa,

2022. p. 116-123

SÜSSEKIND, M. L. et al. CURRÍCULOS MÍNIMOS: INJUSTIÇA COGNITIVA E DEMONIZAÇÃO DOS PROFESSORES. In: **CONAPE**, 2018. Disponível em: https://www.fnpe.com.br/docs/apresentacao-trabalhos/eixo-05/VINICIUS_LIRIO_HOZANA_FERREIRA.pdf. Acesso: 15 mar. 2023.

SÜSSEKIND, M. L.; REIS, G. F. S. “Currículos como experiências vividas: um relato de embichamento nos cotidianos de uma escola na cidade do Rio de Janeiro”. **Currículo sem Fronteiras** [online], v. 15, n. 3, p. 614-625, dez. 2015. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss3articles/sussekind-reis.pdf>. Acesso em 18 ago. 2019

SÜSSEKIND, M. L. As (im)possibilidades de uma base comum nacional. **Ecurriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p.1512-1529, 2014a. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/21667/15917>. Acesso em 15 jul. 2020.

SÜSSEKIND, M L. **Quem é William F. Pinar?**. Petrópolis: de Petrus Et Alii, 2014b.

SÜSSEKIND, M. L. “O ineditismo dos estudos nos/dos/com os cotidianos: currículos e formação de professores, relatos e conversas em uma escola pública do município do Rio de Janeiro, Brasil” **E-curriculum**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 1-21, ago. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/766/76623546007.pdf>. ISSN 1809- 3876. Acesso em 26 mai. 2019.

SÜSSEKIND, M. L. Teatro de Ações: arqueologia dos estudos nos/dos/com os cotidianos – relatos de práticas pedagógicas emancipatórias, 235f. Tese, UERJ, RJ, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp093504.pdf>. Acesso em: 10 Ago. 2021.

VEIGA-NETO, A. Currículo e cotidiano escolar: novos desafios. In: GARCIA, R. L. (Orgs.). **Diálogos cotidianos**. Petrópolis: DP et Alii, 2010. p.81-96.

CONSIDERAÇÕES

Gilead não se resume ao seu espaço territorial e temporal. Gilead está em todos os lugares em todos os tempos. Ou seja, é mais que uma sociedade, são acontecimentos, práticas que perpetuam-se ao longo do tempo. No último capítulo do livro *O conto da aia*, assim como no livro *Os testamentos* de Atwood, tem um espaço temporal de escrita de trinta e quatro anos, mostrando que apesar do fim da República de Gilead, o machismo, por exemplo, mostra-se prática presente a partir do seguinte trecho:

Obrigado, Professora Crescent Moon, ou devo dizer Presidenta? Gostaríamos de parabenizá-la pela sua promoção, algo que jamais teria acontecido em Gilead. (*Aplausos*). Agora que as mulheres vêm usurpando posições de liderança com tal aterrorizante frequência, faço um apelo para que não seja severa demais comigo. Levei a sério seus comentários sobre minhas piadinhas no Décimo Segundo Simpósio – admito que algumas delas não foram lá de muito bom gosto – e vou me empenhar em não ofendê-la novamente. (*Aplausos diferenciados*). (ATWOOD, 2019, p. 436).

No segundo livro de Atwood, o simpósio aparece novamente como um estudo da extinta República de Gilead. Agora a professora Crescent Moon é presidenta, como explicitado na citação anterior. E como pista, o professor Pieixoto nos conta que as mulheres estão ocupando cada vez mais espaço em posições de poder. Contudo, ele usa as palavras ‘usurpando’ e ‘aterrorizante’ demonstrando que os patriarcados persistem em desqualificar as mulheres.

Apesar de ambos os livros, *O conto da aia* e *Os testamentos*, serem narrados por mulheres (Offred, Tia Lydia, Nicole e Agnes), o último capítulo é narrado por um homem que precisa validar a história delas a partir de seu estudo a partir de frases como “suponhamos que o manuscrito seja forjado.” (ATWOOD, 2019, p. 438), por exemplo. A desconfiança ao que é narrado pelas mulheres ecoa com uma fala de Tia Lydia “até mesmo com mulheres adultas, quatro testemunhas mulheres valem o mesmo que um homem, aqui em Gilead” (ATWOOD, 2019, p. 272).

O olhar frio e objetivo de Pieixoto sobre a história da personagem talvez seja a parte mais cruel e distópica do romance. É difícil (mas inevitável) pensar que o ambiente acadêmico é talvez mais opressor do que a sangrenta república gileadeana estabelecida um século antes do simpósio. (BUCHWEITZ, 2020, p. 93).

As vozes femininas são tornadas inaudíveis, também, na série, visto que ao escaparem das garras de Gilead, as mulheres sobreviventes, como no caso de Offred/June que denuncia Fred Waterford e Serena joy, são ouvidas, mas não são

acolhidas. June/Offred, no oitavo episódio da quarta temporada, depõe contra a família Waterford e conta todas as violências e abusos que sofreu durante seu período como aia, entretanto, apesar de Fred e Serena estarem detidos, logo veem a possibilidade de se refugiarem na Suíça, sem mencionar que durante o julgamento recebem apoio de canadenses.

Eu detestava a estrutura que estávamos concebendo? Em certo sentido, sim: traída tudo o que nos ensinaram em nossa vida passada, e tudo o que havíamos conquistado. Eu me orgulhava de tudo o que conseguimos realizar, apesar das limitações? Também sim, em certo sentido. As coisas nunca são simples. (ATWOOD, 2019, pp. 196-197).

Existe uma onda crescente de um ultra-conservadorismo sufocante e opressor, sem mencionar os regimes que beiram o totalitarismo. Há ainda os países os quais, desde o lançamento de *O Conto da aia*, mantêm um regime de governo misógino, o qual submete as mulheres a condições muitas vezes sub-humanas.

A partir disso, é apresentada a ideia de que o mundo em que vivemos já está no fim, pois ele está esgotado na sua possibilidade de criar soluções para os próprios problemas que ele criou. A fome, a doença, as catástrofes climáticas e suas inevitabilidades. Sendo assim, existe a possibilidade de adiar o fim deste mundo se reconhecidas outras formas de viver, estar e pensar o mundo. Para isso é necessário ampliar o presente, reconhecendo outros saberes, outros conheceres. (SÜSSEKIND; MERLADET; d'AVIGNON, 2022, p. 995).

Assim, aceitamos o risco da pesquisa não nos permitir conclusões e fechamentos, ou até mesmo de uma certeza metodológica ou epistemológica, “porque acreditamos no plural, no múltiplo, no dinâmico, no permanentemente móvel e não aprisionável, seja a vida cotidiana de todo praticante, seja a produção acadêmica” (FERRAÇO; PEREZ; OLIVEIRA, 2008, p. 16).

Refletindo sobre o recém lançado filme *Barbie*, penso que a narrativa apresenta um patriarcado sem classe. Assim, apresenta uma sociedade sem hierarquia de classes dentro do mundo da Barbie. É apenas quando a personagem principal, que dá nome ao filme, chega ao mundo dos humanos, que ela se depara com muitas camadas de violências, inclusive, da misoginia.

No mundo dos humanos, Barbie vai experienciar as classes e, principalmente, o machismo, algo que vislumbra Ken, já que o mundo dos humanos é o mundo dos homens, é o mundo dos patriarcados. Contudo, o grande final é que a ideia da superioridade masculina faz com que o mundo dos Kens caia em ruína, após golpearem as Barbies para assumirem o poder.

Diante de tantas questões e tantos pedaços das ruínas históricas que venho

escavando, gostaria de finalizar, mas não concluir com a seguinte frase, oriunda da Prova Platô: “não sei muito bem o que fazer. Não tenho todas as respostas” (Prova Platô 2022.1 – vespertino, p. 19). Todavia, sigo com esperança de construir crochês diferentes.

REFERÊNCIAS:

ATWOOD, M. **Os testamento**. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.

BUCHWEITZ, W. W. Sob o olho d’Ele(s): o legado das vozes femininas em O Conto da Aia e Os Testamentos, de Margaret Atwood. Orientador: Eduardo Marks de Marques. 2020. 96 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

FERRAÇO, C. E.; PEREZ, C. L. V. ; OLIVEIRA, I. B. Diferentes abordagens, temas e modos de ser da pesquisa nos/dos com os cotidianos. In: FERRAÇO, C. E.; PEREZ, C. L. V. ; OLIVEIRA, I. B. **Aprendizagens cotidianas com a pesquisa**: novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas. Petropolis: DP et Alii, 2008. p. 15-22.

SÜSSEKIND, M. L.; MERLADET, F. A. D.; D’AVIGNON, M. G. S. O FIM DO MUNDO DO FIM. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 47, n. 3, p. 994–1008, 2023. DOI: 10.5216/ia.v47i3.74736. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/74736>. Acesso em: 31 jan. 2023.

PROVA PLATÔ. Arquivo de pesquisa: turma de currículo - vespertino. 1º semestre. 2022.

ANEXO 1 - SINOPSE

SINOPSE LIVRO O CONTO DA AIA (2017)

Offred tem 33 anos e é uma serva na República de Gilead, apenas uma aia na casa de um enigmático comandante do alto escalão do exército e de sua esposa. Ela tem permissão para fazer compras uma vez por dia em mercados cujos letreiros foram trocados por desenhos, já que agora as mulheres são proibidas de ler. Ela também é livre para rezar, fechada em seu quarto, seguindo os preceitos do velho testamento. E, sem que ninguém saiba, Offred também pode se lembrar de um tempo em que vivia com o marido e a filha e tinha um emprego, antes de perder seu nome próprio.

Mas a República de Gilead oferece apenas uma função real para as aias: procriar. E um mundo devastado pela radiação e pelos efeitos de uma guerra em andamento, a maioria das mulheres no que outrora foram os Estados Unidos da América são inférteis. Com a queda da natalidade, Offred foi separada de sua família e hoje é propriedade do governo, pertencendo à casta das mulheres escolhidas que ainda podem gerar filhos.

Caso não cumpra as expectativas, Offred pode se tornar uma das Não mulheres – aquelas que não podem engravidar, as homossexuais, viúvas, adúlteras e feministas, condenadas a trabalhos forçados nas colônias, lugares onde o nível de radiação é fatal. Caso quebrem as regras, as aias podem ter o mesmo destino dos criminosos comuns: o fuzilamento e a subsequente exposição no Muro, onde os mortos servem de exemplo em praça pública a todos os cidadãos.

Em meio à opressão de um Estado teocrático e totalitário, Offred se agarra à esperança de saber o paradeiro da filha e do marido. E resiste, extraindo os segredos íntimos daqueles que controlam seus movimentos, ainda que isso ponha sua vida em risco. Mas nem mesmo o fundamentalismo cristão de Gilead poderá obliterar o desejo – nem o de Offred, nem o dos homens que detêm seu futuro.

SINOPSE LIVRO OS TESTAMENTO

Quinze anos após os eventos de *O conto da aia*, o regime teocrático da República de Gilead aparentemente se mantém firme no poder, mesmo após as sucessivas tentativas de insurgência. Mas há sinais de que suas engrenagens começam a se deteriorar.

Nesse momento crucial da história política do país, as vidas de três mulheres radicalmente diferentes convergem, e as consequências deste encontro poderão ser explosivas. Duas delas cresceram em lados opostos da fronteira: uma em Gilead, criada em meio a privilégios como filha de um importante Comandante, e outra no Canadá, onde frequenta a escola, trabalha na loja dos pais, participa de protestos anti-Gilead e assiste na TV às notícias sobre seus horrores. Os testamentos dessas duas jovens, que fazem parte da primeira geração a chegar à idade adulta nessa nova ordem mundial, são entrelaçados por uma terceira voz: o revelador manuscrito de uma das executoras do regime, uma mulher que exerce sua autoridade implacável por meio do acúmulo e da manipulação de segredos de Estado que podem ameaçar todas as estruturas do poder. Segredos dispersos e há muito enterrados, capazes de unir essas três mulheres, fazendo com que elas encarem quem realmente são e decidam até onde podem ir em busca do que acreditam.

SINOPSE FILME (1990)

A República de Gilead é um estado totalitário que tenta usar a Bíblia para fundamentar seus atos. Kate (Natasha Richardson) foi presa por tentar atravessar a fronteira, seu marido foi morto e ela nunca mais viu a filha. Neste país qualquer mulher que comete um delito, e homossexualismo está entre eles, se é estéril vai para as colônias penais, mas se é fértil se torna uma "serva". Como só 1% das mulheres são férteis, estas "servas" são obrigadas a terem relações sexuais com quem o governo determina e é bom ficarem grávidas, pois o defeito nunca é do homem. Esta esterilização em massa é consequência do ar ficar cheio de produtos químicos radioativos e as águas das chuvas terem sido contaminadas com moléculas tóxicas.

Após ser cruelmente treinada por "Tia" Lydia (Victoria Tennant), ela é designada para ser a serva do comandante (Robert Duvall), o supremo chefe militar. Porém Serena Joy (Faye Dunaway), sua esposa, é ciumenta e Kate se sente atraída por Nick (Aidan Quinn), um ordenança do comandante. Ao mesmo tempo um movimento de resistência começa a desafiar o regime.

ANEXO 2 - Ficha Técnica: Instalação Curricular “AFASTA DE MIM ESSE... PAI”.

Curadoria: Maria Luiza Sussekind Verissimo.

Projeto: ConCu: Conversas com currículos nos cotidianos das universidadescolas.

Financiamento: CNE/FAPERJ.

Concepção, Coordenação, Produção e Montagem: Maria Luiza Sussekind Verissimo Lorena Azevedo.

Assessoria de Produção e Montagem: Juliana de Souza Lima.

Bolsista PIBIC/UNIRIO: Barbara Moraes.

Pesquisa: Lorena Azevedo Juliana de Souza Lima.

Data/Local: 16.junho.2023/Banheiro Masculino 4º andar CCH/UNIRIO.

Título original do filme: Afasta de mim esse... PAI: Instalação curricular.

Ano 2023.

Duração em minutos:15minutos e 49 segundo.

Idioma: português.

Gênero: Docu-filme de pesquisa.

Direção: Maria Luiza Sussekind Verissimo, Mary Diniz.

Roteiro: Maria Luiza Sussekind Verissimo, Mary Diniz, Lorena Azevedo, Juliana de Souza Lima.

Roteiro: Maria Luiza Sussekind Verissimo, Mary Diniz, Lorena Azevedo, Juliana de Souza Lima.

Filmagem e áudio: Mary Diniz, Gabriel Kirin.

Edição: Mary Diniz.

ANEXO 3 – LISTA DE PRODUTOS INTELECTUAIS.

Publicações (monitoria, mestrado e doutorado/2017-2023)	
Artigo	ALMEIDA, C.B. ; CARMO, L. A. . Os usos da imprensa: as representações sobre o movimento estudantil em contextos de luta pela democracia. REVISTA EDUCAÇÃO PÚBLICA (RIO DE JANEIRO), v. 18, p. 01-10, 2018.
	SUSSEKIND, M. L. ; YORK, S. W. ; CARMO, L. A. . - Quem vai ao banheiro é o que? - É gente. REVISTA COLETIVA FUNDAJ, v. 12, p. 01-05, 2020.
	SUSSEKIND, M. L. ; CARMO, L. A. ; NASCIMENTO, S. D. L. . 'Alfinetar': currículos, ódios e gêneros. REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, v. 28, p. 1-9, 2020.
Capítulo de livro	SUSSEKIND, M. L. ; CARMO, L. A. ; SANTOS, J. . A perseguição às ciências: a defesa da indissociabilidade necessária entre pluralidade, liberdade e educação para uma república cidadã. In: Denise Carreira; Bárbara Lopes. (Org.). Gênero e educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação. 1ed.São Paulo: Ação Educativa, 2022, v. 0, p. 116-123.
	SUSSEKIND, M. L. ; MASSENA, E.P. ; AMADOR, E. A. ; CARMO, L. A. ; PASTANA, F. ; ANGRIZANI, L. ; PORTO, M. ; REIS, M. S. . A ESCRITA PRA MIM NUNCA FOI UM LUGAR DE EMANCIPAÇÃO: conversas, escritas e currículos ao Sul. In: Lúcia Gracia Ferreira. (Org.). Docência, currículo e formação: experiências, perspectivas e desafios. 1ed.Curitiba: CRV, 2017, v. , p. 95-117.
Resumo Expandido	CARMO, L. A. ; SILVA, I. C. . O CONTO DA AIA: RESISTÊNCIAS, BURLAS E TÁTICAS. In: a 40ª Reunião Nacional da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, 2021, Belém. Anais das Reuniões Nacionais da ANPEd. Rio de Janeiro: ANPEd, 2021. p. 1-5.

CARMO, L.A; SUSSEKIND, M. L. . O CONTO DA AIA: A CRISE E ANIQUILAÇÃO. In: 15a Reunião da ANPEd ? Sudeste, 2022, Belo Horizonte. Anais das Reuniões Nacionais da ANPEd. Rio de Janeiro: ANPEd, 2022.

3.1 - Comprovantes de publicações

canal
CECIEJ
Sobre

Os usos da imprensa: as representações sobre o movimento estudantil em contextos de luta pela democracia

Utilize este link para referenciar este recurso externamente: <https://canal.cecierj.edu.br/recurso/17012>

Recurso

Metadados



INFORMAÇÕES

Título: Os usos da imprensa: as representações sobre o movimento estudantil em contextos de luta pela democracia

Autor(es): Lorena Azevedo do Carmo; Cintia Borges de Almeida

Instituição: Fundação CECIEJ

Tipo: Educação Pública

Data: 08/05/2018

URL: <http://educacaopublica.cecierj.edu.br/revista/?p=42250>

Código do Recurso: 17012

Descrição: Os veículos de comunicação muitas vezes não defendem interesses específicos, preferindo discutir temas menores sem adotar posicionamentos conclusivos. Foi assim com o jornal A Luta Democrática, do Rio de Janeiro, que foi comparado por Lorena do Carmo e Cintia de Almeida com o posicionamento da grande mídia no Brasil nos dias atuais.

Educação e Diferenças e...

Editores Temáticos: Alik Wunder e
Antonio Carlos Rodrigues de Amorim

[Anteriores](#)

n.º 12 | 02 de março de 2020

 Curtir 0

 Compartilhar

- Quem vai ao banheiro é o que?
- É gente. [1]

Maria Luiza Sússekind
Sara Wagner York
Lorena Azevedo do Carmo

Entre rolos de papel higiênico, ódios e solidariedades, à captura das intervenções em nossa intervenção, currículos nos escorrem pelas mãos. Apostando conhecer nos fluxos e deslocamentos, fazendo com coletivos-singulares complicados e implicados nas conversas, no ano de 2019, decidimos apresentar os resultados de nossas investigações, também, sob uma estética de ocupação.

Organizamos a Intervenção Curricular na qual bricolamos, em 13 banners e uma gravação, alguns rastros das escritas produzidas pelos estudantes, e montamos no banheiro masculino [2]. Tessituras de múltiplos sentidos de currículos que apareceram nas escritas de final de semestre, como



Revista
Estudos
Feministas

ref

Atual Arquivos Notícias Sobre ▾

Início / Arquivos / v. 28 n. 3 (2020) / Dossiê Inflexões feministas e agenda de lutas no Brasil contemporâneo

'Alfinetar': currículos, ódios e gêneros

Maria Luiza Sússekind

UNIRIO Orcid <https://orcid.org/0000-0002-7296-615X>

<https://orcid.org/0000-0002-7296-615X>

Lorena Azevedo do Carmo

UNIRIO

<https://orcid.org/0000-0002-8110-8560>

Stephanie Duarte Láu do Nascimento

UNIRIO

<https://orcid.org/0000-0002-3432-8106>

DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n71684>

PDF

Publicado

2020-12-18

Edição

[v. 28 n. 3 \(2020\)](#)

Seção

Dossiê Inflexões feministas e agenda de lutas no Brasil contemporâneo

Gênero e Educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito humano à educação

REALIZAÇÃO: Ação Educativa (Projeto Gênero e Educação)

PARCERIA: Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação e Rede de Ativistas pela Educação do Fundo Malala no Brasil

APOIO: Fundo Malala

ORGANIZAÇÃO: Denise Carreira e Bárbara Lopes

AUTORAS/ES: Ação Educativa, Ana Paula Ferreira de Lima, Andréia Martins, Andressa Pellanda, Bárbara Lopes, Benilda Brito, Breno Barlach, Cenpec, Cesop/Unicamp, Cleo Manhas, Denise Carreira, Denise Dora, Fabiana Venczelau, Fabrício Marçal Vilela, Fernanda Moura, Fernanda Vick, Givânia Maria da Silva, Heleno Araújo Filho, Ingrid Viana Leão, Isadora Castanbedi, Jaqueline Lima Santos, Juliana V. dos Santos, Laura Varella, Ligia Zaggiotti de Oliveira, Lorena A. do Carmo, Lucas Moraes Santos, Lúcia Udemeze, Marcelle Matias, Márcio Alan Menezes Moreira, Marco Aurélio Máximo Prado, Maria das Graças da Silva, Maria Diva da Silva Rodrigues, Maria Luiza Sussekind, Rafael dos Santos Kirchhoff, Renata Aquino, Salomão Ximenes, Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski, Sara Wagner York, Sonia Corrêa e Suelaine Carneiro

REVISÃO: Agnaldo Alves

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Aeroestúdio

ASSISTENTE DE EDUCOMUNICAÇÃO: Marcelle Matias

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Antonio Carlos de Souza Junior, CRB8/9119)

C314g

Carreira, Denise

Gênero e educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação [recurso eletrônico] / Denise Carreira e Bárbara Lopes (Organizadoras). - São Paulo : Ação Educativa, 2022.

200p. : il.

Formato digital PDF

ISBN 978-65-990003-5-5

1. Educação. 2. Gênero. 3. Sexualidade. 5. Censura. 6. Conservadorismo. I. Autor. II. Título.

CDD 371.104

Dezembro de 2022

www.generoeeducacao.org.br
www.acaoeducativa.org.br

A PERSEGUIÇÃO ÀS CIÊNCIAS: A DEFESA DA INDISSOCIABILIDADE NECESSÁRIA ENTRE PLURALIDADE, LIBERDADE E EDUCAÇÃO PARA UMA REPÚBLICA CIDADÃ

Maria Luiza Sussekind
Juliana V. dos Santos
Lorena A. do Carmo



Cabe a uma associação científica manifestar-se com o objetivo de conseguir um alinhamento à Constituição Federal (CF/88), garantindo a autonomia, liberdade e caráter intelectual do trabalho docente, bem como a perspectiva de criação de conhecimentos nos ambientes de salas de aula escolares e universitárias e na pesquisa? Sim, decerto, a CF/88 garante à sociedade e aos especialistas lugar privilegiado de argumentação, posicionamento e fundamentação técnica e científica no papel garantido aos amigos da corte, os *amici curiae*. Pois, neste breve manuscrito a seis mãos, apresentamos um relato da atuação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)¹, em ações no Supremo Tribunal Federal (STF) contra os ataques conservadores e anti-intelectualistas à educação, à pesquisa e ao conhecimento em geral, tal como nas tentativas incessantes de censura ao trabalho docente em escolas e universidades e na descaracterização da condição da deficiência².

1 A ANPEd é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1978 por pesquisadores em educação, que congrega programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e outros pesquisadores da área. Sua missão institucional é o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social. Site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: <https://www.anped.org.br/>.

2 AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 1.460. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1129451150/stf-02-06-2021-pg-136>.

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Editora CRV
Revisão: Os Autores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

F345

Ferreira, Lúcia Gracia.

Docência, currículo e formação: experiências, perspectivas e desafios / Lúcia Gracia Ferreira (organizadora) – Curitiba: CRV, 2017.
190 p.

Bibliografia

ISBN: 978-85-444-1833-8

DOI: 10.24824/978854441833.8

1. Educação 2. Docência 3. Currículo e formação I. Título II. Série.

CDU 37

CDD 370

Índice para catálogo sistemático

1. Educação 370

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2017

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

“A ESCRITA PRA MIM NUNCA FOI UM LUGAR DE EMANCIPAÇÃO”: conversas, escritas e currículos ao Sul

Eduardo Prestes Massena

Elias Alves Amador

Fagner Pastana

Lorena Azevedo do Carmo

Luciana Angrizani

Maria Luiza Süsskind¹

Manuela Porto

Matheus Saldanha Reis

Introdução

Diante de um contexto nacional e global de ameaça à democracia e à educação pública, torna-se ainda mais importante conversar *com o Sul*. Temos defendido com Santos que “A luta pela justiça social global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global. Para ser bem-sucedida, esta luta exige um novo pensamento, um pensamento pós-abissal” (SANTOS, 2007, p. 10). A busca por práticas pós-abissais deslocando os currículos em direção ao Sul tem alguns princípios teóricos, epistemológicos e metodológicos que pretendemos relatar nesse capítulo apostando em pensar docência, formação, escritas e os cotidianos nas salas de aula na universidade pública.

Na UNIRIO, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, vimos trabalhando no GPPF/Grupo de Pesquisa Práticas educativas e Formação de professores com um grupo de doutorandos, mestrands, bolsistas de monitoria, iniciação científica e docência na busca de *praticarpensar os currículos* (OLIVEIRA, 2012) de modo pós-abissal, que nos compromete com a copresença, a tradução e a ecologia de saberes, em busca de situações de *aprenderensinar*² que produzam menos injustiça cognitiva. Justiça cognitiva é uma noção que aparece em Santos (2010) e sugere que a pluralidade e a coexistência de diferentes conhecimentos são emancipatórias e pautam a luta contra as injustiças dos sistemas colonial, patriarcal e capitalista que produzem

¹ UNIRIO/JCE-FAPERJ/PIBID-CAPES/UNIVERSAL-CNPq.

² Inserida no campo das pesquisas *nosdosc* com os cotidianos, nossa escrita emprega em muitos momentos a justaposição, escrita e estetização diferenciada de palavras afim de buscar reinventar as palavras já que a língua[gem] prescrita não alcança acessos aos sentidos do vivido.

O CONTO DA AIA: A CRISE E ANIQUILAÇÃO.

No campo do currículo, de acordo com Macedo (2013), a noção de crise propicia enfoques melhoristas, de modo a controlar os sentidos de currículo, reduzindo-os e ampliando a hegemonia de discursos universalistas, ou seja, discursos excludentes. Ainda dialogando com a pesquisadora, a mesma nos diz que as crises são o motor das mudanças, sendo esse pensamento uma marca do pensamento crítico no campo. Entendo aqui o Currículo a partir do conceito de conversa complicada de William Pinar, que dialogando com Autor 2 (2014, p. 31) explica que:

É uma conversa porque as pessoas estão falando umas com as outras. E porque os professores falam não só com seus estudantes, mas com seus próprios mentores, suas próprias experiências e com seus conteúdos, pois os conteúdos em si mesmo são conversas.

Os discursos, em suas múltiplas possibilidades, podem ser usados como armas políticas que, nas crises, buscam diagnosticar e criar soluções generalistas para a Educação nacional com tendências mercadológicas como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular que se compreende por um documento “de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” (2018, p. 7), entretanto, apesar de contar com uma equipe de especialistas em sua constituição, a Base por sua proposta arrogante “de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca” (SANTOS, 2002, p. 245) ignora as múltiplas especificidades de cada escola, visto que “é impossível encontrar duas escolas iguais” (EZPELETA, ROCKWELL, 1989, p. 50). Ou seja, o documento perde vestígios importantes quando busca a padronização de conhecimentos que assume como essenciais.

A BNCC se mostra epistemicida (SANTOS, 2007) quando não valoriza as diferenças, invisibiliza saberes e busca a impossibilidade de soluções e resultados inalcançáveis que

O CONTO DA AIA: RESISTÊNCIAS, BURLAS E TÁTICAS.

RESUMO

Apresentamos resultados final e parcial de pesquisas de mestrado que se entrelaçam por sua originalidade temática, tendo suporte nos estudos dos cotidianos, nas teorias dos currículos para pensar nas relações de força que organizam os *espaçotempos* com foco nas redes de ódio que alimentam processos de antioesão (ARENDR, 1999) que atravessam os currículos e a sociabilidade. A metodologia se dá pela análise do conteúdo da ficção especulativa (MATTOS, 2020) que é a obra de Atwood (2017), buscando fazer conexões distópicas e diatópicas com a história e o contexto da ocidentalidade colonial patriarcal e capitalista que também perpassam os currículos que criamos com nossos estudantes nas escolas públicas.

Palavras-chave: *conto da aia; escola pública; resistência; currículos;*

Na difícil tarefa de fazer-se escrever e ouvir (n) o complexo momento em que vivemos, reafirmamos o nosso compromisso de *suspender o céu* com a escola pública e suas comunidades escolares na busca da valorização de processos comunitários e de solidariedade. *Suspender o céu* é ampliar as possibilidades das forças mudas dos cotidianos, é enriquecer as nossas subjetividades, é potencializar as inventividades que não estão no retrato dos álbuns, mas existem e pulsam (KRENAK, 2019).

Nós, professoras e pesquisadoras do campo do currículo consideramos importante refletir sobre a opressão abissal do presente, com o entendimento de que é hora de se pensar nos movimentos permanentes que estão em jogo e reaparecem trazendo os objetos do momento. Apresentamos aqui, resultados parciais de duas pesquisas curriculares que se abalroam na conversa complicada (PINAR, 2012 apud SÚSSEKIND, 2014) enredadas nas experiências e nas possibilidades particulares de *praticantes* que “criam surpresas, operam golpe por golpe, lance por lance e aproveitam as ocasiões das possibilidades oferecidas” (CERTEAU, 2014, p.94-95) para fortalecer as redes de solidariedade pelos currículos que também fala dos currículos de ódios e dos currículos de solidariedades. Uma das pesquisas está em andamento e outra foi defendida este ano, sendo esse resumo expandido resultado de inúmeros desdobramentos com os quais aqui tecemos e dialogamos.

Nosso diálogo nessa pesquisa tem como ponto de partida a narrativa distópica de “O conto da Aia” de Margaret Atwood (2017), para se pensar nas táticas dos praticantes que

PRODUTO 1 – A perseguição às ciências: a defesa da indissociabilidade necessária entre pluralidade, liberdade e educação para uma república cidadã. (Capítulo de livro publicado)

Cabe a uma associação científica manifestar-se com o objetivo de conseguir um alinhamento à Constituição Federal (CF/88), garantindo a autonomia, liberdade e caráter intelectual do trabalho docente, bem como a perspectiva de criação de conhecimentos nos ambientes de salas de aula escolares e universitárias e na pesquisa? Sim, decerto, a CF/88 garante à sociedade e aos especialistas lugar privilegiado de argumentação, posicionamento e fundamentação técnica e científica no papel garantido aos amigos da corte, os *amici curiae*. Pois, neste breve manuscrito a seis mãos, apresentamos um relato da atuação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)⁵¹, em ações no Supremo Tribunal Federal (STF) contra os ataques conservadores e anti-intelectualistas à educação, à pesquisa e ao conhecimento em geral, tal como nas tentativas incessantes de censura ao trabalho docente em escolas e universidades e na descaracterização da condição da deficiência⁵².

Desde sua fundação, a ANPEd vem atuando nas principais lutas pela universalização, desenvolvimento e liberdade na educação no Brasil, tendo firme e histórica presença nos debates em defesa da designação constitucional para garantia do financiamento da educação básica e superior públicas e da pesquisa, assim como em defesa da liberdade de ensinar e pesquisar e da diversidade, consoante à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/1996), contra o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e, mais recentemente, até a reconfiguração do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Fórum Nacional de Educação (FNE), no ano de 2017, era reconhecida em ambos colegiados, sendo seus pareceres considerados para a construção, definição, monitoramento e desenvolvimento de políticas para a educação básica e a educação superior, inclusive a formação de professores e pesquisadores do campo da educação. História que se

⁵¹ 1 A ANPEd é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1978 por pesquisadores em educação, que congrega programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e outros pesquisadores da área. Sua missão institucional é o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social. Site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: <https://www.anped.org.br/>.

⁵² AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 1.460. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1129451150/stf-02-06-2021-pg-136>.

confunde com a da defesa da participação popular na formulação e realização das políticas educacionais, da construção da democracia e da pós-graduação em educação no Brasil.

A comunidade brasileira da pós-graduação e pesquisa em educação inicia, sustenta debates e produz documentos de modo incessante, mostrando, desde 2012, os riscos correntes da crescente precarização da educação pública, firmando oposição a políticas curriculares excludentes e mercantilistas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Reforma do Ensino Médio e seu mais recente e assustador desdobramento, a Educação a Distância (EaD) e remota; oposição também à Residência Pedagógica e à descaracterização do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) por limitarem as condições de formação universitária em cursos de Licenciatura, contra a hibridização e redução da educação básica, as escolas cívico-militares, o homeschooling e o conveniamento, que privatiza o Fundeb. Ademais, a ANPEd tem se manifestado radicalmente contra a Emenda Constitucional 95 e a todas as formas de retirada ou limitação de direitos, assim como contra o anti-intelectualismo que, alimentado por movimentos fundamentalistas e conservadores como Escola sem Partido (ESP), é coadjuvante de perseguição política a professores e reitores, com flagrante vulnerabilização da docência e sucateamento e criminalização da pesquisa, formação e da própria universidade. Esse movimento antidemocrático e anti-intelectualista não é exclusivamente nacional – já tendo profundas críticas⁵³ – e, em suas bandeiras, infringe direitos de estudantes, de professores e de comunidades escolares e universitárias. Importante notar que, neste contexto, a pandemia (2020-atual) apresentou-se como uma nefasta oportunidade para que o governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022) aprofundasse o desmonte, desfinanciamento, descaracterização do projeto republicano de um sistema nacional de educação que estava em consolidação no breve hiato democrático da história recente brasileira (1988-2016).

A defesa do direito à educação exige entendê-lo como princípio afirmado na CF/88 e regulamentado em outras instâncias. Para que não se constitua em princípio legal vazio, como argumenta Seffner⁵⁴ em parecer feito para a associação para apresentação ao STF no bojo da APDF 624, precisa ser operacionalizado em muitos

⁵³ PINAR, W. Estudos curriculares: ensaios selecionados. São Paulo: Cortez, 2016

⁵⁴ Fernando Seffner – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Pesquisador vinculado ao GT23 – Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2541553433398672>.

contextos, e precisa incluir o direito de estudo de muitos temas. Pensado a partir do cotidiano escolar e das ações pedagógicas em sala de aula, o direito à educação se articula a duas modalidades de liberdade. Na condução de uma aula, é importante que os atores sociais ali presentes – professores e professoras, alunos, alunas e alunas – desfrutem da liberdade de aprender, mais própria dos alunos, e da liberdade de ensinar, mais própria dos professores. Sem esquecer que, em uma boa aula, terminam por aprender todos, embora sejam aprendizados de naturezas diferentes, fruto das posições diferentes que ocupam. A liberdade de aprender de alunos e alunas se efetiva na liberdade de perguntar, de querer saber, de ter suas dúvidas e questões tomadas em consideração no espaço da sala de aula, de ter seus posicionamentos pessoais respeitados, de ter acesso a informações qualificadas do ponto de vista científico, de poder argumentar e de escutar as argumentações de colegas e exposições de professores. A liberdade de ensinar se efetiva na autonomia docente, que permite a professores e professoras elaborarem estratégias de ensino, levando em conta os conteúdos científicos disponíveis no tema a ser ensinado, os melhores modos de tornar esses conteúdos acessíveis à classe de alunos, a cultura escolar do local onde lecionam, os interesses e as linguagens próprias das culturas juvenis, as diretrizes educacionais e a legislação do país. Quando uma aula inicia, alunos e professores precisam ter garantidas essas duas liberdades, de modo a assegurar que o ensinar e o aprender aconteçam com qualidade.

Nessa perspectiva, as ações de setores fundamentalistas que se instalaram no MEC junto a movimentos como o ESP – e outros que, por meio de alterações legislativas e de perseguição à atividade docente, visam impor uma visão de mundo própria que pintam com um verniz de pretensa “neutralidade” – se opõem ao ordenamento jurídico-legal pátrio e a convenções de direito internacional das quais o Brasil é signatário, e descaracterizam a condição intelectual e criativa do trabalho docente e de pesquisa. E, ainda, desconsideram a autonomia e complexidade da ciência e das condições e responsabilidades sociais das universidades nos termos do artigo 207 da CF/88. Destarte, o relato sobre a atuação da ANPEd vem contribuir com esse debate⁵⁵, a partir da defesa do pluralismo de ideias e da liberdade de cátedra num cenário de anti- -intelectualismo e perseguição ao conhecimento, às ciências e à educação em seus fazeres dissensuosos e plurais.

⁵⁵ ANPEd sobre ADF 460. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/stf-reforcaconstitucionalidade-da-abordagem-de-genero-em-escolas>. Acesso em: 10 jul. 2022.

O pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas é abordado no artigo 206 da CF/88, em seu parágrafo terceiro, que trata dos princípios sob os quais o ensino será ministrado. É esse artigo que garante um sistema público de ensino capaz de atender diversidades e variedades culturais regionais, étnicas e geracionais e fundamenta a construção de uma escola pública plural e territorializada. Portanto, a educação brasileira deve partir do seguinte questionamento: Como desenhar uma escola pública que atenda às demandas de um país em processo de transformação e às necessidades de uma população cultural e socialmente heterogênea, em que suas diversidades e até seus conflitos estejam expostos no cotidiano escolar, nos conteúdos e nas práticas pedagógicas, de modo que a escola deixe de ser um ambiente neutro, mas se coloque como espaço de comprometimento com o que somos, superando violências, iniquidades e desigualdades de todas as formas?

Sugerindo uma cidadania cosmopolita, Teixeira acreditava que as bases da educação nacional deveriam ser construídas sob o alicerce das descobertas científicas relevantes ao estudo das problemáticas educacionais, mesmo que estas não tivessem sido gestadas originalmente no território brasileiro.⁵⁶

Nesse sentido, Anísio Teixeira vai relacionar o conhecimento pedagógico à contribuição dada pela ciência para atingir a modernização do país, por intermédio de pesquisas empíricas e observações práticas, com base numa filosofia voltada às necessidades da ação, de modo que a educação nacional e suas problemáticas se construiriam tendo por base as descobertas científicas. Deste modo, o uso da ciência como fundamentação e método na escola pública é, ao mesmo tempo, fundamento conceitual do saber escolar (no sentido de que ela constitui a referência a partir da qual o debate escolar se desenvolve) e o meio a partir do qual se constrói conhecimento sobre a escola. Portanto, devemos observar a percepção da sociedade brasileira como um conjunto heterogêneo, apontando para os princípios da pluralidade e liberdade que encontram nas ciências (afirmadas como método de produção de conhecimentos baseado na experimentação, na possibilidade de contestação e no debate, na disputa de hipóteses, na construção de teorias em aberto, de verdades consensuadas, contingenciais e que considera os conhecimentos social e historicamente acumulados) seu fundamento, seu meio e sua linguagem comum. Essa referência à ciência está intimamente relacionada com a garantia da liberdade

⁵⁶ SEVERO, J. L. R. de L. Sociedade, ciência e educação: abordagens sobre conhecimento pedagógico na teorização de Anísio Teixeira. Revista HISTEDBR On-Line, v. 11, n. 44, p. 202-215, 2011, p. 6.

de cátedra prevista nos mencionados artigos da CF/88. Contudo, ressalta-se que o desenvolvimento do pensamento e dos conhecimentos ao longo da história tem sido construído por meio de debates, dissensos, contestações, e, portanto, não podem ser inviabilizados pela censura à liberdade de pensamento, expressão, pesquisa e ensino, que vem sendo propagada pelo movimento anti-intelectualista. De acordo com parecer de Oliveira⁵⁷:

Esses ataques corroboram ainda para a (des)intelectualização do trabalho docente e o esvaziamento de sentido da sua atividade. De acordo com a literatura acadêmica, a autonomia é intrínseca ao trabalho docente.

As crescentes iniciativas que buscam limitar o conteúdo da manifestação docente no ambiente escolar, bem como práticas de incentivo à perseguição, censura e delação na sala de aula (com o objetivo declarado de evitar hipotética contrariedade a convicções morais, religiosas, políticas ou ideológicas de alunos/as/es e/ou famílias e comunidades escolares e universitárias) não se compatibilizam com os princípios constitucionais que conformam a educação nacional. Nesse sentido, e negando todos os princípios legais e premissas teóricas até aqui brevemente encadeados, o ESP e suas cornucópias colocam estudantes como vítimas e não como sujeitos dos próprios aprendizados. Além disso, negam que os estudantes já trazem conhecimentos e são autores de seus percursos de aprendizados, tomando-os como tábula rasa, folhas em branco, negando o papel ativo de protagonistas e a sua capacidade de tomar decisões, e também a tríade, composta por família, Estado e comunidade, na garantia da condição de cidadania de crianças e jovens, conforme prevê o ordenamento legal nacional.

Professores e estudantes, bem como suas famílias e comunidades, são produtores e sujeitos dos conhecimentos construídos cotidianamente na troca que é o ensinar/aprender plural e diverso. A concepção do professor como mero aplicador de metodologias e conteúdos preconcebidos por especialistas traz a enganosa ideia de neutralidade no processo educacional. Fazendo uso da ideia de neutralidade, atribui-se aos professores a responsabilidade por supostas mudanças morais na sociedade. Esses movimentos e suas muitas alianças feitas com bíblias, balas e bois vêm, desde 2016, de forma explícita ampliando e amplificando as formas de perseguição aos professores. Ainda, é importante destacar a preocupação desses

⁵⁷ Dalila Andrade Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Pesquisadora vinculada ao GT05 – Estado e Política Educacional da ANPEd. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1795516271097895>.

setores ultraconservadores com uma suposta “ideologia de gênero”⁵⁸ que ensinaria aos estudantes práticas sexuais precoces ou os estimularia a serem bi/trans/homossexuais. Além de colocar a errônea ideia da possibilidade de controle dos resultados da aprendizagem, ou seja, de “ensinar” a alguém uma ou outra orientação sexual ou performance de gênero, fica clara uma das facetas mais perigosas do pensamento tipicamente autoritário: o ódio às diferenças. E este será alimentado por discursos de ódio, e intelectuais serão seus alvos prediletos, já que esses movimentos fundamentalistas tentam impor formas múltiplas de censura a ações, materiais e temas, causando um efeito inibidor que afeta gravemente o ensino, a pesquisa e a produção científicas, na medida em que cerceiam a pluralidade de ideias, desconsideram a heterogeneidade da população e atentam contra a pesquisa científica em sua liberdade fundamental de questionamento e investigação, além de ferir o direito humano, ontológico, à diferença.

É nesse sentido que se apresenta o raciocínio de Cury⁵⁹, em um dos doze pareceres elaborados por associados para fundamentar a defesa do tema perante o STF, a demonstrar que o exame cuidadoso, o método científico e a crítica racional fazem parte dos tesouros da atividade docente. Por isso, liberdade de expressão e pluralidade de pontos de vista impõem à docência o cuidado de uma fundamentação sólida e de uma metodologia interativa que supõe um outro como destinatário legítimo. Desse modo, a liberdade de expressão implica o pensar e investigar o passado e o presente em vista de um sentido que respeite os fins maiores da vida coletiva.

Portanto, imaginar um campo acadêmico asséptico e neutro não combina nem com o pluralismo, nem com o debate científico. É desse conjunto de fundamentos, princípios e fundamentos que o art. 205 impõe ao terreno da educação o preparo para o exercício da cidadania. Pinar nos diz que, de certo, ser escolarizado não é uma experiência fácil⁶⁰, como não o é viver em uma sociedade democrática, conforme sublinha Macedo⁶¹ em seu parecer ao tema. Ambas nos desalojam de nosso lugar de reconhecimento e certeza e nos “obrigam” a entender o outro, de maneira a reconhecer que outras existências se criam nos excessos hegemônicos como

⁵⁸ Termo que cientificamente não tem nenhum fundamento.

⁵⁹ Carlos Roberto Jamil Cury – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG) – Pesquisador vinculado ao GT05 – Estado e Política Educacional da ANPEd. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2686596980826238>.

⁶⁰ PINAR, op. cit.

⁶¹ Elizabeth Fernandes de Macedo – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Pesquisadora vinculada ao GT12 – Currículo da ANPEd. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5123689806783161>.

resposta e (re)afirmação da alteridade.

O controle do processo ensinar-aprender-ensinar é uma impossibilidade (curricular e) educacional, um equívoco epistemológico e uma afronta aos princípios de democracia, pluralidade e liberdade⁶². Escolas e universidades precisam ser, como microssociedade, espaços seguros de exercício para o apreço pelo democrático e pela atitude não violenta para com a diferença, que devem ser experimentados e construídos pelas ações do ensino/aprendizagem, pesquisa, circulação das culturas, artes e ciências com base na liberdade, cidadania e democracia, voltados para uma educação antirracista, antissexista e contra qualquer forma de discriminação, desigualdade e injustiça.

⁶² OLIVEIRA, I. B. de; SÜSSEKIND, M. L. Tsunami conservador e resistência: a CONAPE em defesa da educação pública. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 3, 2019.

PRODUTO 2 - O CONTO DA AIA: A CRISE E ANIQUILAÇÃO. (RESUMO EXPANDIDO – 15 REUNIÃO REGIONAL ANPEd SUDESTE)

No campo do currículo, de acordo com Macedo (2013), a noção de crise propicia enfoques melhoristas, de modo a controlar os sentidos de currículo, reduzindo-os e ampliando a hegemonia de discursos universalistas, ou seja, discursos excludentes. Ainda dialogando com a pesquisadora, a mesma nos diz que as crises são o motor das mudanças, sendo esse pensamento uma marca do pensamento crítico no campo. Entendo aqui o Currículo a partir do conceito de conversa complicada de William Pinar, que dialogando com Autor 2 (2014, p. 31) explica que:

É uma conversa porque as pessoas estão falando umas com as outras. E porque os professores falam não só com seus estudantes, mas com seus próprios mentores, suas próprias experiências e com seus conteúdos, pois os conteúdos em si mesmo são conversas.

Os discursos, em suas múltiplas possibilidades, podem ser usados como armas políticas que, nas crises, buscam diagnosticar e criar soluções generalistas para a Educação nacional com tendências mercadológicas como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular que se compreende por um documento “de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” (2018, p. 7), entretanto, apesar de contar com uma equipe de especialistas em sua constituição, a Base por sua proposta arrogante “de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca” (SANTOS, 2002, p. 245) ignora as múltiplas especificidades de cada escola, visto que “é impossível encontrar duas escolas iguais” (EZPELETA, ROCKWELL, 1989, p. 50). Ou seja, o documento perde vestígios importantes quando busca a padronização de conhecimentos que assume como essenciais.

A BNCC se mostra epistemicida (SANTOS, 2007) quando não valoriza as diferenças, invisibiliza saberes e busca a impossibilidade de soluções e resultados inalcançáveis que acarretam na demonização dos profissionais da Educação (AUTOR 2, 2018) que caem nas armadilhas de um jogo desonesto. Os currículos escorrem por entre nossos dedos, fazem parte de um campo alimentado por disputas e dissenso.

Intersecciono aqui o estudo dos currículos com a obra distópica ‘O Conto da Aia’ (ATWOOD, 2017), por compreender a importância de se olhar a distopia como camadas do agora. Ajusto, portanto, minha lente de pesquisa para discursos de crise que induzem a movimentos que cerceiam direitos tidos como inalienáveis e, desta forma, aniquilam tudo aquilo que fogem a regra. O mundo de Atwood está colapsado, suas premissas decorrem da infertilidade humana e a escassez das reservas naturais, esse mundo em crise, radicalizado, abre espaço para soluções fundamentalistas, totalitaristas, que na narrativa são propostas por

um grupo de homens brancos intitulados filhos de Jacó.

Gilead, antigo Estados Unidos da América, país distópico da narrativa de Atwood, invoca uma fundação teocrática sobre o Antigo Testamento da Bíblia, de modo a justificar suas atrocidades hipócritas, principalmente, contra as mulheres. Como tal, Gilead é um local que se vale da Necropolítica (MBEMBE, 2016), dos controles e das garantias de suas próprias leis, onde a violência do estado de exceção atua a serviço da civilização quase extinta e, desta forma, “aparecem formas de crueldade mais íntimas, sinistras e tranquilas” (MBEMBE, 2016, p. 129).

A violência praticada contra as pessoas e contra a natureza faz parte, também, da violência que impõe currículos epistemicidas, pensados muitas vezes em períodos de crise, em que proporcionam apagamentos de saberes, avaliações externas em larga escala que produzem e materializam dados, rankings, fracassos e que conseqüentemente promovem discursos de desvalorização da Educação Pública Nacional, já que o atual governo anuncia cortes cada vez mais exorbitantes nos orçamentos das universidades públicas, apesar das mesmas produzirem pesquisas de extrema relevância na área da saúde em um mundo que ainda sofre com o vírus da covid-19, por exemplo.

No início do século XX, de acordo com Pinar (2020), houve o que se compreende como crise da ‘masculinidade’ branca. O medo da feminização, em relação aos meninos brancos, tornou-se uma preocupação que orientou currículos nacionais e políticas de controle sobre a docência, reafirmando a ideia de um documento prescritivo capaz de preservar e fazer a manutenção dos papéis de gênero tradicionais. Portanto, torna-se difícil não jogar para o lado de lá da linha abissal (SANTOS, 2007) tudo aquilo que não converge com a norma, ou, nesta pesquisa, com a heterossexualidade, assim como ocorre em Gilead que assassina e expõe os traidores de gênero.

Pensar a crise como um movimento que pode acarretar em um tsunami (AUTOR 2, 2018), torna mais importante ainda questionarmos o conhecimento essencial, que por vezes é a ‘solução’ que reduz, normaliza, prevê, regula, domina e legisla maneiras concretas de ser e de viver na sociedade, que transforma as pessoas em coisas e que se guia por um objetivo que é o seu próprio objetivo e torna invisível a alteridade.

A pandemia de Covid-19 acelerou e intensificou apagamentos, as crises humanitárias e aprofundou os abismos sociais. Durante esse período de grandes incertezas, vimos que os abismos na Educação eram muito maiores, os profissionais da área precisaram mais uma vez “operar golpe por golpe” (CERTEAU, 2020, p. 95), reinventando-se, aprendendo novos modos de ser e estar no ‘chão’ das plataformas online com os outros sobreviventes que tinham o privilégio de acesso a meios tecnológicos, já que a falta de equipamento e internet só mostrou mais uma faceta da desigualdade social.

Vimos políticas públicas municipais cruéis que obrigaram retornos mal planejados ao

espaço físico, contabilizamos entre nós, profissionais da Educação, o número de evasão escolar daqueles que precisaram dar conta do sustento de suas famílias em um momento em que o país vê o agravamento da miséria. Sem justiça social não há democracia. Não há padronização de conhecimentos ‘fundamentais’ que respondam questões de melhoria, nem às crises.

Palavras-chave: o conto da aia; currículo; crise;

Referências

ATWOOD, M. **O conto da aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017. 366p.

AUTOR 2. “Educação em pauta”. **Revista da ADCPII** [online], ano V, n. 1, ago. 2018. Disponível em: http://adcpii.com.br/wpcontent/uploads/2018/07/ebook_revista_6.pdf. Acesso em 20 ago. 2019.

AUTOR 2. **Quem é William F. Pinar**. Petrópolis: DPetAlii, 2014. 108p.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf. Acesso em 23 jul. 2022.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes. Vol.1, 5ª reimpressão, 2020. 319p.

EZPELETA, J; ROCWELL, E. **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1989.

MACEDO, E. A noção de crise e a legitimação de discursos curriculares. **Currículo sem fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 436-450, 2013. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/emacedo.pdf>. Acesso em 20 jan. 2022.

MBEMBE, A. Biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios**. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em 20 abr. 2021.

PINAR, W. PUNK”D. In: RODRIGUES, A.; CAETANO, M.; SOARES, M. C.S. **Queer(i)zando Currículos e Educação: narrativas do encontro**. Salvador: Editora Devires, 2020, p.62-92.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 3-46. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004. Acesso em 30 set. 2019.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 237-280. 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1285>. Acesso em 15 jan. 2020.

PRODUTO 3 – QUEM TEM MEDO DA FEMINIZAÇÃO DO CURRÍCULO?: UMA CONVERSA COMPLICADA SOBRE O PATRIARCADO (RESUMO EXPANDIDO – 41ª REUNIÃO NACIONAL ANPEd)

Resumo: O presente trabalho é um recorte de considerações oriundas de tese em processo de conclusão, que aborda o tema patriarcado, a partir de uma revisão bibliográfica, de maneira a deslocar teoricamente a obra *A origem da família, da propriedade privada e do estado* (2021) de Friedrich Engels a partir de teóricas feministas como Gerda Lerner, Oyeronke Oyewùmí e Gayle Rubin, adentrando o campo do currículo de modo a objetivar a defesa da impossibilidade do currículo como documento prescritivo (SÜSSEKIND, 2014a) capaz de preservar e fazer a manutenção dos papéis de gênero tradicionais, praticando e defendendo, portanto, o currículo como conversa complicada (SÜSSEKIND, 2014b), recusando uma forma única de serestar hetero(sexual) masculino branco.

Palavras-chave: currículo; patriarcado; conversa complicada;

No presente trabalho, faço um deslocamento teórico sobre a temática do patriarcado, principalmente, com Gerda Lerner, a partir de uma revisão bibliográfica como metodologia, porque entendo que a divisão de classes que Friedrich Engels sugere em seu livro *A origem da família, da propriedade privada* não dá conta de explicar a linha fluída e divisória que é o patriarcado. Para adensar tal diálogo trago pesquisadoras como Gayle Rubin, que aborda a organização social de opressão das mulheres e de minorias sociais, e Oyeronke Oyewumí, que entende que a divisão de sexo/gênero dá-se por uma visualidade ocidental em antítese ao hegemônico homem branco heterocisnormativo. Logo, tenho por objetivo adensar o entendimento de patriarcado como um sistema que agrupa as pessoas em relação às desigualdades, em que os privilégios se deslocam constantemente diante das territorialidades e aniquilam a outridade em relação ao padrão de heteronormatividade imposto. Lerner ao analisar a obra *A origem da família, da propriedade privada*, nos conta que “A descrição da divisão sexual do trabalho primitivo feita por Engels é curiosamente semelhante à descrição de lares de camponeses europeus na Pré-História.” (2019, p. 48). Friedrich Engels compara diferentes sociedades e padroniza as relações de subordinação a partir da ideia de divisão de classes, o que invisibiliza a luta das mulheres em situação de vulnerabilidade, independente de sua classe. Rubin (2012)

corroborar a teoria de Lerner afirmando que o marxismo não se ocupa da questão do sexo ao focar na divisão social por classes. A origem da Família, da propriedade privada e do Estado (2021), aborda uma fórmula e/ou padrão para a divisão sexual do trabalho. Tal afirmação é errônea dada à incapacidade de organizar todas as sociedades em uma divisão binária, em que um trabalho específico feito por homens seria sempre feito por essa categoria em qualquer lugar no mundo. Entendo que o erro de Engels é generalizar as construções familiares e a divisão sexual do trabalho. Ele utiliza-se do estudo e análise de determinados povos (havaianos e iroqueses, por exemplo) para justificar as formações familiares de seu tempo. O mesmo afirma em seu livro que há um “fiel paralelo na organização dos indígenas americanos.” (ENGELS, 2021, p. 102). Logo, defendo que a organização social de opressão das mulheres e das minorias sociais se dá a partir do que Rubin entende por sistema de sexo/gênero que “é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.” (2012, p. 3). Ainda de acordo com Rubin, existem outras denominações para sistema sexo/gênero como patriarcado e modo de reprodução. Neste trabalho, usarei majoritariamente a palavra patriarcado. Rubin defende ainda que o termo sistema sexo/gênero é neutro e que o conceito patriarcado esconde as distinções entre a capacidade e a necessidade humana de criar um mundo sexual e as formas de opressão que foram organizadas. Todavia, discordo da existência de neutralidade em um conceito e entendo que ambos, sistema sexo/gênero e patriarcado, abordam o poder sobre a vida e morte das pessoas. Entre Engels e Lerner é possível alinhar a ideia de que as linhas de opressão patriarcal se deslocam, sejam elas referentes às propriedades ou aos privilégios que o patriarcado oferece. Engels afirma que “até hoje, todas as revoluções têm sido contra um tipo de propriedade e em favor de outro; um tipo de propriedade não pode ser protegido sem que se lese outro.” (2021, p. 139) e Lerner diz que “Para as mulheres, a classe é medida por meio de seus vínculos sexuais com um homem, que então lhes proporciona acesso a recursos materiais.” (2019, p.34). Ou seja, enquanto uma mulher é protegida outra se encontra vulnerável. O patriarcado é uma violência relacional de dominação, subordinação, porém é pautado em uma troca de obrigações, de sujeição e até proteção, há muitas possibilidades de negociação. É uma política de morte, em que há sobreposição de opressões, todavia a obediência não funciona. A lógica patriarcal aprisiona nossos corpos e perpetua uma lógica que excluem e tornam

inexistentes aqueles que não se enquadram nos papéis previstos. Gerda Lerner afirma que “O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis.” (2019, p. 21). A autora também nos conta, de modo a corroborar com Pinar, que “Quando o argumento religioso perdeu a força no século XIX, a explicação tradicionalista da inferioridade das mulheres tornou-se científica.” (2019, p. 45). Faz-se, portanto, necessário problematizar a heteronormatividade, de modo a compreender sua conexão com os modos de organizações sociais. Essa normatização constrói as bases dos discursos entre “barbárie, civilização e perversão.” (PASSOS, 2022, p.13). A partir de Oyewùmí (2021), o gênero é definido como um discurso sobre duas categorias sociais divididas de forma binária, oposta e hierárquica. Sendo o homem o tipo de humano original no qual outras existências são medidas. A autora continua seu raciocínio dizendo que “... no Ocidente, mulheres/fêmeas são o Outro, sendo definidas em antítese a homens/machos, que representam a norma.” (OYEWÙMÍ, 2021, p. 71). Adentro neste ponto o campo do currículo assumindo em minha pesquisa a importância de negociar sentidos e me posicionar como pesquisadora da área, pois, de acordo com Silva (2019), os discursos sobre o campo produzem uma noção particular. Ou seja, cada discurso propõe formas de entender, organizar, definir e praticar o currículo. Assumo aqui o currículo como conversa complicada de William Pinar, que dialogando com Süsskind (2014b, p. 31) nos explica que “é uma conversa porque as pessoas estão falando umas com as outras.”, portanto defendo a impossibilidade do currículo como documento prescritivo (SÜSSEKIND, 2014a). Moreira (2002), ao contar sobre a história do campo do currículo, aborda uma insatisfação dos pesquisadores, nos Estados Unidos, durante a década de 70, que os engajou a reconceptualização do campo. Já a pesquisadora Gesser nos ajuda ao explicitar que “no final do século XIX e no início do século XX inicia-se efetivamente, nos Estados Unidos, o currículo como um campo sistemático de trabalho na educação.” (2002, p.73), o que nos abre brecha para entender o medo da feminização na Educação. No início do século XX, de acordo com Pinar (2020), houve o que se compreende como crise da masculinidade branca. O medo da feminização, em relação aos meninos brancos, tornou-se uma preocupação tão grande que orientou currículos estadunidenses e políticas de controle sobre a docência, reafirmando a ideia de um documento prescritivo capaz de preservar e fazer a manutenção dos papéis de gênero tradicionais. Assumir que a masculinidade estaria desaparecendo, principalmente no final do século XIX com a

‘descoberta’ da homossexualidade, significaria reconhecer que o poder patriarcal estaria fadado à ruína (PINAR, 2020). É uma maneira de se manter o poder é atacar mais forte seus inimigos, para que assim se preserve a virilidade. Os currículos fazem parte de um campo alimentado por disputas e dissenso. De acordo com Lopes, “qualquer consenso é um consenso sobre o caos, sobre o instável e a estabilidade só se faz necessária, porque não é natural.” (2013, p. 20), pois “existem significações em disputa a respeito do que concebemos como social, como escola, como conhecimento, como currículo.” (LOPES, 2013, p. 20). O conhecimento científico não dá conta de explicar as realidades, pois são sempre mais complexas do que nossos meios de representá-la. O domínio da heteronormatividade e do patriarcado, ainda que problematizados, no contexto escolar, sufoca e/ou aniquila tudo aquilo que não se enquadra nos padrões hegemônicos das performances de gênero, utilizando-se de múltiplas violências machistas, misóginas, homofóbicas, lesbofóbicas e transfóbicas, principalmente, se analisarmos a atuação de setores ultraconservadores que vem cada vez mais buscando regular a escola como, por exemplo, o movimento Escola Sem Partido que cria pânico moral, principalmente, em pais cristãos e conservadores. Segundo Jason Stanley, algumas sociedades, valendo-se de práticas fascistas de aniquilação e controle, praticam o que ele entende por política de ansiedade sexual (2020), em que seus causadores são apresentados como ameaça a ordem sexual, ameaçando a pureza. A política de ansiedade sexual ataca a democracia e os estudos de gênero, que conservadores entendem por subversão da masculinidade e destruição da família tradicional. A oposição aos estudos de gênero perpetua a ideologia patriarcal e enfraquece amplamente os direitos básicos. Em relação aos papéis de gênero, hooks (2020), por exemplo, diz que as crianças do sexo masculino são as que mais sofrem violências “... quando seu comportamento não está em conformidade com noções sexistas de masculinidade. Eles são frequentemente humilhados por adultos sexistas [...] e outras crianças.” (p. 113). Por conseguinte, “A normalidade social coloca limites ao saber e transforma o que não tolera em problemas de minorias e de interesse de conhecimento apenas para esses grupos ditos minoritários.” (PASSOS, 2022, p. 15). Compreende-se, desta forma, que os estudantes são passíveis de serem doutrinados por professores esquerdistas, feminazis, gays e comunistas. Esses docentes ensinariam seus alunos saberes que divergem da moralidade cristã e dos valores tradicionais de suas famílias. Logo, não cumpririam com seu papel de educadores, em que transmitem de forma neutra

conhecimentos previstos em documentos curriculares nacionais como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular/BNCC. Vimos aparecerem nos debates curriculares fake news, negacionismos, além da extinção do programa Bolsa Família, aumento da pobreza, fome, violências, dentre tantas mazelas que estamos enfrentando e vimos também dentro das universidades o rancor pelas mudanças e acolhimentos nos corpos docentes e discentes. Defendo, portanto, com os currículos pensados/praticados que existem “conhecimentos aniquiladores, abissais, coloniais que precisam ser deslocados, desconstruídos, nas escolas, num movimento de produção de presença travesti, feminina, negra, pós-binária, múltipla.” (SÜSSEKIND; GONÇALVES; OLIVEIRA, 2020, p. 121-122). Assim, demoniza o trabalho docente, abissaliza o estudante, e, desvaloriza a aula abduzindo dos currículos sua principal característica que é ser uma criação cotidiana tecida como conversa, e ameaça a formação de professores e sua docência como trabalhadores-intelectuais. Portanto, acredito e defendo que as práticas curriculares são inevitavelmente criativas e se movimentam em redes de resistências, subversões, obediências desobedientes e escapes, sempre e de diversas formas. E, desta forma, a aula como uma conversa complicada e os currículos como criações cotidianas que acontecem no chão da escola, onde até mesmo conteúdos são negociados entre professores, estudantes, comunidades, historicidades, e a própria sociedade. Não podemos simplesmente combater a violência com mais violência, porque fomos socializados assim. Precisamos, como seres humanos, desviar dessa falsa norma e nos colocarmos na posição de outridade também, para refletirmos sobre nossas formas de conhecer e viver ao ocuparmos lugares que antes nos eram negados. Quando lutamos para existir, não podemos perpetuar a não existência de outras pessoas. Finalizo, portanto, com a seguinte citação de Ailton Krenak: “Nós não somos as únicas pessoas interessantes no mundo, somos parte do todo. Isso talvez tire um pouco da vaidade dessa humanidade que nós pensamos ser.” (2019, p. 15).

Referências

- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro Konder; Aparecida Maria Abranches. 10ª Edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2021.
- hooks, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Bhuvilíbanio. 13ªed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2019.
- LERNER, G. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LOPES, A. C. Teorias pós-críticas, política e currículo. **Educação, sociedade & culturas**, n. 39, p. 7-23, 2013. Disponível em: <https://ojs.up.pt/index.php/esciie/article/view/311>. Acesso em: 25 fev. 2023.
- OYEWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PASSOS, M. C. A. **Pedagogias das travestilidades**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- PINAR, W. PUNK' In: **Queer(i)zando currículos e educação**. RODRIGUES, A; CAETANO, M; SOARES, M. C. S. (Orgs). 1ª Ed. Salvador: Editora Devires, 2020. p. 62-92.
- RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a economia política dos sexos. Recife: SOS Corpo, 2012.
- SILVA, T. T. **DOCUMENTOS DE IDENTIDADE**: Uma introdução às teorias do currículo. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- STANLEY, J. **COMO FUNCIONA O FASCISMO**: A política do “nós” e do “eles” Tradução: Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2020.
- SÜSSEKIND, M. L.; GONÇALVES JUNIOR, S. W. P.; OLIVEIRA, L. T. A. MONSTRAS E CURRÍCULO DE GÊNERO AO SUL DE MAPLE ST. In: **Queer(i)zando Currículo e Educação**: narrativas do encontro. RODRIGUES, Alexandro; CAETANO, Marcio; SOARES, Maria da Conceição Silva (ORGs). 1ª Edição. Salvador: Editora Devires, 2020. p. 109-128.
- SÜSSEKIND, M. L. As (im)possibilidades de uma base comum nacional. **Ecurrículum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p.1512-1529, 2014a. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/21667/15917>. Acesso em 15 jul. 2020.
- SÜSSEKIND, M L. **Quem é William F. Pinar?**. Petrópolis: de Petrus Et Alii, 2014b.

PRODUTO 4 - NEM TODA MULHER É BUNDA, NEM TODA PROFESSORA É BRANCA (PUBLICADO).

Maria Luiza Sússekind
Lorena Azevedo do Carmo
Juliana de Souza Lima

RESUMO

Este artigo debate que, historicamente, a docência se constrói por contingência, sendo os currículos textos de gênero e de raça. Das medidas tomadas é possível dizer que o sujeito docente pouco foi considerado no escrever da sua história. Se argumenta que ao refazer os passos de desenvolvimento do campo, encontramos no processo de feminização e branqueamento da profissão diferentes tratamentos quanto ao lugar profissional da mulher. Sobretudo, neste processo de reconhecimento da presença feminina, afirmamos que quando as mulheres negras ocupam a sala de aula, o patriarcado e o branqueamento o fazem também.

Palavras-chave: patriarcado; racismo; currículo; formação de professores.

ABSTRACT

This article discusses that, historically, teaching is constructed by contingency, with curriculum being texts of gender and race. From the measures taken, it is possible to say that little consideration was given to the teaching subject when writing its history. It is argued that when retracing the development steps of the field, we find in the process of feminization and whitening of the profession different treatments regarding women's professional place. Above all, in this process of recognizing the female presence, we affirm that when black women occupy the classroom, patriarchy and whitening do so too.

Keywords: patriarchy; racism; curriculum; teacher training.

RESUMEN

Este artículo analiza que, históricamente, la enseñanza se construye por contingencia, siendo los currículos textos de género y raza. De las medidas tomadas se puede decir que se dio poca consideración al tema de enseñanza al momento de escribir su historia. Se sostiene que al recorrer las etapas de desarrollo del campo, encontramos en el proceso de feminización y blanqueamiento de la profesión diferentes tratamientos respecto del lugar profesional de las mujeres. Sobre todo, en este proceso de reconocimiento de la presencia femenina, afirmamos que cuando las mujeres negras ocupan las aulas, el patriarcado y el blanqueamiento también lo hacen.

Palabras-clave: patriarcado; racismo; plan de estudios; formación de profesores.

PENSAR O PATRIARCADO

A pressão sobre nós é enorme

(William Pinar, 2008, p. 151).

No presente artigo, vamos refletir acerca do peso que o patriarcado inflige sobre os ombros, principalmente, das professoras negras no país a partir dos currículos de formação. Começamos, portanto, com um deslocamento teórico, afirmando que o sistema patriarcal é violento por si só, e que nem sempre a violência partirá de um homem sobre o corpo feminino, em grande parte identificado como cisheteronormativo. Praticamos um deslocamento sobre a ideia do patriarcado apenas como uma violência masculina de subordinação das mulheres. É dialogando com Gerda Lerner (2019), que pontuamos a criação do patriarcado como um processo de pelo menos 2.500 anos, em que a subordinação das mulheres se mostra mais antiga que a própria ideia de civilização e mais além, de Estado. Recortando o período paleolítico, a autora traça a divisão do trabalho pensando na reprodução feminina. Ou seja, não é que mulheres não pudessem ir à caça, mas o fato de estarem grávidas as colocava em uma posição de vulnerabilidade diante da necessidade de se obter mais mão de obra.

A exploração, a colonização, o patriarcado e o capitalismo caminharam juntos pela exploração reprodutiva da mulher. Ou melhor, do trabalho reprodutivo da mulher de gerar, cuidar, criar, alimentar, vestir e etc. Apesar de defender que a escravização é a primeira forma institucionalizada de dominação hierárquica na história da humanidade, é a opressão de mulheres do próprio grupo que a precede e a torna viável, nesse sentido, sendo o sequestro, o controle da reprodução e o cárcere, tecnologias largamente desenvolvidas e aperfeiçoadas pelo patriarcado. É relegado às mulheres, principalmente, o ato de procriar, aos homens se atribuía expansão territorial, no objetivo de adquirir mais recursos, terras, animais, produção. É adquirindo mais pessoas que a acumulação se faz viável. Antes da família, veio a propriedade sobre animais, mulheres e terras.

Nessa reflexão o experimento da escravização ocorre primeiramente com as mulheres de um mesmo grupo, para então ser praticada com mulheres de “fora” e logo com outros homens, estes últimos em grande parte prisioneiros de guerra. Para essa máquina escravocrata funcionar foram organizadas uma série de práticas, que aqui chamaremos de tecnologias - por entendermos que elas sofrem “melhorias” com o decorrer do tempo, que viabilizaram a subordinação.

O estupro, como exemplo de tecnologia de subordinação, funcionava e ainda funciona como meio de vulnerabilizar o corpo, a mente e o emocional das mulheres, que dentre o leque de consequências a gravidez aparece como principal instrumento de desmobilização, além de promover um recurso fundamental para a colonização, que é a aquisição de mão de obra. Para corroborar com o que defendemos aqui, a autora Silvia Federici nos auxilia ao dizer que:

[...] quando o crescimento populacional se tornou uma preocupação social fundamental durante a profunda crise demográfica e com a escassez de trabalhadores no final do século XIV, a heresia passou a ser associada aos crimes reprodutivos, especialmente à “sodomia”, ao infanticídio e ao aborto (FEDERICI, 2017, p. 79).

A partir dessa ideia, Lerner explicita que a apropriação da função sexual e reprodutiva das mulheres pelos homens ocorre antes da formação da propriedade privada e da sociedade de classes (2019, p.33). Nesse sentido, a primeira apropriação de propriedade privada é a apropriação do trabalho reprodutivo feminino, que em vista de sua sexualidade e capacidade reprodutiva, se torna mais uma mercadoria.

Diante das diversas tecnologias de subordinação e apesar de acreditarmos nas criações de resistência e nas revoluções subalternas (PRECIADO, 2019), compreendemos que a suposta cooperação das mulheres com o patriarcado se dava de múltiplas formas.

Há, ao mesmo tempo, uma revolução dos subalternos e apátridas em andamento e uma frente contrarrevolucionária lutando pelo controle dos processos de reprodução da vida. Em cada canto do mundo, de Atenas a Kassel, de Rojava a Chiapas, de São Paulo a Johannesburgo, é possível sentir não só o esgotamento das formas tradicionais de fazer política, mas também o surgimento de centenas de milhares de práticas de experimentação social, sexual, política, artística... Fazendo frente ao aumento das forças edípicas e fascistas surgem, por toda parte, as micropolíticas do cruzamento. (PRECIADO, 2019, p. 1)

São políticas que extrapolam a força bruta, e aconteciam, por exemplo, na troca de privilégios que só eram concedidos às mulheres obedientes diante da divisão de status entre elas (respeitáveis ou não respeitáveis), assim como no vínculo que essas mulheres poderiam, ou não, desenvolver com um homem de posição elevada neste sistema. Essas categorias, frente à violência, é que vão determinar a posição da mulher no mundo.

Tendo em mente que os privilégios se deslocam, e dado que nossa concepção de patriarcado pressupõe um sistema que agrupa as pessoas em relação às

desigualdades/diferenças, o deslocamento desses privilégios, e a demarcação das linhas que delimitam e posicionam as pessoas dentro do patriarcado estão sempre em movimento. Conseqüentemente, não há como medir ou definir de modo estático onde as pessoas se encontram em meio às violências ou sociabilidades cotidianas dentro do sistema.

Posto isso, em nossa escrita o patriarcado se reafirma não apenas da misoginia, mas também no racismo, no etarismo, e em tantos outros “ismos” que excluem e aniquilam as diferenças. Assim, o funcionamento do patriarcado sobre o feminino não pode ser pensado para fora da coalizão com o colonialismo, capitalismo e a violência, em particular quando falamos sobre o feminino que ensina. Como afirma Gomes (2023), uma educação feminina é mais importante que uma educação feminista, e uma educação negra é mais importante que uma educação anti-racista, uma vez que estamos falando de pessoas, mulheres, docentes, pretas que não se reduzem às violências que sofrem.

Retomando a reflexão a partir do título dado a este artigo, quando Lélia Gonzalez (2020) aponta a sexualização da mulher negra pela ótica profissional que a enquadra entre “doméstica e mulata” (p. 59), ela reafirma que diante do social o corpo das mulheres negras, seu rebolado, ou como explicitamos no título, sua bunda, não lhe confere o status de sujeito, mas a reduz como produto de exportação, e que “sem se aperceberem, elas (as mulheres negras) são manipuladas, não só como objetos sexuais mas como provas concretas da “democracia racial” brasileira” (GONZALEZ, 2020, p. 59). Com Gonzalez (2020), articulamos que a imagem das mulheres negras como mulatas e domésticas foi construída, tendo como primeira característica dessa construção um tipo de “mercado de trabalho” (p. 59), que consolida a redução social da mulher negra em objeto antes de ser sujeito. Pois:

[...]é nesse instante que a mulher negra se transforma única e exclusivamente na rainha, “na mulata deusa do meu samba” [...]. Ali ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos, vindos de terras distantes só para vê-la (GONZALEZ, 2020, p.80).

O TRABALHO REPRODUTIVO E DOCÊNCIA: É POR AMOR?

Para Pinar (2008), a identidade, como categoria que organiza as investigações educacionais, “[...] têm por objeto experiências políticas, de raça e de gênero, em torno de questões de autoformação e subjetividade na esfera pública” (p. 147-148). Logo,

“eu” é diretamente proporcional, como o estudo de grandezas na matemática, a quem os outros são. Também nos ajuda Sílvia Gallo quando diz “[...] o outro não passa de algo que eu mesmo crio, no pensamento. O outro sou eu mesmo” (2010, p.232).

Essa noção de "eu" não é o indivíduo burguês desacreditado pelos vários marxismos e adotado pelos conservadores, mas sim o vórtice das relações psicossociais e discursivas teorizadas por Lacan, Freud e Foucault. O estudo da identidade possibilita-nos descrever como a política que pensávamos estar situada "lá fora," na sociedade, é vivida "aqui dentro," em nosso corpo, em nossa cabeça, em nossa fala e conduta cotidianas. É claro que o status quo político não é simplesmente "reproduzido." Mesmo quando resistimos às tendências sociais e às diretrizes políticas, estamos nos reconstruindo em termos daquelas tendências e debates, e de nossa resistência a eles. (PINAR, 2008, p. 148)

Dialogando com Pinar (2008), pensar na identidade daqueles que ocupam as salas de aula, é nos tensionar na outridade, em vista que “[...] nós, professores, somos concebidos pelos outros, pelas expectativas e fantasias de nossos alunos, bem como pelas exigências de pais, administradores, legisladores e políticos [...]” (p. 149).

[...] nós, professores, temos de cumprir as obrigações contratuais em relação ao currículo e à instrução. Mas não precisamos necessariamente acreditar nelas ou aceitá-las acriticamente. Os teóricos do currículo podem ajudar os professores a evitar o desaparecimento de seus idealismos e as no redemoinho das exigências cotidianas de sala de aula. Podemos alimentar a identidade dos professores caminhando na contramão das que se associam ao modelo da corporação, proclamando a existência de outras formas de conceber a educação, de formas não-instrumentais de falar e de estar com as crianças. (PINAR, 2008, p. 148).

Para refletir sobre a docência feminina, vamos ao encontro de Federici para pensarmos o trabalho reprodutivo feminino e a sua relação com o fazer docente. Segundo a autora (2019), a desvalorização do trabalho reprodutivo continua sendo um dos pilares da acumulação de capital e da exploração capitalista do trabalho das mulheres. Ao longo da história esse trabalho habitou locais comuns do cotidiano, e foi entendido inicialmente como o sinônimo de trabalho doméstico. Com uma análise mais profunda, a autora apresenta que o trabalho reprodutivo enquanto categoria se expandiu em direção ao mercado de trabalho de modo a dar mais espaço às atividades que estendiam-se do lar. Uma vez que o trabalho reprodutivo foi continuamente naturalizado e sexualizado, tornou-se um atributo feminino comum que caracteriza a todas sem distinção.

Para onde quer que olhemos, podemos observar que os trabalhos executados por mulheres são meras extensões da condição de donas de casa em todas as suas facetas. Não apenas nos tornamos enfermeiras, empregadas domésticas, professoras, secretárias — todas as funções para as quais fomos treinadas dentro de casa —, mas estamos no mesmo tipo de relação que dificulta a nossa luta dentro de casa: isolamento, o fato de que a vida de outras pessoas depende de nós, a impossibilidade de enxergar onde começa o nosso trabalho e onde ele termina, onde nosso trabalho termina e onde começam nossos desejos. (FEDERICI, 2019, p. 50).

Marcadas como pertencentes ao ambiente doméstico a partir de determinismos biológicos, sejam eles “científicos” ou religiosos determinados por um Deus macho que nos relega ao âmbito doméstico, fomos feitas responsáveis pela limpeza e o cuidado. Por amar como profissão. É por existir no sistema patriarcal que o trabalho reprodutivo realizado por mulheres não é reconhecido como trabalho, logo não precisa ser remunerado. Pior, o trabalho reprodutivo é novamente invisibilizado e desvalorizado quando se encontra uma pia sem louça suja, uma cama arrumada ou quando um remédio chega às mãos dos enfermos sem a atribuição dessas “miudezas” às mãos femininas.

O fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade. (LERNER, 2019, p. 47-48).

Ao ser definido como não trabalho e, desta forma, considerado intrínseco à biologia feminina, o trabalho das mulheres foi atrelado a um sentimento culposos. Dado que no mercado de trabalho elas concentram-se no setor de serviços, pode-se argumentar que trocaram o trabalho doméstico não pago para sua família por trabalho doméstico pago no mercado. Todavia, em ambos, o sentimentalismo que impõe o cuidado como demarcador persistiu.

A tendência neoliberal de impelir o sujeito em direção ao trabalho aparece para as mulheres ao vincular a libertação à igualdade de oportunidades no sistema econômico, reverberando a máxima Weberiana de que o trabalho edifica, mascarando uma dupla exploração. O cuidado como trabalho não remunerado, reservado como assunto privado, já categoriza para o feminino um embate com o capital e o Estado. A ideia de trabalho reprodutivo feminino nos abre brecha para abordarmos um conceito interessante apresentado por Federici. Oriundo das ideias da socióloga Arlie Hochschild, o *trabalho emocional* (FEDERICI, 2019, p. 340) parte da “comercialização

de serviços que a família costumava fornecer” (FEDERICI, 2019, p. 341), ou seja, serviços que as mulheres “deveriam” oferecer em casa e agora deveriam ser concedidos a esfera pública. Para exemplificar este tipo de trabalho a autora cita as comissárias de bordo, que precisam projetar sensações de confiança e conforto, além de “reprimir a raiva ou a irritação diante do abuso e fazer com que aqueles a quem estão servindo sintam-se valorizados” (FEDERICI, 2019, p. 341).

Em suma, partindo desse entendimento de que as mulheres são os personagens centrais do mundo do trabalho, exercendo o trabalho emocional e o reprodutivo para além das atribuições do trabalho formal e informal é que construímos a seção seguinte deste artigo, usando essas conceituações é que analisamos e questionamos o processo de feminização da docência, e mais que isso, apresentamos como esse processo desumaniza e ignora o feminino negro a partir de um *necrocurrículo* (GARRIDO, 2022) da formação e da docência que produz o tempo todo a morte e o aniquilamento das professoras mulheres pretas e o controle das professoras mulheres brancas.

FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA E O IDEAL BRANCO

Angela Davis (2016) diz que durante o período da pré-Guerra Civil, desenvolveu-se o que ela chama de “ideologia da feminilidade” (DAVIS, 2016, p. 24) que não só reforçou uma ideia de inferioridade feminina, na qual a mulheridade transformou-se em sinônimo de mãe e dona de casa, como instigou a mulher ocupar espaços e produzir mais no âmbito social. A autora pontua que esse pensamento, todavia, era direcionado as mulheres brancas, visto que nos arranjos econômicos da escravidão a humanidade da mulher negra não instigava debate, e dentro dos arranjos econômicos daquele sistema o recorte já condizia com o sistema sexo/gênero. Considerando esse arranjo histórico, não é surpresa que sobre o corpo da mulher negra recaia um processo de tríplice discriminação - enquanto raça, classe e sexo (Gonzalez, 2020).

Ao adentrar a docência como sujeito detentor de poder, a mulher branca quebra algumas das amarras consolidadas pelo sistema patriarcal, contudo, o que hoje compreendemos por Educação Infantil e Ensino Fundamental - anos iniciais, funcionou, e ainda funciona, como forma de preservar e fazer a manutenção de papéis tradicionais de gênero.

Desde a inserção de outros sujeitos nos espaços do fazer docente observa-se uma transformação nos status e no prestígio direcionado à profissão. Retomando o momento posterior imediato à colonização, constata-se que o espaço da profissão docente foi majoritariamente ocupado por homens brancos e europeus com formação de cunho religioso e que possuíam status para tal. Com o tempo, nota-se a gradual inserção da mulher branca como praticante preferencial do ato de educar. Desse deslocamento de sujeitos que resulta na feminização e no domínio discursivo da branquitude sobre a docência surgem algumas questões. Afinal, essa mudança não se dá através do reconhecimento da capacidade feminina de educar, mas sim de todo um aparato patriarcal que atravessa as funções da mulher diante do social.

Podemos então questionar se essa transformação parte do reconhecimento do poder intelectual das mulheres? Ou ainda, aceitar essa mudança como consequência do ideal patriarcal que encarrega o feminino um “toque” intrínseco e adequado para a educação, afinal as mulheres já eram, seriam ou deviam ser mães em algum momento. Como parte do nosso objetivo, entendemos que é válido interrogar essa feminização da docência problematizando a narrativa consolidada de que o ideal docente se fez branco por falta de mulheres negras aptas a habitar as salas de aula.

Ao avançar na leitura interseccional dessa questão é possível observar que não apenas o patriarcado dificultou o acesso de mulheres negras às salas de aula, como vem interditando o direito dessas mulheres aos espaços acadêmicos. As mulheres brancas foram atribuídas à luta de serem percebidas como possíveis trabalhadoras e então como trabalhadoras da educação. Mas às mulheres negras foi reservada a inexistência histórica na sala de aula. Segundo Chamon (2005, p. 29) parte dessa dificuldade estava enraizada no:

[...] trabalho catequético (principalmente dos Jesuítas), o apego aos dogmas e à autoridade, a prática de princípios morais e de subserviência e a negação de frequência à escola pelo sexo feminino, juntos estes formaram a base dos princípios em que se fundamentou a organização do ensino no Brasil.

Quando refletimos a respeito da docência em seu princípio no território brasileiro, cabe sempre a ressalva de que estamos falando primeiro de pessoas brancas não-pobres. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da colonização, e os duros anos da escravidão. As pessoas “aptas” a ensinar eram, de

fato, pessoas cujo “saber” era adequado para um território colonizado em busca de um projeto de nação. Esse saber, precisamos lembrar, não se afastava dos discursos médicos eugenistas e racistas, na verdade constituíam o arcabouço de “verdades” a serem implementadas no campo educacional.

O sucesso desse projeto tão antigo pode ser verificado também se considerarmos que apenas no século XXI a educação acerca da história Africana e Indígena foi inserida nos fazeres docentes através das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Não surpreende que aquela hegemonia discursiva tenha reminiscências contemporâneas, afinal para a educação brasileira do século XVIII o silêncio e a resignação eram os principais atributos a serem aprendidos pela mulher bem-educada (CAETANO; NEVES, 2009) – a mulher da elite.

[...] a mulher fora submetida, ao longo dos séculos, à negligência, aos estereótipos e a distorção dos próprios fatos históricos. Somente por meio do desenvolvimento da história social e do interesse crescente pelos acontecimentos locais e pela vida familiar e cotidiana das pessoas é que se procurou dar visibilidade às mulheres e à sua história, bem como às suas participações no contexto social como sujeitos [...] (CHAMON, 2005, p.58).

Refazer a concha de retalhos da feminização, e conseqüente branquitude, da docência perpassa também a localidade dessa história, num imaginário hegemônico é certo o aprisionamento de mulheres brancas que não faziam parte da elite socioeconômica, e de mulheres negras como parte de uma narrativa única de imobilização frente ao sistema educacional, a vitimização daquele que não teve acesso à educação. Mas não podemos ignorar que durante séculos a população negra foi mais severamente imobilizada e fragilizada socialmente que qualquer outra camada popular diante dos trambiques históricos em favor do “desenvolvimento”, seja no período escravocrata ou até mesmo no pós, com as conseqüências que perduraram mais alguns séculos. Afinal, desde o planejamento de uma nação, até a escolha dos sujeitos que iriam de fato compor essa nação, a população negra é atacada com todo tipo de estratégia, da eugenia à exclusão de suas vidas do corpo social.

O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje. O Decreto nº1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e as previsões de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. [...] **diversas estratégias foram**

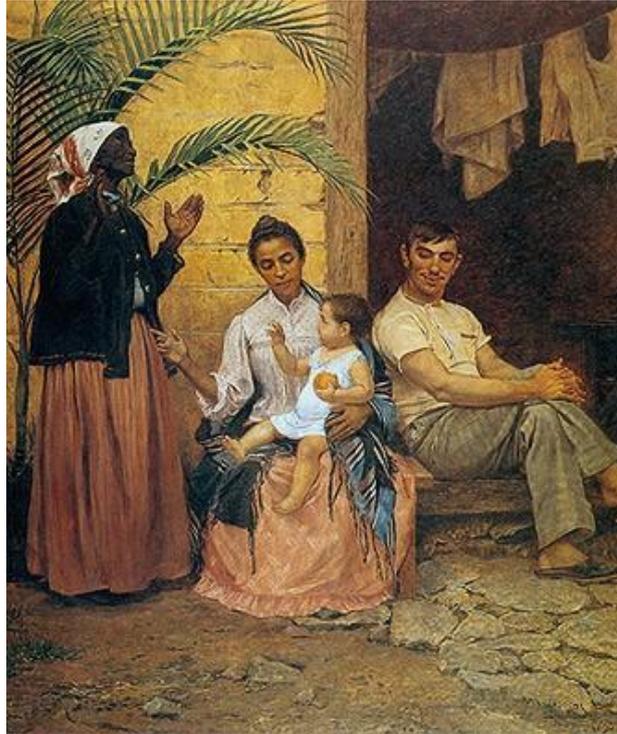
montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. (BRASIL, 2004, p.7, grifo nosso)

Não obstante, já no século XIX percebe-se que o branqueamento como estratégia não poderia estar limitado ao seio das famílias de renome, e deveria se estender a todo o território brasileiro, em vias de enfim formar uma nação direcionada ao progresso. O processo de branqueamento que levou a importação de famílias e trabalhadores europeus brancos para o Brasil e que tornou possível a miscigenação, trouxe consigo a complexificação da questão racial no país. Arroyo (2010, p. 91), ao discutir as dinâmicas sociais das Américas, evidencia no pensamento de Quijano (2005) como a raça, enquanto categoria criada para disputa, pautou as relações de dominação, construiu hierarquias, definiu lugares e respectivos papéis a serem desempenhados, reiterando que nessa organização, tanto a raça quanto a identidade racial foram categorias construídas como instrumento de classificação social básica.

Logo, no amanhecer de uma estratégia de embranquecimento literal com a instrumentalização da prole de relações interraciais, direcionando as necropolíticas (MBEMBE, 2016) na medida em que o sujeito se aproxima ou não de um tom de pele mais claro. Esse clareamento representava uma aproximação mais nítida do progresso, na voz de Afrânio Peixoto, médico eugenista, **“o futuro do Brasil pertencia à raça branca.”** (PEIXOTO, 1937 Apud. MULLER, 2014, p.74, grifo nosso), e poderia pertencer também a quem dela se aproximava.

Esse mecanismo pode ser encarado em obras famosas como no quadro **“A Redenção de Cam”**²⁹ do pintor Modesto Brocos de 1895.

Imagem 1 – A Redenção de Cam



Fonte: Reprodução fotográfica César Barreto.

Na pintura a avó agradece o clareamento da pele do neto, já resultado do clareamento da pele da própria filha, possivelmente não por crenças pessoais, mas por saber que o lugar ocupado por seu neto não será o mesmo que ela ocupou na sociedade. O currículo, pensado por John Bobbitt, era um documento capaz de preparar os estudantes para o mercado de trabalho. No ano de 1918, o autor escreveu *O currículo*, nele se defendia um modelo de racionalização dos resultados. Nesta mesma direção, uma série de documentos curriculares vêm ganhando espaço na educação brasileira como, por exemplo, a BNC - Formação que “[...] pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes” (BRASIL, 2019, p.2), sendo a BNCC “o ponto ao qual se quer chegar em cada etapa da Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá” (BRASIL, 2017, p. 5). Pinar (2020) tensiona o currículo como um documento de gênero e raça, ao explicitar que houve o que se compreendeu por *crise da masculinidade branca*, que entendia-se pelo medo da emasculação das crianças, em vista da grande presença de mulheres na educação das crianças norte-americanas. Inúmeros documentos, inclusive curriculares, foram propostos para que se preservasse a

masculinidade em decorrência de maior participação dos pais, homens cisheteros, na educação das crianças brancas, em vista de um discurso de degeneração das crianças negras. Ou seja, entendia-se que as mulheres com seus excessos de cuidados, sentimentalismos e fragilidade subverteriam os gêneros biológicos.

Não mais aceito como expressão política, tal medo é codificado na legislação promovida pelo controle do homem branco nas escolas. Em tal contexto histórico e político, a expressão “Nenhuma criança deixada para trás” apresenta-se em seus significados generificados e racializados. Tal expressão expõe o medo de que homens não se atrevam a deixar “suas” crianças para trás, na companhia de mulheres bem-intencionadas, porém, castradoras, e “homens”, nem tão heterossexuais, com quem elas trabalhem. (PINAR, 2020, p.85)

São políticas, propostas, ideias que visam o controle dos corpos, reafirmando a ideia do currículo como documento prescritivo capaz de preservar e fazer a manutenção dos papéis de gênero tradicionais. O autor, em suas pesquisas, também entende o linchamento e estupro prisional como alegorias da crise da masculinidade.

[...] na crise da masculinidade branca no final do século XIX, engendrada por um medo racializado (ou desejo) pela potência fálica do homem negro e o pânico homofóbico relacionado, publicamente focado do medo da feminilização associado com a primazia das mães na criação e escolarização dos filhos. Nos anos 1920, tal medo foi centrado na alegada (mesmo que inadvertidamente) sabotagem das mães sobre a masculinidade dos meninos (particularmente os brancos) (PINAR, 2020, p. 84).

Em cenário semelhante ao apresentado na imagem 1, encontramos na escrita de Lima Barreto em “Recordações do Escrivão Isaías Caminha”, não apenas as dificuldades de sair do local marcado para o negro na sociedade, mas também a dificuldade de se perceber para fora desse lugar, de se mexer na manta social que o prende.

Assim, as necropolíticas fingem estar sendo naturalizadas as desigualdades e injustiças, em que uns sabem, e outros não, uns são capazes, e outros não, uns nasceram para um futuro brilhante, uns tem casa, vista, prazer com a chuva, aulas particulares, e outros não. (AUTOR, REIS, PEREIRA, 2020, p. 14)

Talvez por isso, a tese de que negros e negras qualificados, que ensinavam no Brasil, eram exceções à regra foi por tanto tempo difundida e aceita. Afinal, se estamos falando de uma população que foi historicamente destituída de qualquer cidadania, e

de aceitação dentro dos sistemas de ensino através dos séculos, como é possível que esses sujeitos pudessem vir a ocupar locais reservados apenas à elite intelectual da sociedade ocidental - os homens brancos?

Parte-se do suposto que não eram as condições econômicas, a maior ou menor pobreza que colocava obstáculos ao ingresso a profissões de maior valor simbólico, como o de professora ou a de escritor. Abolida a escravidão, transformados todos em cidadãos, a contraposição à igualdade formal entre brancos e negros foi reinventada através da desigualdade no âmbito da cultura. **A hierarquização ocupacional, antes de ser reflexo de condições econômicas, era fruto do mesmo tipo de diferenciação cultural. A distinção entre um e outro grupo, uma vez que não podia ser dada a nível jurídico, passou a ser construída em termos simbólicos, visando demarcar diferenças.** (MULLER, 2014, p.72, grifo nosso)

Não obstante essa hierarquização não surge a bem querer, os aparatos sociais, como no período colonial, se apoiavam também nos aparatos educacionais, Muller (2014, p. 77) afirma que:

A legitimação da inferioridade apresentava-se englobada em figuras mais gerais definidoras e definitivas, tais como a erotização da imagem da mulher negra, o par antagônico racializado: beleza (branco)/feiura (negro). **A aliança com a pedagogia traduziu essa reiteração em experiências cotidianas, no que se refere aos materiais didáticos e às práticas pedagógicas que classificavam, demarcavam e estereotipavam professoras e alunos negros.** (Grifo nosso)

Um caso que destrói a falácia da incapacidade é apresentado por Cavalcante (2012) sobre a professora Adélia França, com uma narrativa que reitera a posição de Muller (2014) quanto a falácia branca da baixa qualificação do povo negro. Ao estudar a trajetória da professora negra Adélia França na Paraíba do século XX, Cavalcante (2012) apresenta que a educação de jovens negras no período colonial, contrária a narrativa de uma educação inexistente, se inicia por meio da admissão de algumas jovens em “instituições antes destinadas exclusivamente às jovens brancas” (p.81) para que fossem ensinadas o necessário das chamadas “boas maneiras” de mulheres bem-educadas – um ensino dirigido às necessidades advindas do matrimônio.

Essa escolarização conversava diretamente com a natureza local do trabalho docente exercido naquele momento, ou seja, o ensino e a luta pelo ensino em diversos momentos da História Brasileira, não partia apenas de uma única diretriz/razão de ser. Envolvia, e envolve, uma multiplicidade de aspectos, desde a condição econômica ao

posicionamento social do educando, perpassando a questão de gênero, a raça e o direito, ou não, a cidadania dos sujeitos.

Fato é que o processo de ensino das primeiras letras, o acesso à escolarização da população negra, tanto na Colônia, no Império quanto no início da República (nas primeiras décadas do século XX), ocorreram a partir das mais variadas e distintas modalidades de ensino: formais, informais, aulas noturnas, cursos profissionalizantes, iniciativas particulares, como exemplo da “Escola para meninos pretos e pardos”, que acolhia meninos negros livres relegados pelo sistema escravocrata (em seu conjunto de práticas institucionalizadas ou “mentalizadas” no campo político, econômico, social, cultural e educacional), uma iniciativa de um mestre-escola que se autocalificava como “preto”, almejava a escolarização qualificada desses meninos para que eles pudessem, de algum modo, sobrepujar as amarras da imobilidade social imputada à população negra do país (SILVA, 2000c). (CAVALCANTE, 2012, p. 84-85) .

Isso significa que mesmo dentro de um contexto cujas chances eram retiradas das jovens negras por meio do contingenciamento das formações, a resistência conseguiu qualificar pessoas de cor.

[...] algumas mulheres negras e homens romperam e subverteram a ordem estabelecida para, no mínimo, terem o acesso às primeiras letras, quando outras experiências também demonstram a busca até mesmo por diversos mecanismos de introduzir suas filhas e filhos no “mundo” da escolarização, para lhes garantir o direito à instrução primária e ao Ensino Normal (profissionalização – a formação de professores e professoras, nessa modalidade de ensino), que ocorre a partir das primeiras décadas do século XIX, nas diversas regiões do país, a exemplo de Niterói (1835), Minas Gerais (1835), Bahia (1836), Pará (1939), Santa Catarina (1843), São Paulo (1846), Goiás (1852/1882), Sergipe (1870), Piauí (1884) e Paraíba (1886). (CURY, 2012; OLIVEIRA, 2003. Apud. Cavalcante, 2012, p.82, grifo nosso).

Essas medidas de impedimento da inserção da população negra na categoria docente, sobretudo, das mulheres negras podem ser encontradas também em outras decisões legislativas. Na reforma de 1927, realizada por Fernando de Azevedo, a distinção racial apareceu por meio dos parâmetros para ingresso na Escola Normal. Segundo Muller (2014), para o ingresso era necessário que as jovens tivessem, primeiro, concluído o curso complementar, anexo à escola Normal, ou seja, elas deveriam ter cumprido pelos menos cinco anos de ensino primário - Parâmetro que já eliminava parte das candidatas negras que buscavam ali seu primeiro contato com a educação profissionalizante. E segundo, obrigava as candidatas a serem aprovadas em testes de idade mental, e a não serem portadoras das “moléstias transmissíveis e

defeitos físicos incompatíveis com o exercício do magistério” (Muller, 2014, p.78), um critério permeado pelos preconceitos sociais que prendiam as mulheres e cerceavam seus corpos – seja através do modelo padrão de beleza, ou através das concepções políticas e sociais que eram consideradas adequadas para habitar as salas de aula. Especialmente as mulheres negras.

A partir de 1932, outros requisitos foram formulados: idade entre 18 e 28 anos, condições de saúde [...]. Além disso, **a moça deveria comprovar possuir hábitos higiênicos e de personalidade (boa conduta social e vocação individual e familiar - pais, tios ou irmãos no magistério).** (MULLER, 2014, p.78, grifo nosso)

Esses requisitos serviram para garantir que o magistério enquanto profissão funcionasse como uma reserva de mercado majoritariamente branca. A derrocada do privilégio da profissão docente foi imensa quando a feminização da docência tomou forma (ROSENBERG; AMADO, 1992), mesmo limitando essa feminização à inserção das mulheres brancas nas escolas, então imagine o horror em uma sociedade racista de ter como fonte de conhecimento uma mulher negra? De ter uma mulher negra numa posição e ocupando um espaço de poder que lhe era negado mesmo como aluna.

Até a redemocratização da educação nos anos 90, podemos dizer que a inserção de jovens negras nas posições docentes foi amplamente impedida. Abaixo, 20 anos após a reforma de Azevedo, podemos perceber o resultado imediato dos parâmetros implementados na cor da pele da turma de normalistas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro em visita ao Oswaldo Cruz, em 1944:

Imagem 2 – Turma de Normalistas de 1944



Fonte: Reprodução Museu Afrodigital⁶³

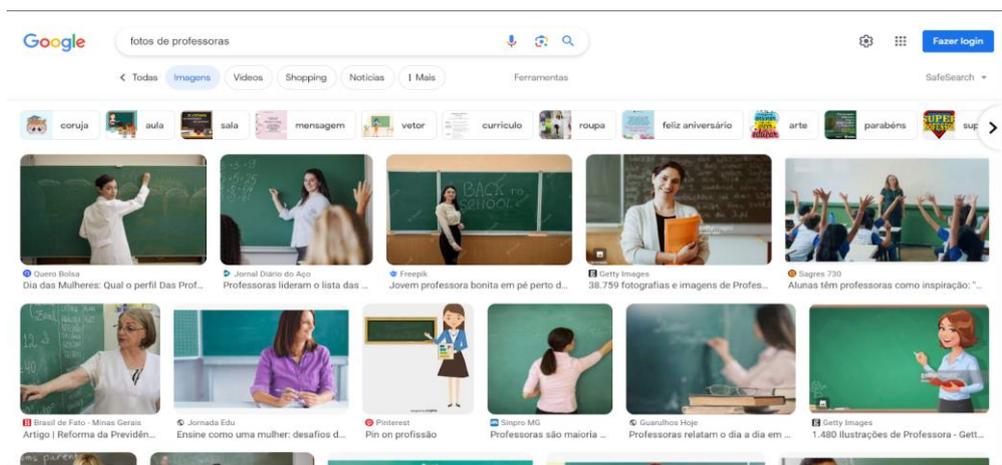
“É branco o magistério, como de resto são brancos praticamente todos os setores da elite brasileira” (MULLER, 2014, p.79), e mesmo quando, como parte das resistências existentes desde que nos tornamos brasileiros, mulheres negras ocupam a profissão, o fazem sob a minúcia racista, sob a contingência de existir a partir de um outro lugar sendo vista como outra coisa que não uma mulher.

[...] pois ainda que a docência, no século XX, tenha se tornado feminina e desprestigiada, a mesma era considerada espaço de distinção e ascensão social para as mulheres brancas que titulavam a figura de civilizada moralidade, limpeza e boa ‘reputação’, no caso das mulheres negras, o espaço educacional formal era cada vez mais de difícil acesso. (CARDOSO, 2015, p.3).

Na atualidade, o discurso de um magistério majoritariamente branco continua sendo alimentado e reforçado. Em uma pesquisa simples no mecanismos de busca Google, conseguimos observar essa tendência que invisibiliza docentes negras. Na pesquisa de “Fotos de professoras” a pesquisa obteve os resultados apresentados na imagem 3.

⁶³ Professores Negros na Primeira República. Disponível em: <https://setec.ufmt.br/mafro/?p=111>.

Imagem 3 – Fotos de Professoras



Fonte: Google.

Esse resultado, obtido em 2023, apresenta e pactua com o ideal branco da docência. Mas também retoma os discursos que apresentam a mulher primeiro como matriarca, que cuida, protege e sorri, e depois como profissional docente que encara a sala de aula. Principalmente no caso dos cursos de Pedagogia, nos quais se trabalha com a educação infantil, e como consequência do cotidiano com crianças pequenas, as professoras passam a ser “tias”, muitas vezes mais próximas do aluno que seus familiares consanguíneos, e deixam de ser tratadas como profissionais na educação. Mas é inegável que nos últimos anos, a população pobre e negra vem adentrando as universidades e se formando para a docência, então como se mantém essa narrativa discursiva que alega o monopólio branco da docência?

No último Resumo Técnico do Censo da Educação Básica 2022, aponta-se que na educação infantil brasileira, atuavam 657 mil docentes. Sendo 96,3% do sexo feminino, e somente 3,7% do sexo masculino. Já em relação ao ensino fundamental, dos 1.414.211 docentes atuantes, 77,5% eram do sexo feminino e somente 22,5% do sexo masculino. Quanto aos anos iniciais, dos 763.048 docentes, 87,8% eram do sexo feminino e apenas 12,2% do sexo masculino, e nos números dos anos finais do ensino fundamental, de 774.152 docentes, 66,1% eram do sexo feminino e 33,9% do sexo masculino. E por fim, um total de 545.974 professores atuavam no ensino médio no ano de 2022, desse total, 57,5% eram do sexo feminino e 42,5% do sexo masculino (RESUMO TÉCNICO, 2023). Em relação a raça desses professores, existe uma

discussão acalorada acerca da invisibilização ou ainda uma não-declaração⁶⁴ que não permite números exatos sobre essa problemática. Além disso, esses números esbarram na questão do autorreconhecimento do sujeito enquanto pessoa negra, o que envolve tanto as questões de auto aceitação quanto às relações sociais forjadas pelo sujeito no meio em que habita, por esses motivos o artigo escolhe não apontar números exatos, mas sim mostrar a dificuldade de se obter dados em relação a essa questão.

É um problema que se estende até mesmo para o corpo estudantil do sistema educacional brasileiro. Jerry Dávila (2006), apresenta através de sua pesquisa um outro panorama frente ao branqueamento da docência. Ao analisar a constituição do campo de formação docente no Rio de Janeiro através de uma perspectiva racial, o autor aponta um projeto deliberado que visava forjar uma identidade ideal para os professores do estado, projeto que se compunha dos esforços reformadores, do contexto sócio político e dos ideias que iriam gerir o Brasil do futuro.

Com Dávila (2006) desfazemos a falácia da inexistência de professoras negras, apresentando para além da história oral e dos números censitários, o processo de tornar inexistente a atuação dessas professoras e sua retirada das salas de aula através das fotos do acervo de Augusto Malta⁶⁵. O acervo estudado não apenas apresenta a existência de professoras negras, mas indica também como homens negros ocupavam espaços de poder na estrutura escolar, atuando como diretores, instrutores e também como professores, e como no fim dos anos 40 já não se consegue encontrar essa presença como o mesmo indicativo dos anos anteriores.

Alguns caminhos para esse apagamento questionam o embranquecimento dos modos de viver que teriam sido adotados por mulheres negras a fins de manter suas posições e se encaixar na manta social, outros abraçam a discriminação como fator de afastamento dessas mulheres dos espaços escolares, e o próprio Dávila aponta que grande parte do corpo docente atuante no fim dos anos 40 era fruto de indicações - professoras que “tinham um pistolão, tinham um protetor” (p.159, 2006). Num cenário

⁶⁴ Para maiores informações acerca da problemática indico a leitura do artigo “CLASSIFICAÇÃO RACIAL NO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O PROBLEMA DA “NÃO DECLARAÇÃO”, de Alves e Amorim (2022) *Kwanissa: Revista De Estudos Africanos E Afro-Brasileiros*, 5(12). <https://doi.org/10.18764/2595-1033v5n12.2022.3>.

⁶⁵ Para mais informações acerca das obras de Augusto Malta indicamos acessar o acervo organizado pelo Instituto Moreira Salles no endereço: https://acervos.ims.com.br/portals/#/search/Fotografia?collection=Augusto_Malta.

resultante de um projeto embranquecedor, é difícil afirmar que eram as professoras negras aquelas que contavam com essas indicações.

Como pudemos ver com Muller (2014) e Dávila (2006), não é exagero afirmar que a docência branca como ideal não passa de um projeto reformista, todavia, a questão racial intrínseca a construção histórica do Brasil enquanto país, que explica tanto a desvalorização docente a partir da participação feminina, quanto a depreciação do professorado a partir da participação regulamentada de mulheres negras nas salas de aula, é escancarada quando temos até hoje situações de racismo desvelado em salas de aula, do aluno que “presenteia” sua professora negra com uma esponja de aço no dia das mulheres⁶⁶, de professoras negras sendo chamadas de “macacas”⁶⁷ por seus alunos enquanto lecionam, histórias altamente noticiadas, que inspiram até mesmo as narrativas das novelas do horário nobre.

Que professora negra não se percebeu no desabafo⁶⁸ da professora Camila em “Amor de Mãe”? Que mecanismos não são resultantes desse processo quando uma aposta vale mais que a integridade física de uma professora em sala?⁶⁹ É possível ignorar o preço que se paga na escolha por essa docência que “[...] suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria história” (GONZALEZ, 2011, p. 14)? Como esses apagamentos continuam se reproduzindo? Talvez, quando as lutas que alcançaram a lei 12.711/12, garantindo o acesso ao ensino superior por mais jovens negras não garantiram sua permanência. Ou quando dentro de universidades públicas de renome as professoras negras são agredidas pelas palavras e pelos atos de suas colegas brancas. Ou até mesmo quando cursos da “elite” admitem o inadmissível em favor de um único grupo⁷⁰. A resposta volta para as milhares de “Camilas” - as

⁶⁶ “Aluno entrega esponja de aço como presente a professora negra no DF”. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/03/13/video-mostra-ataque-racista-a-professora-da-rede-publica-do-df.ghtml>

⁶⁷ Professora chamada de 'macaca' em sala de aula: 'Escola está sendo omissa' Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/11/11/professora-que-sofreu-ataque-racista-em-sala-escola-esta-sendo-omissa.htm?cmpid=copiaecola>.

⁶⁸ No capítulo, após um episódio de violência a professora diz: “[...] eu tenho que ser forte, porque eu sou mulher. Para mulher tudo é mais difícil. Tem que aguentar sempre um babaca olhando pro meu peito, ao invés de prestar atenção no que eu tenho a dizer. Eu tenho que ser forte, porque eu sou preta e a gente vive em um país racista. Eu tenho que ser forte, porque eu sou professora. Porque eu tentei ajudar os meus alunos e tomei um tiro, e eu tô cansada. Tô cansada de ser forte.” (AMOR DE MÃE, 2019).

⁶⁹ “Alunos do Colégio Pedro II dão tapa em professora motivados por desafio em rede social.” Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/09/26/alunos-do-colegio-pedro-ii-dao-tapa-em-professora-motivados-por-desafio-em-rede-social.ghtml>

⁷⁰ “Unisa irá reintegrar os 15 alunos de medicina expulsos por atos obscenos”. Disponível em:

professoras negras do Brasil (colônia, império e república), que existem mesmo quando o projeto as extermina. Diante disso fica a pergunta: como o campo da formação docente pode interromper a contínua reescrita desse projeto, se ainda se nega a considerar que os seus sujeitos foram feitos inexistentes?

Conclusão

O colonialismo assim como o patriarcado é também uma violência relacional de dominação, subordinação, porém é pautado em uma troca de obrigações, de sujeição e até de proteção, há muitas possibilidades de negociação que desenham o modo ocidental de ser e viver, sobretudo, abaixo do Equador. É uma política de morte em que há sobreposição de opressões no qual a obediência pela obediência não funciona.

No momento em que vivemos, em que fomos, novamente, inundados pelo tsunami neoliberal conservador (OLIVEIRA; AUTOR, 2019), reconhecendo que outras existências se criam como resposta e (re)afirmação da alteridade, encontramos nessa onda conservadora, similarmente ao período colonial, uma masculinidade performática baseada no ódio e na aniquilação que invade as escolas, as universidades e afeta a atuação das professoras em sala de aula. Desde o desrespeito até o destino final: a morte dessas mulheres. Mas como Oliveira e AUTOR (2019, p.6) sabemos que não é de hoje que esse projeto de morte se constrói, ele, na verdade, advém de de um relevo muito antigo: um Brasil colonial-escravista-heteropatriarcal.

Desta maneira, desde as políticas que confluem com o ódio, em sua tentativa de homogeneizar os diferentes conhecimentos, que tornam inexistentes as criações cotidianas que alimentam e se alimentam do tsunami neoliberal conservador, até as demonstrações de violência explícita que podemos observar nos ataques ocorridos em escolas públicas, universidades e no cotidiano social, incluindo neste conjunto a morte de uma professora pelas mãos de um aluno e a violência física e verbal direcionada a mulheres negras em sala de aula. Na tentativa de resistir ao ódio, a quebrar o ciclo repetitivo que insiste em ignorar vivências e eliminar das opções de vida a dignidade, buscamos outras perspectivas e possibilidades que se afastem

desse projeto de morte, nos direcionando a solidariedade para não apenas sobreviver, mas, bem viver, em tempos que insistem em nos matar combinamos todas de não morrer (EVARISTO, 2015).

Referências

2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023.

AMOR DE MÃE (capítulo: 123). Direção: José Luiz Villamarim. Produtora Rede Globo, 2019.

ARROYO, Miguel. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação & Sociedade*, v. 31, p. 1381-1416, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WGyPfcRb7yFJpMfsj5pSxPx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 de Set. 2023

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei 10.639/200: diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=A%20Ita%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%20C%20A1%20outras%20provid%20C3%A4ncias.. Acesso em: 07 fev. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 2/2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, pp. 41 a 44. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP22_2DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 27 de Set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> Acesso em 15 de abril de 2020.

CAETANO, Edson; NEVES, Camila Emanuella Pereira. Relações de gênero e precarização do trabalho docente. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 9, n. 33e, p. 251-263, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639539>. Acesso em: 19 set. 2023.

CAVALCANTE, Simone Joaquim. *Entre a história e a memória: Adélia de França uma professora negra na Paraíba do século xx (1926 1976)*. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

CARDOSO, Ivanilda Amado. Quem tem medo das professoras negras?. *Revista África e Africanidades*, ano 8 - n. 20. ISSN 1983-2354, 2015. Disponível em: <https://africaeaficanidades.com.br/documentos/001020072015.pdf> . Acesso em 15 ago. 2023.

CHAMON, Magda. *Trajetória de feminização do magistério*. Ambigüidades e conflitos. Belo Horizonte, Autêntica, 2005. 184p.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1 Ed. São Paulo : Boitempo, 2016.260p.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil, 1917-1945**. Unesp, 2006. 400p.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2015. 116p.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019. 388p.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. 1 Ed. São Paulo: Elefante, 2017. 464p.

GALLO, Silvia. Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães (orgs.). *Diálogos Cotidianos*. 1 Ed. Petrópolis: DP et Alii. pp.231-246.

GARRIDO, Alex. O NECROCORRÍCULO: UMA TRAMA CONCEITUAL FREIREANA NO PENSAMENTO DA SUPERAÇÃO DECOLONIA. *Anais do XV Encontro de Pesquisadores em Educação: Currículo 2022-NOVOS Campos de Pesquisa e o FUTURO*, p. 23.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376p.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino: Batalha de ideias AfroLatinoAmérica, n.1, p. 12-21, 2011.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República. *Interfaces da Educação*, v. 5, n. 14, p. 68-81, 2014. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/462> Acesso em: 14 jul. 2023

ROSEMBERG, Fúlvia; AMADO, Tina. Mulheres na escola. *Cadernos de Pesquisa*, n. 80, p. 62-74, 1992. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1004> Acesso em: 02 mai. 2023.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; AUTOR. Tsunami Conservador e Resistência: a CONAPE em defesa da educação pública. **Educação & Realidade**, v. 44, p. e84868, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/w4Pq6Yrn3c8RXXQWBvvXXTk/>. Acesso em 18 ago. 2023.

PINAR, William. PUNK' In: RODRIGUES, Alexsandro; CAETANO, Marcio; SOARES, Maria da Conceição Silva (Orgs). *Queer(i)zando currículos e educação*. 1ª Ed. Salvador: Editora Devires, 2020. pp. 62-92.

PINAR, William. A equivocada educação do público nos Estados Unidos. In.: GARCIA, RL; MOREIRA, AFB (Org.). *Currículo na contemporaneidade*, 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2008.pp. 139-157.

PRECIADO, Paul. Ser trans é cruzar uma fronteira política. *El País*. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/09/cultura/1554804743_132497.html. Acesso em 10 abr. 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LAUDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

AUTOR 1; REIS, Graça Regina Franco da Silva; PEREIRA, Francisco. Parasita (s), contaminados, invisíveis, abissais. *REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 37, n. 2, p. 487-509, 2020. Disponível: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/11331>. Acesso em: 14 set. 2022.

